

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

ADRIANO JOSÉ DIAS RODRIGUES

**HISTÓRIA E MEMÓRIA: O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA
BRASILEIRA E AS TENSÕES ENTRE OS CATOLICISMOS EM NOVO PLANALTO
(GO)**

**Goiânia
Agosto de 2018**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

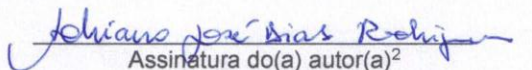
Nome completo do autor: Adriano José Dias Rodrigues

Título do trabalho: HISTÓRIA E MEMÓRIA: O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA E AS TENSÕES ENTRE OS CATOLICISMOS EM NOVO PLANALTO (GO)

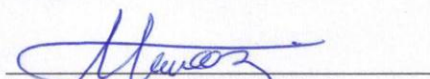
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 30/08/2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

ADRIANO JOSÉ DIAS RODRIGUES

**HISTÓRIA E MEMÓRIA: O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA
BRASILEIRA E AS TENSÕES ENTRE OS CATOLICISMOS EM NOVO PLANALTO
(GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Goiás como
requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Poder, Sertão e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio de Menezes.

Goiânia
Agosto de 2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

José Dias Rodrigues, Adriano
HISTÓRIA E MEMÓRIA: O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DA IGREJA
CATÓLICA BRASILEIRA E AS TENSÕES ENTRE OS CATOLICISMOS
EM NOVO PLANALTO (GO) [manuscrito] / Adriano José Dias
Rodrigues. - 2018.
CXCII, 192 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio de MENEZES.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2018.


Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias.

1. Novo Planalto. 2. Igreja Católica Apostólica Brasileira. 3. Igreja
Católica Apostólica Romana. 4. Disputa pela fé. 5. História Oral. I.
MENEZES, Marcos Antonio de , orient. II. Título.

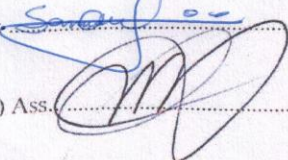
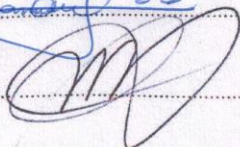
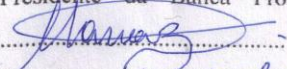
CDU 94

PPGH
PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA UFG

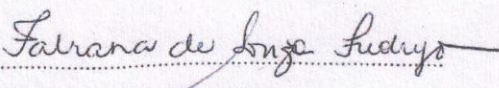

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA




Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Adriano José Dias Rodrigues**: Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto de dois mil e dezoito (2018), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Adriano José Dias Rodrigues**, cujo título foi “**HISTÓRIA E MEMÓRIA: O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA E AS TENSÕES ENTRE OS CATOLICISMOS EM NOVO PLANALTO (GO)**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº051/18-PPGH, de agosto de 2018, pelos seguintes Professores Doutores: **Marcos Antônio de Menezes (Presidente)**, **Profa. Dra. Sandra Nara Novais (UFG/Jataí)**, **Prof. Dr. Alexandre Martins de Araújo (UFG)** e, como suplentes, **Prof. Dr. Léo Carrer Nogueira (UEG)** e **Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha (UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 14h horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato Adriano José Dias Rodrigues.

Profa. Dra. Sandra Nara Novais. (UFG/Jataí) Ass. 
Decisão (Aprovado)
Prof. Dr. Alexandre Martins de Araújo (UFG) Ass. 
Decisão (aprovado)
Presidente da Banca Prof. Dr Marcos Antônio de Menezes (Presidente), Ass.:

Decisão (Aprovado)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Marco Aurélio Fernandes Neves, secretário do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: 
Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo

Secretário: 
Marco Aurélio Fernandes Neves

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Dissertação:

HISTÓRIA E MEMÓRIA: O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA E AS TENSÕES ENTRE OS CATOLICISMOS EM NOVO PLANALTO (GO)

ADRIANO JOSÉ DIAS RODRIGUES

ADRIANO JOSÉ DIAS RODRIGUES

**HISTÓRIA E MEMÓRIA: O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA
BRASILEIRA E AS TENSÕES ENTRE OS CATOLICISMOS EM NOVO PLANALTO
(GO)**

Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em _____, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Antonio de Menezes
Universidade Federal de Goiás – UFG (Presidente)

Profa. Dra. Sandra Nara Novais.
Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí – UFG

Prof. Dr. Alexandre Martins de Araújo
Universidade Federal de Goiás – PPGH/UFG

Prof. Dr. Léo Carrer Nogueira
Universidade Estadual de Goiás – UEG (Suplente)

Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha
Universidade Federal de Goiás – UFG (Suplente)

Às gentes de Novo Planalto.
A Clarice, amor, companheira.

AGRADECIMENTOS

Já ouvi dizer muitas vezes que escrever é um processo solitário. Isso é verdade em parte, pois na elaboração de minha dissertação (como na vida) esteve ao meu lado a pessoa que mais me apoiou e ajudou: minha esposa Clarice. Nas tardes quentes de escrita em Porangatu ou em campo em Novo Planalto, Clarice esteve sempre me incentivando e ajudando. A ela, minha eterna gratidão pelo companheirismo, paciência e amor.

Agradeço imensamente à minha família pelo apoio, carinho e compreensão: Severina, minha mãe, a pessoa que está sempre presente e torcendo por mim; ao meu pai Elzito e às minhas irmãs Alessandra e Andreia. Sou grato à minha família por tudo.

Meu agradecimento especial ao meu orientador, professor Prof. Dr. Marcos Antonio de Menezes, uma pessoa serena e inteligente, qualidades que valeu para um bom andamento da escrita. Obrigado também à profa. Dra. Sandra Nara e ao prof. Dr. Alexandre pelas considerações que enriqueceram meu trabalho.

Sou grato também aos professores do meu colegiado do curso de História, campus Porangatu, UEG, especialmente à profa. Ma. Maria Juliana por me disponibilizar obras literárias e pelas instruções (sempre em forma de incentivo) e ao prof. Me. Renato Fagundes pelas orientações desde o projeto de pesquisa até a escrita da dissertação; elas que foram de grande valia para o estudo.

Minha gratidão ao bispo Dom Waldemir Araújo Ribeiro pela disponibilidade, por acreditar e cooperar com a pesquisa. Ele que também contribuiu com outras fontes de pesquisa, como fotografias. Agradeço também a todos os outros colaboradores que participaram das entrevistas e pela recepção em suas casas. Foram muito acolhedores comigo. Essa foi uma experiência incrível. Obrigado aos moradores que não foram entrevistados, mas que contribuíram de outras formas, como Célia Amélia, que me forneceu informações e fotografias.

Não poderia deixar de agradecer a duas pessoas que conheci nas aulas da UFG: Gleisson e Ana Carolina, de Uruaçu, pessoas especiais que guardarei sempre em meu coração. Obrigado pela parceria neste objetivo comum.

Sou grato à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) pela bolsa de estudos concedida, o que permitiu que eu pudesse desenvolver com mais tranquilidade esta pesquisa.

Enfim, agradeço a gentileza de Marcio Carlos, ex-diretor do museu de Itapira – SP, a Wagner Pires, pesquisador da Icab que me ajudou com algumas fontes, e ao professor e escritor Arnaldo Lemos Filho, que me atendeu com atenção — três pessoas que conheci pelo Facebook.

“A memória qualifica a imaginação, dá-lhe uma estrada, um horizonte, atribui sentido aos fatos, e isso nos transforma em deuses criadores das verdades em que queremos crer”.

Navarre Scott Momaday

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o fenômeno singular dos catolicismos na cidade de Novo Planalto. Esse município do extremo norte goiano teve sua formação religiosa católica diferente da habitual. Em Novo Planalto, a Igreja Católica Apostólica Brasileira, um catolicismo dissidente e emancipado de Roma, exerceu, entre 1966 e meados da década de 1980, o domínio da fé. Caracterizada pelo prestígio proeminente do bispo Dom Waldemir Araújo Ribeiro junto à população local, o templo da Igreja Católica Brasileira foi construído onde é a praça central — acontecimento que gerou disputa pelo espaço da fé com a tradicional Igreja Romana. Para dar sentido a esse contexto, recorreremos à memória de alguns pioneiros, moradores de Novo Planalto, para perfazer essa história, isto é, a história oral foi a metodologia escolhida para compreender a formação social dessa comunidade. Apresentamos, preliminarmente, um recorte histórico da contestação do universalismo do catolicismo que culminou na fundação de uma Igreja católica nacional. Entendemos que a religiosidade tem relação prática com a composição social, cultural e com o sentimento de pertencimento de um dado corpo social. Desse modo, o trabalho propõe compor, a partir de testemunhos de antigos moradores e pioneiros, a história das tensões entre as duas catolicidades como substância especial na composição da comunidade novoplanaltense.

Palavras-chave: Novo Planalto. Igreja Católica Brasileira. Igreja Católica Romana. Disputa pela fé. História oral.

ABSTRACT

This research aimed to understand the singular phenomenon of Catholicism in the city of Novo Planalto. This municipality of the far North Goiás had its Catholic religious formation different from the usual. In Novo Planalto, the Brazilian Apostolic Catholic Church, a dissident and emancipated Catholicism of Rome, exerted, between 1966 and the mid-1980, the dominion of faith. Characterized by the prominent prestige of Bishop Dom Araújo Ribeiro with the local population, the temple of the Brazilian Catholic Church was built where it is the central square — an event that generated a dispute over the space of faith with the traditional Roman Church. To make sense of this context, we resorted to the memory of some pioneers, residents of Novo Planalto, to make this history, that is, oral history was the methodology chosen to understand the social formation of this community. We present, preliminary, a historical cut of the contestation of the universalism of Catholicism that culminated in the founding of a national Catholic Church. We understand that religiosity has a practical relationship with social, cultural composition and the feeling of belonging to a given social body. Thus, the work proposes to compose, from testimonies of former residents and pioneers, the history of tensions between the two strands of Catholicism as special substance in the composition of the Novoplanaltense community.

Keywords: Novo Planalto. Brazilian Catholic Church. Roman Catholic Church. Dispute over faith. Oral history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Manifesto Pastoral da Igreja Catholica Apostolica Brasileira	57
Figura 2 – Matéria do jornal Correio de S. Paulo sobre batalhão diocesano	68
Figura 3 – Matéria do jornal “O Radical” com acusação contra frades alemães	78
Figura 4 – Matéria do jornal “A Noite” sobre excomunhão de Dom Carlos.....	84
Figura 5 – Matéria do jornal “Diário de Notícias” com Dom Carlos falando sobre sua excomunhão.....	84
Figura 6 – Matéria do jornal “Diário de Notícias” sobre a fundação da Icab	90
Figura 7 – Charge da revista “Luta”	96
Figura 8 – Primeira escola de Novo Planalto	116
Figura 9 – Desfile escolar em 7 de setembro	117
Figura 10 – Desfile do Dia da Independência	117
Figura 11 – Primeira comunhão na Icab	118
Figura 12 – Moradores que fizeram a primeira comunhão em frente ao templo da Icab	118
Figura 13 – Culto religioso no templo da Igreja Brasileira	119
Figura 14 – Crianças em frente à Igreja Brasileira	119
Figura 15 – Trabalho de catequização e oferta de sacramentos aos indígenas na Ilha do Bananal	121
Figura 16 – Dom Waldemir com lideranças políticas em frente à Icab de Novo Planalto.....	133
Figura 17 – Procissão da Icab em Novo Planalto	134
Figura 18 – Localização de Novo Planalto em Goiás	136
Figura 19 – Caminhão carregado com sacas de arroz em frente à pensão de dona Virgínia..	138
Figura 20 – Abertura de estrada com acesso a Novo Planalto.....	142
Figura 21 – Vista aérea de Novo Planalto com a sede da Igreja Brasileira na praça (2001)..	146

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ABL – Academia Brasileira de Letras
ANL – Aliança Nacional Libertadora
APM – Arquivo Público Mineiro
CET – Centro de Estudos Teológicos
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Deip – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
Dops – Departamento de Ordem Política e Social
DTUI – Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FGV – Fundação Getúlio Vargas
Icab – Igreja Católica Apostólica Brasileira
Icar – Igreja Católica Apostólica Romama
LEC – Liga Eleitoral Católica
LSN – Lei de Segurança Nacional
MMDC – Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo
Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital
PRP – Partido Republicano Paulista
STF – Supremo Tribunal Federal
UDN – União Democrática Nacional
UPI – United Press International
USHMM – United States Holocaust Memorial Museum

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: OS IDEAIS DE UMA IGREJA NACIONAL E A FUNDAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA	31
1.1 Abalos no rochedo: Padre Antônio Diogo Feijó e as primeiras tentativas de reforma no catolicismo brasileiro	32
1.2 Itapira (SP), 1913: o lançamento das bases de uma Igreja Católica Nacional.....	50
1.3 Um “Lutero-mirim” brasileiro: a rebeldia de Dom Carlos Duarte Costa e a fundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira.....	65
CAPÍTULO II: O ESTABELECIMENTO DA ICAB EM NOVO PLANALTO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DO BISPO DOM WALDEMIR	99
2.1 “Esse rapaz vai ser padre”: Dom Waldemir conhece a Icab	99
2.2 “Nosso padre agora é ele”: Dom Waldemir ocupa lugar católico em Novo Planalto.....	111
CAPÍTULO III: OS CATOLICISMOS DE NOVO PLANALTO: TRAMAS E TENSÕES	136
3.1 O cenário	136
3.2 A disputa pelo espaço	145
3.3 As procissões	158
3.4 Romanos <i>versus</i> brasileiros	162
3.5 Duas Igrejas: outras polêmicas	166
CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183

INTRODUÇÃO

Os sinos reproduzem o convite à participação da comunidade na santa missa. É uma celebração costumeira numa manhã de domingo. Aos poucos, os fiéis se achegam ao templo católico e se acomodam em seus assentos; vêm da cidade e também dos arredores, propriedades rurais e sítios. É um momento sagrado de comunhão da gente do lugar com a cristandade. O modesto edifício religioso está imponente, incorporado à praça da cidade.

Dando início à celebração, o sacerdote faz o sinal da cruz e entoa um cântico inicial, do qual participam os ministros auxiliares, seguidos em uníssono pelos fiéis: “Eis-me aqui, Senhor! / Para fazer Tua Vontade,/ para viver do Teu Amor! [...]”

Após o hino inicial, o pároco glorifica o altar, beijando-o e indicando adoração. Em seguida, faz o sinal da cruz em saudação ao rebanho presente. Todos sentados, com a atenção dos fiéis, é feita a leitura da “Liturgia da Palavra”. Após a leitura da sagrada escritura, os fiéis se levantam e cantam um hino de louvor, indicando a homilia. Seguindo o protocolo da cerimônia, todos se sentam para ouvir o sermão do clérigo. Após a pregação, o sacerdote dá início ao “Credo”, uma prece em que os fiéis manifestam seu assentimento à palavra de Deus.

Seguindo o roteiro de contemplação espiritual, como de praxe, a liturgia se encaminha para uma segunda parte. Um ministro auxiliar organiza o altar, depositando sobre ele um corporal¹ bordado, o cálice, a patena² e outra pequena toalha. O padre pega o pano e, cuidadosa e lentamente, desdobra-o sobre o altar, colocando sobre ele as peças litúrgicas para a preparação das oferendas.

O sacerdote, compenetrado, eleva a hóstia acima de sua cabeça, declina-a e a toca em sua face. Em seguida, a hóstia é depositada na patena. No contexto litúrgico, esse momento é a plenitude da missa católica, no qual o pão e o vinho vão se consubstanciar no corpo e no sangue de Cristo. Todos se ajoelham. O padre, que personifica Jesus, diz: “Nós Vos oferecemos, Deus Pai Misericordioso, em nome de Vosso Filho Unigênito, este Pão Imaculado, a fim de que se torne para nós o Corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo”. Os fiéis respondem: “Receba, ó Senhor, de Vossas mãos, a nossa humilde oferta e, aceitando-a benignamente, Vos digneis de nos nutrir com o Corpo de Vosso Divino Filho”. Consecutivamente, o sacerdote beija o cálice e, no mesmo instante, ouvem-se campainhas e

¹ Corporal: Pano quadrangular de linho com uma cruz no centro; sobre ele é colocado o cálice, a patena e a âmbula para a consagração (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 2015).

² Patena: Prato onde são colocadas as hóstias para a consagração. (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 2015).

sinos que são tocados pelos ministros que auxiliam a cerimônia em conjunto com um cântico instrumental.

Seguindo as clássicas gesticulações pragmáticas do rito, o padre faz a ablução das mãos com uma oração. Logo após, o celebrante enxuga as pontas de seus dedos com o pequeno pano e se ajoelha novamente por alguns segundos em reverência ao altar. Repetidamente se ouvem sons de sinos tocando. Entoa-se um hino de oferta. Em seguida, o sacerdote solicita que todos fiquem de pé e faz uma oração sobre as oferendas: Sacerdote: “O Senhor esteja convosco”. Fiéis: “E com o vosso espírito”. Sacerdote: “Para o alto os corações”. Fiéis: “Já os temos para o Senhor”. Sacerdote: “Demos graças ao Senhor, nosso Deus”. Fiéis: “É digno e justo”. É a consagração do pão. O sacerdote se curva novamente, exhibe a hóstia, levantando-a, simbolizando a Última Ceia, e diz: “Na noite em que foi entregue, Jesus tomou o Pão em suas mãos, deu graças, o partiu e disse: ‘Recebei e comei... isto é o meu corpo que será entregue por vós. Fazei isto em memória de mim’”. Neste momento do culto ninguém desvia a atenção, todos parecem absorvidos em devoção.

Abençoado o pão, com um aspecto contemplativo, o celebrante segura e ergue o cálice de vinho e, do mesmo modo, consagra-o, dizendo: “E depois de ter ceado, tomando o cálice, disse: ‘Isto é o cálice, é a nova aliança no meu sangue, que será derramado por vós para remissão dos pecados. Todas as vezes que o beberdes, fazei isto em memória de mim’”. Aos sons de sinos e campainhas, o celebrante faz um sinal da cruz com o cálice em mãos.

Consagrados o pão e o vinho, todos que estavam em reverência, de joelhos dobrados, levantam-se e a cerimônia continua numa costumeira prece litúrgica configurada na forma de breves invocações a Deus, a Jesus Cristo, à Virgem, aos santos, na qual o celebrante coloca as ofertas primeiramente nas intenções da Igreja, depois dos vivos, dos mortos, dos santos e dos assistentes. Assim, inicia-se o rito da comunhão, no qual todos rezam o “Pai Nosso”.

Durante o fracionamento da hóstia, segue-se a conhecida ladainha do “Cordeiro de Deus”, com invocações recitadas pelo pároco que se alternam com as respostas dos fiéis: “Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo [...]”. Numa estrutura habitual do rito católico, neste momento sobrevém a oração da comunhão e o celebrante invoca a Deus, dizendo: “Senhor, eu não sou digno que entreis em minha morada”. Os fiéis respondem: “Mas disseis uma só palavra e a minha alma será salva”. Os fiéis se preparam para receber a hóstia sagrada. Entoa-se um cântico e os fiéis ficam em fila, enquanto o sacerdote passa a entregar a eucaristia, primeiramente para os ministros auxiliares; em sinal de acatamento, todos se aproximam do pároco com as mãos entreabertas na altura do colo.

Esta comunhão se apresenta como o esplendor da missa. Ao final deste rito, o padre engole uma hóstia e emblematicamente sorve o vinho do cálice. Ao final da missa, o celebrante faz uma bênção de despedida.

Esse relato é de uma costumeira missa dominical em Novo Planalto, típica cidade do extremo norte do interior goiano que faz fronteira com o estado do Tocantins. O município não foge à regra da formação histórica de outras localidades dessa região, marcada pela associação entre a existência de terras inexploradas (devolutas) e ociosas e a abertura da BR-153, que permitiu o alargamento da fronteira goiana para a expansão e criação de novas comunidades. No final da década de 1950, com as notícias do progresso implementado por ações governamentais de povoamento dos rincões goianos, pequenos lavradores abriram picadas na mata, no recôndito norte, o que facilitava o acesso para o Mato Grosso, bem como para a Ilha do Bananal. Pois bem, Novo Planalto se localiza nesse ângulo do estado que, por meio de uma parca e incipiente economia predominantemente rural, composta por pequenos agricultores, começou sua povoação

A história do povoamento e das relações sociais comunitárias de Novo Planalto tem semelhanças com diversos outros municípios, incluindo uma igreja no centro da praça — primeiro passo para a composição das cidades Brasil afora. Regularmente, é no entorno da Igreja Católica que a povoação cresce. Deveras, a missa anteriormente narrada em nada muda em relação ao que se costuma ver numa celebração do catolicismo, com exceção de um aspecto: ela não faz parte dos rituais da renomada Igreja Católica Apostólica Romana (Icar), pois, em Novo Planalto, diferentemente de tantos outros lugares, as conexões com a fé foram estabelecidas por uma catolicidade dissidente, ou seja, que não possui vínculo com Roma: a Igreja Católica Apostólica Brasileira (Icab).

Trata-se, então, de um caso insólito, pois, no Brasil, não encontramos pesquisas ou relatos de uma quebra de monopólio tão acentuado do catolicismo romano em privilégio de uma catolicidade reformada. Em Novo Planalto, houve uma efetiva divisão da catolicidade, num período que ficou marcado entre seus moradores pela distinção entre católicos brasileiros e católicos romanos.

A história de Novo Planalto se confunde com a trajetória de vida do bispo Dom Waldemir de Araújo Ribeiro, pároco da Igreja Brasileira cujo templo está cravado no coração da cidade, isto é, na praça central. Após uma acirrada disputa entre as duas Igrejas pela exclusividade desse espaço público, Dom Waldemir conseguiu a permanência de sua Igreja nesse local de demanda. Tal revés sofrido pela Igreja Romana local foi permeado por um encadeamento de tensões (confusões, litígios) entre membros das Igrejas e envolveu toda a

comunidade. A história de Novo Planalto é a história da rivalidade entre as duas cristandades católicas.

Retornamos, depois, ao caso específico do catolicismo incomum de Novo Planalto, visto que, para se compreender essa situação local, é indispensável a compreensão da historicidade de rompimento do catolicismo no âmbito geral e o raciocínio sobre o caráter variado das manifestações religiosas brasileiras. Historicamente, há diversidade da cristandade no Brasil. Apesar de, a cada censo, a Igreja Católica perder campo para as igrejas neopentecostais, é inegável a sua posição privilegiada no Brasil. Há, contudo, uma religiosidade católica bastante variada:

A variedade de experiências religiosas brasileiras é, assim, ao mesmo tempo, ampla e limitada. É ampla porque, ao Catolicismo Romano e às várias denominações Protestantes, somam-se outras variedades de religiões Ocidentais e Orientais, além das variedades brasileiras de cultos de possessão cuja tradição é uma constelação variada de valores e concepções (DA MATTA, 1984, p. 114).

Esse caráter plural dentro da Igreja Católica, no Brasil, tem ares de exotismo. Sanchis (1994) se refere a esse elemento distinto na cultura religiosa brasileira, dizendo que há muitas religiões dentro da religião católica. Dessa forma, a maneira de professar a fé católica no Brasil tem elementos diferentes e curiosos que não são encontrados em outros países. As maneiras congêneres de professar essa fé sincrética são históricas e aceitas com bastante regularidade no Brasil.

A ideia de fundar uma Igreja católica nacional e independente de Roma não era nova. Essa investidura historicamente foi marcada por biografias de homens religiosos e ativistas políticos. No século XIX, durante a Confederação do Equador³, já havia sido sugerida por Frei Caneca. Ao longo do período regencial no Império, iniciativa parecida foi insinuada pelo regente, padre Diogo Antônio Feijó, secretário da supressão do celibato clerical compulsório. Feijó, por meio de discursos no Parlamento, apregoava uma Igreja mais admissível aos costumes locais.

De fato, a identificação com a cristandade católica no país não tem uma harmonia, não é una. Trata-se de um catolicismo com (re)arranjos coletivos de identificação. “A chegada do

³ A Confederação do Equador foi um movimento político e revolucionário ocorrido na região Nordeste do Brasil em 1824. O movimento teve caráter emancipacionista e republicano. Ganhou esse nome porque o centro do movimento ficava próximo à linha do Equador. A revolta teve seu início na província de Pernambuco, porém, espalhou-se rapidamente por outras províncias da região (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba). Em Pernambuco, centro da revolta, o movimento teve participação das camadas urbanas, elites regionais e intelectuais. A grande participação popular foi um dos principais diferenciais desse movimento (HISTÓRIA DO BRASIL.NET, 2017).

projeto de cristandade ao Brasil e a implantação do antigo sistema colonial acentuaram as coordenadas da oposição, já existente na Europa, entre a fixidez do projeto identitário católico e uma realidade sociocultural marcadamente plural” (ISAIA, 2013, p. 176).

O mito fundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira (Icab) ainda é permeado pela discussão sobre a primazia de fundação de uma igreja verde-amarela. Esse rompimento com a Santa Sé se materializou, pela primeira vez, em 1912, com o cônego Manuel Carlos de Amorim Correia, pároco de Itapira, no estado de São Paulo. Tal iniciativa não foi sem enfrentamentos, pois o cônego Amorim também propunha uma Igreja mais desimpedida, principalmente no que diz respeito ao celibato. De personalidade forte, o padre era um sujeito polêmico, foi aclamado por muitos fiéis e acusado por outros de coabitar com uma mulher e também de ser boêmio. Depois de uma série de desavenças com a hierarquia da Igreja e que levou à excomunhão do padre, Amorim Correia, valendo-se de sua popularidade, fundou a Igreja Católica Apostólica Brasileira. Meses depois da ousadia, o polêmico padre faleceu. Logo, a concepção de uma igreja nacional não teve maiores êxitos por falta de transmissão da sucessão apostólica e ordenações clericais.

Pouco mais de 30 anos após a morte do cônego Amorim, ressurgiu a ideia de um catolicismo à brasileira. Oficialmente, a atual Igreja Católica Apostólica Brasileira (Icab) foi refundada por Dom Carlos Duarte Costa, ex-bispo diocesano de Botucatu, São Paulo. Como exposto anteriormente, a trajetória das ideias de contestação e rompimento com Roma fora encabeçada por homens que eram mais que religiosos. Dom Carlos não era apenas um bispo que cuidava de sua diocese. Pertinaz crítico do regime de Getúlio Vargas, denunciou alguns “abusos” do Vaticano, uma possível ligação da Igreja com governos totalitários europeus.

Os acontecimentos que se seguiram na refundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira foram também de caráter político-ideológico, pois Dom Carlos era tido como agitador comunista. Em consequência de sua calorosa defesa do governo soviético e das doutrinas socialistas, foi preso em 1944, no final da Segunda Guerra Mundial, acusado de “comunista”.

Dom Carlos foi excomungado pelo papa Pio XII, um dia antes de, em 6 de julho de 1945, no Rio de Janeiro, ter lançado um “Manifesto à Nação”, iniciativa que corrobora a predisposição brasileira ao pluralismo religioso, como atesta Isaia (2013, p. 176): “fica evidente, em nossos dias, a multiplicação das possibilidades de interpelação religiosa e de arranjos pessoais, capazes de aprofundarem o subjetivismo religioso”.

Levando-se em consideração essa possibilidade de ramificação religiosa, esse manifesto se tornou um ato inaugural da postura eclesial dessa nova Igreja Católica e sua

cisão com os preceitos canônicos romanos. Sendo assim, a partir das tensões entre as catolicidades, em especial no caso de Novo Planalto, pretendemos pensar a possibilidade de um catolicismo sem referentes fixos.

Esta pesquisa contribuirá com a história do norte de Goiás, pouco explorada pela historiografia goiana, notadamente por contar uma história que, até a presente data, não foi tema de investigação histórica: a do conflito entre as catolicidades que fez parte do tecido social na formação de Novo Planalto. De forma atípica, a Igreja que normatizou a sociedade novoplanaltense não foi a milenar Igreja Católica Apostólica Romana — situação que, por si só, traduz-se em dilema. O processo de descoberta dessa variante nos permitirá, ao mesmo tempo, procurar respostas para questionamentos singulares: como se deu a especificidade em Novo Planalto da internalização das crenças da Igreja dissidente? Qual a importância de Dom Waldemir na formação histórica-religiosa de Novo Planalto? Como era a vida religiosa cotidiana nesse pequeno espaço de atuação de duas catolicidades competidoras? Nesse processo de reconhecimento e aceitação das premissas religiosas, a Igreja Brasileira usou, de algum modo — velado ou explícito —, a aparência teológica da Igreja Romana como recurso de captação e conservação do seu rebanho?

Além de estudar o aspecto social religioso, utilizando uma pacata cidade do norte de Goiás, esta pesquisa também pode trazer alguma contribuição ao entendimento dessa comunidade e sua relação com o universo mítico, pois, como diz Eliade (2010, p. 164), “conhecer as situações assumidas pelo homem religioso, compreender seu universo espiritual é, em suma, fazer avançar o conhecimento geral do homem”.

Para compreendermos questões como os esforços pelo controle clerical entre as duas igrejas, as preferências dos indivíduos entre uma ou outra catolicidade, as discórdias ocasionadas pela duplicidade católica nessa comunidade e os excêntricos arranjos religiosos que fizeram parte da formação de Novo Planalto, utilizamos como fonte os depoimentos de pioneiros e antigos moradores, isto é, a história oral foi aplicada como referência e também como pressuposto teórico-metodológico. Acreditamos que a história oral é válida para esse tipo de estudo que propomos, pois é

um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 2005, p. 18).

Considerando essa assertiva, esse tipo de fonte é de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho, pois os relatos dos envolvidos apresentarão nuances (versões) sobre os desdobramentos dessa história, bem como uma imagem mental, tanto do cenário religioso-comunitário como da vida cotidiana do período nesse espaço do sertão goiano.

Procuramos dispor dessa fonte memorialística por acreditarmos que, na escassez de documentos, ela é a mais atrativa para explorar da melhor forma o tema. Como certifica Alberti (2008, p. 170), “uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu”.

Além da fonte oral, utilizamos fotografias dos acervos pessoais de moradores (e colaboradores) e alguns poucos documentos em situação de arquivo, como tomos, relatórios das dioceses, livros de batismo e casamentos, encontrados na casa paroquial e no templo da Icab de Novo Planalto. Seja dito, de passagem, que enfrentamos algumas dificuldades de acesso a arquivos documentais da Igreja Católica Apostólica Romana.

Este estudo está dividido em três capítulos. No capítulo inicial, que contém três seções, apresentamos um recorte histórico das ideias — já no princípio do século XIX — de contestação e tentativas de reforma do catolicismo brasileiro — anseios que mais adiante, no século XX, levaram à ruptura católica e à fundação da Igreja Brasileira, fato ainda pouco explorado pela historiografia. Tal episódio nos leva pontualmente a pensar algumas questões: como a Igreja Católica pretende manter-se universal sem considerar os aspectos particulares locais? Como conservar sólidas as bases dogmáticas estabelecidas hierarquicamente?

A Igreja, ao pretender-se universal, transfere seus preceitos romanos sem considerar as idiosincrasias do cotidiano cultural brasileiro. Para esta abordagem dos ideais de criação de uma Igreja católica nacional, percorremos as primeiras manifestações de uma catolicidade adaptada aos costumes locais, que teve como idealizador mais famoso o deputado e regente Padre Antônio Diogo Feijó.

Num segundo momento desses ideais de reforma do catolicismo, vamos apresentar a primeira tentativa de fundação de uma Igreja católica brasileira, que teve como protagonista o cônego Manoel Carlos de Amorim Correa, na cidade de Itapira em 1912. E, ao final do primeiro capítulo, descreveremos a criação da Igreja Católica Apostólica Brasileira, sob a liderança de Dom Carlos Duarte Costa.

Nessa primeira parte do trabalho, coletamos informações a partir de pesquisa teórico-bibliográfica, descritiva, baseada na pesquisa em livros, artigos, revistas e publicações da

imprensa da época. De modo específico, na seção sobre as reivindicações reformistas do Padre Feijó, valemo-nos de levantamento bibliográfico, da imprensa escrita do período e das publicações dos “Annaes do Parlamento Brasileiro”, nos quais se encontram os discursos proferidos pelo regente acerca do tema. Na parte sobre a primeira fundação da Icab em Itapira, utilizamos basicamente jornais do período, dois livros escritos por autores daquela cidade e restritas referências sobre o caso. Na terceira seção, que aborda a refundação da Icab, em 1945, por Dom Carlos, recorreremos, de preferência, às discussões veiculadas nos jornais da época, pois a imprensa noticiou largamente a trama que sucedeu à ruptura.

O estudo do caso específico da cidade de Novo Planalto — catolicismos e cotidiano — será apresentado, utilizando como metodologia, em sua generalidade, a história oral, estruturada em duas variantes: “trajetória de vida” (narrativa individual do bispo Dom Waldemir), que corresponde ao segundo capítulo, e “história oral temática” (depoimentos variados dos fiéis apresentando suas versões e visões sobre a problemática), que corresponde ao terceiro capítulo.

O segundo capítulo, portanto, tem o objetivo de apresentar e discutir as contribuições das experiências religiosas conservadas na memória e narradas oralmente pelo bispo da Igreja Católica Apostólica Brasileira, Dom Waldemir de Araújo Ribeiro. Utilizamos o colóquio com o bispo como momento inaugural da pesquisa. Meihy (2005, p. 178) se refere ao fato de uma entrevista poder permear as demais entrevistas, esquema conhecido como “depoente ponto zero”, entendido como aquele que “conheça a história do grupo ou com quem se queira fazer a entrevista central”. Nesse caso, há a necessidade de o pesquisador conhecer o contexto e fazer uma ou mais entrevistas com essa pessoa, que “é a depositária da história grupal ou a referência para histórias de outros parceiros” (MEIHY, 2005, p. 178).

Isso posto, consideramos a trajetória de vida como possibilidade ao conhecimento da vivência característica do sujeito e que esse tipo de abordagem propõe imperiosamente a enunciação do narrador no desenvolvimento de construção historiográfica, ou seja, da composição produzida pela fonte “viva”, apresentaremos uma versão particular da história dos catolicismos em Novo Planalto.

Como recurso metodológico, optamos por conectar a narrativa produzida pelo bispo aos depoimentos de outros colaboradores⁴ concidadãos. Entendemos que coletivizar as visões

⁴ Sobre o modo de como nos referimos às pessoas que concederam entrevistas, resolvemos acatar as orientações de Meihy (2005, p. 124) que diz: “As novas imposições éticas exigem tratamentos diferenciados para quem se compromete a fazer entrevistas” de história oral. Em vez de usar termos consagrados em outras tradições disciplinares, que se valiam de referências como “ator”, “informante”, “sujeito” ou “objeto de pesquisa”, deve-se usar deliberadamente a palavra “colaborador” para o narrador, pois afinal o trabalho da entrevista é algo que

sobre o tema é a melhor forma de compreender esse universo comunitário, ou, como diz Mehy (2005, p. 132): “A história oral se realiza como uma forma democrática de versão de situações sociais que, no mínimo, suportam olhares diferentes”.

Porém, essa primeira parte de depoimentos (segundo capítulo) se refere à trajetória de vida de Dom Waldemir como uma espécie de fronteira entre as práticas cotidianas religiosas antes e após a chegada do religioso na cidade.

Ao lidarmos com a história de vida, estamos exercitando sobretudo nossa experiência acadêmica, pois tal recurso metodológico nos tira da habitual teorização e nos leva à realização do plano prático. Nesse método de pesquisa, o narrador de si assume um papel influente na “escriturística” em relação ao “homem ordinário” ou o “herói comum” (CERTEAU, 1994, p. 61), ou seja, sobre si.

Além disso, “as histórias de vida são fontes primorosas na reconstituição de ambientes, mentalidades da época, modos de vida e costumes de diferentes naturezas. Enfim, podem captar com detalhamento o que pode ser denominado como ‘substrato de um tempo’” (DELGADO, 2010, p. 22).

O depoimento, a representação pessoal se faz em conexão com outras referências grupais, trazendo à tona eventos de determinadas épocas que estão ligadas à sucessão de acontecimentos presentes no íntimo, na memória do colaborador; ao interpretar sua própria identidade, este notabiliza seu eu como protagonista da vida comunitária: “O esforço de mostrar a própria vida como um tipo de heroísmo cotidiano leva as pessoas a se autoprotetarem como síntese da vida coletiva” (MEIHY, 2005, p. 143).

O depoimento pessoal é capaz de revelar alguns componentes das perspectivas sociais espontâneas de determinado grupo e, todavia, conservar-se composto pela visão de mundo própria, isto é, numa integração dinâmica entre o pessoal e o coletivo. Na busca dos aspectos pessoais como essência da vida subjetiva, é possível afirmar que “há muito tempo as histórias de vida têm chamado a atenção de pessoas preocupadas em entender a sociedade em seus aspectos íntimos e pessoais” (MEIHY, 2005, p. 147).

Quando se trabalha a categoria trajetória de vida, o que se pretende basicamente é o ponto de vista, mas não desprovido de valores compartilhados pelo grupo. Destarte, a narrativa se torna correlação importante de todo um contexto; e, nessa versão, faz-se conveniente uma abordagem no sentido de expor as circunstâncias sociais e culturais de

demandas dois lados pessoais. “Colaborador” é um termo importante na definição do relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado. Sobretudo, é fundamental porque estabelece uma relação de compromisso entre as partes.

determinado grupo e como o protagonista de sua história se insere nessas relações. Essa biografia pode ser produzida por estágios de relatos de temporalidade escolhidos pelo entrevistado, com este se colocando no cerne dos eventos. Nesse caso, é importante que o pesquisador norteie a tessitura do enredo para uma cronologia das situações expostas e também para que a temática pesquisada seja notória.

A história de vida é o retrato oficial do depoente. Nesse sentido, a “verdade” está na versão oferecida pelo narrador, que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas. No encaminhamento mais comum adotado para a história oral de vida, a periodização da existência do entrevistado é um recurso importante, pois organiza a narrativa com base em fatos que serão considerados em contextos vivenciais subjetivos. A personalização do enquadramento da narrativa deve valorizar os vetores que indicam a história do indivíduo como centro das atenções (MEIHY, 2005, p. 149).

Entre os oralistas⁵, é comum valer-se das trajetórias de vida para examinar determinados eventos controversos de uma questão. Isso porque esse recurso interpretativo pode estimular o exame do assunto e, a partir da fala de outrem, constituir uma síntese da convivência social em determinada comunidade ou em certo “espaço vivido/ lembrado” (CALDAS, 1999, p. 94). Nessa peculiaridade é possível relacionar abrangências comunitárias latentes que deixam marcas na individualidade do sujeito. Nesse aspecto, o pesquisador deve conhecer a paisagem geral para aproximar-se de um olhar particular, promovendo o que é próprio de uma pessoa à uma situação coletiva — seria o mesmo que Carr (1982) diz sobre a importância de conhecer a floresta para examinar detalhadamente a árvore: “A sociedade e os indivíduos são inseparáveis; eles são necessários e se complementam um ao outro e não opostos. Nenhum homem é uma ilha em sua totalidade, cada homem é um pedaço do continente, uma parte do principal” (CARR, 1982, p. 56).

As histórias particulares nos auxiliam a elaborar comparações e estabelecer afinidades entre o sujeito do diálogo e seu ambiente. Por meio da entrevista, da palavra falada pessoal, é possível ao historiador coletar vestígios, fabricar e demonstrar os sentidos de um dado corpo social, pois, nosso ofício se faz com essas parcelas de recordações permanentes na vida das pessoas; nosso trabalho é reunir e sintetizar essas lembranças — muitas vezes esquecidas, por vezes não ditas — em narrativa escrita. Como dizia Borges (apud CARR, 1982, p. 17): “Minha memória é um amontoado de restos”; são esses resíduos nossa fonte documental na montagem de uma rede de experiências e relacionamentos, dado que “o historiador não está

⁵ Pesquisadores que adotam a metodologia da história oral em seus trabalhos acadêmicos.

realmente interessado no singular, mas no que é geral dentro do singular” (CARR, 1982, p. 56).

Quando nos propomos a textualizar a história, a vivência de alguém, isso significa que o roteiro tem suas características próprias, diferenciando-se dos postulados da história oficial. O que é relevante não é a reprodução de fatos, mas passar a conhecer o trajeto do colaborador em meio a uma abundância de espaços e perspectivas da vida dessa pessoa; isso nos conduz, em contrapartida, a conhecer sua realidade, momentos vitais de sua história. A biografia deve ser relatada de forma cronológica, e tal construção geralmente dá destaque às próprias vivências, ocupação, interpretação de sua identidade pessoal e coletiva, isto é, o narrador é a personagem principal da narrativa.

Mesmo imprecisa, não-totalizante, a narrativa pessoal representa uma significativa contribuição na produção simbólica de compreensão de uma dada sociedade. São vestígios de expressão das práticas ordinárias, da vida das gentes que não estão nos livros de história, que pulsam nas situações de vida em sociedade, pois a vantagem da narração contada por alguém é que essa descrição pode ser inacabável, o que torna a história envolvente. Benjamin (1993, p. 37) esclarece sobre fato e lembrança, dizendo que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.

A história de vida é nomeada como um subgênero na história oral. Quando os oralistas se dispõem a pesquisar assuntos de forma mais intensa ou compreender pormenores do panorama de um agrupamento, eles procuram relatos que englobem o ciclo de vida do entrevistado. O que se pretende nessa estrutura é que os diálogos possam sinalizar informações para as possibilidades interpretativas de suas vivências e as ligações entre a parte (individual) e o todo (coletivo).

Quando sujeitamos um objeto de pesquisa a esse campo especulativo do saber, a compatibilidade entre a história oral e trajetória de vida se apresenta como temática de contornos indefinidos. As fronteiras entre um esquema e o outro não estão evidentemente manifestadas, seja na metodologia ou nos indivíduos da investigação. O pesquisador, seja ele historiador ou especialista de outras áreas das ciências que estudam o homem e suas produções, elege a forma que quer empregar. Em síntese, “o que estamos buscando é entender a forma de organização mental dos colaboradores” (MEIHY, 2005, p. 149).

Alberti (2004) acentua que a abordagem mais empregada com relação à temporalidade é aquela na qual algumas narrativas se relacionam uma a outra, pois a história de vida pode

evidenciar o percurso de uma biografia e, de forma variada, a história oral pode tratar de um tema ou evento particular.

Nessa lógica de procedimentos, as histórias de vida permitem compreender visões/versões da biografia do indivíduo ou sentimentos deste em face de certas situações que podem revelar o significado de suas práticas, o universo que o cerca e a complexidade de suas interações comunitárias. O pesquisador pode complementar seu conhecimento próprio a partir da vivência falada do colaborador.

Nesse contexto empírico, a trajetória de uma vida se traduz no detalhamento da memória íntima que evidencia as operações e a consciência do personagem que se realiza como ser social. Na composição dessas narrativas, é possível servir-se de variadas matérias-primas para a elaboração da escritura dos relatos: referências bibliográficas, impressos pessoais — inclusive escritos pelo próprio colaborador — ou apenas dos enunciados orais, pois, como é comum nesse tipo de pesquisa, não se encontram fontes documentais escritas. Dessa forma, o que é dito em viva voz possibilita ao pesquisador avistar as “artes de fazer” (CERTEAU, 1994), os costumes e a visão de mundo que tem o enunciador que informa acerca de certas situações como ser de identidade e como participante de dada representação temporal e cultural.

Por isso, o diálogo entre entrevistador e entrevistado deve ser pensado com a finalidade de conhecer a vida do colaborador, tanto como ser social como ser de identidade própria. Nessa interlocução entre sujeito da pesquisa e sujeito pesquisado, sugere-se que o narrador de sua história relate momentos sucessivos de sua vida, pois sua história também é a história de seus semelhantes, ou como diz Bourdieu (1996, p. 184), “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva [...]”.

A expressão escrita das recordações de uma vida atende a um domínio enriquecedor das possibilidades investigativas. De acordo com Meihy (2005), essa modalidade de pesquisa estabelece outra “maneira investigativa” dos objetos teóricos: o vivido, a imagem de si, os valores, os conflitos, modos de vida, memória cultural.

Enquanto os procedimentos empregados pela história oral e a trajetória de vida se articulam como “história viva” (MEIHY, 2005, p. 17), o ponto principal de ambos os estudos se estabelece na compreensão das metamorfoses sociais, apontando para a correspondência entre distintos grupos e a valorização da lógica coletiva que possibilita desvendar, a partir de um aspecto integralizado, pensar a vida social de certa comunidade num específico período histórico, levando em consideração seus valores e representações.

As fontes de informação se apoiam no conjunto de depoimentos que possibilitam o indício oral, geralmente de grupos anônimos que manifestam o efeito de variadas mudanças sociais e na vida diária. É possível inserir, sobretudo, sua atuação como personagens nessas transformações. A história oral e, conseqüentemente, a história de vida, são essencialmente história social. Ambas as modalidades se complementam na produção de discursos como conhecimento histórico e não somente para criar uma relação ordenada da vida e da experiência de outros. Não se trata necessariamente de uma modalidade historiográfica para levantar informação, mas, sim, de uma via para a realização de novos ângulos de conhecimento.

A história oral de vida não se ocupa da vida como objeto exclusivo, mas se direciona às relações entre pessoas, convivência e identidades que predominam nas práticas e atitudes no interior do corpo social. Essa modalidade de estudo deve fazer evidente esse conjunto de relações que se constituem na intencionalidade dos relatos vivenciados. As descrições da própria vida são construções culturais fabricadas como referência inerente a um agrupamento de indivíduos, ou seja, suscita o conjunto de elementos como valores e hábitos.

No segundo capítulo, exporemos a vida religiosa do bispo Dom Waldemir de Araújo Ribeiro, contada por ele mesmo. Na redação da fala do personagem, o que pretendemos é a utilização do colóquio como dispositivo teórico na compreensão dos catolicismos de Novo Planalto e, especialmente, propiciar a reconstrução do passado a partir das lembranças pessoais do bispo.

Nesse aspecto, segundo Meihy (2005), a memória reinterpreta e sugere uma nova versão do acontecimento; logo, não deve ser tida como a descrição exata historicamente do que houve, mas expor um recorte, uma fotografia do universo do sujeito que fala, conforme esclarece Bosi (2003, p. 19): “Grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador de experiência vivida nos seres que compartilharam a mesma época [...]. Podemos colher enorme quantidade de informações factuais, mas o que importa é delas fazer emergir uma visão de mundo”.

Interessa-nos identificar o ponto de vista do narrador de si, suas realizações como religioso daquela localidade, seu conjunto de valores e sua influência como pároco local. Sobretudo, interessa-nos, de sua biografia, o significado dado ao que é apropriado reviver, como se a essência de suas interpretações de outro tempo nos dissesse sobre os arranjos do passado da história local e peculiar dos moradores do município, porque o relato individual não se concentra apenas na vida como conteúdo isolado, mas nas tramas sociais e interpessoais que cercam o protagonista.

Mesmo que aparentemente particular, a memória remete a um grupo, o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo na sociedade, já que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos (HALBWACHS, 2006, p. 30).

O terceiro capítulo traz uma série de depoimentos de antigos moradores e pioneiros da cidade sobre as querelas envolvendo as duas Igrejas católicas, suas práticas religiosas, além de um retrato mental de como era a existência em Novo Planalto nesse período. Por meio da história oral temática, procuramos apresentar a substância social da memória e também os aspectos culturais do lugar ao longo de fragmentos narrativos de cada colaborador.

A história oral temática tem como propósito central o conhecimento de um problema ou tema de investigação que se constitui como objetivo de conhecimento. Sendo assim, encontramos a combinação do enfoque biográfico (a história religiosa do bispo Dom Waldemir contada por ele mesmo) e o de história oral temática (os pontos de vista dos demais colaboradores), já que precisamos utilizar tais estratégias e fontes disponíveis para abordar essa coletividade social.

A rememoração dos moradores será o elemento de constituição e descrição dessa comunidade, considerando que a religiosidade é um fator essencial que os identifica como comunidade e também para fins de conhecimento de uma realidade social.

Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que essa reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2006, p. 39).

A história oral tem se tornado uma metodologia de pesquisa bastante difundida nos últimos anos e sua popularidade consiste fundamentalmente na escrita a partir da oralidade, no valor que se dá à palavra falada e à contraposição entre voz e escrita (CERTEAU, 1995). Entre os pesquisadores brasileiros, há uma tendência por uma “recusa da historiografia nacional, que valoriza mais os temas do que os papéis individuais, como polarização da influência francesa, que sempre enfatizou os processos de longa duração em nossa academia” (MEIHY, 2005, p. 147).

É possível perceber, além disso, a recusa da fala, a limitação da fala no lugar institucional. Daí a necessidade de certa reflexão acerca dessa controvérsia metodológica de

pesquisa historiográfica, pois consideramos que onde há ação humana, a imparcialidade torna-se um objetivo inatingível, abstrato:

A construção de representações sobre passado, que é imutável, mas que pode ser ressignificado — é uma articulação, quase sempre marcada por disputas e por tensões, pois a memória e o conhecimento histórico podem servir a diferentes senhores. Em outras palavras, não há neutralidade em qualquer forma de abordagem do passado (DELGADO, 2010, p. 56).

Albuquerque Júnior (2007) diz que o sujeito não pertence apenas a um lugar específico, reservado; o sujeito é composto pela eventualidade de uma fluidez, diretamente composta por ações ou absorções sociais. Todo indivíduo se produz e se desfaz de modo inacabável. Astutamente, esse sujeito se ordena, jogando cotidianamente com a profusão de normas socioculturais que a sociedade lhe oferece.

Para o esforço da compreensão desse “lugar-sujeito” e ao dar voz a essa “linguagem ordinária” (CERTEAU, 1994, p. 61), a história oral é um recurso de análise que vem sendo utilizado, já que origina uma fonte. A partir das recordações sobre determinados assuntos, podemos fazer uma investigação da experiência individual (religiosa) com um olhar para a vida em comunidade, considerando que a vida de cada pessoa “é o murmúrio das sociedades” (CERTEAU, 1994, p. 62).

O discurso oral das narrativas individuais é, em sua essência, a composição do universo vivido. É um enunciado autêntico que compreende os desejos, as práticas e o encadeamento de referenciais do ambiente em que se encontra o entrevistado. Suas lembranças/vivências são como um caleidoscópio que apresenta variadas gradações — alvas, escurecidas, iluminadas, sombrias — e também lapsos ou supervalorização de dados. São reminiscências pregressas que evidenciam certos acontecimentos e omitem (esquecem) outros.

Pelo fato de permitir também a visita a outras esferas da vida, essa manifestação é revolucionária. Exatamente aí residem o seu maior mérito e o seu maior risco. A possibilidade de explorar aspectos da intimidade individual é uma alternativa que ganha espaço na medida em que são mais cultivados os estudos sobre a vida privada (MEIHY, 2005, p. 49).

A realização da entrevista se torna convidativa à recomposição dos arranjos e sentimentos do passado vivido, trazendo à tona detalhes valorosos da identidade do entrevistado. Assimilam-se às práticas substanciais da realidade dessas pessoas no tempo e no espaço praticado.

Não se trata de estabelecer o que é exatidão ou invenção, fato ou ficção, mas, acima de tudo, há que presumir as lembranças como uma interpretação particular dos acontecidos, das operações habituais das gentes, como reminiscências significativas que harmonizam associações singulares às narrativas; então, “não se busca a verdade e sim a versão sobre a moral existencial” (MEIHY, 2005, p. 148).

Empreender uma pesquisa com história oral é significativa para ampliar nossas possibilidades de reflexão ou enriquecer nossa proposição teórica. Por isso, o pesquisador, ao comentar os relatos dos colaboradores, participa da dinâmica, transformando entrevista em diálogo. Como afirma Meihy (2005, p. 125), de modo algum somos indiferentes à história relatada: “Evidentemente, não se advoga a possibilidade de uma ação neutra, distante e imparcial. Isso simplesmente não existe. O que se pede é uma postura profissional, disposta à escuta e ao diálogo”.

CAPÍTULO I: OS IDEAIS DE UMA IGREJA NACIONAL E A FUNDAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA

Os dogmas católicos são prescrições, referências para uma Igreja que se pretende universal — universalidade que tem em Roma a disposição hierárquica para o ordenamento da fé católica e, conseqüentemente, a sujeição de toda a comunidade católica ao redor do mundo. Essa centralidade romana é o elemento que resguarda os ensinamentos sagrados. Como em toda religião, os dogmas são incontestáveis por legitimar a verdade. Porém, em toda sua história, o catolicismo sofreu reveses diante de contestações da cultura local.

No Brasil, desde os primeiros anos do século XIX, as objeções às doutrinas universais católicas se tornaram visíveis. A falta de seminários preparatórios para a formação de sacerdotes alargou a oportunidade para agregar leigos com seus costumes locais, quer dizer, sem a especialização exigida, como em Portugal. Nessas circunstâncias, a catolicidade possibilitou maior abrangência de ensinamentos, representatividade própria e independência em relação à autoridade romana. Por isso o “aparecimento de novos agentes, padres e leigos, cujo comportamento será progressivamente independente da Hierarquia” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 94) — fato que levou a sucessivas interpretações particulares dos preceitos romanos que colocaram tradicionais condições nativistas acima das instruções canônicas.

No panorama cultural do interior de São Paulo dos primeiros anos do século XIX, destacou-se o padre Antônio Diogo Feijó. Com disposição religiosa e eclesiástica independente, Feijó iniciou sua luta no sentido de transformação ideológica da estrutura hierarquizada romana. Num cenário de liberalismo pautado na separação entre Estado e Igreja, Feijó estava inserido numa época em que a doutrina regalista⁶ condicionou seus esforços na direção de um Estado laico. Foi esse contexto de interferência secular nos assuntos religiosos que condicionou, na prática, os posicionamentos desse padre.

Na condição de deputado e regente imperial, Feijó entabulava suas disposições políticas reformistas com característica nativista. Entusiasmado com as transformações políticas liberais, serviu-se do púlpito do parlamento para lançar ideias de mudanças no catolicismo aos moldes brasileiros. Sem planejar, o padre Feijó se tornou pioneiro nos ideais de ruptura entre a Igreja romana e o catolicismo brasileiro. As propostas de mudanças no catolicismo brasileiro se transformaram em dissidência a partir das rupturas do cônego Amorim, em Itapira, São Paulo e, décadas depois, com a consolidação da Igreja Católica

⁶ Teoria e prática que outorgava aos governantes civis o poder de gerir assuntos internos da Igreja. A expressão regalismo deriva da palavra regalia, que significa privilégio, vantagem, prerrogativa.

Apostólica Brasileira por iniciativa de Dom Carlos Duarte Costa. Vamos, então, à procura da origem desse reformismo e da consolidação de outro catolicismo no Brasil.

1.1 Abalos no rochedo: padre Antônio Diogo Feijó e as primeiras tentativas de reforma no catolicismo brasileiro

“Pois também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (MATEUS, 16:18). É comum, em qualquer debate acerca da universalização do credo católico, fiéis usarem essa passagem bíblica do livro de Mateus para justificar e reforçar o que consideram a verdadeira Igreja de Cristo. O mito fundador do catolicismo está presente na figura de Pedro, estimado pelos cristãos católicos como o primeiro papa e o apóstolo escolhido para erguer a Igreja e unir os povos do mundo numa só fé. Essa rocha firme e universal tem, na materialização do cristianismo, o projeto de cristandade que se estende à humanidade — um programa moral e espiritual com leis que se constituiriam no decorrer da história como eixo regulador das convenções, atividades e costumes dos seres humanos.

Essa edificação de consentimento de todos se tornaria universal e reguladora da vida dos pecadores. De acordo com seus princípios, a Igreja Católica salvaguarda a entrada dos predestinados pecadores, lapida e zela pela instrução do povo de Deus.

Esses ideais de universalização da fé sofreram, ao longo de toda a história do pensamento católico, abalos, tensões e questionamentos. Tais agitações tiveram seu ápice no século XVI com a Reforma Protestante. Principalmente a partir desse período — que teve o padre Martinho Lutero como figura mais proeminente nas mudanças sofridas pelo catolicismo —, as transformações nas premissas religiosas se deram de forma externa e também interna, sendo que “o catolicismo como religião universal opõe-se à maneira como é entendido em contextos históricos” (CUNHA, 1987, p. 191).

As ideias questionadoras e de reforma da Igreja são antigas em todo o mundo. As circunstâncias de recebimento da fé católica e suas ressignificações mostram que o conceito de universalidade é bastante complexo. A edificação dessa guardiã da humanidade e o caráter de universalização e junção dos povos numa só tradição foram marcados por abalos sísmicos desde sua idealização. A pedra que se manteve firme, rija, sólida em certos contextos históricos, deu sinais de suas primeiras rachaduras no prelúdio de sua popularização e institucionalização.

No Brasil, esses princípios cismáticos começaram a aparecer logo após a Independência do Brasil em 1822. Entre os nomes com maior destaque na tentativa de uma reforma da Igreja estava o padre regente imperial Antônio Diogo Feijó.

Antes de ficar conhecido como regente uno imperial, padre Diogo — como era conhecido em Itu, São Paulo — foi um político liberal engajado e atuante. Filho adotivo de uma família de padrão de vida razoável no interior paulista, o costume da primeira metade do século XIX lhe reservou o destino habitual entre as famílias aristocráticas menos privilegiadas: o de ser padre. Em outras palavras, para os filhos de família nobre, o destino mais comum era majoritariamente o curso de direito em Lisboa; para os filhos da classe média, restava a carreira sacerdotal como forma de ascensão social. “Era um pobre enjeitado, não absolutamente sem eira nem beira, mas com todas as restrições de uma origem equívoca. Para adquirir alguma ilustração e se impor teria forçosamente que se refugiar na vida eclesiástica, como tantos na capitania decadente” (AZEVEDO, 1942, p. 18).

Sua certidão de batismo o apresentava como filho de “pais incógnitos”. Em toda sua existência, o padre jamais negou sua condição social e a nódoa em sua genealogia. Em 1835, abriu seu testamento com a mesma sentença de sua certidão de batismo: “Sou natural desta cidade, filho de pais incógnitos” (FEIJÓ apud EGAS, 1912, p. 24).

Feijó foi adotado pela tradicional família paulista de sobrenome Camargo, de mediana nobreza paulista. Filho de uma irmã solteira do reverendo Fernando Lopes de Camargo, a criança “enjeitada” foi amparada pelo “reverendo e sua outra irmã, a viúva Maria Gertrudes de Carvalho” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 20). Considerando que um filho fora do casamento constituía mais que um crime, ainda um dos evidentes estigmas sociais da época, é importante considerar a origem de um dos primeiros homens notáveis que tentou estabelecer ecos de mudanças nas estruturas e na comunhão da catolicidade brasileira.

Os estigmas do abandono podem ter influenciado o psiquismo particular do padre Feijó ao longo de sua existência, tornando-se, assim, mais um elemento na composição de seus ideais polêmicos reformistas. Soma-se a essas questões, de acordo com Novelli Junior (1963), os indícios de ser filho bastardo de um pároco. Esse contexto psicossocial ganha relevância, pois pode ter influenciado o padre em sua posição questionadora da tradição católica.

Bloch (1989) afirma que conhecer a origem do biografado é de suma importância para entender o contexto onde ele atua. Além de sua genealogia, infância e estruturas familiares, podemos considerar os elementos histórico-sociais inseridos na vida do padre Feijó, já que “o mundo natural está integrado ao mundo social” e o ambiente, “o lugar da natureza e a

natureza do lugar” (ESCOBAR, 2005, p. 5) constitui parte preponderante para entendemos os contextos no qual o sujeito está fixado. As substâncias naturais se aliam ao aspecto das comunicações, do estilo de vida, da maneira de ser e pensar.

Às margens do grande centro urbano, num ambiente de tranquilidade, no qual a “vida passa devagar”, na calmaria de São Paulo oitocentista, local de mansidão, de garoa constante e suave, em “1784, na pacata e rústica vila de São Paulo, nascia Diogo Antônio Feijó, sendo deposto à porta de uma casa respeitada e solarenga” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 21).

Em meio à terra da chuva de remanso, as previsões parciais eram de clima nebuloso para o tradicionalismo católico e sua centralidade consolidada em Roma. “Nesse S. Paulo, ‘arraial de sertanistas’, e nas vilas de Parnaíba e Guaratinguetá, encontrou Feijó as bases para sua formação cultural” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 35). Uma vista panorâmica do sertão paulista nesses tempos se faz necessária para compreendermos a paisagem cultural e social de São Paulo nos primórdios do século XIX, ambiente que trilhou e no qual se formou o filho “enjeitado”. Novelli Junior (1963, p. 33) acentua que “esse caráter não pode ser perdido de vista ao se evocarem as suas casas, as suas ruas, os seus jardins, as suas chácaras, os seus caminhos e as suas fontes, o seu abastecimento e a sua indústria, e as atividades intelectuais, artísticas ou religiosas dos seus moradores”.

A comunidade, o lugar e a natureza influenciam a força criadora, a formação das condutas, e, como diz Woodward (2013, p. 10), citando o sociólogo Stuart Hall, possibilitam a constituição da “posição-de-sujeito” no mundo. Isso suscita dizer que Feijó constituiu o lugar em que habita, pois “nosso conhecimento do mundo pode ser descrito como um processo de adestramento no contexto com o meio ambiente” (ESCOBAR, 2005, p. 5).

Introduzindo-se na vida como um “agregado”, de forma complexa, diferenciando-se do convencional, Feijó não chegou à marginalidade social, pois sua família, além do abrigo domiciliar, deu-lhe o amparo social para transpor obstáculos como “as barreiras das convenções hipócritas” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 37).

Somando-se essa psicogênese estrutural do que poderia ser a formação da personalidade, os primórdios dos processos mentais do filho “ilegítimo, menino exposto” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 38) e o ambiente doméstico católico, na vila de São Carlos, onde Feijó passou boa parte de sua vida, o sacerdócio seria o caminho único possível como alternativa de superação dos obstáculos naturais, culturais e sociais. A elevação do espírito vocacional para enfrentar essas dificuldades e contestar o convencional se tornou uma peculiaridade no ânimo à ação do padre Feijó. “Sempre disfarçando a consciência de mutilado social, fez de sua vida, com os conselhos de São Paulo, uma superação. Sua luta resumiu-se

na luta pela sua integridade, pela reconquista de si mesmo. A sua vingança foi a sua inteireza moral” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 48).

Nesse universo sertanista, informal, simples por natureza, aliado ao ajuste do meio social, temos um panorama da personificação dos arquétipos e das expectativas do padre Feijó. Mas, que espécie de padre era Feijó? É possível estabelecer conexão entre seu psiquismo particular, o ambiente sertanista da cidade de Itu da primeira metade do século XIX e o clima social e histórico para compreender as contestações indeléveis às estruturas romanizadas do catolicismo brasileiro? Quais os atores que o cercavam?

Nos idos de 1818, o padre Feijó, seguindo o ímpeto e a natureza de mudança, transferiu-se para Itu e aderiu a um grupo religioso conhecido como Padres do Patrocínio⁷, que tinha como líder um frei conhecido como Jesuíno do Monte Carmelo. Foi nessa cidade que o padre Feijó acendeu o viço das alternativas de um novo modo de ver, sentir e professar o catolicismo eclesiástico, encontrando, nesse grupo, a sua maior inspiração para a luta em prol da reforma da Igreja e do clero brasileiro. Segundo Ricci (2001), essa congregação teve grande influência na educação e no pensamento de liberdade religiosa do padre Feijó.

Agrupados em uma espécie de irmandade cristã, os Padres do Patrocínio procuravam viver certo particularismo religioso ascético. Empenhavam-se numa doutrina cristã contemplativa e espiritual com mais vigor. Como não possuíam vinculação prática com o Vaticano, “frei Jesuíno montou, por conta própria, um arremedo de ordem religiosa” (CALDEIRA, 1999, p. 27).

O Brasil do começo do século XIX ainda não contava com escolas superiores. Logo, a preparação dos padres no Brasil também era desprovida de um ensino preparatório aos moldes europeus. “Estudar por conta própria era o caminho para a maioria dos padres brasileiros daquela época” (CALDEIRA, 1999, p. 23). Um padre leigo (instruído de forma independente das ordens religiosas romanas) poderia ser diplomado por meio de exames seculares e conseguia ascender à carreira administrativa, mas geralmente em posições inferiores na posição das atividades públicas. Porém, mesmo se esses padres aprovados para o sacerdócio

⁷ Autodenominados “Padres do Patrocínio”, eram um grupo de religiosos ascetas que fundaram uma comunidade religiosa independente, não regulada pela Igreja Católica. Com autodesignação em referência à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu, São Paulo, a irmandade patrocínista se reunia, de forma autônoma, para o estudo dos ensinamentos cristãos, contemplação espiritual própria, com orações e reclusão mística. Padre Antônio Diogo Feijó saiu da vila de São Carlos para se juntar aos Padres do Patrocínio. Essa sociedade doméstica expressava um modo de vida na prática em harmonia com a originalidade da cultura predominante interiorana, com a gente do lugar. A confraria patrocínista, aos poucos, tornou-se bastante popular na cidade de Itu e região. Além de padre, Frei Jesuíno do Monte Carmelo foi também pintor, poeta, escultor, arquiteto e compositor. Com seu carisma, aliado ao ambiente doméstico, teve forte influência no pensamento e na atuação de Feijó, que se tornou um dos membros mais fervorosos dessa ordem religiosa.

no Brasil se assemelhassem com o laicato tupiniquim em algumas questões de ordem comportamental, uma matéria específica deveria ser seguida tanto pelo governo imperial como pelo Vaticano: eles não podiam contrair matrimônio. Tal regra, no entanto, frequentemente era desconsiderada por muitos clérigos. De modo especial, os sacerdotes que não eram membros das ordens religiosas eram os que mais infringiam as normas canônicas estabelecidas pela Santa Sé. Nessa época, menosprezar o voto de castidade era comum entre os padres e demais membros da Igreja. “Ricos ou pobres, muitos seculares tinham mulheres e filhos. Estavam em todas as paróquias e estratos sociais” (CALDEIRA, 1999, p. 25).

O perfil sociológico de Feijó encontrou em padre Jesuíno seu congênere e, logo, este se tornou seu confessor. Feijó, em muitos momentos, fez declarações nas quais exprimia sua grande admiração pelo padre Jesuíno.

Padre Jesuíno era um tipo de pessoa como Feijó. Ambos tiveram uma história de vida parecida. A marca estigmatizada da condição de negro se fez presente na biografia desse sacerdote. Mulato — condição étnica que impedia o ingresso a quase tudo, até mesmo às ordens religiosas —, padre Jesuíno, aos poucos, foi conquistando adeptos para sua confraria.

As características do pluralismo católico e os reveses das pretensões de universalidade começavam a ganhar forma no Brasil. O resultado das dimensões e do sucesso da catolicidade manifestada, de maneira singular, pela irmandade dos Padres do Patrocínio, foi a oposição da elite eclesiástica (geralmente composta pelas ordens religiosas).

Mesmo antes do aparecimento das polêmicas contestatórias do padre Antônio Diogo Feijó, ficava evidente a pluralidade do modo de “ser-igreja” entre a população brasileira e os clérigos locais. A cidade de Itu, no sertão paulista, deu uma amostra clara da circulação de ideias diferenciadas sobre o catolicismo que se pretendeu universal. Sobre as biografias dos padres populares e suas doutrinas com características místicas, Monsenhor Galvão Fortuna fez uma síntese dessa doutrina patrocínista: “Era uma congregação cujos ideais podiam ser vistos como se explicava por todo um conjunto de conceitos que haviam nascido muito antes do surgimento de Feijó” (CAMARGO, 1928, p. 231).

Na São Paulo do começo do século XIX, essa comunidade de padres leigos representava todo um sentimento e modo de viver da sociedade rural brasileira — uma sociedade desigual, excludente e que privilegiava os bem-nascidos. Padre Jesuíno e padre Feijó eram exemplos de um povo que vivia às margens de um distinto comportamento eclesiástico estabelecido nas relações com a centralidade romana. Tais relações se caracterizavam como subjugação dos comportamentos desviantes, que distinguia como inferiores esses padres que traziam a infâmia da bastardia, da degeneração espiritual

independente e que tinham no preconceito de cor a simbologia da diferenciação entre o poder papal romano e o catolicismo tropical brasileiro.

Nesse ambiente se instituíram as fronteiras hierárquicas — tanto para os leigos como para os clérigos seculares — e as conjunturas civilizatórias da edificação da “boa sociedade, mais poderosa e melhor”, com a construção de referência da cristandade universal a ser seguida como “modelo para os outros” (ELIAS; SCOTSON, 1994, p. 10). Esse modelo foi infringido por uma comunidade “desviante”.

O fervor espiritual dos Padres do Patrocínio sofreu uma baixa em 1821 com a morte do seu líder espiritual, Frei Jesuíno do Monte Carmelo, fato que selou o fim da irmandade. O que não cessou foi a dedicação de padre Feijó na sua luta devota por uma vida cristã mais independente das normas romanas. A vivência junto à fraternidade patrocínista foi um componente importante que o influenciou, sobremaneira, em sua defesa pela espiritualidade cristã livre dos ditames europeus. Esse entusiasmo de emancipação das modalidades do cristianismo acompanhou Feijó em toda sua trajetória como padre e também nas atividades políticas, sempre sustentadas nas doutrinas regalistas que eram preponderantes naquela época.

Com um sacerdócio interiorano, estilo de vida singelo, alicerçado na simplicidade sertaneja, Diogo Antônio Feijó entrou para a política, aliando as atividades eclesiásticas às funções públicas legislativas e administrativas. Fez dessa composição de homem público e representante de Deus, isto é, um padre-político, base de apoio para a defesa de seus ideais de mudança dentro das estruturas sociais vigentes e no interior dos dogmas católicos. Muitas vezes Feijó deixou de ser visto como padre-político para ser apontado como político-padre, por causa de sua luta no sentido da mudança das condições da gente humilde e na contenção dos elementos religiosos oficiais estabelecidos desde Roma. Seu zelo era cristianizar por meio do entendimento doméstico: “Era um padre amigo de seu breviário e de seu Deus e ao mesmo tempo um caboclo fiel à sua terra e à sua faca de ponta” (SOUZA, 1942, p. 153).

A aproximação com os setores populares e com a condição de vida modesta das gentes sertanistas da cidade de Itu levou padre Feijó, progressivamente, aos mais altos cargos da política brasileira: “Com uma origem modesta, havia galgado os sucessivos degraus sociais e políticos” (RICCI, 2001, p. 130).

Foi nesses ideais de liberdade, na defesa das práticas de relações sociais autônomas, que padre Feijó assentou sua doutrina catolicizada à maneira brasileira — princípios independentes que o acompanharam em sua carreira política. Dessa forma, “mesmo sem nunca ter abandonado o sacerdócio ou a evangelização, tornou-se deputado, senador e regente imperial” (RICCI, 2001, p. 301).

Sem jamais desconsiderar a importância e a notoriedade do homem público e político que ficaram registradas na história brasileira — e que tiveram seu ápice na atuação como regente imperial —, o que nos interessa aqui, primordialmente, é a sua defesa de uma catolicidade que, ao seu ver, deveria ser orientada de acordo com os costumes do povo.

Padre Antônio Diogo Feijó se tornou deputado em meio a um dos períodos mais delicados e conturbados da história do Brasil: a independência brasileira. Em 1821, “dois anos após, em dissolução do cenóbio ituano, Feijó já então um liberal convicto em política, sagrado pelo voto popular, vai defender a causa do Brasil junto às Cortes Constituintes de Lisboa” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 318). Ao retornar ao Rio de Janeiro em março de 1823, o Brasil já havia se tornado um país independente. Sua atuação como defensor de adaptações das convenções sociais às conjunturas próprias da sociedade brasileira passava pela significativa reforma dos preceitos estabelecidos desde Roma. Foi no período “de 1826 até 1831, que Padre Diogo passou a aplicar seu discurso neste novo espaço público que havia sido aberto para algumas pessoas: o Parlamento” (RICCI, 2001, p. 328).

Entre os discursos que sugeriam reformas nas normas romanas, destacou-se, de início, a defesa que Feijó fez sobre o uso de trajes mais adequados ao clima tropical brasileiro. Embora fiel a Cristo, há muito ele abandonara a observância do uso das vestes talares⁸. Discordava veementemente dessa tradição católica. Criticado por usar roupa civil, em detrimento da costumeira batina, Feijó teve sua réplica publicada pelo jornal “Aurora Fluminense”, do Rio de Janeiro: “Não afeto religião, nem ponho minha glória em passear pelas ruas da cidade de hábito talar. Não sou virtuoso, mas as virtudes que ambiciono são a humildade e a caridade cristã, em que resolve tôda a moral cristã” (AURORA FLUMINENSE apud EGAS, 1912, p. 98).

Historicamente, até o Concílio Vaticano II, em 1961, quem deliberava sobre a vestimenta dos párocos eram os bispos locais, mas todos os bispos aplicavam as mesmas regras. Havia, na Igreja Católica, certa uniformidade. Entretanto, levando em consideração os costumes dos trópicos e pensando numa merecida liberdade adaptada à vida num ambiente abrasador, Feijó desmerecia as vestes seculares, o que, para seus adversários, era um comportamento de desobediência. A uniformidade nas vestes talares tradicionalmente usadas pelos clérigos católicos como hábito eclesiástico decoroso, digno de um representante de Deus na terra, tem como função representativa a distinção dos sacerdotes. Os trajes talares são considerados, pela Igreja Católica, sinais de eminência para o pároco autêntico.

⁸ As vestes talares, de utilização específica pelos clérigos, têm sua origem nos trajes sacerdotais da antiga Roma. Talar significa “que desce até os calcanhares” (PRIBERAM DICIONÁRIO, 2018).

Nesse modo de ser padre, que substancialmente personificara, em suas ações, a aproximação de uma Igreja que vai até o povo e não o contrário, Feijó, descumprindo práticas tradicionais da Igreja, apresentava-se de acordo com as diferenças culturais, as diversidades climáticas e os costumes locais. A Igreja Romana estabelecia que a roupa eclesiástica deveria diferenciar-se das vestimentas dos leigos. Porém, como o padre Feijó “detestava as vestes talares” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 7), seguia sua própria consciência e os costumes locais. A questão da vestimenta oficial, considerada decente, foi mais um conflito no ambiente católico que seguiu toda a sua vida espiritual, pastoral e de insurreto às barreiras sociais.

Proativo, Feijó defendeu outras reformas sobre temas eclesiásticos. Como liberal e, principalmente, um religioso contestador, na Assembleia Legislativa gerou a polêmica em torno de um projeto proibindo a entrada de frades estrangeiros no Império brasileiro.

A questão é, se o poder temporal pode proibir aos religiosos do Brazil prestar obediencia aos prelados que habitão paizes estrangeiros, negar este poder é introduzir um principio anarchico capaz de destruir a ordem social, e fazer voltar ao Brazil à sorte miseravel dos estados que desconhecirão esta attribuição inseparavel da sociedade (FEIJÓ, 1876a, p. 195).

Na posição de parlamentar e ao mesmo tempo sacerdote, Feijó deixava clara sua posição regalista em contraposição às deliberações da Santa Sé por meio de um projeto de lei apresentado na sessão legislativa de 17 de maio de 1828. Seu posicionamento se deu de maneira intensa, caracterizado no seu discurso contrário, sem rodeios, às imposições exteriores. Com tal medida, o reformador Feijó interveio nos assuntos que diziam respeito à observância interna das ordens religiosas. Permaneceu firme em seus ideais de soberania do governo brasileiro em oposição às normas papais:

[...] toda a sociedade tem o poder de rejeitar qualquer lei ou disposição da igreja, que de qualquer modo possa promover a desordem, ou perturbar a tranquillidade pública; e note-se bem, se o mesmo papa, cujo poder vem de Deus e a quem não podemos deixar de obedecer sem incorrer no crime de apostasia sem deixarmos de ser catholicos, não pode ser no Brazil sem consentimento do governo, e em muitos casos da assembléa segundo a constituição, como não podemos tirar a obediencia dos religiosos aos subalternos do papa? (FEIJÓ, 1876a, p. 195).

Mesmo no incipiente poder constituinte imperial brasileiro, Feijó, por meio da tribuna da Câmara, promoveu seus debates ácidos de soberania brasileira. Embora com alguma ressalva de obediência ao sumo pontífice, entrou em confronto com as normas romanas e fez oposição aberta à obediência da Igreja brasileira em relação a Roma.

Digo mais, que é uma fraqueza e uma vergonha mendigarmos do papa, como quer o Sr. arcebispo, aquelle favor de que nem mesmo ele goza, e que é todo de nossa atribuição. E se a nação brasileira não tem a força e o poder necessario para promover sua propriedade sem o consentimento da curia romana, então não é independente, não é nação (FEIJÓ, 1876a, p. 195).

Considerado em seu tempo, por alguns adversários, como herege, padre Feijó se tornou obstinado na conservação do predomínio do poder temporal sobre a disciplina da hierarquia romana. Persistiu em sua trajetória bifurcada de separação entre o poder civil e a obediência aos princípios romanos.

[...] diz o Sr. bispo que nós iamos cooperar para o peccado dos frades, fazendo-os desobedecer aos seus superiores. Não é assim. O seu voto de obediencia consiste na resolução de os obedecer, logo que o poder temporal, a quem elles devem maior obediencia, o permitir. D. José prohibiu recorrer a Roma, e cortou toda a comunicação dos portuguezes com a se apostolica; e esteve Portugal em peccado? Quando o papa determinar alguma cousa ao Brazil e se lhe recusar o *placet*, estarão em peccado os brasileiros por não obedecerem ao pontifice? Não. Nós como catholicos estamos firmes em obedecer ao papa em tudo aquillo que o poder temporal consentir, isto é, em materia de disciplina (FEIJÓ, 1876a, p. 195-196).

Feijó resguardava as especificações do regime de padroado⁹ no qual vivia o Brasil em detrimento da obediência à Santa Sé, mas, num tom desafiador, pôs em debate as políticas portuguesas regalistas que, na ocasião, afrontavam as determinações de Roma, e exortou o posicionamento da Igreja nas situações similares que ocorreram em Portugal.

Com esse posicionamento resolutivo, o padre paulista, ao mesmo tempo em que encabeçava atitudes de estímulo ao cisma com os princípios romanos — divergências vanguardistas desde a comunhão com os Padres do Patrocínio —, começava a acumular opositores. Fato compreensível, pois o sentimento tradicional do catolicismo unificador

⁹ “É a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos). No período colonial, as atribuições e jurisdições do padroado eram administradas e supervisionadas por duas instâncias juridicamente estabelecidas no Reino português: a *Mesa de Consciência e Ordens* e o *Conselho Ultramarino*. A primeira, criada pelo rei Dom João III em 1532, julgava, por mandato papal e real, os litígios e causas de clérigos e de assuntos ligados às “causas de consciência” (práticas religiosas especialmente). A segunda tratava mais dos assuntos ligados à administração civil e ao comércio. Faziam parte de ambas delegados reais, geralmente doutores em teologia nomeados pela Santa Sé. A união indissociável entre Igreja Católica e Estado português e espanhol marcou a ação colonizatória destes dois reinos em disputa pela hegemonia no comércio mundial no início dos Tempos Modernos e também as ações pastorais de atrair à fé católica os povos nativos das terras conquistadas, e ainda, a luta contra o avanço do protestantismo. O fim do regime de padroado no Brasil se deu com a Proclamação da República em 1889” (TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2018).

permanecera incorporado entre os católicos. Com essa oposição aos preceitos romanos, ele foi considerado um Lutero brasileiro por alguns religiosos: “Era, na verdade, uma voz de quase protestante a falar pela bôca de um sacerdote católico” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 108).

Ainda sobre o projeto de lei referente à proibição de frades estrangeiros, continuou a usar das prerrogativas de deputado para defender ardentemente o poder público renovado, isto é, o direito do padroado de delimitar a linha divisória entre o poder imperial e o Vaticano. Voltou a afirmar na tribuna que “o uso em que sempre esteve o antigo govêrno, de revogar qualquer lei disciplinar da Igreja que se opunha aos interesses da sociedade” (FEIJÓ apud NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 108).

No contexto do liberalismo e do nacionalismo — princípios da Revolução Francesa que atravessaram o Atlântico —, as circunstâncias giravam em torno do padroado, tendo o governo imperial como exímio depositário da legislação religiosa disseminada no recente país independente e incorporado pelo padre progressista. Quando seus opositores no plenário da Câmara levantaram a incompetência da Assembleia para legislar sobre a proibição de livre entrada de padres estrangeiros, Feijó argumentou, dizendo que essa questão “nada tem que envolva negocio espiritual”, mas que “seria maravilhoso que o poder temporal não pudesse decretar que os bispos em lugar de 14 ou 20 conegos tivessem sómente 8 e sómente pagarião esses 8” (FEIJÓ, 1877, p. 74).

Em seu “momento político” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 53) de atuação liberal mais fervoroso, insistiu na prevalência do poder imperial brasileiro frente aos preceitos romanos. Segundo Novelli Junior (1963, p. 74), Feijó argumentava que, se era prática da Assembleia fundar e distribuir paróquia, também caberia ao poder temporal criar cadeira de cônego sem precisar de solicitação da hierarquia romana. Insistia, então, na doutrina de interferência do governo imperial sobre a Sé Apostólica. Feijó dizia que os sacerdotes eram “empregados eclesiásticos” da nação.

À reforma da Igreja e ao cisma é possível acrescentar um contraponto entre o cristão devoto e homem público sóbrio. Coerente com os princípios liberais, padre Feijó chegou à crítica áspera contra o autoritarismo papal acima dos interesses públicos. Afirmava que “a tendencia para o despotismo é innata a todo o poder. Desde o papa até o ultimo empregado ecclesiastico se forceja pelo arbitrario” (FEIJÓ, 1877, p. 75).

Valendo-se do debate em torno da proibição de livre entrada de padres estrangeiros no Brasil, fez admoestações acerca do absolutismo episcopal: “O papa não convoca mais concílios gerais porque teme a reforma; os bispos nem convocam concílios diocesanos, nem

ao menos consultam os seus cabidos¹⁰, porque querem governar absolutos” (FEIJÓ apud NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 74).

Feijó ainda ironizou os vícios de absolutismo causados pela característica autoritária romana:

Os cabidos estão hoje reduzidos a famulos dos bispos; ornão as suas sés, assistem-lhes ao solio, tirão-lhes as mitras e carregão-lhes os baculos; e é para isto que se criarão os cabidos, e é para êste cortejo dos bispos que a nação despensa os rendimentos publicos? E quererá esta augusta camara que isto continue? (FEIJÓ, 1877, p. 75).

Com desaprovações categóricas à forma administrativa centralizadora episcopal, Feijó se mostrava austero crítico à Sé Apostólica. Mesmo afirmando que sua posição de político, que defendia os princípios do padroado, estaria acima do comportamento de padre, era inegável a veemência reformadora do padre político. “Certo, ele foi enérgico, como poucos em nossa terra, inflexível muitas vezes até a teimosia, coerente no melhor sentido, que é o da fidelidade a si mesmo” (SOUZA, 1942, p. 9).

Seus atos, sua atuação parlamentar, seus reformismos não poderiam estar separados da sua condição de clérigo — circunstância inesperável entre o político e o espiritual, apontada muitas vezes com desaprovação por alguns biógrafos: “Mais parecia um reformador protestante a deblaterar contra o fausto da Igreja que um honrado sacerdote católico” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 109).

A sua intervenção contra a entrada de padres estrangeiros ensejou, além desse tema, o crescimento de sua oposição ao autoritarismo romano. Concluiu, sem hesitar, seu discurso sobre o projeto de lei na sessão da Câmara de 9 de julho de 1828, dizendo: “Trata-se de uma instituição ecclesiastica, e nós demos um juramento de manter a religião catholica romana, e o meio de mantel-a, é remover da igreja tudo quanto é deshonra e cheira a vaidade e orgulho” (FEIJÓ, 1877, p. 75).

Compreende-se que, com tais questões polêmicas, Feijó chamou para si a atenção e, conseqüentemente, a oposição de todo alto clero. Além de atacar a disciplina católica com potência e reprovação, escandalizava a audácia de sua ideologia regalista. Ao finalizar seu

¹⁰ “O cabido é um órgão colegial que, inicialmente, tinha por funções assegurar o serviço religioso da sé ou igreja a que pertencia, não só a celebração das missas, mas também, principalmente, a Liturgia das Horas, tendo, entretanto, alargado a sua função ao aconselhamento do bispo ou do seu vigário-geral. Este órgão é formado por elementos eclesiásticos, ligados por uma “regra” devido à qual são designados como cónegos, num número máximo de cinco dignidades. [...] O cabido, seja catedralício ou colegial, é obrigado a ter estatutos próprios, estabelecidos e aprovados em reunião capitular e, posteriormente, aprovados pelo prelado diocesano” (CARITA, 2016).

discurso, replicou, com ironia, um deputado, dizendo que obedecer silenciosamente aos princípios da Igreja romana era “ser muito hospede da historia da igreja” (FEIJÓ , 1877, p. 75).

Fato é que “seu nome estava escrito em comentários, críticas e polêmicas religiosas e políticas” (RICCI, 2001, p. 26). Para alguns, seu posicionamento teórico era considerado “ultra-regalista” e beirava mesmo as “raias de um reformismo protestante” (NOVELLI JUNIOR, 1963, p. 109), mas sua genuinidade estava na percepção da vivência autóctone, pois “Feijó dizia menos por si do que por toda uma coletividade de padres cidadãos das vilas nas quais ele se inseria” (RICCI, 2001, p. 26).

Toda a biografia do padre Feijó é marcada por polêmicas, discursos reformistas do catolicismo e ataques à disciplina centralizadora de Roma, à qual o padre paulista não hesitou em acusar de autoritária. Entre todos os seus enfrentamentos aos preceitos da Santa Sé, em nome de um catolicismo aos costumes regionais, o mais controverso foi o tema do celibato. Nenhum outro ponto causou mais debates que esse assunto.

O primeiro passo foi dado não por Feijó, mas por um deputado pela Bahia, o médico Antônio Ferreira França. O parlamentar apresentou projeto de lei, defendendo que o clero brasileiro fosse desonerado da lei do celibato. O autor do projeto começou o que seria uma longa discussão e ampliou os atritos com a Igreja Católica. Dizia a proposta: “Indico que o nosso clero seja casado e os frades e as freiras acabem entre nós” (FRANÇA, 1876b, p. 11).

Iniciada no plenário da Câmara, a controvérsia em torno do voto de castidade logo ressoou pela imprensa, tendo o padre Feijó como ardoroso defensor. O jornal “Aurora Fluminense” publicou a seguinte declaração:

O que, porém, não cedo a ninguém é a glória de desejar muito sinceramente a felicidade da minha pátria, o restabelecimento da honra, e a dignidade clerical e a salvação de tantas almas, que inevitavelmente se perdem pela existência de uma lei da qual nenhum bem resulta, como provarei (AURORA FLUMINENSE apud EGAS, 1912, p. 282).

Apresentado o projeto e posto em discussão, Feijó expôs, de modo eloquente, seu voto em separado. Munido de um arsenal de proposições, apresentou em forma escrita e oral, ponto a ponto, os inconvenientes da abstinência clerical. De maneira sequencial, ordenou seus argumentos contra essa norma do cânone romano.

Em primeiro plano, Feijó discorreu sobre a matéria, mostrando-se um observador desse regulamento. Dirigindo-se a seus pares, o deputado padre entabulou seu vigoroso combate pela abolição do celibato clerical:

Há muito tempo que meditando eu sobre os meios da reforma do clero, e folheando os anais do cristianismo, estava convencido que a origem mais fecunda de todos os males, que pesam sobre esta classe interessante de cidadãos, era o celibato forçado. Consultei autores católicos e não-católicos, filósofos e canonistas; e a solidez das razões dos que censuram a lei, e insuficiência dos argumentos dos que a pretendiam sustentar, acabaram de firmar minha opinião (FEIJÓ, 1999, p. 280).

O futuro regente imperial se mostrava um interessado estudioso nas reformas da Igreja brasileira. Inflexível sobre esse assunto, Feijó prosseguiu seu parecer do projeto parlamentar na composição dos seus princípios reformistas, os quais considerava indispensáveis para o catolicismo brasileiro, argumentando que

não sendo o celibato prescrito aos padres por lei divina, nem mesmo por instituição apostólica, e sendo aliás origem da imoralidade dos mesmos, era da competência da Assembleia Geral revogar semelhante lei. Que se fizesse saber ao papa esta resolução do Império, revogasse as que impõem penas ao clérigo que casa (EGAS apud CALDEIRA, 1999, p. 280).

Contestando a divindade dessa lei, em seu parecer, Feijó desacreditou a finalidade da norma do celibato. Questionou o valor da continência sexual entre os clérigos, argumentando que sem o regulamento não haveria transgressores, haja vista que foi justamente essa regra, que se tornou padrão no catolicismo, o motivo da “imoralidade” dos clérigos. Esse raciocínio deixava claro que o preceito romano da castidade nem sempre era cumprido entre os clérigos brasileiros. Aliás, celibato e sacerdócio, de modo geral, constituíam um latente conflito na América Latina e na Europa. Sabe-se que esse tema nunca foi unânime entre os membros da Igreja Católica. Feijó, “folheando os anais do cristianismo” tinha a plena consciência do construto do celibato: “Quem sabe o que foi a Igreja nos três, ainda nos seis primeiros séculos em matéria de disciplina, não a conhece hoje” (FEIJÓ, 1999, p. 347).

Apesar de ser da ordem secular, acusado por muitos contemporâneos seus e mesmo biógrafos de não ter o conhecimento necessário sobre os cânones da Igreja, Feijó se mostrava profundo conhecedor e também consciente de seus ideais. Sobre a instituição dessa regra, Silva (2010, p. 55) explica:

O celibato foi instituído pelo Concílio de Elvira em 306, restrito à região da atual Espanha, mas somente no I Concílio de Latrão (1123) se estabeleceu a obrigatoriedade da castidade para todo clero latino, apesar das resistências. No Concílio de Trento (1545 – 1563), o celibato foi confirmado como regra inquebrantável.

Ignorados pela Igreja, os costumes locais se tornaram uma bandeira de luta do padre considerado rebelde. Esse, sem dúvida, foi o ponto que causou mais contenda entre os ideais reformistas de Feijó e a universalidade romana. A discórdia em torno do voto de castidade adquiriu características de rompimento, de uma quase fissura entre a cultura e práticas regionais com a Igreja Católica Apostólica Romana. “Assim, refletia o Regente, a proposito dessa temerosa questão, em que elle se aprestava a travar luta, contra o cléro romano, indo até a originar um scisma” (ELLIS JUNIOR, 1940, p. 416).

Agindo mais como um legislador na defesa dos usos e costumes de seu país do que como um padre que se submetia inteiramente às leis canônicas, Feijó continuava em defesa da abolição do celibato. Dissertou longamente sobre a teoria e a competência do poder temporal, este que deveria vincular-se à concordância do corpo social de cada comunidade: “A natureza, pois, do matrimônio convence que ele é um contrato, como outro qualquer, que tem sua base no direito natural; que está subordinado aos interesses da sociedade, e por isso mesmo sujeito à direção do poder temporal” (FEIJÓ, 1999, p. 283).

Enérgico ao questionar as ordens do Vaticano sobre o celibato, certo da ineficácia dessa regra que produzia hierarquia, distanciando os clérigos dos demais membros da sociedade, Feijó sustentou sua defesa na sessão plenária da Câmara, em tom bastante contestador e objetivo: “A necessidade desta abolição se patenteia por três razões muito claras: 1ª, porque é injusto, 2ª, porque em lugar de produzir bens, ocasiona grandes males; 3ª, porque ainda quando não produzisse males, é inútil” (FEIJÓ, 1999, p. 296).

Descredenciando os princípios morais transcendentos determinados pela Cúria Romana, Feijó dirigiu sua tese para a condição inata do ser humano para a concupiscência e, naturalmente, o casamento: “O direito que tem o homem de contrair matrimônio é um direito essencial à sua espécie” (FEIJÓ, 1999, p. 296). Intensificou seu postulado da invocação da característica natural do conúbio, servindo-se de passagens bíblicas: “São Paulo já havia ensinado aos coríntios ‘que os que não se continham, se casassem’, e Jesus Cristo bem havia declarado ‘que a continência era uma dádiva gratuita do Céu, e que nem todos eram capazes de tomar resolução de a praticar’” (FEIJÓ, 1999, p. 298).

Usando tanto o antigo como o novo testamento, Feijó advogava que cabia ao clérigo a decisão da obediência da castidade. Mostrava-se indignado com as leis que considerava arbitrarias e injustificáveis: “Decretar, portanto, que o padre jamais possa contrair matrimônio, é um absurdo, um despotismo, uma injustiça” (FEIJÓ, 1999, p. 300). Argumentou que essa norma “está em oposição às necessidades da natureza humana; porque

tende a obrigar uma classe inteira a sacrifícios extraordinários, sacrifícios que Deus não exige, mas somente aconselha aos que são capazes de uma tal resolução” (FEIJÓ, 1999, p. 300).

As sugestões de mudança das leis romanas apresentadas pelo deputado Ferreira França na Câmara e defendidas por Feijó provocaram grande celeuma entre outros parlamentares e clérigos. O maior adversário de Feijó nesse embate ideológico foi o arcebispo da Bahia, o bispo Dom Romualdo Seixas¹¹, que se posicionou contrário ao parecer, qualificando de exótica e ridícula essa questão: “[...] o que eu receio que também se diga de nós [...] que depois de tantos, tão serios e tão importantes trabalhos, a sessão legislativa vai terminar no acto verdadeira exotico e ridiculo do casamento dos padres” (SEIXAS, 1876b, p. 120).

Feijó, porém, permanecia inflexível em sua propositura reformista. Causando alvoroço no plenário pela discussão da matéria que dividia opiniões de deputados entre prós e contra à abolição do celibato clerical, foi firme em sua réplica, ressaltando que “exotico e ridiculo é o concubinato do clero” (FEIJÓ, 1876b, p. 120). Nessa sessão da Câmara ele recebeu apoio do deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos, que disse que “ridiculo e exotico seria preferir a concubinação dos clerigos ao casamento delles” (VASCONCELLOS, 1876b, p. 120).

Feijó não retrocedeu em sua posição. Demonstrava que a mancebia e o concubinato eram práticas comuns na sociedade brasileira do século XIX. Suas convicções claramente se baseavam na aceitação dos costumes locais e, formalmente, ele denunciava a Igreja Romana por fazer vistas grossas à realidade particular do país.

Para reforçar sua tese, Feijó se revelou bem instruído acerca das normas estabelecidas pela Igreja em vários concílios e também fez um histórico das querelas envolvendo a lei do celibato. Valeu-se dos estudos para desvalorizar a norma, mostrando que ela não apenas é um critério estabelecido, que nada tem de divinal, como também não é unanimidade na universalidade católica.

Eu demonstrarei, pois, pela história da Igreja, e pela autoridade de razões respeitáveis: que o celibato dos padres não é de instituição divina, e nem mesmo apostólica; que tem origem nos princípios do século IV; que esta disciplina não se faz geral na Igreja do Ocidente senão depois do século XII; e que a Igreja do Ocidente de hoje conserva os seus padres casados, sem que jamais a Igreja latina se achesse a censurar-lhe esta prática; antes pelo contrário a tem autorizado e até permitido aos que se tem incorporado a ela modernamente (FEIJÓ, 1999, p. 310).

¹¹ Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia foi eleito deputado pela Província do Pará para a 1ª legislatura no período de 6 de maio de 1826 a 3 de setembro de 1829; deputado pela Província da Bahia para a 3ª legislatura no período de 3 de maio 1834 a 15 de outubro de 1837 e deputado pela Província do Pará para a 4ª legislatura no período de 3 de maio de 1838 a 21 de novembro de 1841. Foi presidente da Câmara dos Deputados de 3 de julho de 1828 a 4 de maio de 1829, e de 4 de maio a 3 de agosto de 1841 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018a).

Feijó não se furtou de acusar a aplicação específica da regra em diferentes contextos e sociedades. Expôs sua tese, fundamentando-se na não interferência da Igreja relacionada à infração que ocorria no Ocidente. Acentuou a diferenciação de tratamento e reforçou sua defesa da soberania brasileira em contraposição às leis romanas.

Insistiu na inviolabilidade dogmática da lei do celibato, recorrendo às Sagradas Escrituras: “Lancemos os olhos para o Evangelho: não vemos uma só palavra da qual se colija, já não digo claramente, porém, ainda com o mais forçado torcimento, que Jesus Cristo exigisse e nem mesmo recomendasse aos padres o celibato” (FEIJÓ, 1999, p. 311).

Contudente, Feijó lançou inquirição desafiadora, comparando o valor dado pela Igreja ao voto de castidade e ao voto de pobreza:

Mas porque o celibato é um estado mais perfeito, deve, por isso, ser necessário e indispensável ao padre? Não é a pobreza uma perfeição muito claramente designada no Evangelho, e acaso já se faz dela um preceito ao padre? Qual será, pois, a razão por que se deixa esta a seu arbítrio, e se faz da outra um preceito? O certo é que uma nem outra foi por Jesus Cristo determinada aos padres (FEIJÓ, 1999, p. 311).

Feijó revelava o tratamento desigual dado à obrigação da castidade, comparando com a autonomia clerical do voto de pobreza. Além disso, criticou as normas romanas, argumentando que elas não tinham embasamento bíblico. O padre paulista, em seu afã liberal, mostrava-se um ferrenho defensor dos interesses nacionais e aliado dos costumes locais.

Sobre a independência cultural de cada povo, destacava a emancipação da Igreja do Oriente relacionada à disciplina do celibato. Acusava a Igreja de adotar tratamento diferenciado na liberação do voto de castidade no Oriente:

As Igrejas latina e grega conservam-se unidas por muitos séculos ainda; celebram juntas alguns concílios gerais; mas guarda-se silêncio sobre esta matéria; cada Igreja segue sua disciplina. Separam-se as duas Igrejas; e quando se trata de união, é a grega a que exige entre outras coisas, da latina a abolição do celibato (FEIJÓ, 1999, p. 330).

Seria exagero dizer que o padre Feijó exortava a separação da Igreja com Roma. Apesar disso, é considerável o teor de sua luta pela autonomia de uma catolicidade própria, aos costumes brasileiros. O padre, que atuava com maior afinco como político liberal, elevava ainda mais a disputa pelo catolicismo aos modos brasileiros. Com tal propositura, mostrava que a doutrina e a teologia da Igreja Católica não deveriam ser consideradas dogmas, que essa lei nada tinha de sagrada e que “a disciplina, pelo contrário, é de sua natureza variável, já porque se funda em cálculos humanos, que podem ser falíveis” (FEIJÓ, 1999, p. 331).

Defendia, assim, a idiossincrasia do ser-católico, respeitando a faculdade dos sacerdotes nas decisões concernentes à castidade — prerrogativa que “deve ser apropriada às circunstâncias do tempo, lugar, e pessoas, que nem sempre são as mesmas” (FEIJÓ, 1999, p. 332). Com essas assertivas, Feijó contestava, de maneira audaciosa, a universalidade do catolicismo:

Repetirei as palavras de Richard, por isso mesmo que ele é acérrimo defensor do celibato; eis aí: “A disciplina é essencialmente variável, porque ela não consiste em coisas necessárias à salvação ou ordenadas pelo Evangelho; mas em práticas ou indiferentes em si, ou não necessárias; e cuja utilidade é relativa aos tempos, às pessoas, às nações; e que por isso podem ser úteis num tempo a respeito de certos povos; inúteis e mesmo prejudiciais em outros tempos, e a respeito de outros povos” (FEIJÓ, 1999, p. 332).

Entre a obediência total às normas papais e a defesa dos costumes locais, Feijó não tinha dúvida de sua convicção pela segunda condição. Isentou-se da rebeldia da qual foi acusado e certificou sua suscetibilidade pelo catolicismo de aparência brasileira: “Não só é lícito, como de mais a mais é um dever do homem social, e do bom cristão censurar toda a legislação que está em contradição com a natureza, e com os fins da associação a que pertence” (FEIJÓ, 1999, p. 332).

Em seu desfecho sobre a matéria, Feijó recorreu mais uma vez às Escrituras para atestar que mesmo Jesus Cristo não interviu nos assuntos de governo. Com perseverança, defendeu o beneplácito imperial.

Saiba que J. C. não veio a este mundo para dar leis aos Estados. Ele foi o primeiro em obedecer às leis civis; jamais se quis intrometer no governo temporal. Não apareceu na qualidade de monarca, mas na de sacerdote supremo, aperfeiçoando a lei escrita; instituindo sacramentos e ministros para administrarem (FEIJÓ, 1999, p. 352).

Com tendências reformistas, fez críticas à Igreja, mas não ao catolicismo em si. Deu indícios de que sua oposição era contra Roma e suas diretrizes universais e não contra a personificação da catolicidade como princípio. Sugeriu, então, que a Igreja fosse reestruturada, levando em consideração os variados contextos: “A religião é santa: detesta semelhantes procedimentos. Os ministros dela, que são homens, e muitas vezes tolos, presumidos, atrabiliários são os que se valem do pretexto da religião para cevarem o seu mau gênio. Contra estes é que devemos todos gritar: Alerta! Alerta!” (FEIJÓ, 1999, p. 354).

Além dos embates envolvendo as vestes talaras, proibição da entrada de frades estrangeiros no país e abolição do celibato, Feijó promoveu outras contestações. Como membro da comissão eclesiástica na Câmara, discutiu assuntos como o ensino religioso.

Numa sessão em 1830, mais uma vez fez duros questionamentos, contestando a matéria que versava sobre o “ensino da religião católica e da prática dos preceitos da moral cristã” (FEIJÓ, 1878, p. 121). Com aceno precursor, raro, nunca esperado da parte de um padre, Feijó se pôs contra a doutrinação católica nas escolas: “Eis porque eu digo que não se deve obrigar por fôrça a que se aprenda uma religião que não querem” (FEIJÓ, 1878, p. 121).

Era, portanto, uma defesa do cristianismo nas escolas, não do catolicismo. Defendia seu princípio liberal dizendo que “nas escolas se ensinem os princípios da moral cristã, única coisa que nós podemos mandar ensinar” (FEIJÓ, 1878, p. 121).

O Feijó das disputas político-clericais se posicionou ainda pelo fim dos conventos no Brasil. De acordo com Ricci (2001), além dos embates que incomodaram a alta hierarquia da Igreja, ele havia sido favorável ao fim das ordens religiosas no país. Sem batina, sobrepôs os princípios liberais regalistas ao atributo eclesiástico romano. Mesmo que, em sua luta por um catolicismo ajustado aos costumes locais, ele não tenha falado deliberadamente acerca de um cisma entre a Igreja Romana e uma possível Igreja Brasileira, é possível notar, em seu empenho, a reforma em direção aos costumes locais e ao modo de ser católico brasileiro.

Em seu projeto inicial de unidade católica universal, a Igreja, como vimos, historicamente esbarrou em dilemas que dicotomizaram a edificação una consagrada no livro de Mateus, 16:18. De um lado, Roma, hierarquia, referência de um corpo doutrinal católico; de outro, a paisagem social múltipla, distante da oficialidade romana. Rigorosamente, a mesma crença. Contudo, a relação cotidiana de uma sociedade doméstica traz à tona a fluidez do catolicismo e a diversidade de sua representação. Tal heterogeneidade acarreta problemas de relações hierárquicas que afetam de forma direta a disciplina estabelecida desde Roma.

Foi nesse panorama social rústico, de um ser-católico apartado da Europa, que se inseriu o padre Antônio Diogo Feijó. Em desarmonia com preceitos canônicos estabelecidos pela Igreja de unidade religiosa, Feijó expôs o autêntico cenário brasileiro. Era fiel a si mesmo e à sociedade da qual fazia parte. Seu engajamento se traduziu não essencialmente numa ruptura cristã católica, mas na expressão de um catolicismo humanizado, reflexo da cultura e das experiências múltiplas de sua época. Experiências que comprovam os conflitos entre o ser-católico sectário dos poderes papais rigorosamente estabelecidos, institucionais, e a emergência de uma catolicidade não-homogênea com caráter sublime, beirando, muitas vezes, o desmembramento da Igreja.

Feijó e, mesmo antes dele, a sociedade patrocínista são, portanto, reflexos de um conflito que se estabeleceu sobre uma verdade que se pretendia universal. A vocação da Igreja

produtora de significado a partir de um ponto de vista legal, de um corpo administrativo globalizado, padecia de reveses.

No Brasil, já em princípios do século XIX, padre Feijó se tornou o primeiro intérprete do advento da crise da comunidade cristã católica, com contestações que sobrepuseram os interesses nativistas às deliberações do organismo central romano, em prol de um catolicismo mais democrático, menos universalizante, com diretrizes brasileiras. Com pontos de vista próprios, alternativos à hegemonia do Vaticano, Feijó foi a personificação dessa heterogeneidade do povo de Deus. Com decidida defesa dos costumes do povo brasileiro, o ex-regente imperial deu forma ao catolicismo que se seguiu após suas pioneiras contestações: um catolicismo que jamais se mostrou uno. Ao contrário, as transformações institucionais, políticas e ideológicas revelaram o caráter volúvel e a crise do modelo universal de Igreja, com autoridade suprema papal, que levaram, um século mais tarde, ao cisma da Igreja.

1.2 Itapira (SP), 1913: o lançamento das bases de uma Igreja Católica nacional

Itapira, cidade do interior de São Paulo, foi o cenário onde se materializou o primeiro rompimento no catolicismo nacional. Segundo Carlos (2010), a comunidade, constituída por volta de 1820 e elevada à condição de cidade anos mais tarde, foi formada por lavradores, pessoas humildes que tinham como fundamento religioso o catolicismo tradicional associado a credences populares.

Lemos Filho (2000) ressalta que a maioria absoluta das cidades brasileiras foi alicerçada na legitimação representativa da Igreja; portanto, com Itapira não foi diferente. Sob a composição devocional de ritos católicos, surgiu o lugarejo chamado por seus antigos moradores de Macuco, que posteriormente se tornou Itapira.

A primeira fundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira foi em 1913. Mas, para compreendermos de forma mais clara o seu surgimento, é preciso associar essa fundação de catolicismo cismático a uma história lendária de culto popular irrompida alguns anos antes desse desmembramento católico. Por meio de uma série de reportagens baseadas em depoimentos de antigos moradores e publicados no jornal “A Noite” (1945), Mandato¹² (1999) fez uma recompilação da fábula local.

¹² Jácomo Mandato foi historiador e pesquisador da história de Itapira. Nasceu em Itapira em 1933. Atuou como vereador, tendo inclusive sido presidente da Câmara Municipal no biênio 1983-1984. Faleceu em 2009, aos 76 anos (ITAPIRA, 2015).

Conta a história que, por volta do ano de 1906, residia num casebre à beira de uma estrada à entrada da cidade, um velho ex-escravo, doente e desvalido chamado Nicolau. “Morava Nicolau num rancho, nos subúrbios da cidade, à porta do qual se sentava e estendida a mão encarquilhada aos raros transeuntes, implorando a caridade da esmola” (MANDATO, 1999, p. 15).

Nicolau havia contraído a lepra, doença emblemática que atormentava toda gente daquele período histórico. Certo dia, deram pela falta do enfermo rejeitado. Aberta a porta da cabana, encontraram o defunto em estado de decomposição e o enterraram nos arredores da habitação. Por cautela, a cabana foi incinerada a mando das autoridades locais. Dias após a morte de Nicolau, um morador observou que, em meio às cinzas do casebre, florescia um cogumelo que tinha a mesma feição da mão direita do leproso, “com a palma voltada para cima” (MANDATO, 1999, p. 15).

Ignorado em vida, Nicolau passou a ser gradativamente conhecido por todos. Segundo Mandato (1999), humilde e supersticiosa, a população do lugar acreditava que ocorrera um milagre. O cogumelo ficou conhecido como “mãozinha”. Não demorou muito para a capela em cinzas transformar-se num rudimentar memorial de culto à “mãozinha”. “Todos queriam ver a ‘mãozinha’ do leproso” (MANDATO, 1999, p. 15). Entre os moradores de Itapira, havia quem garantisse ter preces atendidas por intervenção divina da milagrosa “santa mãozinha”.

Em pouco tempo a população de Itapira passou a comentar o estranho fato. [...] Era bom mandar rezar missa para o descanso da alma do pobre negro, pois podia estar ‘penando no outro mundo’! Não viam que a ‘mão’ de pau estava ‘pedindo’ alguma coisa, como Nicolau quando esmolava? Dizem que sofreu muito quando era escravo (MANDATO, 1999, p. 15).

Moradores das cidades vizinhas começaram a fazer peregrinação e a popularidade da “mãozinha” foi aumentando de tal maneira que, em pouco tempo, a nova seita possuía centenas de devotos. Meses depois foi erguido um altar para adoração da imagem miraculosa: “Logo construíram uma capelinha onde a ‘mão do Nicolau’, colocada num nicho, passou a ser venerada. À capela foi dado o nome de Santa Cruz da Mão Aparecida ou Igreja da Mãozinha” (MANDATO, 1999, p. 16).

A devoção à “mãozinha” continuou sem mais novidades até o começo de 1913, data da fundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira, idealizada pelo padre Manuel Carlos de Amorim Correia. À vista disso, a corporificação do catolicismo nacional, apartado de Roma, estava intrinsecamente ligada à credence excêntrica: “Rompendo com a Igreja de Roma e

estando sem paróquia, o cônego Amorim se apossaria da referida capela, transformando-a na sede patriarcal de Igreja Brasileira” (MANDATO, 1999, p. 16).

Voltemos, contudo, alguns anos antes e paremos em 25 de setembro de 1909. Nesse dia, de acordo com Mandato (1999), era recebido em Itapira o jovem padre (36 anos) Manuel Carlos de Amorim Correia, para prestar os seus serviços ao povo católico da humilde cidadezinha, na condição de vigário.

Conforme divulgado pelo jornal “A Cidade de Itapira”, de maio de 1910 (apud BRANDÃO, 1979), o padre, português de nascimento, jovem e cheio de ideias novas, devido ao seu dinamismo e à energia empregada nas atividades religiosas da cidade, conquistou de maneira impressionante o povo itapireense, que elogiou os feitos do padre. “Amorim promoveu festas, dinamizou as associações religiosas, realizou, com excepcionalidade, as solenidades da Semana Santa, de forma que a imprensa local elogiou bastante o brilhantismo desta festividade” (MANDATO, 1999, p. 22).

Logo nas primeiras semanas de suas atividades como chefe religioso da cidade, o padre Amorim tomou algumas providências: “preveniui aos interessados sobre o vencimento de foros anuais de terrenos pertencentes à Igreja, adquiriu em São Paulo um rico presépio; comunicou que iria celebrar missas em outra capela da cidade além da matriz” (MANDATO, 1999, p. 22).

Lemos Filho (2000, p. 54) relata que padre Amorim tinha tendência a monopolizar todas as crenças e práticas devocionais, sendo que o vigário foi um inimigo ferrenho da devoção à “Mãozinha” e, assim, esforçou-se para impedir o seu crescimento, proibindo a participação dos católicos nas festas e cultos na Igreja da Mãozinha, bem como se preocupando com a realização de festas em sítios e fazendas sem autorização do vigário.

Por outro lado, o padre atingiu uma popularidade notável, tendo como evidência a repercussão da notícia, publicada em “A Cidade de Itapira”, de agosto de 1910 (apud BRANDÃO, 1979), sobre o seu restabelecimento após um período de doença, além do comentário a ele dirigido pelo jornal “O Mensageiro”, de fevereiro de 1911, órgão oficial da diocese, sobre a visita pastoral de D. João Batista Correia Nery, primeiro bispo de Campinas: “Coração franco e aberto a todas as expansões generosas soube criar em torno de sua pessoa uma atmosfera de amizade e um ambiente de dedicações. [...] Não admira, pois, que a população lhe consagre estima” (O MENSAGEIRO apud LEMOS FILHO, 2000, p. 54-55).

Essa nota do jornal pode ser considerada significativa, já que, dois anos depois, foi estabelecido um conflito entre Amorim Correia e Dom Nery, culminado com a ruptura de Amorim Correia com a Igreja Romana, devido à conquista da estima da população que aderiu

em bloco à Igreja Católica nacional. Por outro lado, segundo Mandato (1999, p. 22), houve a modificação de “juízos anteriormente emitidos de parte a parte”, e, assim, de estimado, o padre passou a ser ridicularizado e odiado pelos católicos tradicionais, políticos e poderosos de Itapira. Porém, Amorim Correia e seus prosélitos atribuíram aos representantes do clero uma “ganância devoradora que, para engrandecer Campinas, não trepidam em espezinhar esta terra” (O COMÉRCIO DE ITAPIRA, 1912, apud MANDADO, 1999, p. 22).

Mandato (1999) e Lemos Filho (2000) narram que, em 1912, surgiram críticas ao vigário por causa da notícia de uma vida irregular e escandalosa do sacerdote que começou a ser divulgada em Itapira, principalmente sobre o seu comportamento moral, já que foi denunciado que Amorim Correia vivia com uma mulher que diziam ser de má reputação e que ele estava se entregando excessivamente ao vício da libação. Correia se defendia, afirmando que a mulher era apenas uma governanta que prestava serviços domésticos. Mais tarde, a mulher, Cantídia M. Santos, por meio de um agradecimento publicado após a morte do sacerdote, indicava, comprometedoramente, que não era uma simples faxineira, mas sim a companheira de Amorim.

O bispo de Campinas, ao tomar conhecimento dessas chocantes notícias, precisava tomar medidas imediatas para evitar um escândalo dentro da Igreja na sua diocese. A denúncia sobre Amorim Correia estar levando uma vida escandalosa com uma mulher que o havia conquistado teve atenção de D. Nery. Em 5 de novembro de 1912, o padre se encontrou com o bispo em Campinas (MANDATO, 1999).

Para defender-se das denúncias, Amorim Correia recorreu ao juízo do povo de Itapira, declarando, em sua “Carta Pastoral”:

A cidade sabe, perfeitamente, que nós vivíamos sozinhos na casa paroquial. Quis macular-nos com o pérfido labéu de imoral, justamente ele, sobre quem recaem gravíssimas suspeitas a respeito da moralidade. Falar-nos, a nós, de mulher em nossa companhia, sem fundamento nenhum, nada mais era do que uma provocação (CORREIA apud MANDATO, 1999, p. 25).

Com isso, os fatos se agravaram e culminaram com uma violenta troca de desaforos entre Amorim Correia e os membros da Igreja Romana. O padre contava com o apoio do jornal “O Comércio de Itapira” e os membros da Igreja Romana tinham o periódico “Cidade de Itapira” como aliado.

Em outubro de 1912, na tentativa de resolver a situação indiretamente, D. Nery escreveu a Amorim, informando sua transferência, pois a cidade havia sido escolhida para ser colônia de férias dos seminaristas, implicando, assim, a nomeação de um padre ligado ao

seminário (LEMOS FILHO, 2000). Mandato (1999, p. 30) esclarece que, com a escolha da cidade de Itapira como lugar de férias para os seminaristas e com o conseqüente afastamento de Amorim, Dom Nery procurava evitar a explosão de um maior escândalo com seu “filho” rebelde.

O bispo, com antecedência de dois meses, comunicou que a jurisdição do padre Amorim Correia cessaria em 1º de janeiro e que ele deveria entregar a direção da paróquia para o sacerdote que fosse designado para o local (MANDATO, 1999). Entretanto, de acordo com Mandato (1999), com a rebeldia do padre em não atender a determinação de Dom Nery e por causa da vergonha do clero e da população católica itapirense diante dos fatos divulgados sobre a vida de Amorim Correia, antes do fim de janeiro de 1913, o padre recebeu uma carta do bispo na qual estava contida uma portaria declarando-o suspenso de suas ordens.

Apesar disso, conforme relatado por Lemos Filho (2000), o bispo, atendendo ao pedido dos fiéis, deixou Amorim Correia no uso de suas ordens, mas o padre começou a afrontá-lo. Ante a situação, o bispo proibiu o vigário de celebrar atos religiosos, sendo que este não só o desobedeceu, como também se referiu ao bispo em termos desrespeitosos nos jornais da cidade. Com isso, na portaria de 29 de janeiro de 1913, foi dada a suspensão ao padre Amorim, que respondeu o documento oficial, fazendo escárnio — fato que agravou a situação: “não só ousou telegraphar-nos em tom de mofa, acusando o recebimento da referida portaria, como segundo consta, festejou com alegres expansões” (O MENSAGEIRO apud LEMOS FILHO, 2000, p. 56). Ao final da carta aos fiéis, o bispo pediu aos católicos de Itapira que não seguissem as atitudes do padre Amorim e que rezassem por ele.

Mandato (1999, p. 29) relata em janeiro de 1913, por ter sido bastante tumultuado, ficou destacado na história da religião do Brasil. Dom Nery declarou, em uma “Carta Pastoral” de 31 de janeiro de 1913, dirigida aos fiéis de Itapira, que “não se tratava de nenhuma medida disciplinar; nem entendemos, de modo algum, magoar o ex-vigário Amorim Correia”. Por outro lado, o padre Francisco Ozamis, assessor eclesiástico do bispo de Campinas, contestou a afirmativa de Dom Nery. Proclamou ser conhecedor dos antecedentes do padre de Itapira e reforçou a “necessária substituição” de Amorim “como medida administrativa da Diocese”, argumentando que “foi uma questão disciplinar do ilustre Bispo de Campinas, o exmº sr. D. João Batista Correia Nery, a substituição do ex-vigário de Itapira” (OZAMIS apud MANDATO, 1999, p. 30).

Ozamis apud Mandato (1999, p. 30) revelou que “na primeira visita pastoral da Vigararia desse sacerdote em Itapira”, Dom Nery já dera “sábios e fraternos conselhos” a Amorim. Além disso, Ozamis afirmou que o bispo “não soube ou não quis corresponder o

filho transviado ao apelo daquele que o levantou do pó para colocá-lo entre os príncipes do povo de Deus” (OZAMIS apud MANDATO, 1999, p. 30).

Em todo o mês de janeiro de 1913 houve grandes expectativas e alvoroço com a circulação das mais desencontradas notícias sobre o conflito religioso entre Amorim e o clero romano. Tendo conhecimento da intenção de Dom Nery de encampar a Paróquia de Itapira, amigos e admiradores de Amorim Correia saíram em sua defesa e organizaram passeatas tendo o objetivo, conforme publicado pelo jornal “O Comércio de Itapira” de dezembro de 1912, de “protestar contra o ato do sr. Bispo Diocesano, no tocante à encampação desta Paróquia à Diocese de Campinas, e consequente retirada do referido Vigário, contra a vontade da população sensata, criteriosa e independente desta terra” (MANDATO, 1999, p. 33).

Desde o início do conflito entre o padre e o bispo, a cidade de Itapira foi dividida. O jornal “O Comércio de Itapira”, apoiando o vigário, publicou o seguinte apelo à população para protestar contra o ato do bispo:

Ao povo. Convidam-se as Irmandades Religiosas desta paróquia e o povo em geral, desta cidade, para hoje, às 7 horas da noite, se reunirem em frente ao Teatro Sant’Anna, a fim de incorporados, irem a residência do Reverendíssimo Vigário d’esta paróquia, Sr. Conego Amorim Correia, protestar contra o acto do Sr. Bispo Diocesano no tocante a encampação d’esta paróquia à diocese de Campinas e consequente retirada do referido vigário contra as normas de justiça e do Direito e também contra a vontade da população sensata e criteriosa e independente d’esta terra.

Nota e Noticias. As Irmandades do Imaculado Coração de Maria, Apostolado da Oração e Irmandade dos catechistas em representação ao Bispo Diocesano declaram-se contrarias à anexação da paróquia ao Bispado de Campinas e favoraveis à permanencia do Cônego Amorim (O COMÉRCIO DE ITAPIRA, 1912, apud MANDADO, 1999, p. 33).

Com a sua suspensão da paróquia de Itapira e a ocupação da matriz de N. Sra. da Penha pelo novo vigário, Amorim passou a celebrar os atos religiosos na capela de S. Benedito, encontrando nela uma possibilidade para continuar enfrentando a autoridade eclesiástica e levar consigo um grupo de fiéis decididos a estarem a seu lado. Porém, na segunda quinzena de janeiro de 1913, a Irmandade de S. Benedito comunicou a Amorim sobre a proibição de este celebrar missas naquele templo “sob pena de mandar sua exa. lançar interdito canônico na referida igreja” (O COMÉRCIO DE ITAPIRA, 1913, apud BRANDÃO, 1979, p. 92). Como forma de evitar o uso do abrigo da capela por Amorim, foi providenciado o seu fechamento.

A proibição que o cônego Amorim sofreu se tornou o ensejo de homogeneização entre as credences populares e o catolicismo reformador, pois, como reduto religioso de Amorim,

restaram apenas a sua residência particular, as casas de seus seguidores e a capelinha da Santa Cruz da Mãozinha, que passou a ser usada como templo da nova religião católica. Logo ele, o padre rebelde, que em seu primeiro ano como vigário fez questão em delimitar as práticas religiosas permitidas e reprovar a devoção popular:

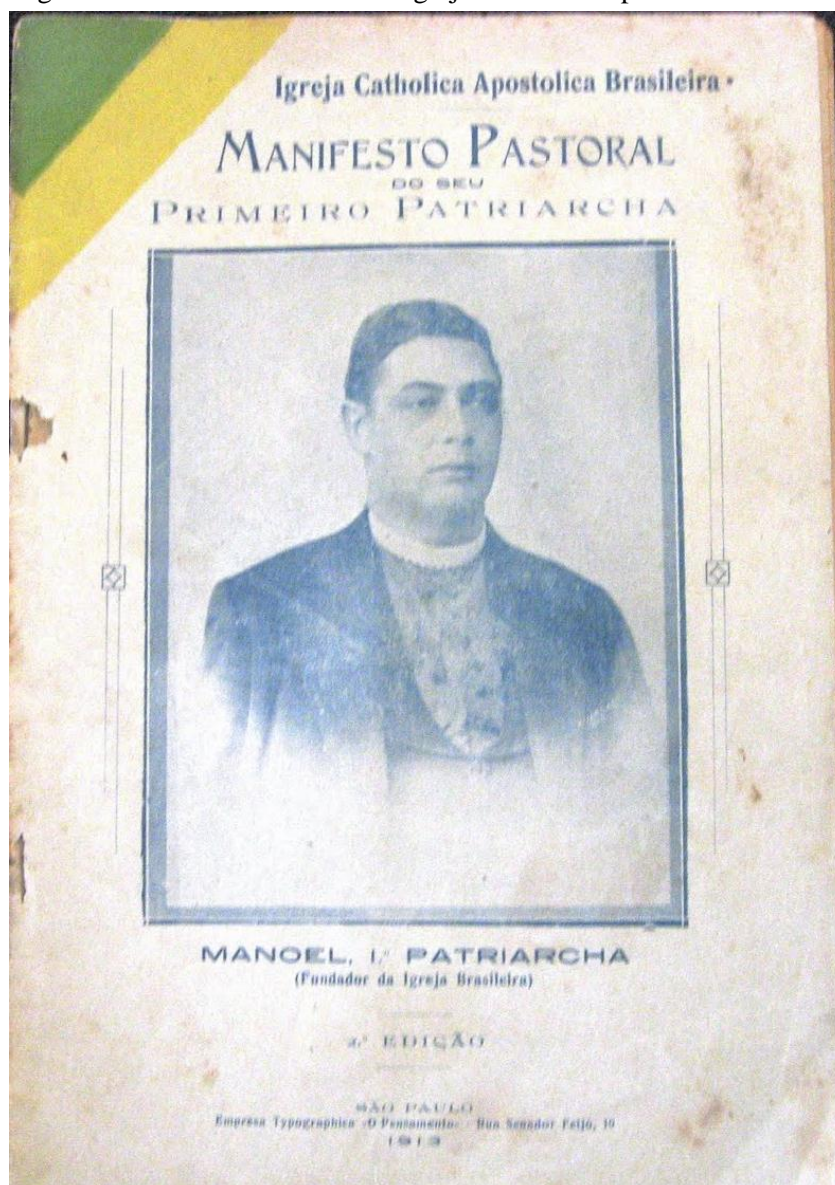
Santa Cruz da Mãozinha. O Rvmo. Sr. Vigário resolveu não permitir a realização de rezas de qualquer natureza no barracão de tijolos e coberto de madeiras, chamado vulgarmente “Santa Cruz da Mãozinha”. As pessoas que quiserem rezar terços ou rosários podem rezal-os em suas casas ou igreja matriz, de joelhos ou sentados mas em voz baixa. O barracão da Mãozinha não tem a benção da Igreja: não há motivo justificável para que certas pessoas queiram a toda força transformal-o em templo catholico e um centro de reunião publica. Trata-se de erigir alli uma capela; quando ela estiver pronta, então sim poderão os fieis frequental-a e consideral-a como lugar sagrado. É preciso que desapareça de vez a credence ridícula e supersticiosa, engendrada no cérebro de alguns pretos vadios e de algumas mulheres desocupadas, de que um toco de pau que alli apareceu, semelhante à mão de um morphetico que alli morrera tem virtude divina. Tal credence só pode ter cabimento na mente de quem divulgou. Se há pessoas verdadeiramente debotas da Santa Cruz, ponham mãos à obra e façam alli a capela o quanto antes. A obra não é tão difícil (A CIDADE DE ITAPIRA, março de 1908, apud BRANDÃO 1979, p. 93).

Amorim Correia, ao considerar-se espoliado da paróquia que comandou durante tanto tempo e suspenso das suas ordens, além de refletir sobre as injustiças que ele e seus colegas vinham sofrendo e ao se ver destituído de seu ministério depois dos 18 anos de serviços à Igreja, declarou, em publicação chamada “Manifesto Pastoral”: “Rompamos os seus laços e sacudamos de nós o seu jugo” (CORREIA apud MANDATO, 1999, p. 31).

Insubmisso a Roma, Amorim tornou público a fundação da sua Igreja, a Igreja Católica Apostólica Brasileira. Conforme ata impressa, às oito horas da manhã de 30 de janeiro, dia este imediato ao da notificação da sua suspensão, Amorim Correia, sentindo-se traído por Dom Nery e perseguido pela acusação de que havia tentado revoltar a Irmandade de S. Benedito contra a autoridade diocesana, sem se preocupar com “as excomunhões de Roma nem de onde quer que seja”, mas “cheio de fé em Deus, que conhece a justiça de minha causa”, instituiu a Igreja Nacional, da qual se constituiu o primeiro patriarca (MANDATO, 1999, p. 31-33).

Em seu manifesto pastoral (figura 1), ele explicava à população o seu ato e, assim, conquistou adeptos, principalmente entre os comerciantes portugueses e pequenos sitiantes. Viajou para outras cidades, intencionando a expansão da nova religião, atraindo ex-padres para a sua igreja (LEMOS FILHO, 2000).

Figura 1 – Manifesto Pastoral da Igreja Catholica Apostolica Brasileira



Fonte: Carlos (2010)

Ato contínuo, diante de uma ampla assistência, segundo o rito do novo credo, ou seja, em língua vernácula, independente da autoridade do papa e dos bispos, houve a celebração de uma missa na própria residência de Amorim Correia, o qual, com a fundação da Igreja Brasileira, considerou que estava concretizada “uma das maiores aspirações do povo brasileiro” (CORREIA apud MANDATO, 1999, p. 6).

Segundo Brandão (1979, p. 85), o padre Amorim, apesar “do teor autoritário e agressivo dos seus ataques (do púlpito e dos jornais) aos lugares, rituais e agentes do catolicismo popular [...] não conservou, com uma fidelidade irrestrita, a aliança de vigário com a elite rural de Itapira”. Assim, o padre buscou apoio junto à pequena burguesia católica

e aos grupos populares da cidade — conforme qualificado por Mandato (1999, p. 98), ele era um “padre popular”.

Nesse sentido, Lemos Filho (2000, p. 93) indaga se a atitude do padre Amorim seria “um entusiasmo de momento, uma loucura transitória ou mesmo uma pilhéria”, tal como descrito pelo “O Mensageiro”, de fevereiro de 1913, ou “um gesto infeliz de rebelião de um padre, que cego de vaidade, pretendeu conquistar o renome e a fama que celebrizaram os fundadores de cismas e credos religiosos”, como afirmado pelo jornal “A Cidade de Itapira”, de fevereiro de 1916 (apud BRANDÃO, 1979, p. 87).

O padre separatista, em seu “Manifesto Pastoral”, contestava as alegações do seu ex-prelado para suspendê-lo de suas ordens. Dessa forma, depois de o bispo tirar do padre a paróquia, a sua versão sobre a suspensão de suas ordens foi bem diferente da que foi dada por Dom Nery.

Mandato (1999, p. 30) relata que o bispo afirmou que Amorim Correia tentou revoltar a Irmandade de S. Benedito de Itapira “contra a autoridade eclesiástica, para que se colocasse ao seu lado, numa rebelião, por ele intentada contra a mesma autoridade”. Como defesa, o padre afirmou que não tentou nenhuma rebelião em Itapira, nem contra Dom Nery, e ainda informou, por carta, que deixou o bispo de Campinas ciente disso, prevenindo o prelado que iria, por meio da imprensa local, convidar os membros da Irmandade para confirmarem a veracidade dos fatos.

Amorim publicou, em nota, um apelo à Irmandade para a confirmação da veracidade da afirmativa que fora atribuída a ele:

Se nenhum vier afirmar essa tremenda mentira, peço ao Revm^o bispo diocesano que, em nome da minha honra e da minha dignidade, e também em nome da lealdade, com que é obrigado a desempenhar as suas funções de autoridade, que declare em público a quem cabe a autoria de semelhante falsidade (O COMÉRCIO DE ITAPIRA, 1913, apud BRANDÃO, 1979, p. 89).

A fundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira foi registrada por uma ata redigida pelo próprio Amorim Correia e lavrada nos seguintes termos:

[...] reconhecendo o quanto viveu afastada a Igreja Católica Apostólica Romana, dos ensinamentos divinos, pregados por Nosso Senhor Jesus Cristo [...] resolvi fundar, como de fato fundada fica [...] a Igreja Católica Apostólica Brasileira. [...] Nego o Primado do Pontífice Romano que foi instituído bispo como todos os outros apóstolos; nego a hierarquia dos bispos por ser pura invenção humana, contrária aos ensinamentos divinos e perniciosa à Igreja de Deus. Nego a necessidade da confissão auricular, por

ser contrária aos ensinamentos evangélicos, por ser contrária a razão e à moral cristão. Nego a razão de ser do celibato eclesiástico, lei de Deus na criação do homem. Nego os fundamentos que se arroga ter o Papa romano para conceder indulgências, títulos nobiliárquicos e a preponderância de que se quer ver cercado para ditar leis ao mundo inteiro e nego essa preponderância por estar ela em verdadeiro antagonismo com a doutrina de Jesus Cristo que deixou dito que seu reino não era deste mundo. Nego a infalibilidade do Pontífice romano com seu grande absurdo imposto à consciência religiosa justamente num século em que ela já se achava bastante emancipada do caprichoso absolutismo de Roma. Nego a distinção estabelecida pela Igreja Romana entre os bispos e os sacerdotes e confesso, admito e ensino que os sacerdotes legitimamente ordenados são verdadeiros sucessores dos apóstolos e que se acham investidos de todos os poderes para anunciarem o Evangelho e administrarem, aos fiéis, todos os sacramentos instituídos por Jesus Cristo, que são: o batismo, o crisma, a Eucaristia, a Penitência, a Extrema-Unção e a Ordem. O matrimônio não é da instituição divina. Não consta dos Evangelhos que Jesus instituisse tal sacramento. [...] Resolvi abolir o uso da língua latina em todas as cerimônias da Igreja, devendo elas ser feitas na língua portuguesa. [...] Visto ser eu o fundador da nova Igreja Brasileira e visto assumir todas as responsabilidades deste meu ato, tomei o título de Patriarca da nova Igreja, título esse que foi aceito como legítimo e consentâneo por todos os crentes que à mesma se agremiaram. Itapira, 30 de janeiro de 1913. Manoel, 1º Patriarca e fundador da Igreja Brasileira (CORREIA apud MANDATO, 1999, p. 36-38).

Quatro dias depois de fundada a Igreja Brasileira, como resultado desse ato de rebeldia, Dom Nery assinou a excomunhão de Amorim Correia, publicada em 9 de fevereiro pelo jornal “O Mensageiro” de Campinas, conforme a seguinte transcrição:

[...] Recomendamos a toda a coletividade católica muito cuidado em suas relaciones com o referido sacerdote, pois como prescreve a mesma Bula, incorrerão também em excomunhão: 1º) todos os que explícita ou implicitamente derem crédito aos seus falsos ensinamentos, por atos externos, ou, sem descerem a detalhes, declararem que ele tem razão na organização da sua igreja; 2º) os que tomarem parte como crentes praticantes nos atos religiosos por ele praticados ou que, de qualquer forma, o auxiliarem e eficazmente favorecerem em seu cisma e heresia. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, mandamos que esta declaração seja lida e explicada à estação da missa paroquial de um dia festivo em todas as igrejas, para perfeita ciência dos fiéis. Campinas, 3 de fevereiro de 1913. J. Nery, Bispo Diocesano (O MENSAGEIRO apud MANDATO, 1999, p. 41).

Amorim Correia, após a sua excomunhão, escreveu uma “Carta Pastoral” na qual comunicava e esclarecia detalhadamente o seu ato, afirmando que “a responsabilidade destes acontecimentos, cabe antes de mais ninguém, ao bispo de Campinas D. João Nery; em segundo lugar a um famoso intrigante que vive em Itapira; e em terceiro lugar ao sr. Núncio Apostólico”. Ao final da longa “Carta Pastoral”, o cônego invocou o povo para assumir

a nova Igreja que aqui fundamos, em benefício do vosso bem estar religioso. Vós não precisais do Papa e nem do Bispo, para irdes para o céu. Podereis precisar dessas duas entidades, para lhes encherdes a barriga à custa do vosso dinheiro. Procurai a verdade e o reino de Deus. Encontrareis isso tudo, em qualquer lugar, menos na Igreja do vosso bispo. Aí encontrareis sempre a mentira; pois a verdade na sua pureza, em matéria religiosa, está denegrida, está adulterada (CORREIA apud MANDATO, 1999, p. 41).

Sobre a excomunhão de Amorim, “O Comércio de Itapira”, parodiando o ato do bispo, divulgou um comentário irônico e ferino, sem assinatura, mas que poderia ser de autoria do próprio padre ou de Ludovino Andrade, diretor do jornal, que, posteriormente, tornar-se-ia bispo da nova Igreja. Para Mandato (1999), a fundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira não pode ser considerada apenas uma atitude rebelde de Amorim Correia, mas, sobretudo, um ato de muita coragem.

É fundamental lembrar a ousadia do sacerdote ao enfrentar todo o poderio da Igreja Romana sem um apoio religioso, político ou financeiro. A fundação da Igreja Católica Brasileira simbolizou, principalmente, uma luta em favor de um catolicismo apropriado aos costumes brasileiros que já vinha sendo reivindicado por alguns religiosos antecessores, como o padre Antônio Diogo Feijó. Além de fundador da Icab, Amorim foi também apontado como o soldado e o general da revolução cismática por ele criada (O COMÉRCIO DE ITAPIRA, 1913, apud BRANDÃO, 1979), haja vista que era ele quem escrevia as cartas pastorais, os manifestos e os artigos para “O Comércio de Itapira”, respondia às críticas dos seus adversários locais e de outras cidades e elaborava os seus causticantes sermões contra Dom Nery e a Igreja Romana.

O sucesso e a introdução da Igreja Brasileira nos pontos mais distantes do país dependiam da sua repercussão. Assim, havia a necessidade de que a Igreja Brasileira fosse divulgada por toda a parte. Nesse período, foram veiculados diversos registros pela imprensa brasileira, como este: “Nova Religião – Campinas: Tem sido muito comentada aqui a notícia de que o cônego Amorim Correia, ex-vigário de Itapira, ali fundou a Igreja Brasileira. Esse cônego foi suspenso por publicar artigos contra o exm^o bispo diocesano, a quem desobedeceu” (A GAZETA, 2013 apud MANDATO, 1999, p. 45).

Em 8 de fevereiro, o “Correio Paulistano” publicou uma cópia do ofício que o clero da arquidiocese de São Paulo havia enviado ao bispo Dom Nery, solidarizando-se com o ato do prelado de Campinas. O mesmo jornal, em 18 de fevereiro, exibiu outro ofício, sendo este um agradecimento de Dom Nery pela manifestação do arcebispado da capital e “pelas palavras de animação e conforto que me foram dirigidas precisamente no momento em que meu coração

de pai e pastor sofre as dores pungentíssimas produzidas pelo desvario e ingratidão de um filho transviado” (CORREIO PAULISTANO apud MANDATO, 1999, p. 48).

A imprensa repercutiu o episódio, opinando sobre o assunto e, na maioria das vezes, desaprovando a criação de um catolicismo alternativo: “Ao patriarca de Itapira parece, afinal, estar reservado o destino de todas as blagues: está irremediavelmente condenado a desaparecer, não sem ter deixado de dar antes que falar às gazetas e de fornecer por algum tempo assuntos às charges das revistas” (O ESTADO, 1913, apud MANDATO, 1999, p. 48).

Dois jornais do Rio de Janeiro, “A Notícia” e “O País”, também noticiaram a fundação da Icab (MANDATO, 1999, p. 48). O jornalista Bandeira de Mello, redator de “A Notícia”, foi a Itapira para entrevistar Amorim e, não o encontrando, tomou as informações de que precisava, tirou uma fotografia da casa onde foi celebrada a primeira missa e voltou para São Paulo, onde se encontrou com Amorim no “Progredior” e o entrevistou. O órgão da arquidiocese de São Paulo, “Gazeta do Povo”, comentou a entrevista de Amorim, destacando o fato de o repórter ter-se dirigido com “uma certeza matemática... aos bares principais do nosso triângulo. Veio a encontrá-lo abancado no bar Progredior” (GAZETA DO POVO apud MANDATO, 1999, p. 48).

Enquanto “O País” comentou, de forma nitidamente anticlerical, o episódio de Itapira, causando, assim, a ira de “O Mensageiro”, de Campinas, que o considerou “uma vergonha para o Brasil”, o jornal “A Lanterna” publicou um artigo não assinado, com o título “Farpas ao Amorim Correia”, no qual o fundador da Icab era ridicularizado. Muito pouco foi salvo da publicação de “A Cidade de Itapira”, tal como o seguinte trecho de um artigo publicado em 6 de fevereiro e reproduzido pelo “O Mensageiro” em sua edição de 16 de fevereiro:

A nossa ilustrada colega ‘Cidade de Itapira’, em editorial de 6 do corrente, aprecia nos devidos termos a igreja ali fundada pelo padre Amorim Correia. Para que os nossos leitores tenham conhecimento da atitude do povo daquela cidade em relação ao infeliz sacerdote e ao passo que acaba de dar, transcrevemos da colega o seguinte trecho: ‘Saiba todo o mundo que aqui ninguém liga importância à igreja do padre Amorim e ao seu ridículo patriarcado. As 15 ou 20 pessoas simples que foram à sua missa, foram atraídas pelo foguetório que ele fez queimar em frente à sua chácara, no alto da Boa Vista, levadas pela curiosidade de conhecerem a nova patuscada que ali se ia inaugurar. Essas 15 pessoas é que constituem para o padre Amorim a grande maioria da população de Itapira que o adora e venera. O sentimento que domina o povo desta cidade, em relação ao padre Amorim, não é o de adoração e veneração como ele afirma, mas, tão somente de piedade e comiseração pelos seus desatinos. O povo lamenta deveras a morbidez psíquica de que é vítima esse sacerdote e que terá, forçosamente, por desfecho a sua internação no Hospício do Juqueri, se antes Deus não houver por bem restituir-lhe a razão (O MENSAGEIRO apud MANDATO, 1999, p. 48).

Os primeiros meses da Icab foram marcados por um intenso embate entre a recém-fundada catolicidade e o catolicismo tradicional romano. Declarações, acusações, réplicas e trélicas acusatórias e de defesa deram o conteúdo de uma série de artigos publicados pela imprensa. Fato é que não se têm notícias de posicionamentos desinteressados ou neutros. De um lado, o patriarca da Igreja Brasileira contava com o apoio do periódico “O Comércio de Itapira”, no qual fazia suas queixas contra o “jugo” romano e também dava publicidade à sua renovada Igreja. De outro lado, a Igreja Romana tinha a vantagem da tradição, apoio maciço da classe política, fazendeiros e um consolidado domínio da fé, o que lhe assegurava maior espaço de defesa e ataque nas páginas dos demais jornais.

O jornal “A Comarca” publicou uma sequência de textos nos quais ridicularizava o padre reformador. Em tom acintoso, Moisés Nora, vigário de Mogi Mirim, também português, escrevia: “Fizeste muito pior em bulir comigo. Sabes perfeitamente ser a minha pena de fel e vinagre, ante as ingratidões dos parvos e os coices dos burros!” (A COMARCA, 1913, apud MANDATO, 1999, p. 51). Sobre o “Manifesto Pastoral”, o adversário do padre Amorim definiu-o como “osso muito esbrugado e luzidio, manjar supimpa que as carroças encontram pelas ruas e levam o lixo” (A COMARCA, 1913, apud MANDATO, 1999, p. 51).

“O Comércio de Itapira”, quando entrou em circulação em fevereiro de 1912, tinha expresso objetivo de defender os interesses do município, sendo, portanto, um órgão sem filiação a qualquer partido político. Porém, a partir do número 33, com edição em 26 de dezembro de 1912, Ludovino Andrade tornou o novo semanário itapireense, de domínio da Tipografia Andrade, o porta-voz da Igreja Brasileira, simultaneamente servindo de acólito ao sacerdote em suas missões pastorais. Amorim, depois de poucas semanas da fundação da Igreja Brasileira, elevou Ludovino à condição de bispo auxiliar (MANDATO, 1999).

No período de embate religioso, “O Comércio de Itapira” ofereceu uma ampla cobertura a Amorim Correia, atuando, entusiasticamente, em sua defesa aos ataques dos seus ex-colegas da Igreja Romana, sendo várias dessas defesas, provavelmente, escritas pelo próprio Amorim.

Com o objetivo de “atrair novas ovelhas para o rebanho da religião nacional”, nos primeiros meses após a fundação da Igreja Brasileira, Amorim Correia começou a desenvolver uma “febricitante tarefa”. O período inicial da Igreja dissidente, devido aos poucos recursos financeiros, foi bastante difícil. Famílias pobres davam auxílio pecuniário, sendo a mais remediada a dos Freitas, portugueses como Amorim, que possuía uma grande chácara nas imediações da capela da Santa Cruz da Mãozinha (MANDATO, 1999, p. 59).

O projeto de expansão da Igreja Católica Brasileira foi abalado, pois padre Amorim faleceu oito meses após a fundação da sua Igreja, sendo as causas da sua morte contraditórias. Houve insinuações de que o patriarca da Igreja Brasileira teria sido envenenado por um farmacêutico. Anos mais tarde, em 1945, Dom Carlos Duarte Costa, refundador da Igreja Brasileira, em seu “Manifesto à Nação”, afirmou que o padre Amorim havia sido assassinado a mando da Igreja Romana, porém, sem comprovação legal. Carlos (2010) publicou o atestado de óbito, no qual o médico declara por escrito: “Atesto que o Padre Manoel Carlos de Amorim Correia, com 40 anos de idade, faleceu no dia 30 de agosto de 1913 às duas horas da madrugada, em consequência de congestão pulmonar e paralisia cardíaca”.

Seguindo o clima tenso por causa da rixa entre as igrejas católicas, houve também alegações de que o padre Amorim faleceu devido à vida permissiva que levava. Menotti Del Picchia¹³ afirmou que, ocasionalmente, alternando com as hóstias matutinas, “o bizarro sacerdote engolia duas ou três cervejas. O pecado da gula e o pecado da carne eram mastins que o demônio atirara contra aquela alma. Acabaram estrangulando-a” (PICCHIA apud MANDATO, 1999, p. 99).

Após a morte do padre Amorim, seus fiéis tomaram posse da Igreja da Mãozinha e fizeram dela sua sede, o que gerou conflitos com o vigário de Nossa Senhora da Penha e também com os fiéis católicos, que exigiram até mesmo a intervenção da polícia para que as procissões das duas igrejas tivessem trajetos diferentes (LEMOS FILHO, 2000).

Segundo Mandato (1999, p. 73), em 1915 a Igreja não dispunha de uma boa situação financeira. Conforme declarou um dos membros do seu Conselho Administrativo, “pelo que se vê aí fora, a Igreja está com uma fama muito ruim e para nós que a dirigimos ficamos lá fora muito desacreditados”. Assim, em fevereiro de 1916, “A Cidade de Itapira”, ao lembrar a fundação da Igreja Brasileira, comentou:

Ainda está muito fresca na memória de todos a fundação dessa coisa que se teima em chamar igreja brasileira. Foi um gesto infeliz de rebelião do Pe. Amorim Correia que, cego de vaidade, pretendeu conquistar o renome e a fama que celebrizaram os fundadores de scismas e credos religiosos [...]. A sede era um rancho sórdido e em ruínas que a ignorância de alguns pretos velhos da rua do Amparo houvera erigido em capela para a adoração de uma orelha de pau com a forma de mão de gente. Chama-se por isso de mãozinha o lugar em que se realizam as practicas dos scisma amorinista (A CIDADE DE ITAPIRA, 1916, apud BRANDÃO, 1979, p. 91).

¹³ Paulo Menotti del Picchia, poeta, político, romancista, contista, cronista e ensaísta, nasceu em São Paulo em março de 1892 e faleceu na mesma cidade em agosto de 1988. Além de jornalista militante, exerceu inúmeros cargos públicos. Foi o primeiro diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo, deputado estadual em duas legislaturas, membro da Constituinte do Estado e deputado federal pelo estado de São Paulo em três legislaturas. Presidiu a Associação dos Escritores Brasileiros, seção de São Paulo (ABL, 2016).

Em 1919, a direção religiosa da Igreja fundada por Amorim estava entregue provisoriamente ao “bispo” Ludovino Andrade, amigo de Amorim, também dono do jornal “O Comércio” (MANDATO, 1999). Segundo Lemos Filho (2000), depois de 1920 houve uma diminuição das notícias sobre a Igreja Católica Brasileira. O jornal “A Cidade de Itapira”, de abril de 1926, comentou que a dissidência do padre Amorim foi o início de contestações à autoridade da Igreja Católica, revelando uma acentuada secularização da sociedade, ou seja, conflitos coletivos entre colonos e agregados contra os grandes fazendeiros.

A Igreja Brasileira teve sua direção espiritual exercida pelos “bispos” Ernesto de França Ferreira, Fernando Cândido de Oliveira Valle e Pellegrino Guarino. Em 24 de outubro de 1928, o padre Arnaldo Cardoso se tornou o novo patriarca, denominando-se “terceiro e imediato patriarca”, e se apossou, praticamente, da direção da Igreja Brasileira, tomando decisões quase ditatoriais ao declarar, em Resolução datada de 22 de julho de 1935 e publicada no jornal “A Cidade de Itapira”, de 18 de agosto do mesmo ano, que todo e qualquer negócio com referência à Igreja Católica Apostólica Brasileira e também funções religiosas somente teriam valor com as suas novas ordens (A CIDADE DE ITAPIRA apud BRANDÃO, 1979).

A situação da Igreja Brasileira, já bastante conturbada por ações desordenadas de seus dirigentes, teve sua decadência total efetivada em 1935. O declínio da Igreja culminou com o fechamento do templo da Mãozinha, que teve suas chaves entregues ao prefeito da cidade (MANDATO, 1999).

Mandato (1999, p. 86) informa que, no final de julho de 1977, o jornal “Folha de Itapira” divulgou a beatificação do cônego Amorim pela Igreja Brasileira, em cerimônia realizada em Brasília, durante o Concílio do Episcopado Nacional da Icab: “O beato Manoel Carlos de Amorim Correia já está sendo venerado em Brasília e em todas as Igrejas brasileiras do país. Sua missa de comemoração será celebrada no dia 7 de julho de cada ano e sua beatificação foi consumada como Pró-Mártir e Precursor da ICAB”.

Lemos Filho (2000, p. 67) conta que os agentes populares da religião ou foram empurrados para os sítios distantes ou continuaram ainda a criar práticas novas como a devoção à “Mãozinha”, logo considerada pelo agente oficial como prática ilegítima. O autor considera ser “verdade que a religião oficial estava mais ligada ao poder civil do que ao eclesiástico”. Pode-se considerar o caráter popular que levou o catolicismo nacional a cativar um considerável rebanho, pois “a religião era vivida em pequenas localidades, separadas umas das outras onde não se sentia a influência do bispo, muito menos de Roma. As visitas

pastorais eram raríssimas numa terra extensa e pouco habitada com distâncias enormes” (HOORNAERT, 1974, p. 78).

Lemos Filho (2000) conclui que, na fundação da Igreja Brasileira pelo padre Amorim e em todas as posteriores tentativas para o seu reavivamento, os agentes oficiais se preocupavam, fundamentalmente, em mostrar a universalidade e a unidade da Igreja Católica, sendo que o centro era a pessoa e a autoridade do papa.

1.3 Um “Lutero-mirim” brasileiro: a rebeldia de Dom Carlos Duarte Costa e a fundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira

Iniciaremos esta parte final do recorte histórico sobre as ideias de reforma e ruptura no catolicismo brasileiro com algumas falas daquele que se pode chamar de refundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira — considerando que ela já havia sido implantada antes, em Itapira, pelo padre Amorim Correia —, que mostram a voltagem desse rompimento. Os excertos foram transcritos da edição de abril de 1953 da revista “Luta!”, cujo diretor-proprietário era Dom Carlos Duarte Costa.

[...] Diz o Vaticano que, tendo havido a queda do primeiro homem e da primeira mulher, comendo o fruto proibido, tornou-se necessária a vinda de um reparador ou redentor e este é Jesus. É outra fábula! Não houve infração, desnecessária é a redenção. [...] Quão falsas são as bases e as interpretações da Bíblia! (COSTA, 1953, p. 22).

[...] O século vinte não permite que continue de pé a fábula do pecado original, que constitui atraso para as nações amarradas ao carro de boi do Vaticano. É inconcebível que uma criança venha ao mundo trazendo consigo suposta falta cometida por supostos pais do gênero humano. Adão e Eva nunca existiram. [...] O dogma do pecado original não se encontra nem no Velho, nem no Novo Testamento. É obra exclusiva de Concílios, reunião de Bispos ignorantes, que levaram 400 anos a fabricá-lo, transformando uma serpente em Satanás. [...] Esse dogma é necessário para a Igreja Romana, porque é uma mina de dinheiro. [...] O suposto pecado de Adão e Eva deixa de ser uma alegoria e, sendo uma alegoria, a redenção também é uma alegoria, pois onde não há crime, não pode haver redenção, nem redentor (COSTA, 1953, p. 26).

[...] Não passando de lenda a formação do casal Adão e Eva e a história do pecado original, está visto que o Batismo não passa de uma cerimônia litúrgica, com que as famílias, antes mesmo de Jesus, na antiguidade, imploravam as bênçãos divinas sobre as crianças, numa prece esotérica (COSTA, 1953, p. 28).

[...] Cristo não instituiu sacramentos; estes já existiam em outras eras. Adão e Eva, pecado original, Batismo pagando pecado, tudo não passa de mentira do Vaticano. (COSTA, 1953, p. 29).

[...] É oportuno que o povo brasileiro saiba que esse JESUS EUCARÍSTICO É A DIVINIZAÇÃO DA MATÉRIA, sob as espécies do PÃO e do VINHO, coisa que a CIÊNCIA NÃO ACEITA, nem pode aceitar (COSTA, 1953, p. 49).

Sendo Jesus filho de José e de Maria, a lenda da filiação divina, por obra e graça do Espírito Santo, é uma perversidade do Vaticano. É uma mentira sacrílega. [...] Combatemos os dogmas católico-romanos, porque esses dogmas nos tiram a liberdade, a igualdade e a fraternidade, por conseguinte, o amor de Deus. Esses dogmas nos fazem egoístas, soberbos, invejosos. Esses dogmas colocam os interesses próprios acima dos interesses da coletividade. Foram esses dogmas que fizeram do Vaticano o maior falsário, falsificando até livros sagrados (COSTA, 1953 p. 50).

Essas palavras, intensas, com veemência e estilo de tom acusatório, compõem uma breve amostra do conteúdo propagandista do anticatolicismo romano travado por Dom Carlos Duarte Costa, apontado como bispo fundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira. O título da revista, da qual foram retiradas as acusações de Costa, traduz os ataques à Igreja Católica Romana ao longo de suas 25 edições: “Luta!”.

Dom Carlos Duarte Costa nasceu em 21 de julho de 1888 no Rio de Janeiro, cidade onde teve maior atuação como bispo “rebelde” e também bispo “dissidente”. De acordo com a Diocese de Lages (2008), em 1897, logo após sua primeira comunhão, embarcou com seu tio, o bispo de Uberaba (Minas Gerais), para Roma com o objetivo de cursar o Seminário Menor, no Colégio Pio-Latino Americano¹⁴. Sua formação para o sacerdócio na capital italiana durou oito anos e ele regressou ao Rio de Janeiro em 1905.

Concluindo seus estudos, foi ali ordenado Presbítero (Padre) no dia 11 de abril de 1911 por seu tio Dom Eduardo Duarte Silva. Contava com 23 anos de idade. Celebrou ali mesmo sua primeira missa no dia 4 de maio de 1911. Depois, retornou a Roma, a fim de cursar Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana (DIOCESE DE LAGES, 2008).

Depois de receber poderes espirituais, ser ordenado como padre, aperfeiçoar sua formação intelectual e espiritual, ao regressar de Roma, Dom Carlos retornou ao Brasil, no Rio de Janeiro, sendo eleito como cônego capitular.

São escassas as referências sobre a natureza de seu sacerdócio como cônego no Rio de Janeiro. Entretanto, Dom Carlos passou a fazer parte dos noticiários jornalísticos quando, em

¹⁴ Casa para la formación permanente de sacerdotes de América Latina. El Pontificio Collegio Pio Latino Americano, fundado por el sacerdote chileno José Ignacio Víctor Eyzaguirre, el 21 de noviembre de 1858, es una casa de formación para Sacerdotes estudiantes de todas las Diócesis de América Latina que desean hacer estudios de especialización en Roma y prepararse para servir mejor en sus Respectivas Diócesis, en el CELAM y en la Iglesia Universal (COLEGIO PIO LATINO AMERICANO, 2017).

dezembro de 1924, logo após ser sagrado bispo pelo cardeal Dom Sebastião Leme¹⁵, foi nomeado para a diocese de Botucatu, São Paulo, por decreto do papa Pio XI.

Em 1º de fevereiro de 1925, Dom Carlos embarcou para Botucatu para tomar posse de seu bispado. Em seu embarque, de acordo com as declarações no jornal “A Cruz¹⁶”, do Rio de Janeiro, é possível perceber alguns traços de personalidade carismática do bispo:

Na segunda-feira passada, o exmo. e revmo. Bispo de Botucatú, á hora do seu embarque para S. Paulo, no segundo nocturno, teve mais uma vez occasião de ver com seus proprios olhos a que ponto sóbe o numero dos admiradores das suas acrisoladas virtudes sacerdotaes, tanta era gente que na plataforma da Estação Central se apinhava e se comprimia para dar a sua excia. Uma prova decisiva do seu affecto e da sua admiração (A CRUZ, 1925, p. 2).

Além do carisma, outro ponto marcante da personalidade do bispo era sua inclinação ao engajamento político de viés esquerdista. Não fugia aos debates sobre as questões mais polêmicas de sua época. Sua participação ativa nos debates públicos caracterizou a plenitude de seu sacerdócio. Em jornal impresso, um político¹⁷, lembrando acontecimentos envolvendo partidos e processos políticos nos anos de 1930, disse sobre Dom Carlos: “Todo mundo sabe que esse bispo é danado de politiqueiro” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1946, p. 2).

Já em Botucatu, logo na ocasião de seu apostolado, em 2 de fevereiro de 1925, foi possível perceber em seu discurso um quê de obstinação com temas político-sociais. Um colunista de jornal comentou a leitura de sua carta pastoral de saudações aos diocesanos, dizendo que o bispo não escreveu uma epístola convencional:

¹⁵ “Sebastião Leme de Oliveira Cintra nasceu no município de Espírito Santo do Pinhal, atual Pinhal (SP), em 1882. Clérigo católico, ingressou no Seminário Menor Diocesano de São Paulo em 1894. Tendo se destacado em seus estudos, foi enviado para Roma em 1896, onde estudou filosofia na Universidade Gregoriana. De volta ao Brasil em 1904, passou a exercer o sacerdócio em São Paulo. Em 1910, foi convidado pelo cardeal Joaquim Arcoverde para assumir o cargo de bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1916, assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco. [...] Em julho de 1930, foi elevado a cardeal pelo Papa Pio XI e, após a morte do cardeal Arcoverde, assumiu a arquidiocese do Rio de Janeiro. [...] Em 1933, com o início do processo de reconstitucionalização do país, organizou e dirigiu a Liga Eleitoral Católica (LEC), associação civil de âmbito nacional, cujo objetivo era apoiar candidatos de diversos partidos, que concordassem com seu programa, nas eleições para a Assembléia Nacional. [...] Defensor da criação de uma universidade católica, teve seu projeto concretizado no início da década de 40, quando foi criada no Rio de Janeiro a Pontifícia Universidade Católica (PUC). Morreu em 1942, no Rio de Janeiro” (FGV, 2017a).

¹⁶ O Jornal “A Cruz” foi um periódico de publicação semanal comprometido com a divulgação de informações e conteúdos relacionados à Igreja Católica Apostólica Brasileira. Foi o principal meio de resposta aos ataques proferidos por Dom Carlos à Icar na ocasião de sua excomunhão.

¹⁷ No periódico não consta o nome do político. O jornalista, que também não é identificado, deu à matéria o seguinte título: “Memórias do velho político de Vila Mariana” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2017).

[...] se afirma uma alta consciencia religiosa disposta á luta sem tregua pela moralisação da sociedade brasileira. [...] D. Carlos Duarte Costa é um doutrinador affetictivo, lucido, inteirado da magnitude social que se liga aos pastores de almas em paizes de tradição religiosa, como o Brazil (A.B.C., 1925, p. 3).

Foi em 1932, com a Revolução Constitucionalista¹⁸, que Dom Carlos evidenciou, pela primeira vez, seu engajamento político e suas inquietações com as questões sociais brasileiras. O movimento contou com acentuada mobilização em todo o estado paulista. Em Botucatu, Dom Carlos encabeçou a formação de um grupo para lutar contra as tropas governistas que ficou conhecido como “O Batalhão do Bispo” e ganhou espaço nos jornais (figura 2):

Figura 2 – Matéria do Correio de S. Paulo sobre batalhão diocesano

O BISPO DE BOTUCATU' ORGANIZA UM BATALHÃO DIOCESANO

REGRESSOU PARA SUA DIOCESE D. CARLOS DUARTE DA COSTA, QUE VIERA TRATAR DO RECONHECIMENTO DA UNIDADE

Afim de tratar da oficialização de um batalhão diocesano que desejava organizar em Botucatu, esteve na Capital o bispo d. Carlos Duarte da Costa, que ontem regressou para a sua diocese. Durante a sua permanencia em São Paulo, recebeu a visita do governador Pedro de Toledo, do dr. Valdemar Ferreira, secretario da Justiça, e do dr. Tirso Martins, chefe de Polícia, visitas essas que foram retribuídas.

Ontem, finalmente, o batalhão diocesano de Botucatu, foi reconhecido, tendo sido feita a seguinte comunicação do M.M.D.C. ao major dr. Luiz Antonio Fleury de Assunção, delegado técnico de Botucatu:

"Pedimos a v. s. dispensar todo apoio e conjuvação que estejam ao seu alcance, ao batalhão diocesano de Botucatu, aí organizado sob o patrocínio de d. Carlos Duarte da Costa, bispo da diocese. Atenciosas saudações. (aa.) Luiz Pisa Sobrinho e Leonel Benevides de Rezende".

Identica comunicação foi dirigida pelo M. M. D. C. ao dr. Augusto Gonzaga, delegado regional de Botucatu. O M.M.D.C. já remeteu para essa cidade, ontem, 160 fardas e equipamento completo.

São os seguintes os termos da ata de fundação do Batalhão Diocesano de Botucatu':

"Aos doze dias do mês de agosto do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e trinta e dois, nesta cidade de Botucatu', ás quatorze horas, na residência do exmo. e revmo. sr. bispo diocesano, d. Carlos Duarte Costa, a convite e sob a presidencia deste reuniram-se os abaixo assinados e resolveram, acatando e aproveitando a idéa exposta pelo sr. bispo, ao constituir uma comissão para tratar da formação de um batalhão de voluntarios catolicos desta diocese, sob a proteção de N. S. da Aparecida. Por aclamação, foram escolhidos o sr. bispo diocesano para presidente da comissão, e o dr. Joaquim Casildo do Azevedo Marques, para vice-presidente, bem assim o dr. Sebastião Villas-Bôas para tesoureiro, e José da Rocha Torres, para secretario.

A comissão redigiu logo um boletim ao publico, dando conta da reunião e annunciando o inicio, local e horas do alistamento. Nada mais havendo a tratar, deu-se por final a reunião do que, para constar, eu, José da Rocha Torres, secretario, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai pelos presentes assinada. — (aa.) D. Carlos Duarte Costa, presidente; dr. J. C. Azevedo Marques, vice-presidente; dr. Sebastião Villas-Bôas, tesoureiro; José da Rocha Torres, secretario; padre Salustio Rodrigues Machado, Francisco Ramalho de Mendonça, prof. José Martins, Francisco M. Dias Batista, Lino Tucunduva, Emilio Peduti, Flavio Cesar, Antonio Ramalho de Mendonça, Francisco Dias Ferraz, Carlino de Oliveira, dr. Cori Gomez Amorim."

Concessão aos distribui-

Fonte: OAB São Paulo (2018)

¹⁸ Depois da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, era grande o descontentamento entre a classe política e fazendeiros de São Paulo. Os interventores estaduais eram nomeados pelo governo Vargas. A Revolução Constitucionalista ocorreu entre 9 de julho e 2 de outubro e tinha como finalidade depor o governo de Getúlio Vargas e promulgar nova Constituição brasileira. O início se deu logo após o homicídio de quatro manifestantes: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, que se tornaram mártires e símbolos de um dos movimentos que levou o nome de MMDC, siglas iniciais dos homens assassinados. Os tenentistas também fizeram parte do movimento contra o governo Vargas (MOREIRA, 2017).

Afim de tratar da oficialização de um batalhão diocesano que desejava organizar em Botucatu, esteve na Capital o bispo d. Carlos Duarte da Costa, que ontem regressou para sua diocese [...]. Ontem, finalmente, o batalhão diocesano, de Botucatu foi reconhecido, tendo sido feita a seguinte comunicação do MMDC, ao major dr. Luiz Antonio Fleury de Assunção, delegado técnico de Botucatu: ‘Pedimos a v. s. dispensar todo o apoio e coadjuvação que estejam no seu alcance, ao batalhão diocesano de Botucatu, ali organizado sob o patrocínio de d. Carlos Duarte da Costa, bispo da diocese [...]’ (CORREIO DE S. PAULO, 1932, p. 3).

Naves (2013) lembra que Dom Carlos fez campanha de arrecadação de recursos¹⁹ entre os fiéis para a constituição de sua tropa. Ele mesmo vendeu sua cruz peitoral de ouro e uma fazenda da diocese. Em toda a Era Vargas, o bispo se manteve atuante crítico do regime político, pois “era ferrenho opositor de Getúlio Vargas” (MAZZAROLLO, 1987, p. 10).

A participação nas agitações de inconformismo paulista em relação à ditadura Vargas deu início aos posicionamentos político-religiosos do bispo. A partir desse episódio, Dom Carlos figurou nas páginas dos jornais e se notabilizou pelo seu posicionamento exigente de contestação de alguns dogmas católicos e também por sua posição político-ideológica em favor da solidariedade coletiva. Nas eleições de outubro de 1934, quando o país inteiro iria eleger seus representantes nos parlamentos federais e estaduais, Dom Carlos se posicionou, apresentando apoio a um candidato do Partido Republicano Paulista (PRP) de forma independente da Liga Eleitoral Católica (LEC)²⁰, que era uma organização católica que se dizia apartidária. Esse ato emancipado do bispo lhe rendeu duras críticas, pois havia uma intensa polarização no jogo político do período:

O bispo de Botucatu acaba de praticar um acto pelo qual, posso assegurar aos leitores, ele será censurado e advertido pelas autoridades superiores da Igreja. A sua palavra, na hypothese vertente, não tem sombra de autoridade de um sacerdote, mas de um indisciplinado, um bispo em completa rebeldia com as instruções, os ensinamentos e as ordens emanadas da Santa Madre Igreja [...]. O acto de D. Carlos é de franca desobediencia ás determinações da autoridade ecclesiastica e, mais do que isto, é um abuso do poder espiritual, de que está investido, para fins de cabala partidaria (O JORNAL, 1934, p. 1).

¹⁹ Houve esforço de arrecadação de fundos para o sustento da revolução, uma campanha que ficou conhecida como: “Ouro para o bem de São Paulo”. Muitos doaram suas joias e até mesmo anéis de casamento em prol da causa constitucionalista.

²⁰ A Liga Eleitoral Católica foi uma “associação civil de âmbito nacional criada em 1932 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, auxiliado por Alceu Amoroso Lima. Seu objetivo era mobilizar o eleitorado católico para que este apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte e de 1934 para a Câmara Federal e as assembléias constituintes estaduais [...] Preocupada em manter sua postura não partidária, a LEC chegou a proibir que os membros de suas juntas se candidatassem por qualquer partido político. Esse apartidarismo foi denunciado como falso por alguns elementos anticlericais, ao mesmo tempo em que foi criticado por muitos católicos, desejosos de encontrar na liga uma posição mais definida” (KORNIS, 2017).

Foi nesse pleito eleitoral, quando se mostrou partidarista, que o bispo católico começou a ganhar o estereótipo de “rebelde”. Como dito, não foi apenas nas questões político-partidárias que o bispo se envolveu de forma intensa. Dom Carlos começou a atrair negativamente a atenção dos líderes católicos por sua tentativa de reforma dos preceitos romanos. De acordo com Naves (2013), em 1936, na ocasião de sua segunda visita *ad limina*²¹, o bispo de Botucatu expôs ao papa Pio XI uma série de reivindicações relacionadas ao sacerdócio no Brasil. Entre as mais polêmicas estavam a celebração das missas em português; o fim do celibato obrigatório; substituição da confissão auricular pela confissão geral ou comunitária; instituição do diaconato permanente para leigos casados; celebração da missa *versus-populum*, isto é, de frente para o povo, com o sacrário atrás do altar; organização de um conselho de bispos para governar a Igreja juntamente com o papa e a participação dos leigos na administração da Palavra, da Eucaristia e da Evangelização.

Há um aforismo eclesiástico conhecido que diz em latim: *Roma locuta, causa finita*, ou seja, Roma falou, a causa terminou. Porém, com pertinácia, Dom Carlos não se dava por satisfeito com certas regras da Santa Sé. Continuou contestando a liturgia oficial em favor de algumas expressões de religiosidade popular e defendendo a flexibilização de diretrizes para o trabalho missionário do clero. Além disso, desagradava à Santa Sé o seu comportamento, como afirmou um padre da Icab, Zeferino Ranzolin, a um jornal: “Dom Carlos vinha há muito tempo se desentendendo com o Vaticano, que nele condenava atitudes consideradas mundanas demais” (MAZZAROLLO, 1987, p. 10). Dom Carlos defendia questões políticas, eclesiológicas²² e também teológicas.

O bispo de Botucatu passou a proferir sermões defendendo eleições diretas para a ascensão de algum pároco ao posto de bispo, além de insistir na defesa de uma liturgia mais ajustada e inteligível aos fiéis com uma doutrina resultante das práticas de fé da população

²¹ “A visita ‘ad limina Apostolorum’, que significa no limiar, na soleira, na entrada, nos limites (das basílicas) dos apóstolos (Pedro e Paulo), é uma visita dos bispos diocesanos aos túmulos dos Apóstolos, na Diocese de Roma, a primeira de todas as Dioceses do mundo e onde está a Sé de Pedro, com quem se encontram na pessoa do Santo Padre. Visita esta carregada de importância e feita com periodicidade quinquenal, ou seja, obrigatória a cada cinco anos. Evidentemente que isso depende muito da época e dos compromissos do Papa e do número de Bispos Católicos. Ela é prevista no Código de Direito Canônico nos seus cânones 399-400 (“o Bispo deve ir a Roma para venerar os sepulcros dos Apóstolos Pedro e Paulo e apresentar-se ao Romano Pontífice”). [...] O ritmo atual das visitas está nas decretais do Papa São Pio X que, em dezembro de 1909, já pedia que os Bispos enviassem junto com a visita um relatório completo sobre o estado de suas dioceses. Essa obrigatoriedade é contemplada hoje no Código de Direito Canônico: “o Bispo Diocesano tem obrigação de apresentar ao Sumo Pontífice, a cada cinco anos, um relatório sobre a situação da diocese que lhe está confiada” (can 399) (TEMPESTA, 2017).

²² “Eclesiologia (do grego *ekklesia*) é o ramo da teologia cristã que trata da doutrina da Igreja: seu papel na salvação, sua origem, sua disciplina, sua forma de se relacionar com o mundo, seu papel social, as mudanças ocorridas, as crises enfrentadas, suas doutrinas, a relação com outras denominações e sua forma de governo” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2017).

brasileira. De acordo com o padre Zeferino, Dom Calos costumava dizer: “A Igreja deve ter as cores, o formato, o gosto e o cheiro de cada nação” (MAZZAROLLO, 1987, p. 10).

Não há registros acerca do parecer do Vaticano sobre as reivindicações feitas pelo bispo que tentava tal reforma, mas, depois do desafio aos clássicos dogmas da Igreja, certas coisas começaram a mudar, ou seja, Dom Carlos despertou considerável irritação no Vaticano. Seus ideais tomaram ares de desavença. Segundo Naves (2013), a Nunciatura Apostólica brasileira²³ recomendou ao Vaticano a renúncia de Dom Carlos como bispo de Botucatu, proposição que foi aceita pelo papa Pio XII. Logo após sua ida a Roma, em 1937, o Vaticano concedeu a ele o título honorário de bispo titular de Maura, uma extinta diocese do norte da África, o que o obrigou a retornar ao Rio de Janeiro. Isso representou uma forma de rebaixamento de nível religioso.

Com relação ao pensamento político, Dom Carlos era vigoroso acusador do governo de Getúlio Vargas e dos regimes totalitários europeus. Mesmo não declarando abertamente, o bispo foi uma espécie de profeta do socialismo cristão e, por isso, era rotulado de “esquerdista”, “subversivo” e “comunista”. Em 1937 — data de sua primeira advertência expressa por Roma —, o acirramento dos ânimos políticos foi acentuado por causa do fracassado levante comunista de 1935²⁴. Com o golpe de 1937, que instaurou o período autoritário conhecido como Estado Novo, o governo Vargas passou a centralizar ainda mais o poder e instituiu repressão anticomunista.

²³ Nunciatura Apostólica “é o organismo que representa a Santa Sé no país. Também tem a função de embaixada do Estado do Vaticano. É dirigida pelo Núncio Apostólico. O Núncio Apostólico, como Legado do Romano Pontífice, representa o papa junto às Igrejas particulares (dioceses, arquidioceses, prelazias) e também junto aos Estados e autoridades públicas. É o embaixador do Estado do Vaticano, o representante do papa no Brasil. Sua principal missão é tornar sempre mais firmes e eficazes os vínculos de unidade entre a Sé Apostólica e as Igrejas particulares. Também tem o encargo de promover e estimular as relações entre a Santa Sé e as autoridades, tratando das questões concernentes às relações entre a Igreja e o Estado” (DIOCESE DE PIRACICABA, 2017).

²⁴ “Movimento armado, também conhecido como Intentona Comunista. Esta última designação foi cunhada pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa, já que o termo intentona significa ‘intento louco, plano insensato’. O movimento foi deflagrado a 23 de novembro de 1935 em Natal pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores. No dia 24 de novembro, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, sediado na Vila Militar de Socorro, a 18km de Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Todos esses levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). [...] O final do ano de 1935 marcou o início de uma violenta repressão do governo central a todos os opositores do regime. Foram feitas milhares de prisões, não somente de comunistas como de simpatizantes e integrantes da ANL, de socialistas, trotskistas e anarquistas. Muitos não haviam participado do movimento revolucionário e nem dele haviam tomado conhecimento. A repressão à revolta de novembro atingiu o prefeito do Distrito Federal, deputados, senadores e simples opositores dos governos estaduais e do regime de Vargas” (ABREU, 2017).

Nesse cenário, foi publicada pela Santa Sé a encíclica *Divini Redemptoris*²⁵, que fazia severas objeções à ideologia comunista. Logo na introdução, o papa Pio XI chamou o comunismo de perigo ameaçador: “é do comunismo, denominado bolchevista e ateu, que se propõe como fim peculiar revolucionar radicalmente a ordem social e subverter os próprios fundamentos da civilização cristã” (PIO XI, 1937).

Nesse momento, por volta dos anos 1940, o então bispo de Maura acentuou ainda mais seu discurso em favor de seus ideais, princípios que se mesclavam entre o campo religioso (relacionados à doutrina da Igreja) e o âmbito político (contra o nazifascismo e denúncias de aliança da Igreja com as doutrinas totalitárias). Suas reivindicações religiosas e atitudes políticas o levaram a figurar cada vez mais nas manchetes dos jornais do período.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, o contexto polarizado — e temas em debate como comunismo, capitalismo, fascismo, nazismo —, instigou sua atividade política. Por meio dos jornais, Dom Carlos fez duras críticas e acusações contra a Igreja. Dizia que o Vaticano estava alinhado ao fascismo e aos ditadores Hitler, Mussolini, Salazar e Franco. O bispo de Maura insistia em apoiar as categorias marxistas de análise social. Em 1942, Dom Carlos insinuou haver grupos de clérigos espíões que escolheram “um dos redutos mais sagrados da sociedade brasileira para operarem sua infame empreitada hitlerista” (O RADICAL²⁶, 1942, p. 1). Declarava que a Igreja era um espaço oportuno para a infiltração dos agentes nazistas. Ao final de matéria publicada no jornal “O Radical”, o editor expressou seu apoio às manifestações do bispo contra o nazismo:

²⁵ *Divini Redemptoris* é uma carta encíclica publicada pelo papa Pio XI em 19 de março de 1937 (sobre o comunismo ateu. Pio XI considerou que o comunismo era um “sistema cheio de erros e sofismas, igualmente oposto à revelação divina e à razão humana; sistema que, por destruir os fundamentos da sociedade, subverte a ordem social, que não reconhece a verdadeira origem, natureza e fim do Estado; que rejeita enfim e nega os direitos, a dignidade e a liberdade da pessoa humana”. Refere-se à doutrina comunista como um “falso ideal” e com “promessas fascinadoras”, continua dizendo que a doutrina socialista provocou “deploráveis consequências” em países como “México e Rússia” (PIO XI, 1937).

²⁶ “Jornal carioca diário e matutino fundado em 1º de junho de 1932 e extinto em 9 de outubro de 1954. [...] caracterizou-se pela ênfase ao noticiário trabalhista, sindical e policial. Aberto às reivindicações imediatas dos trabalhadores, dava ampla cobertura às greves e convocações de assembleias, à atuação dos sindicatos e às condições de trabalho e de vida dos operários [e] também pelo seu antifascismo. [...] Durante todo o Estado Novo, O Radical gozou de grande prestígio popular, atingindo uma tiragem de 20 mil exemplares, que eram vendidos principalmente na Zona Norte do Rio de Janeiro. Nesse período, além de se manter basicamente como um jornal voltado para as massas populares, tratando de temas trabalhistas e policiais e das condições de vida dos trabalhadores, passou a publicar duas novas seções, sobre a Marinha Mercante e sobre assuntos ligados à área militar” (FERREIRA, 2017).

As nossas Igrejas, conventos e colégios não são antros de quinta coluna²⁷. São casas de Deus, são templos e escolas do Brasil. Foi a voz mesma de um sacerdote que pediu o expurgo total dos falsos sacerdotes. Essa voz interpreta o nosso desejo, tem todo nosso apoio, é a voz da própria Igreja participando concretamente no combate do Brasil contra a espionagem e a traição (O RADICAL, 1942, p. 4).

O bispo censor dos regimes totalitários se referia a Hitler como “o anticristo” e garantia falar como legítimo representante da Igreja no Brasil, conclamando os cidadãos a se mobilizarem na guerra contra o nazismo.

Tendo o nazismo declarado guerra aberta á Igreja, é dever de todo católico aceita-la e combate-lo não somente com orações e espirito de penitencia, mas usando as mesmas armas, até o aniquilamento completo de Adolf Hitler – Deuz do nazismo e inimigo numero um da humanidade (O RADICAL, 1942, p. 1).

Também fez analogia entre o período de guerra e o empenho dos cristãos à época das Cruzadas, aconselhando os fiéis brasileiros a se armarem para o combate ao nazismo: “Como os cristãos nas cruzadas este é o momento do povo catolico pegar em armas na defesa do Brasil!” (O RADICAL, 1942, p. 1).

Dom Carlos dizia que não poderia haver qualquer incompatibilidade entre a prerrogativa episcopal e os deveres de cidadão na luta contra os regimes opressores. Contudo, várias foram as ocasiões em que a Igreja julgava descomedimento nas suas posições e nos discursos eloquentes denunciando os crimes nazistas e culpando a Santa Sé por ser negligente sobre o tema.

Intransigente em denunciar supostos espíões que se passavam por clérigos, Dom Carlos mandou a Getúlio Vargas — seu antigo desafeto — um telegrama de felicitações na ocasião em que o presidente decretou mobilização geral²⁸ e declarou guerra às potências do Eixo. O bispo manifestou irrestrita solidariedade e se colocou à disposição do governo. Na mesma correspondência, alfinetou a Igreja Católica Apostólica Romana (Icar), dizendo que deveriam “ser retirados das dioceses, prelazias, paróquias, conventos e colegios, os bispos,

²⁷ “Termo cunhado durante a guerra civil espanhola e usado para designar aqueles que, em Madri, apoiavam as quatro colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana do presidente Azaña. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi utilizado para referir-se àqueles que agiam sub-repticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo. Na Europa esses indivíduos também eram chamados de colaboracionistas” (FGV, 2017b).

²⁸ “Em represália ao rompimento de relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, a partir de janeiro de 1942 vários navios mercantes brasileiros foram torpedeados por submarinos alemães. A esses incidentes seguiu-se uma forte mobilização popular em favor da entrada do país na Segunda Guerra Mundial para lutar ao lado dos Aliados contra o nazi-fascismo. O governo brasileiro finalmente declarou guerra à Alemanha e à Itália em agosto de 1942, mas só após ajustes difíceis com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que levou o Brasil ao teatro de operações na Itália” (FGV, 2017c).

prelados, padres, frades, freiras estrangeiros e nacionais partidários do nazismo, do fascismo e do falangismo” (CORREIO PAULISTANO, 1942, p. 1).

O telegrama, que foi divulgado pela Secretaria da Presidência, teve repercussão nos jornais, dividiu opiniões e provocou certa ebulição no debate sobre os posicionamentos da Igreja frente às questões que envolviam guerra, comunismo, capitalismo e totalitarismo. Entre os partidários do bispo, estavam os defensores do socialismo como forma de governo. Contudo, políticos e membros da Igreja condenaram a falta de prudência e rebeldia do bispo de Maura. O jornal “A Cruz”, que outrora fazia aclamação ao bispo, lançou duras críticas às suas denúncias direcionadas a membros do clero católico que supostamente eram espíões ligados aos países do Eixo²⁹, destacando que “não poderia ser mais triste a repercussão que teve na consciência católica brasileira o telegrama do bispo titular de Maura [...] e em má hora trazido ao conhecimento público” (A CRUZ, 1942, p. 8). O editor do jornal considerou compreensível a exaltação patriótica e louváveis as manifestações de revolta diante das injustiças que envolviam inocentes, mas acentuou que o momento exigia moderação por parte de membros da Igreja. Condenou veementemente as acusações feitas, dizendo que esse tipo de atitude imoderada levava ao terreno minado das desconfianças por juízos preconcebidos:

O telegrama do Bispo de Maura é um documento infeliz, que nunca poderia ter sido assinado por um prelado conciente das suas responsabilidades espirituais. [...] o ex-bispo de Botucatu levanta uma suspeita que não pode deixar de ser ofensiva á autoridade superior da Igreja Católica do Brasil, admitindo que nas dioceses, prelazias paróquias, conventos e colégios existam agentes de traição por tolerancia daqueles a quem cabe a responsabilidade de comandá-los no exercicio de sua missão espiritual. [...] Não é possível aceitar como favorável aos interesses nacionais a atitude insólita do antigo bispo de Botucatu, na sua ação revolucionária e inconsequente. Por isso, o gesto impensado do bispo titular de Maura não podia deixar de causar uma profunda estranheza e merece a censura de todos os que, como nós pugnam nesta hora por uma coordenação de esforços e de vontades, subordinada a uma orientação de disciplina superior e patriotismo desinteressado (A CRUZ, 1942, p. 8).

Nota-se que as acusações foram ganhando maiores proporções, sugerindo punição ao bispo desobediente e, igualmente, as declarações de reação de representantes do catolicismo brasileiro. Além de fazer a defesa de denúncias sobre benevolência com integrantes nazistas

²⁹ “Durante a Segunda Guerra Mundial, os países lutaram como parceiros de uma das duas principais alianças: a do Eixo ou a dos Aliados. Os três principais parceiros da aliança do Eixo eram a Alemanha, a Itália e o Japão. Estes parceiros tinham dois interesses em comum: 1) a expansão territorial e a criação de impérios com base na conquista militar e na derrubada da ordem internacional do período após a Primeira Guerra Mundial; e 2) a destruição ou a neutralização do comunismo soviético. [...] Em 1945, as Forças Aliadas, lideradas pela Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética, derrotaram os países do Eixo” (USHMM, 2017a).

no seio da Igreja, houve também réplicas acusatórias referentes à atuação administrativa de Dom Carlos quando esteve na diocese de Botucatu. De acordo com o jornal “O Radical” (1942), o periódico “Folha de Botucatú”, em artigo assinado pelo jornalista José Eduardo de Macedo Soares³⁰, teceu várias acusações de cunho pessoal contra o então bispo daquela cidade. A gazeta de viés socialista passou a defender o bispo, expondo que as acusações sobre a atuação do sacerdote em sua antiga diocese eram baseadas em informações capciosas.

Com referência às críticas feitas por Soares ao bispo por ser ele um ferrenho opositor do governo Vargas, à contradição do telegrama felicitando o presidente e às injúrias dirigidas ao papa Pio XI, o periódico respondeu: “Dom Carlos jamais hostilizou o sr. Presidente da República, no sentido de cobrir de insultos e baldões a suprema autoridade do país, nem creou, muito menos, dificuldades ao então Cardial Pacelli” (O RADICAL, 1942, p. 4).

A “Folha de Botucatú” ressaltou que o partidarismo de Dom Carlos e sua hostilidade com os governos paulistas o levaram a ser censurado, provocando a sua renúncia como bispo da cidade, e acusou o ex-bispo de Botucatu de má administração e ingerência patrimonial frente à jurisdição da mitra diocesana³¹. O periódico a favor do bispo refutou:

O que se deu com a Mitra de Botucatu foi um colapso em sua atividade comercial, já seriamente pela crise do café e agravada pela mudança brusca e repentina em sua direção. Os que desejam macular D. Carlos com a pécha de mau administrador, procurem saber de sua atuação nos varios cargos, que exerceu no governo da Diocese do Rio de Janeiro. Ao assumir a diocese, D. Carlos recebeu, em dinheiro, somente trezentos contos de réis. E o patrimonio aqui ficou. Aí está a verdade sobre a renuncia do 2º bispo de Botucatú. Tudo o mais que se disser, será exploração da boa fé alheia e maneira comedida de tentar a magnifica repercussão civica da atitude do bispo de Maura, na defesa da Fé, integrada nos principios democraticos de uma Nação em perigo (O RADICAL, 1942, p. 4).

A matéria finalizou, apontando que os verdadeiros motivos que levaram Dom Carlos à renúncia do bispado de Botucatu eram outros. Em tom ameaçador, o jornal assegurou que as causas se originaram de divergência do bispo quanto à orientação dada aos seminários, desencadeando eventos escandalosos, mas que, se fosse necessário, poderiam vir a público e escandalizariam a todos.

As desavenças religiosas e políticas não pararam mais. Entusiasta do regime soviético, Dom Carlos prefaciou o livro “O poder soviético”, escrito pelo arcebispo Hewllet Johnson, deão de Canterbury, e lançado no Brasil em 1943, sustentando as doutrinas marxistas

³⁰ Foi jornalista e deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1915 e 1923, deputado constituinte em 1934, senador pelo Rio de Janeiro entre 1935 a 1937 (PECHMAN, 2017).

³¹ Mitra diocesana é um organismo administrativo de cada diocese da Igreja Católica.

relacionadas aos direitos essenciais do homem. Nesse prefácio, Dom Carlos defendeu o regime comunista soviético e lamentou o fato de nem todos os padres refletirem acerca da importância do engajamento clerical nos assuntos sociais e políticos: “Tornei-me indesejável dos politicoides aldeões, ao mesmo passo que suspeito para alguns colegas que interpretam de modo diferente da minha interpretação o papel da Igreja e do Clero” (COSTA, 1943, p. 9).

A obra foi rechaçada pela direita e acolhida com simpatia pela esquerda. O jornal “O Radical” (1943) fez apresentação do livro, dando destaque ao fato de a obra ser escrita por um bispo evangélico e ter em seu prólogo a assinatura de um bispo católico. O tabloide aprovou o livro e, do mesmo modo, o prefácio, reverenciando o bispo de Maura e exprimindo, de forma eloquente, que se tratava de uma inteligência culta, iluminada e digna, radicada nas mais legítimas convicções cristãs. Para os editores do periódico, o bispo estava imbuído na proteção dedicada dos humildes, pobres, abandonados e oprimidos pelos desleais missionários e que Deus opta pelos desfavorecidos em detrimento dos ricos.

Na mesma edição, o jornal publicou um protesto redigido pela Câmara Eclesiástica³², contestando o livro e lamentando a defesa do comunismo soviético por um bispo católico: “queremos também juntar a nossa estranheza e o protesto da consciência católica justamente escandalizada com o fato. Não nos seduz o poder soviético, ainda quando, por qualquer oculto motivo, apresentado por um bispo”. O protesto foi finalizado em latim, dando a entender que o bispo poderia vir a ser penalizado e convidando-o a retroceder de seus ideais revolucionários: “*citius emergit ex errore quam ex confusione*”³³ (O RADICAL, 1943, p. 5).

A animosidade foi reiterada quando, dias depois, dois jornais publicaram a réplica escrita por Dom Carlos, que atribui os ataques dos quais foi alvo à sua denúncia contra a espionagem praticada por nazifascistas de congregações religiosas — o rancor provocado pelas suas recomendações em benefício da nacionalização do clero —, explicando aos brasileiros sobre a fantasia do comunismo ateu e que na Rússia a liberdade de culto existia sem limitação. Sua resposta à Câmara Eclesiástica veio com o seguinte título: “*citius emergit veritas ex errore quam ex confusione*”, que significa: “A verdade, mais cedo sair do erro do que da confusão”. Além de veiculada no periódico “O Radical”, que costumeiramente dava voz ao bispo insurgente, a carta de refutação também foi publicada em outro jornal de grande circulação no Rio de Janeiro, “A Noite”:

³² “É o tribunal dos bispos, presidido pelo bispo, que tem como função o julgamento de assuntos eclesiásticos” (JUS BRASIL, 2018).

³³ Tradução: “mais cedo sair do erro do que da confusão”.

Li, com grande estranheza, a nota fornecida aos jornais pela Câmara Eclesiástica. Não estranhei o comunicado. Este, não sei por que, demorou alguns dias. A minha estranheza foi quanto ao fato de aquela Câmara falar em nome da consciência católica brasileira, que toda ela vibra, de sadio patriotismo [...]. A consciência católica escandaliza-se é quando alguém que tem responsabilidade de falar em nome da Igreja, seja esse alguém algum prelado ou uma Câmara, usa de linguagem indigna da mesma igreja, que não pode endossar, com sua autoridade, frases como essa: ‘Não nos seduz o Poder Soviético, ainda por qualquer ‘oculto motivo’, apresentado por um bispo. Não nos alinhamos com o que deseja a referida Câmara, quando pretende atingir-nos com aquela frase cheia de malícia (A NOITE, 1943, p. 12).

O bispo afirmou que não se tratava de questão religiosa. Com certa ironia, respondeu dizendo que também não concordava com a hierarquia católica e reforçou que suas convicções é que estavam em alinhamento com a consciência do povo brasileiro.

Dias depois, pela segunda vez, por meio do jornal “A Cruz” (1943), a congregação da Igreja emitiu outra nota, criticando o prefácio do livro e dizendo que se tratava de uma “advertência e, ao mesmo tempo, um grito de alarme”. Isso porque, “aliando-se a um pastor protestante, D. Carlos viera a público dizer coisas que não podiam ser ouvidas em silêncio e precisavam ser rebatidas” (A CRUZ, 1943, p. 2). O órgão católico questionou parte do prefácio na qual Dom Carlos escreveu que “há três meses atrás, ainda não estávamos entre as Nações do mundo civilizado” e que “a Rússia dará o laboratório experimental das teorias sociais” (A CRUZ, 1943, p. 2). Para a Câmara Eclesiástica, essas afirmações eram espantosas e era absurda ideia de pensar que o Brasil pode adaptar-se a uma teoria saída do “laboratório experimental” da URSS, pois o povo brasileiro jamais “precisou apelar para a técnica do massacre coletivo para realizar a sua aspiração de maior justiça social”. A nota finaliza, reafirmando a posição da Igreja, “que continua sendo de combate ao bolchevismo” (A CRUZ, 1943, p. 2).

Dom Carlos revidou a objeção feita pela congregação católica e, mais uma vez, pelo jornal “O Radical” (1943), alegou jamais ter imaginado que seu prefácio ao livro fosse produzir alguma maldade ou desunião entre os brasileiros. Ressaltou que a obra do bispo protestante constituía importante “ação para evitar lances traiçoeiros a serviço da Quintacolumna” (O RADICAL, 1943, p. 1). Pressagiou que a Rússia veria o surgimento da liberdade civil, política e econômica e reafirmou que não deixaria de censurar defensores de políticas econômicas excludentes e que a Igreja, em toda sua história, não se compadece das necessidades e angústias dos pobres espoliados da sua parte de bem-estar.

Imbuído de ideais socialistas, o bispo não cessou suas denúncias de espionagem. Com a vitória dos Aliados, tornou-se cada vez mais frequente a caça aos nazifascistas em toda a Europa e outras partes do mundo. No Brasil, alguns grupos de esquerda passaram a intimidar supostos espões nazistas — obsessão que levou o bispo de Maura a dar sustentação a graves denúncias feitas pelo “O Radical” (1943), que afirmava que alguns padres alemães que viviam no Brasil eram supostamente agentes da Gestapo³⁴. O conteúdo da denúncia — cuja reportagem veio ilustrada com uma foto do bispo de Maura (figura 3) — tornou-se mais sério, pois apontava nomes e lugares, afirmando que os párocos de nacionalidade alemã do convento Santo Antônio, na cidade de Cairu, Bahia, eram informantes secretos do Terceiro Reich³⁵. O que era mais grave, acusava o prefeito e o vigário da cidade de terem transformado o convento em uma célula nazista e que estes estavam envolvidos nos crimes de afundamento de vários navios brasileiros³⁶.

Figura 3 – Matéria do jornal “O Radical” com acusação contra frades alemães

Os frades alemães eram agentes da Gestapo!

Acumpliciados com o prefeito e o vigário do município de Cairu, no Estado da Bahia, transformaram o convento numa célula de alta espionagem — Responsáveis pelo afundamento de vários barcos nacionais — Vão ser julgados pelo Tribunal de Segurança, juntamente com os seus cúmplices, todos adeptos do integralismo — E' preciso adotar medidas preventivas contra os "sacerdotes" nazis, e os traidores sigmóides que ainda desempenham função pública no Brasil!

Frades alemães do Convento de Santo Antonio, município de Cairu, Estado da Bahia — ligados ao prefeito e ao vigário do lugar, e ainda a outros elementos, segundo informações oficialmente transmitidas, vinham exercendo a mais audaz espionagem no litoral nordestino, prestando informações precisas aos submeriveis inimigos, sobre o movimento de navios brasileiros.

Certos de uma impunidade que os encorajava, montaram sua máquina quinta-colunista nas praias da Bahia, facilitando desse modo o afundamento de diversos barcos mercantes nacionais. Acabaram nas malhas da repressão oficial e o processo a que respondem já foi remetido ao Tribunal de Segurança Nacional.

Não ha, por certo, na notícia acima resumida, o sabor da novidade. Não foram esses frades de Cairu, nascidos na Alemanha, os primeiros religiosos da mesma procedência a se revelarem méros cães de fila do Terceiro Reich em nosso território. Seus crimes, a bem dizer, vão apenas aumentar o número de crimes semelhantes já devidamente esclarecidos, valendo por uma nova advertência que devemos tomar ao pé da letra para o nosso próprio bem.

Ha tempos, no Rio Grande do Sul, as autoridades desarticulam uma trama quinta-colunista, habilmente urdida por "sacerdotes" tedescos. Em Juiz

de Fora, o "pastor de almas" de nacionalidade germanica era preso em virtude de flagrante prova de que exercia atividades prejudiciais à segurança do país. Em Mato Grosso, frades instalados no local, de conhecidos e proclamadas tendências nazistas foram surpreendidos com aparelhagem própria fazenda levantamentos topograficos sem exploração de sua finalidade.

Em menos de seis meses, incluindo o caso agora conhecido de Cairu, são esses os sucessos anti-brasileiros mais chocantes em que surgem, como responsáveis principais, nazistas que se fazem passar por sacerdotes protestantes, ou membros de irmandades catolico-romanas.

Por muito curioso que pareça, ha em todos eles um particular: os espões germanicos, padres ou frades, pastores ou frades agiram sempre de cumplicidade com antigos militantes do Partido Integralista, alguns até no desempenho de funções administrativas. As evidências existentes já de muito deveriam ter servido para maiores atenções a toda essa mistura de baciões.

(Continua na 2ª pag.)

Rio de Janeiro — Domingo, 27 de Junho de 1943

O RADICAL

DIRECTOR RODOLPHO CARVALHO

Publicidade — 42-6512	Av. Rio Branco, 173, 2.º and.	Redação — 42-8490
Gerencia — 42-0725	ANO VII — Numero 3.934	Redação — 42-0454
	Direção — 42-3446	

Dom Carlos Duarte da Costa

Fonte: O Radical (1943)

³⁴ Gestapo era o nome da polícia secreta na Alemanha Nazista, instituída em 1933 logo após a ascensão de Hitler ao poder. Atuava de forma arbitrária e com desumanidade contra qualquer tipo de oposição ao governo nazista.

³⁵ “A subida do nazismo ao poder colocou fim à República de Weimar, uma democracia parlamentarista estabelecida na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial. Com a nomeação de Adolf Hitler como chanceler, em 30 de janeiro de 1933, a Alemanha (também chamada de Terceiro Reich) rapidamente transformou-se em um regime em que os cidadãos não mais possuíam direitos básicos garantidos pelas leis. A cultura, a economia, a educação e as leis passaram para o controle nazista. Uma ampla campanha de propaganda foi desenvolvida para disseminar os objetivos e ideais do regime” (USHMM, 2017b).

³⁶ “Durante a Segunda Guerra, 36 navios brasileiros foram torpedeados, entre 1942 e 1944, por submarinos do Eixo, na área do Oceano Atlântico que vai desde a Filadélfia, nos Estados Unidos, até Santos, no Brasil, além do extremo sul da África (Boa Esperança). O balanço total foi de 1.074 mortos e 1.686 sobreviventes” (O PODER NAVAL, 2018).

O inimigo comum (o nazifascismo) unia os redatores do jornal ao bispo revolucionário. A matéria foi encerrada, afirmando que as informações foram apuradas com rigor³⁷ e que redundaram de um plano arquitetado pelo governo nazista no qual os integralistas brasileiros e os falsos religiosos tinham lugar determinado. O jornal reafirmou que eram fatos consumados e lamentou haver “quem defenda os infelizes sacerdotes nazistas e fascistas” (O RADICAL, 1943, p. 2).

O bispo, que se dizia guiado pelo ideal da igualdade entre os homens e da justiça social, deixava cada vez mais transparecer seu envolvimento com a doutrina marxista. Ainda em 1943, a convite da Coligação Brasileira de Assistência Social, no Teatro Carlos Gomes, Dom Carlos pronunciou uma conferência sobre Santo Antônio. Nessa ocasião, de acordo com o jornal “O Radical” (1943, p. 4), “compareceram, além de grande massa de fieis, diversos jornalistas, escritores, elementos do clero e figuras das classes armadas nacionais”. O bispo de Maura, em vários momentos de seu discurso, lançou farpas contra membros da hierarquia da Igreja que o censuravam por sua posição ideológica: “É um prazer para mim sentir o trato que aqui recebo na hora em que os fascistas de todas as cores criticam-me porque prego a doutrina do direito igual” (O RADICAL, 1943, p. 4). Em toda sua preleção, fez analogia à vida filantropa de Santo Antônio ao estabelecimento de uma sociedade igualitária na terra: “Não se iludam os falsos profetas sociais. Os povos vivem em constante estado de transformação, rumo a um ideal de felicidade, que se estabelecerá na terra, com a vontade dos homens ou sem ela” (O RADICAL, 1943, p. 4).

Além de fazer referência ao Éden bíblico, o pronunciamento do bispo nos leva a pensar que ele esperava uma transformação terrena, isto é, uma revolução político-econômica, sem classes sociais, leia-se: uma sociedade comunista.

O bispo de Maura, com revolta, continuava a afirmar que havia infiltração e propagandas nazistas no Brasil realizadas por religiosos estrangeiros. Com atitudes consideradas “jacobinas e facciosas”, usava palavras estrepitosas contra uma possível conspiração totalitária de “pastores de Deus e agentes de Hitler” (DIRETRIZES, 1944, p. 4). A defesa da nacionalização da Igreja e de mudanças na doutrina, aliada às graves denúncias não endereçadas especificamente a alguém, fez recair sobre todo o clero secular e religioso do país uma suspeita generalizada.

³⁷ De acordo com pesquisas realizadas, não há nenhum registro, documento, livro ou outro periódico, tanto do período como posteriormente, que relacione clérigos estrangeiros ou brasileiros aos crimes dos navios da Marinha brasileira afundados na Segunda Guerra Mundial.

Em 10 de julho de 1944, por decisão da Câmara Eclesiástica, foram impostas, ao bispo de Maura, penalidades canônicas elencadas em documento assinado pelo arcebispo metropolitano Dom Jaime de Barros Câmara³⁸. A advertência foi uma resposta mais enérgica às manifestações de oposição do bispo aos dogmas e à doutrina de obediência instruída pela Igreja Católica Romana. O documento revela que o bispo foi insensível às duas primeiras advertências feita pela Câmara Eclesiástica, obrigando a Igreja, pela terceira vez, à aplicação de sanções em conformidade com o direito canônico, privando-o das faculdades de pregar e confessar.

Vários foram os jornais de grande circulação que noticiaram as penalidades impostas ao bispo de Maura e destacaram o caráter rebelde de Dom Carlos contra a disciplina romana, porém, alguns, como “A Manhã”, ressaltaram, além de questões dogmáticas, seus posicionamentos ideológicos: “Há um aspecto nessa questão que não pode passar em silêncio. É a circunstância de vir D. Carlos Duarte Costa, há muito tempo, emprestando seu nome e o prestígio de sua elevada dignidade à propaganda tendenciosa de certa ala [...]” (A MANHÃ, 1944, p. 4).

Em concomitância às punições de suspensão de ordem, o bispo sofreu outra baixa, dessa vez de caráter político-ideológico. Ao bispo de Maura foi decretada sua prisão domiciliar. Sob a acusação de “comunismo”, foi encaminhado para a cidade de Bonfim, estado de Minas Gerais, onde foi considerado preso “sob palavras” pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops)³⁹ de Minas Gerais entre 6 de junho e 6 de setembro de 1944. Nesse ano, o Brasil ainda vivia sob a ditadura Vargas, denominada de Estado Novo⁴⁰ — contexto em que era praticada a vigilância ideológica da população e a censura aos meios de comunicação pelo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁴¹, que censurava a

³⁸ Dom Jaime de Barros Câmara (São José, 3 de julho de 1894 – Aparecida, 18 de fevereiro de 1971) foi um cardeal brasileiro de ascendência açoriana e madeirense. Dom Jaime foi designado pelo papa Pio XII para a Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro em 3 de julho de 1943. Participou da Primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada no Rio de Janeiro em 1955. Foi presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no período de 1958 a 1963. Faleceu em Aparecida, São Paulo, dia 18 de fevereiro de 1971, aos 76 anos de idade (CONHECENDO AZAMBUJA, 2013).

³⁹ “Um dos principais objetivos [do Dops] — parte integrante do projeto político do Estado — era bloquear a heterogeneidade de pensamento procurando silenciar aqueles que eram considerados ‘potencialmente perigosos’”. (CARNEIRO, 1999, p. 336).

⁴⁰ “O Estado Novo foi instaurado no Brasil ao mesmo tempo em que uma onda de transformações varria a Europa, instalando governos autoritários e reforçando a versão de que a democracia liberal estava definitivamente liquidada. [...] A doutrina estadonovista propunha a concentração do poder no Estado, visto como única instituição capaz de garantir a coesão nacional e de realizar o bem comum. Havia muitas semelhanças com a doutrina fascista, e foi a partir dos aspectos comuns que muitas vezes o Estado Novo foi identificado com o fascismo” (FGV, 2017d).

⁴¹ “O DIP foi criado por decreto presidencial em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. [...] O DIP possuía os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Cabia-lhe coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa, fazer

opinião pública. Com posições progressistas, inclusive chamado por alguns de “santo dos pobres”, Dom Carlos estava inserido num cenário de ameaça comunista que envolvia as forças do Estado centralizador de contenção e a Lei de Segurança Nacional⁴².

Ao perceber que o Partido Comunista do Brasil e outras organizações de esquerda poderiam reorganizar as forças sindicais sujeitas às pressões das oligarquias e convocar o movimento operário à luta formulando-lhes um programa político adequado aos seus ideais, Vargas apelou para a força e para a violência. O medo de que um projeto socialista vingasse no Brasil levou o governo a prender milhares de cidadãos que, rotulados de “perigosos propagandistas do credo vermelho”, foram punidos como hereges políticos. Listas e mais listas de presos políticos, intercalando nomes de estrangeiros aos de brasileiros “subversivos”, encontram-se anexadas aos prontuários do Dops, testemunhando as arbitrariedades governamentais acobertadas pelo lema ordem e progresso (CARNEIRO, 1999, p. 328 -329).

Não foram encontrados registros jornalísticos sobre a prisão política do bispo. No entanto, no Arquivo Público Mineiro (APM)⁴³ é possível verificar documentos outrora secretos que revelam aspectos de sua prisão domiciliar. Na ocasião, por meio do Serviço de Investigações, sob guarida do delegado de ordens públicas, Dom Carlos teve diversos telegramas interceptados, vigilância permanente da casa onde permaneceu confinado e, na ocasião de sua soltura, foi apresentado um relatório discriminando nominalmente todas as visitas recebidas e saídas do sacerdote com data e hora. Aliás, alguns relatórios dos arquivos da Polícia Política, em pastas nomeadas “comunismo”, transcrevem o conteúdo dos telegramas, um deles fazendo referência à nacionalização da Igreja⁴⁴. De acordo com Naves (2013), sua prisão foi decretada pelo governo por solicitação da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil e do Vaticano e sua soltura teve intercessão da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e do governo mexicano.

censura ao teatro, cinema e funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências, e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. Vários estados possuíam órgãos filiados ao DIP, os chamados "Deips". Essa estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação, assegurando-lhe o domínio da vida cultural do país” (FGV, 2017e).

⁴² “A Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. [...] Em setembro de 1936, sua aplicação foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional” (FGV, 2017f).

⁴³ O Arquivo Público Mineiro (APM) é uma superintendência da Secretaria de Estado de Cultura responsável por planejar e coordenar a gestão de documentos, executar o recolhimento, a organização e a preservação de documentos provenientes do Poder Executivo de Minas Gerais e dos arquivos privados de interesse público e social. O acervo do Arquivo Público Mineiro é constituído de documentos manuscritos, impressos, mapas, plantas, fotografias, gravuras, filmes, livros, folhetos e periódicos. São documentos de origem pública referentes à Administração Pública de Minas Gerais produzidos desde o século XVIII, período colonial brasileiro até o século XXI e de documentos de origem privada de interesse público e social (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 2017).

⁴⁴ Documentos relativos à prisão domiciliar de Dom Carlos encontrados no Arquivo Público Mineiro.

A permanência de Dom Carlos como prelado da Igreja se tornou insustentável. Todavia, com ideologia socialista e princípios religiosos reformadores, ele anunciou que estava preparando um manifesto no qual seriam tratadas doutrinas independentes de Roma. Chamando-o de “Lutero-Mirim brasileiro”, um colunista do jornal católico “A Cruz” antecipou a notícia da “religião progressista”: “O bispo de Maura apostatou! O ex-bispo de Botucatu preparou um manifesto, fundando uma “igreja brasileira”, com padres casados e missa em português! – É a notícia que corre. E os jornais se preparam para explorar o escândalo” (A CRUZ, 1945, p. 3).

O jornal fez duras acusações sobre a honestidade do bispo, dizendo que ele “criminosamente desviou dinheiros da diocese de Botucatu para organizar um batalhão revolucionário, o ‘Terror Botucatuense’” (A CRUZ, 1945, p. 3). E acrescentou que o rompimento do bispo foi motivo de “alívio semelhante ao que um doente sente com o rompimento de um furúnculo” (A CRUZ, 1945, p. 3). O colunista desdenhou e questionou a inteligência de Dom Carlos, prognosticando que esse movimento não teria seguidores porque o seu líder não tinha capacidade de liderar e, assim, teria como aderentes apenas alguns protestantes, espíritas e pessoas incultas que se deixavam facilmente se enganar pelo ilusionismo. O comentarista do jornal disse ainda que, finalmente, o bispo definiu sua posição política como um esquerdista.

Representantes da Santa Sé, em nota divulgada pela *United Press*⁴⁵, declararam que não levaram a sério a tentativa de Dom Carlos de formar no Brasil uma igreja nacional católica independente de Roma, argumentando que “todo o clero brasileiro é partidário da manutenção da unidade da Igreja Católica Romana. Todos os esforços, portanto, do bispo de Maura estão condenados ao fracasso” (CORREIO DA MANHÃ, 1945, p. 3). Outros círculos do Vaticano observaram que o pontífice era apenas bispo honorário e que não tomaria medidas oficiais, deixando o caso nas mãos do núncio apostólico do Rio de Janeiro.

Outro periódico criticou as ideias de ecumenismo de Dom Carlos, considerando absurda a associação de várias religiões diferentes:

Um bispo católico — o Bispo de Maura — vai a um centro espírita e faz uma conferência em que diz, cheio de benevolência que ‘Christo não é propriedade dos católicos...’ Mas não para aí o desdobrar de surpresas. Acaba de ser criado, com discursos, programas, e noticiário espalhado pelos jornais, um partido político de espíritas, protestantes e católicos (JORNAL DO COMMERCIO, 1945, p. 3).

⁴⁵ A *United Press International* (UPI) é uma agência de notícias internacional, fundada em 1907, e com sede nos Estados Unidos. Foi pioneira em muitas áreas na cobertura e distribuição de notícias em todo o mundo.

Depois do envolvimento numa sucessão de polêmicas envolvendo tanto posições ideológicas como persistentes tentativas de renovação do cristianismo, Dom Carlos foi excomungado pelo Vaticano. Sua expulsão foi ordenada por ofício da Câmara Eclesiástica e assinada em 7 de julho de 1945 pelo arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, que se dirigiu ao clero e aos fiéis, lamentando profundamente as atitudes do bispo e, conseqüentemente, a obrigatoriedade do enérgico ato contínuo. O documento justificou o acontecimento, expondo a posição pública e notoriamente assumida contra o cânon da Igreja já pelo ex-bispo em relação a temas como a nacionalização do catolicismo, remetendo ao rompimento com a Igreja Católica Romana; abolição do celibato clerical; missas rezadas em português; a infalibilidade papal; extinção dos seminários, facultando a ordenação como sacerdote de qualquer pessoa que fizesse um curso de teologia de três anos, sem que fosse necessário abandonar a profissão que exercia, entre outros ideais reformadores. Dom Jaime lamentou o acontecido:

Mas não deixa de dilacerar-nos o coração o espetáculo doloroso de um pastor de almas que, esquecido dos seus compromissos mais sagrados e dos juramentos invioláveis da sua juventude, hasteia o pendão da rebeldia para semear entre os fiéis a inquietação, a discórdia e o ódio (CÂMARA apud CORREIO DA MANHÃ, 1945, p. 2).

No dia seguinte à excomunhão do bispo rebelde, em entrevista ao periódico “O Jornal” (1945), um padre de nome Ivo afirmou que o bispo de Maura foi o primeiro religioso no Brasil a ser excomungado e que não constava que o papa tivesse aplicado tal medida a leigos.

A excomunhão do religioso brasileiro foi noticiada em jornais de outros países. “O Jornal” (1945) trouxe uma notícia do periódico uruguaio “La manana” que informava que reformas projetadas pelo bispo brasileiro tinham um sentido “revolucionário e até certo ponto escandaloso”, afirmando que tais propostas de nacionalização do credo católico recordava “os grandes movimentos separatistas do século passado que dividiram a Igreja Católica” (O JORNAL, 1945, p. 4). Já o jornal argentino “Crítica”, comentando o episódio, escreveu: “Foi o grito do Ipiranga da igreja americana” (A CIGARRA, 1945, p. 161).

Em nota publicada pelo jornal “A Noite” (figura 4), o Vaticano declarou, acerca das razões determinantes da excomunhão, que foi “heresia e propósitos de cisma com o estabelecimento de uma ‘igreja nacional brasileira’, abolindo os ritos latinos” (A NOITE, 1945, p. 15). As autoridades da Santa Sé desmentiram que o caso tivesse qualquer relação com o fascismo.

Figura 4 – Matéria do jornal “A Noite” sobre excomunhão de Dom Carlos



(Texto na 8.ª página) RECORRIDO: LARYALVO NETTO Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO Gerente: OCTAVIO LIMA

EXCOMUNGADO O BISPO DE MAURA

O celibato dos padres, o divórcio e a palavra da Igreja Católica

Uma circular da Câmara Eclesiástica sobre a atuação de D. Carlos Duarte — A “Igreja cristã nacional” por ele sugerida — “Erro e Ilusão” — Privado do título episcopal, por ter incorrido nas censuras canônicas

A Câmara Eclesiástica distribuiu hoje assinada pelo arcebispo D. Jaime de Barros Câmara, a seguinte circular: “Câmara Eclesiástica. Circular n. 10, ao Clero e aos fiéis do Arcebisado. Posição do ex-bispo de (CONTINUA NA 8.ª PAGINA)

Leiam “A NOITE Ilustrada”

O “REI

O curioso grupo de anões

Fonte: A Noite (1945, p. 15)

Dias após a excomunhão, o bispo Dom Carlos Duarte da Costa concedeu entrevista coletiva à imprensa (figura 5) na sede do Partido Socialista Cristão, dizendo como recebeu a notícia de sua excomunhão da Igreja Católica. Nesse evento estavam presentes vários repórteres de jornais cariocas. Ele iniciou assim sua fala:

A excomunhão é penalidade vingativa da Igreja, ridícula para os dias em que vivemos, dias de ampla liberdade de pensamento e de religião [...]. A liberdade só soa mal aos ouvidos fascistas e o maior de todos os fascismos é a Igreja Católica Romana. Não podemos mais tolerar que as consciências fiquem sujeitas às grades dos confessionários (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1945, p. 3).

Figura 5 – Matéria do jornal “Diário de Notícias” com Dom Carlos falando sobre sua excomunhão



Trocou o título de Maura pelo de Rio de Janeiro

Como D. Carlos Duarte da Costa recebeu a notícia de sua excomunhão da Igreja Católica — “Foi um dos melhores dias de minha vida” — Fundada pelo ex-prelado católico a “Igreja Católica Apostólica Brasileira” — As ordenas sacras e os atos litúrgicos — Divorcio — Não haverá confissão e os sacerdotes poderão contrair nupcias — Entrevista coletiva à imprensa — A portaria do arcebispo metropolitano

Circulou, ontem, nas manchetes dos vespertinos a notícia de que D. Carlos Duarte da Costa havia sido excomungado da Igreja Católica, conforme decisão do Sumo Pontífice divulgada através da circular, que mais adiante transcrevemos, do arcebispo metropolitano.

FALA A REPORTAGEM D. CARLOS DUARTE

A propósito da decisão da S.S. o Papa Pio XII, D. Carlos Duarte falou ontem à imprensa na sede do Partido Socialista Cristão, na rua da Constituição, 10. Presentes inúmeros repórteres dos jornais cariocas e das agências telegráficas, o ex-bispo de Maura iniciou sua entrevista, dizendo: — A excomunhão é penalidade vingativa da Igreja, ridícula para os dias em que vivemos, dias de ampla liberdade de pensamento e de religião, liberdade que custou o sangue dos nossos bravos soldados nas montanhas da Itália, liberdade que é tão cara a todos os brasileiros dignos desse nome. A liberdade só soa mal aos ouvidos fascistas e o maior de todos os fascismos é a Igreja Católica Romana. Não podemos mais tolerar que as consciências brasileiras fiquem sujeitas às grades dos confessionários. Não podemos mais tolerar que as consciências brasileiras fiquem sujeitas a uma Ação Católica que não é outra coisa senão a guarda de honra de

D. Carlos Duarte da Costa, falando aos jornalistas

Fonte: Diário de Notícias (1945, p. 3).

Continuou a entrevista, manifestando a satisfação de suas atitudes e persistindo nas acusações que já se haviam tornado costumeiras.

Sinto-me feliz e não vacilo em dizer que hoje foi um dos melhores dias de minha vida. Há muito tempo que eu suspirara por viver solto das peias da Igreja que não é a Igreja de Cristo. Cristo Bondade, Cristo Doçura, Cristo Misericórdia, Cristo Compaixão, é esse o Cristo dos Brasileiros, mas não o da Igreja Católica Romana. Isso aconteceu no momento em que o sr. D. Jaime Câmara, para solenizar o primeiro aniversário da minha prisão, que se eu precisamente no dia de hoje, no ano passado, a pedido do nuncio apostólico e do próprio D. Jaime, ambos fascistas e muito dignos representantes do maior fascista que existe no mundo, que é Sua Santidade Pio XII. Santidade no Papa quer dizer diabolismo, porque é ele o responsável perante Deus por este mal estar social no mundo inteiro, pelas intrigas que forja perante todos os governos no mundo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1945, p. 3).

Segundo os jornais da época, quando o “novo Lutero” proclamou sua intenção de fundar uma nova Igreja Católica, a excomunhão veio imediatamente. Prosseguindo com seus relatos, declarou o ex-prelado católico:

Mas no momento em que D. Jaime mandou à imprensa e às agências telegráficas sua nota declarando-me excomungado em nome do Papa, foi justamente que nasceu a Igreja Católica Brasileira. E eu, perdendo o título de bispo de Maura, com anuência de todos os brasileiros, dignos que nesta hora combatem o fascismo, assumo o título de bispo do Rio de Janeiro. E nessa mesma hora reunia-se o Partido Socialista Cristão, delegando-me poderes para que eu assumisse a sua chefia como seu presidente. Esse partido, que propugna pela ampla liberdade de consciência, quer levar a alegria a muitos lares brasileiros presos pela Igreja Romana aos dogmas. Os dogmas da Igreja Romana servem hoje de risota, de sarcasmo para o mundo inteiro, porque hoje ninguém mais vai atrás dos seus dogmas. E essa alegria que o Partido Socialista quer levar a milhares de lares brasileiros é uma lei sabia que permite o divórcio em nosso país (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1945, p. 3).

Em seguida, um jornalista questionou suas atividades de evangelização em face da excomunhão, ao que Dom Carlos respondeu:

Agora sou como um herege, completamente segregado do gremio católico, mas continuarei no investimento de minhas funções episcopais, de acordo com a nova Igreja, a Católica Brasileira, que conservará todo o ritual litúrgico, apenas com a diferença de que os ofícios divinos serão celebrados em português, sua língua oficial (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1945, p. 3).

No período de fundação da Icab, as missas da Igreja Católica Romana ainda eram rezadas em latim⁴⁶, com o padre de costas para os fiéis. A abolição dessa regra no ritual das missas era uma das questões mais defendidas não somente pelo bispo progressista, mas também por alguns de seus predecessores considerados reformadores, como o Padre Antônio Diogo Feijó.

Continuando a responder às perguntas que lhe eram dirigidas, Dom Carlos afirmou que os sacerdotes da Igreja recém-fundada poderiam seguir a carreira que quisessem, podendo ser também casados. Teriam apenas que fazer um curso e teologia e usar batina somente no altar. Aliás, a não obrigatoriedade do uso do hábito eclesiástico no cotidiano também foi um dos temas vigorosamente defendidos pelo padre Antônio Diogo Feijó e pelo Cônego Amorim Correa. Em prosseguimento, Dom Carlos explicou acerca do decurso de amplitude da nova Igreja Católica:

O que a Igreja receia do cisma iniciado hoje é que, sendo eu bispo, todos os sacerdotes são por mim ordenados e todos os bispos são por mim sagrados. E brevemente vou ordenar alguns sacerdotes já casados e sagrar bispo de São Paulo D. Salomão Ferraz⁴⁷, um nome conhecido e estimado em todo o Estado (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1945, p. 3).

Afirmou ainda que a recém-criada Igreja não teria a mesma hierarquia intransigente e ratificou a ruptura com o papa. A Icab, portanto, não teria papa, cardeais ou arcebispos.

A Igreja Católica Brasileira não terá Papa, cardiais ou arcebispos. Todos os bispos serão iguais, porque as ordens sacras de instituição divina são só duas: o presbiterato e o episcopado, que é a plenitude do sacerdócio e da instituição apostólica o diaconato. Portanto, haverá somente diáconos, presbíteros e bispos (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1945, p. 3).

⁴⁶ A questão de a obrigatoriedade das missas serem rezadas em latim foi abolida no Concílio Vaticano II, conferência realizada entre 1962 e 1965, que deliberou algumas mudanças como os rituais das missas. Com relação a esse tema, ficou decidido que o latim continuaria sendo a língua oficial da Igreja, mas que as missas poderiam ser rezadas na língua de cada país.

⁴⁷ Dom Carlos ordenou como bispo, um mês depois, Dom Salomão Barbosa Ferraz, que uniu sua Igreja (fundada em 1936) com a Icab. Vários foram os padres e bispos ordenados por Dom Carlos Duarte Costa e pela Icab no Brasil e exterior, todos eles excomungados automaticamente no ato da ordenação, como prevê o Código de Direito Canônico, sendo o primeiro deles o ex-pastor presbiteriano e depois anglicano e ainda mais tarde fundador da Igreja Católica Livre do Brasil, Dom Salomão Ferraz. Dom Salomão foi sagrado por Dom Carlos Duarte Costa em 1945, mas, em 1959, foi reconciliado e aceito na Igreja Católica Apostólica Romana pelo papa João XXIII, e foi bispo conciliar de Concílio Vaticano Segundo. Com Dom Salomão Ferraz, vieram alguns padres e muitos fiéis que integravam a sua Igreja Católica Livre do Brasil, entre eles o padre Geraldo Albano de Freiras, que na década de 1980, já como bispo, tornou-se o principal teólogo e historiador da Icab ligado à Teologia da Libertação, que escreveu os livros: “Igreja Brasileira, abençoada rebeldia” (1987) e “Sob o signo da liberdade: fragmentos da história e argumentos teológicos da Icab” (1988), ambos editados pelo Centro de Estudos Teológicos (CET) da Icab (SENSAGENT, 2018).

De acordo com o periódico “A Manhã” (1945), na cerimônia de sagração do bispo de São Paulo, Dom Salomão Ferraz, rezada em português com uma “ortografia simplificada”, que contou ainda com outros cinco padres devidamente abatinados, Dom Carlos declarou que a Igreja Católica Brasileira estaria aberta a todos, “católicos-maçons, católicos-espíritas, católicos-ateus e católicos-anti-católicos” (A MANHÃ, 1945, p. 12).

Além das mudanças já mencionadas, de caráter de um catolicismo ecumênico e de vínculos com os ideais socialistas, Dom Carlos anunciou que faziam parte da liturgia da Igreja Brasileira práticas populares e de uma Igreja genuinamente nacional, como ministrar o santo sacramento do matrimônio para os desquitados e, futuramente, para os divorciados (desde que estes comprovassem o divórcio) e extinção da confissão auricular. Tais reformas foram consideradas absurdas pela Igreja Romana.

Um dia antes de ser excomungado pela Igreja, em 6 de julho de 1945, Dom Carlos havia proclamado publicamente a fundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira. Num documento intitulado “Manifesto à Nação Brasileira”, o bispo rebelde, numa atitude de franca divergência contra os postulados da Santa Sé, expôs seu posicionamento ponto a ponto e justificou a institucionalização da igreja católica nacional. O “manifesto”, do então bispo da Igreja Católica Apostólica Brasileira, iniciou desqualificando os poderes do papa, argumentando acerca da infalibilidade papal:

Pela leitura dos jornais do dia 06 de julho do corrente ano, tive conhecimento que um homem, igual a mim, com os mesmos poderes que eu tenho, Bispo como eu sou, Pastor de almas como eu sou me havia excomungado. Saiba o público brasileiro que, durante os mil primeiros anos da Igreja, nunca se recebeu como validamente decidido por sentença papal qualquer ponto de doutrina. O Papa é simplesmente o Bispo de Roma, como eu fui Bispo de Botucatu, e posteriormente, Bispo titular de Maura e agora, por vontade popular Bispo do Rio de Janeiro (COSTA, 1945).

Em seguida, Dom Carlos asseverou que o conjunto de dogmas católicos é uma construção histórica, baseado em proveito que sobrepõe às questões divinas e que “não existe, na história, vestígios de decretos pontifícios propriamente dogmáticos, nos primeiros quatro séculos da Igreja” e acrescentou que esta colocava “os interesses temporais e políticos acima dos interesses de Cristo” (COSTA, 1945). Ele acreditava que sua obra poderia levar tempo para vingar. Mas, aponta a criação de uma igreja grega, russa, síria, outra inglesa como fragmentação do edifício majestoso da Igreja de Roma, que se nacionaliza em cada país, que se torna à maneira de cada povo.

Em seu conteúdo, o “manifesto” trouxe ainda uma provocação ao relembrar o período medieval em que houve a “Santa Inquisição” e o recurso da expulsão como forma de punição: “Nem o presente século acredita em excomunhão, arma política da idade Média” (COSTA, 1945). Noutra parte do documento, intitulado “fascismo”, Dom Carlos elencou o que ele considerara as verdadeiras causas de sua excomunhão. Reforçou, sobretudo, acusações da estreita ligação entre a Igreja (e também prelados estrangeiros e brasileiros) e o movimento político nazifascista.

Os crimes praticados pelo clero, durante a guerra, são domínio público. Ficaram impunes, porque a Nação sabe que o Tribunal de Segurança é composto de fascistas. Fui excomungado porque prefaciei o livro “O Poder Soviético”, do Deão de Canterbury, livro que retrata com fidelidade a Rússia, tal-qualmente existe. A Rússia, dizia eu, que deixa de inspirar terror. Fui excomungado porque denunciei de “Hispanidad” o episcopado brasileiro, unido ao episcopado das demais nações americanas, do norte, do centro e do sul, preocupado com a situação da Igreja fascista, no pós-guerra. [...] Fui excomungado porque achei que para distribuição da Justiça Social, era necessário o arquivamento das encíclicas: “Rerum Novarum”, “Quadragésimo Anno” e “Divini Redemptoris”, porque todas fascistas. [...] Fui, pois excomungado porque não me sujeitei à política fascista do meu irmão, Eugênio Pacelli. E os bons brasileiros, separaram-se da Igreja Romana, porque não admitem, não querem fazer parte de uma igreja fascista. (COSTA, 1945).

Eram acusações fortes que já vinham sendo proferidas pelo clérigo mesmo antes de sua excomunhão. Todavia, provavelmente uma de suas denúncias mais graves se encontra no subtítulo “Envenenamento do Cônego Amorim”, em que Dom Carlos atestou o assassinato do cônego, primeiro fundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira, em Itapira, São Paulo, em 1912: “Vitimado por uma gripe, foi envenenado pelo farmacêutico, comprado por dez contos de réis e educação gratuita de duas filhas. Cheio de remorsos, na hora de sua morte, fez esta revelação” (COSTA, 1945).

Numa parte do texto com teor emancipatório de sua igreja, o bispo rebelde apresentou uma nota com o título “Minha prisão”, na qual relatou sua detenção e deu detalhes a respeito da cooperação que disse ter recebido da imprensa e de governos internacionais:

Em 06 de Julho de 1944, a minha casa ficou cercada, por agentes da polícia, e no dia seguinte, eu era preso, por ordem do governo da República, a pedido do Núncio Apostólico e do Arcebispo do Rio de Janeiro, mancomunado com um grupo de fascista brasileiros. Meu destino era a Fortaleza de Santa Cruz. Fui, porém, enviado para Belo Horizonte, onde fui fichado como comunista e, em seguida, recolhido a uma casa, na cidade de Bonfim, no Estado de Minas Gerais, com sentinela à porta e investigadores dentro de casa (COSTA, 1945).

Lá fiquei até 06 de Setembro de 1944, quando, a pedido da Associação Brasileira de Imprensa e da Política das Nações Unidas, intervindo junto ao governo brasileiro, por intermédio de suas Embaixadas, fui posto em liberdade. Aqui manifesto toda minha gratidão à Associação Brasileira de Imprensa, de um modo especial ao seu ilustre Presidente Herbert Moses, e às Embaixadas dos Estado Unidos, da Inglaterra e do México (COSTA, 1945).

A declaração pública escrita de fundação da Igreja Brasileira continha num tom acusador de “decadência da Igreja Romana”, mas, além disso, seu conteúdo era intercalado com temáticas relacionadas à justiça social. O fundador da nova igreja nacional afirmava que a degradação da Igreja Romana estava intrinsecamente associada ao nazifascismo e ao capitalismo estruturantes e opressores:

Nessa guerra, a Igreja Romana tornou posição ao lado do nazi-fascismo, porque ela, a Igreja Romana, é fascista na sua estrutura, nas encíclicas pontifícias, mesmo, perfeita no seu fascismo, que é o solidarismo católico. Coloca ela seus interesses econômicos acima do bem espiritual das almas e destarte, torna-se defensora acérrima do capitalismo e do imperialismo (COSTA, 1945).

Como se quisesse reafirmar o axioma marxista que diz que “a religião é o ópio do povo”, o bispo comunista considerava alienante o volume doutrinário católico:

O excesso das práticas religiosas cansa o homem, colocando-o dentro de um dogmatismo intolerante, retirando a sua liberdade e obrigando-o a pensar com a cabeça de seus chefes religiosos conduzindo a humanidade a revoluções e guerras. Do constrangimento, da coação nasce a solidariedade humana (COSTA, 1945).

Aliás, a declaração pública e formal coincidentemente levou em seu título a palavra “manifesto”, símile à famosa obra de Marx, “Manifesto do Partido Comunista”. Nesse aspecto, temas como coletivização, justiça social, pobreza e miséria, terra e trabalho, exploração e direitos naturais também foram tratados no documento de fundação da Icab.

Como todos os direitos naturais são iguais, proclamar a função social da propriedade equívale a reconhecer o direito igual de todos os homens, ao uso da terra que é o segundo dos seus direitos econômicos naturais incompatíveis com o direito de propriedade privada sobre a terra. O espaço econômico, de cada homem, seria, portanto, a terra inteira, e cada ser humano sentir-se-ia e seria, de fato, cidadão do mundo. Esta doutrina é compatível com o mais alto grau de civilização; pode ser aplicada sem aborrecimento. A transformação seria somente a troca de proprietário. A propriedade individual do solo, refundir-se-ia na propriedade comum, isto é, pública (COSTA, 1945).

Este estado de coisas concordaria perfeitamente com a lei moral; todos os homens seriam igualmente livres, ficando a terra ajustada, ocupada e cultivada, na completa subordinação da lei de igual liberdade para todos. E destarte e com a abolição de todos os monopólios cresceria a renda social e o estado teria oportunidade a possibilidade de realizar, gradualmente os ideais do socialismo, que são inerentes às tendências do espírito humano, e acordes com as leis invariáveis, que regulam o desenvolvimento social, ficando esses ideais plenamente conciliados com a liberdade individual. Com a realização desses ideais, a Paz será uma bênção permanente. A Civilização atingirá alturas inimagináveis. A Humanidade elevar-se-à culminância do Cristianismo e o Reino de Deus descerá sobre a Terra. Tal é o poder da Verdade e da Justiça (COSTA, 1945).

Em síntese, o documento evidenciava de modo preciso a ideologia de certo socialismo cristão de superação da pobreza e miséria. A Igreja dissidente nasceu em meio a forte polarização do final da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, no começo da Guerra Fria entre capitalismo e socialismo. Inclusive, na mesma assembleia, logo após a fundação da Icab, foram lidos, discutidos e aprovados os estatutos do Partido Socialista Cristão — evento divulgado pelo jornal “Diário de Notícias” (figura 6).

Figura 6 – Matéria do jornal “Diário de Notícias” sobre a fundação da Icab



Fonte: Diário de Notícias (1945)

O bispo líder do catolicismo nacional dizia que a Igreja Brasileira era do povo e das massas. Em declaração ao noticiário paulista “Jornal de Notícias” (1947) sobre o Partido Comunista, salientou que o bolchevismo era precursor das novas conquistas da humanidade, preparando o caminho para a solução da questão social, que estava no socialismo cristão.

A formação de uma Igreja Católica nacional foi engendrada por Dom Carlos principalmente por divergências de cunho ideológico. Como exposto anteriormente, o bispo revolucionário era adepto do regime político comunista que defende uma sociedade igualitária, a partir da abolição da propriedade privada. Observamos, nesse caso particular, a junção das doutrinas cristã e socialista — posição política que tinha como maiores inimigos o nazifascismo e o sistema capitalista.

Fundamentando-se em meras ilações, Dom Carlos fez do combate ao nazifascismo no interior da Igreja Romana sua personificação contra as injustiças sociais. Acusado por uma revista católica de Minas Gerais de ser “camuflado de ‘patriarca’, quer fazer o joguinho de Moscou” (O LAR CATHOLICO, 1945, p. 38), manteve uma trajetória gradativa de denúncias do envolvimento do Vaticano (com anuência do papa Pio XII) com as doutrinas nazifascistas — acusações que aumentaram com o advento da Segunda Guerra Mundial, período de muitas polarizações ideológicas.

Importante, neste momento, fazer uma observação à parte, pois não há consenso entre os historiadores sobre o possível envolvimento do Vaticano ou do papa Pio XII com governos fascistas e nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. A propósito, sobre as acusações desse eventual alinhamento durante o conflito, não encontramos fontes materiais que atestam este possível acordo entre nazismo e Igreja. Pesam as incriminações de cumplicidade do Vaticano e apoio ao fascismo devido ao Tratado de Latrão⁴⁸, assinado em 1929, entre o governo de Mussolini e a Igreja. Esse acordo resultou em prejuízo para a imagem do Vaticano. Contudo, o estreito prosseguimento da controversa aliança teve sua narrativa reforçada justamente com o lançamento do livro “O poder soviético”, prefaciado por Dom Carlos e escrito por um sacerdote protestante e socialista. A obra, por sua vez, carece de fundamentação teórica e

⁴⁸ O Tratado de Latrão foi ratificado pelo Vaticano em 7 de junho de 1929. “O Tratado reconhecia à Santa Sé a soberania de um Estado autônomo com um território de apenas de 0,44 km, enquanto a Santa Sé reconhecia Roma como capital da Itália, renunciando definitivamente a seus direitos sobre a cidade. A convenção financeira garantiu à Santa Sé uma quantia de um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de liras, que deveria servir como ressarcimento pela perda dos territórios pontifícios. A concordata era o instrumento que regularia as relações Igreja-Estado. Lembramos que nessa concordata a religião católica era reconhecida como a única religião do Estado italiano. O governo de Mussolini empenhou-se em tutelar as estruturas eclesiais já ativas no país, entre as quais as numerosas escolas católicas, e as associações de formação de leigos, entre as quais se destacava a Ação Católica” (CARLETTI, 2012, p. 103).

suporte documental. Baseada na suspeita da coparticipação do papa Pio XII com governos de extrema direita, a publicação popularizou essa possível estranha aliança.

Sobre as acusações de silêncio do papa Pio XII ante o projeto nazifascista, podemos encontrar algumas explicações em defesa do Vaticano sobre o assunto. A réplica mais veiculada era a de que o papa se encontrava num período de extrema turbulência e que qualquer pessoa que lesse os vários fascículos de seus discursos — inclusive os judeus — não poderia duvidar das consequências de uma intervenção mais direta do sumo pontífice contra as perseguições dos governos totalitários. De acordo com essa análise, Pio XII estava empenhado na tentativa de salvar vidas de judeus e outros grupos perseguidos e, naquela conjuntura, a melhor atitude seria o silêncio e não a palavra.

Naquelas horas doridas e confusas o Santo Padre sabia em que estrada caminhava, e tinha bastantes luzes para compreender que mais valia a salvação de uma vida do que tecer um bonito discurso. Pio XII em nada se poupou. Mobilizou, silenciosamente, casas religiosas, seminários para acolherem os judeus perseguidos ou não. [...] Como não tinha aceito reconhecer a cruzada contra os comunistas ateus, assim também achou prudente não declarar outra inútil guerra santa aos nazistas. [...] o queurgia era atender às vítimas perseguidas, dar-lhes auxílio concreto e não pregações novas. O silêncio salvava mais que a sonoridade (PATTARELLO, 1964, p. 456).

Padre Pattarello apresenta alguns números publicados pelo jornalista católico Igino Giordani⁴⁹ sobre a hospedagem de judeus no Vaticano e casas religiosas. Segundo o escritor italiano antifascista, Pio XII considerava que valia mais a vida de um judeu do que um sermão do eloquente.

Só em Roma, de 1940-44, na Obra de São Rafael, articulação do Vaticano, encontraram salvação de vinte a vinte e cinco mil judeus, mas de quarenta mil foram hospedados, às vezes com nomes supostos, em casas religiosas. Verdade é que, durante a perseguição anti-semítica, Pio XII fêz mais que um discurso. Um discurso teria sido um bonito trabalho de retórica, mas teria provocado maiores chacinas (GIORDANI apud PATTARELLO, 1964, p. 456).

O religioso confirmou sua contestação sobre o silêncio do pontífice, dizendo que a natureza de sua missão pastoral fazia com que Pio XII e toda a cúria romana se preocupassem

⁴⁹ Igino Giordani, professor, antifascista, bibliotecário, casado e pai de quatro filhos, era um conhecido polemista do círculo católico, pioneiro no comprometimento dos cristãos em política, escritor e jornalista. Incansável defensor da paz, na Primeira Guerra Mundial se tornou um oficial, foi ferido e condecorado. Depois da Segunda Guerra Mundial, vivida como antifascista constrangido ao exílio, foi eleito para a Assembleia Constituinte italiana. Foi deputado, leigo iluminado, pioneiro do ecumenismo (MOVIMENTO DOS FOCOLARES, 2018)

mais em ajudar os perseguidos do que exercitar os perseguidores. Quanto à narrativa da misteriosa aliança disseminada entre Santa Sé e o movimento fascista alemão liderado por Adolf Hitler, ele ressaltou: “Lendas não carecem de desmentido. A verdade aí está. O Papa nunca permaneceu indiferente e falou com a linguagem mais eficaz, a dos fatos concretos” (PATTARELLO, 1964, p. 458).

Retomando ao episódio da fundação da Icab, aconteceu uma sucessão de reprovações e denúncias que durou de 1945 (ano da emancipação católica nacional) e 1961 (data da morte de Dom Carlos Duarte Costa). De um lado, clérigos, representantes e séquitos do catolicismo tradicional se empenharam em desqualificar a nova Igreja. De outro, Dom Carlos, por meio de jornais e de sua revista “A Luta”, defendia suas causas. Enquanto competia para estabelecer e recrutar seu rebanho, continuou ocupando-se da oposição obstinada contra a Igreja Romana.

Alguns dias após a cisão católica, o bispo de Campos, Rio de Janeiro, Dom Otávio Pereira de Albuquerque, advertiu aos fiéis que “sob pecado grave” é proibido assistir a qualquer ato religioso, reunião ou discursos feitos pelo bispo da Igreja dissidente ou seus “sequazes”. Destacou que Dom Carlos era “considerado herege e se tornou inimigo da Igreja Católica” (DIARIO DA NOITE, 1945, p. 11). De fato, o bispo da Igreja Brasileira enfrentou alguns contratempos para pôr adiante seu projeto de nacionalização católica, como destacou um periódico da época: “A polícia proibiu uma missa campal do Bispo de Maura e impediu que êsse prelado, atingido por grave pena eclesiástica, falasse em público” (A NOITE, 1945, p. 3).

Sacerdotes de dioceses pelo Brasil combateram a propaganda da “nova seita”. Com a justificativa de ser a única e verdadeira religião, representantes da Igreja Romana passaram a advertir de desligamento os fiéis e padres que manifestassem simpatia à Igreja dissidente e que estes também tornar-se-iam cismáticos, hereges e contrairiam a censura da excomunhão. Em 1946, em decreto redigido pela Sagrada Congregação do Santo Ofício, em nome da defesa da fé e da união plena da Igreja, a Santa Sé resolveu declarar Dom Carlos excomungado *vitando*⁵⁰.

As discórdias entre Igreja Romana e Igreja Brasileira pós-cisão foi temática nos principais jornais do eixo Rio-São Paulo. Uma espécie de intriga foi difundida de forma espetacular, com o enredo do conflito sacro tendo como pano de fundo calúnias e acusações.

⁵⁰ Vitando significa “aquele que está excomungado, herege, cujo contato deve ser evitado pelos fiéis [...] que se deve evitar; execrável, vitável, abominável” (OS DICIONÁRIOS, 2018).

Um colunista, de nome Ildefonso Albano⁵¹, em várias edições do semanário católico “A Cruz”, manifestando opinião em favor da catolicidade tradicional, referia-se habitualmente a Dom Carlos Duarte Costa como “bispo rebelde” e suas queixas como “diatribes”. O comentarista alegava que todas as denúncias feitas contra a Igreja pelo clérigo excomungado não passavam de um amontoado de calúnias e sandices de um religioso que estava inteiramente absorvido pela ideologia comunista. Acentuava que o imenso ódio de Dom Carlos contra Roma estava em consonância com a falta de inteligência e que seu vocabulário era medíocre: “A linguagem, como se vê, é chula, imprópria de homem educado, mas, na falta de argumentos e provas, o insulto é um recurso, um desabafo” (A CRUZ, 1946, p. 3).

Em edições posteriores, o comentarista fez incriminações de roubo. Garantiu que, em 13 anos à frente da diocese de Botucatu, Dom Carlos havia dilapidado o patrimônio e se apossado de centenas de contos de réis daquela diocese. Apontou que, em sua “desastrosa e infeliz administração”, Dom Carlos “forjou notas promissórias” em favor de “amigos seus e sem explicar a aplicação dada ao desvio de Cr\$ 290.0000,00” (A CRUZ, 1946, p. 5). Por fim, o colunista, num tom injurioso, comparando o religioso a um animal, depreciou a curta publicidade do bispo na mídia e menosprezou a recém-fundada igreja e seu mentor:

Passou como meteoro nas primeiras páginas da imprensa amarela⁵², exemplar unico da fauna brasileira – um bispo rebelde – e hoje está reduzido ao que nunca deixou de ser, um orgulhoso, desorientado, misero escravo da paixão, catando a simpatia dos inimigos da Igreja, alvo das chalaças, personificação do ridículo, chefe de minúscula seitinha protestante, mais uma entre as centenas que por aí pululam para escandalo dos Cristãos.

Em entrevista a um periódico, Dom Carlos rebateu as acusações. Alegou que a Igreja Romana vinha combatendo o movimento renovador do catolicismo no Brasil. Fez, além disso, uma grave acusação: a de que a Igreja Romana estaria arquitetando um plano para matá-lo:

⁵¹ Idelfonso Albano nasceu em Fortaleza no dia 12 de fevereiro de 1885. Foi deputado federal pelo Ceará de 1915 a 1920 e presidente do estado do Ceará 1923-1924. Após deixar a presidência do estado, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a viver. Foi adido comercial do Brasil em Cuba, lecionou no colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, foi presidente do Conselho Nacional do Trabalho e membro correspondente da Academia Cearense de Letras. Morreu no Rio de Janeiro em 1956. Publicou “O secular problema da seca”, “Jeca-Tatu e “Mané Xiquexique” e “A URSS do deão” (MORAES, 2018).

⁵² “Imprensa sensacionalista. Expressão surgida nos Estados Unidos, em fins do século 19, no auge da competição entre o jornal New York World (de Pulitzer) e o Morning Journal (comprado em 1895 por Randolph Hearst), pela conquista dos leitores novaiorquinos. Surgiram nessa fase alguns dos elementos que lançaram as bases do jornalismo moderno: manchetes garrafais, artigos sensacionalistas, seções esportivas, numerosas ilustrações etc. O jornal World, concentrando esforços sobre o suplemento dominical, passou a estampar desenhos de Outcalt (*Yellow Kid*) impressos em cor amarela, para atrair atenção do público. Os primórdios das Histórias em Quadrinhos estão, assim, vinculados também às origens do jornalismo sensacionalista. A competição entre esses dois jornais refletiu-se em inúmeros outros órgãos de imprensa, que levaram o sensacionalismo às últimas conseqüências, apelando para o escândalo, a intriga política, o achaque, a chantagem etc.” (SILVA; PAULINO, 2014).

“Tem feito toda a sorte de perseguições à Igreja Brasileira, inclusive atentando contra a minha própria vida. Fui avisado, por pessoas amigas, de que a Igreja Romana tentava me envenenar e me envolver em ciladas, para que eu desaparecesse do mundo” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1947, p. 12).

Certamente, o ponto mais alto das desavenças entre o catolicismo romano e sua dissidência se deu num arrastado imbróglio judicial. A ofensiva, nesse caso, partiu da Igreja Católica Apostólica Romana que, em 1948 — três anos após a fundação da Icab —, entrou com pedido, no Supremo Tribunal Federal, de impugnação, no qual condenava civilmente os atos da Igreja Brasileira. Em suas manchetes, os jornais comentaram largamente a representação judicial, que foi aceita. Sob a alegação de que a Icab estaria gerando confusão de identidade entre os católicos pelo uso de nome muito parecido ao da Igreja Romana, com mínima diferença dos emblemas, das vestes, dos ritos e cultos, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa à Igreja Romana. Dom Carlos foi acusado por católicos romanos de ser desprovido de inspiração divina e talento quando entendeu manter o hábito do catolicismo romano: “É uma espécie de mimetismo vil” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1948, p. 2).

Em entrevista ao jornal “A Noite” (1948), o delegado titular da Delegacia de Costumes e Diversões esclareceu que sua delegacia, no exercício do poder de polícia, incumbida de promover as necessárias medidas para cumprimento daquela decisão do governo, não mais permitiria o funcionamento da recém-fundada Igreja.

Efetivada a proibição, Dom Carlos interpelou um mandado de segurança, requerendo a liberdade de culto que lhe assegurava a Constituição Brasileira. O parecer da Justiça, divulgado pela imprensa, declarou que não se cogitava restringir, de qualquer forma, a atividade da Icab, mas tão-somente de

impedir o desrespeito ou a perturbação do mesmo culto, através de manifestações externas, quais procissões, missas campais, cerimônias em edifícios abertos ao público, etc. quando praticadas pela Igreja Católica Apostólica Brasileira com as mesmas insígnias, as mesmas vestes, enfim, o mesmo rito daquela [a Igreja Romana] (A NOITE, 1948, p. 12).

Portanto, a decisão reafirmou que os cultos naquela ocasião praticados pela Icab pertenciam à Igreja que Dom Carlos tanto combatia. O parecer do STF, que negou provimento ao recurso da Icab, destacou que o chefe da Igreja dissidente conservava, a título de atração de seguidores, critérios e formas impróprias, que se assemelhavam aos discursos “enganosos” dos esforços comunistas para conseguirem adeptos: “Aliás, por uma associação de idéias, esse método de adquirir prosélitos faz lembrar a tática da campanha comunista servindo-se de

democracia para fins idênticos, sem embargo da determinada intenção de destruí-la a seu tempo” (A NOITE, 1948, p. 12). Ademais, inferia-se que não seria lícito levantar em procissão as veneráveis imagens de diversos santos da Igreja Católica.

Depois da improcedência do recurso, Dom Carlos mais uma vez recorreu ao direito do exercício dos cultos religiosos, dessa vez com mandado de segurança no Tribunal Federal de Recursos. Julgado o segundo pedido, em novembro de 1949, o Tribunal rejeitou mais uma vez, alegando que não se tratava de impedir o culto religioso, mas sim de evitar uma possível imitação da liturgia e de cerimônias da catolicidade oponente.

No texto desse último despacho, constou uma queixa das intervenções, com excessiva hostilidade, das autoridades policiais contra as cerimônias religiosas da Igreja: “Alega o impetrante que por ato ilegal e violento da polícia ficou impedido de realizar cultos em sua Igreja, impedidos os fiéis de a ela comparecerem” (STF, 1949, p. 3). Uma das reações da Igreja foi a publicação de charge (figura 7), criticando a perseguição religiosa sofrida pela Icab. O bispo da Icab também se queixou de perseguições que sofriam seus seguidores em departamentos públicos e privados por aderirem ao catolicismo nacional.

Figura 7 – Charge da revista “Luta!”



Fonte: Luta! (1949, p. 18)

Além das questões de litígio jurídico, a Igreja Romana promoveu de forma mais contundente, em suas igrejas e capelas, instruções para os fiéis de seu rebanho, precavendo-os contra os delitos que incorriam caso participassem das atividades religiosas da Icab ou colaborassem de qualquer forma com ela.

O litígio sobre liberdade de culto se arrastou por anos, com acusações da Igreja Romana de que sua dissidente confundia os fiéis quando repetia os mesmos cultos e o uso pelos párocos de indumentárias similares. De acordo com Silva (2017), essa pendência jurídica figura entre as dez maiores no Supremo Tribunal Federal.

Em 1950, com decreto publicado em sua revista “Luta!” n. 10, a Igreja Católica Brasileira relatou a existência de um pacto secreto entre o Vaticano e o governo brasileiro a fim de reestabelecer a união entre a Igreja Romana e o Estado e resolveu promover algumas modificações em seus ritos e vestes, estabelecendo as seguintes orientações:

- a) A côr cinzenta para os hábitos eclesiásticos: batinas, sobretudos, capas, faixas, barretes, com distintivos verde-amarelo, aprovados por Nós;
 - b) Os Bispos usarão em suas batinas, vivos e botões vermelhos, faixa vermelha, com franjas verde-amarelo, barrete vermelho, com borda verde-amarelo;
 - c) O Rito Brasileiro, já em uso, desde 7 de abril do corrente ano;
 - d) Vestes ou paramentos já, por Nós, aprovados, a saber [...]:
- [...] 3) Nas solenidades externas: Procissões, missas campais, etc., a Igreja Brasileira, aparecerá em público, com a sua bandeira própria, formada do seu escudo, a bandeira nacional, usando suas associações uma capinha côr de ouro, galões verde-amarelo, sob a presidência do sacerdote, que usará o paramento côr de ouro (LUTA!, 1950, p. 23).

De acordo com Dom Carlos, esse decreto por ele assinado, que modificou os ritos e as vestes da Igreja Católica Apostólica Brasileira, resolveu “a questão” (LUTA!, 1950, p. 5). Mudaram-se parte da liturgia e a indumentária eclesiástica; no entanto, as ofensas mútuas entre Icab e Icar se prolongaram por bom período, pelo menos até meados da década de 1960.

Mesmo ainda havendo determinação judicial proibindo solenidades religiosas exteriores, Dom Carlos continuou sua diligência em consolidar, em outros estados da federação, templos religiosos da Igreja Brasileira e cativar seu rebanho. Consagrou bispos e padres em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e até mesmo na Venezuela. Os atos de ordenação de clérigos foram duramente criticados. Dizia-se que o bispo reformador promovia, ao acaso, sacerdotes que nem mesmo conheciam o alfabeto. “Decrépito, inculto e mediocre, porém não consegui o seu intento. E por isso, mais desesperado ainda pasou a sagrar e ordenar cretinos de toda a estirpe, e fomentar escandalos” (A CRUZ, 1949, p. 6).

Outra característica da nova catolicidade promovida por seu líder foi a confraternização religiosa. Defensor do ecumenismo, ele frequentava solenidades religiosas de vários credos, inclusive cerimônias de religiões de matrizes africanas. Dizia que Cristo não é propriedade de ninguém e afirmava que via nos espíritas os mais afeiçoados irmãos. Situações que lhe rendeu, igualmente, desaprovação de seus adversários religiosos em que diziam que o bispo da Igreja Brasileira usava do vale tudo para provocar fragmentação no catolicismo: “Valia-se de todos os inimigos da fé: comunistas, ateus, umbandistas, anticlericais. É mesmo um endemoniado esse herege de triste figura! Chafurda-se na lama sozinho, sem conseguir impressionar incautos” (A CRUZ, 1949, p. 6).

Dom Carlos Duarte Costa morreu aos 72 anos em 26 de março de 1961. O funeral foi permeado por um misto de prestígio e provocações: “Milhares de católicos brasileiros, indiferentes aos rumores partidos do Palácio Guanabara, de que o Sr. Carlos Lacerda⁵³ iria impedir as exéquias no interior da igreja, compareceram às homenagens póstumas” (ULTIMA HORA, 1961, p. 5). De acordo com o jornal, foram celebradas vinte missas de corpo presente. Vários artistas acompanharam o sepultamento, principalmente personalidades do rádio que foram casados por ele.

O clima de animosidade entre os adeptos das duas catolicidades sobreviveu mesmo após a morte do bispo reformador, porém, com alguma moderação, à exceção de certas disputas em contextos específicos locais. Em verdade, no entanto, o fundador da Igreja Católica Apostólica Brasileira vinha perdendo fama e prestígio. Doente e idoso, já não tinha a mesma chama de antes. Dom Carlos Duarte Costa morreu sem deixar sucessor.

⁵³ Deputado federal nas legislaturas 1955-1959 e 1959-1963. Opositor ferrenho do segundo governo de Getúlio Vargas, foi uma das vítimas (escapou com um ferimento no pé) do Atentado da Toneleros, em 5 de agosto de 1954, o qual desencadeou a crise que levaria Vargas ao suicídio. Eleito, em outubro de 1960, governador da Guanabara, estado então recém-criado, renunciou ao mandato parlamentar para assumir o governo estadual (1960-1965). Por diversas vezes, entrou em choque com o presidente Jânio Quadros (jan.-ago./1961) e fez oposição sistemática a João Goulart (1961-1964). Apoiou o Golpe de 1964 e em novembro, já divergindo dos militares que haviam tomado o poder, lançou-se candidato pela União Democrática Nacional (UDN) à Presidência da República. Contudo, teve suas pretensões frustradas pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, que acabou com a eleição direta para presidente da República. Morreu no Rio de Janeiro em 22 de maio de 1977 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018b).

CAPÍTULO II: O ESTABELECIMENTO DA ICAB EM NOVO PLANALTO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DO BISPO DOM WALDEMIR

2.1 “Esse rapaz vai ser padre”: Dom Waldemir conhece a Icab

O bispo Waldemir de Araújo Ribeiro é um dos pioneiros da cidade de Novo Planalto. Conhecido por todos os moradores, o pároco da Igreja Católica Brasileira se instalou na localidade por uma eventualidade, quando se aventurou numa viagem rumo à Ilha do Bananal com o objetivo de catequizar a população indígena. Acolhido pelo povoado, o padre ocupou seu lugar naquela comunidade e ofertou seus serviços religiosos ao povo. Ele nos contou sua versão dos catolicismos em Novo Planalto. De forma cronológica, narrou sua biografia religiosa como retirante e recém-chegado à nova capital federal.

“Dom”, como é chamado por muitos moradores de Novo Planalto, iniciou sua narrativa, expondo sua origem humilde, sua inclinação ao sacerdócio e a busca pela missão clerical na recente capital edificada no Planalto Central.

Nasci em Barreiras, Bahia, dia 9 de agosto de 1937. Comecei a trabalhar com 16 anos de idade. E logo depois nasceu uma vocação em mim. Sempre tive essa vocação. Eu acho que nasci com ela, de ser padre. Falei com meus pais, que não tinham condições de me levar, de me mandar para o seminário da Igreja Romana. E fui para Brasília, logo que surgiu Brasília. Eu fui trabalhar em Brasília. Esse ano foi no ano de 1960. Fui para Brasília e lá o meu primeiro trabalho foi... em uma cidade satélite, núcleo Bandeirante, e lá eu, como eu já tinha mais ou menos estudo, então eu quis lecionar. Abri uma escola no núcleo Bandeirante.

A construção da capital federal foi um episódio que levou pessoas de toda parte do país a procurar trabalho e melhores condições de vida. O sonho da edificação da nova capital no coração do Brasil foi proporcional à busca pessoal por oportunidades do jovem Waldemir para desenvolver sua vocação. Olhando para o passado, ele regressou a 1957 e lembrou da solenidade da “Primeira Missa em Brasília” — festividade religiosa que foi divulgada nos meios de comunicação.

Além da transmissão pelo rádio através da Agência Nacional, a Novacap [Companhia Urbanizadora da Nova Capital] dedicou não só um número exclusivo da Revista Brasília para documentar o “acontecimento”, mas, também produziu um cinejornal sobre o tema, intitulado “Primeira Missa em Brasília”. As imagens selecionadas tanto para documentação do número especial da revista quanto para o cinejornal privilegiam a chegada do avião Viscount ao Planalto Central, a presença de populares, autoridades e membros da Igreja Católica (GOMES, 2008, p. 290).

O sonho de Waldemir de ser padre católico esbarrou nas dificuldades de acesso ao seminário católico. Pobre e sem conhecidos, ele teve seu primeiro contato com a Igreja Católica que estava acessível naquele momento: a Igreja Católica Apostólica Brasileira.

Eu tinha cerca já de uns 20 anos. E lá eu abri a escola com um amigo meu que veio também de Barreiras, chamado Pedro (ele hoje é advogado). E logo de imediato vi uma senhora. Eu perguntando na cidade, perguntando às famílias e logo me indicaram: esta senhora: “aqui nós temos um salão, este salão é de uma igreja”. Eu disse: “Mas que igreja?” “Da Igreja Católica, só que é Brasileira”. Eu disse: “Não, não tem nada”. Então eu saí, fui a pé encontrar o endereço, me deram o endereço. Candangolândia, este o nome de onde morava o bispo. Fui à procura dele e, chegando lá no seminário em Candangolândia, então saiu um padre moreninho, bem moreno: “Pois não, o que o senhor deseja?” Eu disse: “Eu queria falar com o bispo”. Ele disse: “Só vai demorar um pouco porque o bispo está atendendo um casal ali e daqui a pouco ele recebe o senhor”. Que era eu e o meu colega, meu amigo Pedro. E aí o bispo me recebeu. Falei do salão. Aí ele até que se interessou. Me deu a chave para eu olhar. Fui lá. Voltei de novo no Bandeirante, olhei e gostei. E abrimos a escola, eu e o meu amigo.

O seu chamado para a vocação sacerdotal se associou com o seu querer fazer. Desde os tempos de Brasília, Dom Waldemir deixou claro seu desejo de notoriedade, sua vontade de liderança. Sua ascendência como líder espiritual também chamou atenção pelas práticas sociais de organização da comunidade na qual estava inserido. Tanto em sua chegada em Novo Planalto — fatos relativos a isso serão narrados pelos moradores — como em sua juventude como clérigo principiante no subúrbio de Brasília, ele se fez notar pela ação, principalmente no que diz respeito às atividades de escolarização.

Ao abrir a escola, nós procuramos logo o primeiro lugar: a prefeitura. A prefeitura do núcleo Bandeirante, porque lá tinha o prefeito, administrador, né? Porque em Brasília não tem prefeito, são administradores. Ele inclusive era até da Igreja Presbiteriana. E ele se interessou e me ajudou. Perguntou se eu precisava de professores. Eu disse que precisávamos do material, de carteiras, professores, material escolar. E assim contratou os professores para mim; abrimos logo a escola, fizemos matrículas. Inclusive falei com ele: “olha, senhor prefeito, nós vamos cobrar a matrícula, mas mensalidades não. O senhor já vai nos ajudar com o material, com carteiras, mas as matrículas nós temos que cobrar”. E cobramos a matrícula. Arrumamos mais ou menos uns duzentos alunos, por causa do local. A escola era longe; longe para os alunos saírem. Então ele gostou por causa disso, ficou no meio, né. Núcleo Bandeirante, quase no meio. Inclusive hoje é a Igreja lá, uma Igreja muito bonita. Aí começamos o nosso trabalho de escola.

Ao falar sobre seu início à frente das atividades religiosas, Dom Waldemir enfatizou seu empenho no serviço religioso:

E com isso, aproveitando que a Igreja estava fechada, a Igreja São João Batista, aí falei com meu amigo: “Vamos falar com o bispo para abrir a Igreja, fazer um movimento aqui; dar aulas de catequese para essas crianças”. E aí ele gostou: “Não, toma aqui a chave da Igreja; façam o que vocês acharem por bem; tudo que for de bom para a Igreja está ótimo”.

No seu processo de engajamento social-religioso, Dom Waldemir, “aproveitando que a Igreja estava fechada”, deu início às suas práticas, agindo e operando, como diz Certeau (1994, p. 19), numa “mobilidade tática”, ou seja, suas manobras se deram de acordo com as oportunidades que lhe foram apresentadas. O sacerdote começou a ocupar um lugar no catolicismo.

A religião é, sobretudo, uma linguagem, uma forma de dizer o mundo, é um conjunto de narrativas que procura dar sentido e significado ao mundo. É a religião que estabelece uma relação entre o ser humano e o mundo. Em sua narrativa, Dom Waldemir relatou sua inventividade: “[...] fizemos aquela amizade com a comunidade. Eles até pensavam que a gente era padre [risos]. Nós dizíamos que não éramos padres, não. E que as vezes poderíamos até chegar a ser padre. Minha vontade era essa”.

Diante das dificuldades de acesso ao seminário católico, o jovem Waldemir se apoiou na instituição que lhe foi apresentada naquele momento. Sua vontade era de ser padre, não importando se fosse clérigo de uma Igreja Católica dissidente. E ele aproveitou aquela “circunstância” como chance de inserção na vida espiritual e na prática de escolarização das crianças — o que pode ser interpretado como “ato e maneira de aproveitar a ocasião” (CERTEAU, 1994, p. 47). A vocação almejada ganhou forma na oportunidade surgida na Igreja Católica Apostólica Brasileira: “E aí começamos o movimento, dar aulas de catequese, abrimos a Igreja e tudo. Convidava o povo (porque eu tinha aquela vocação, aquela coisa), para rezar, ir no terço no sábado”.

Depois de sair do interior da Bahia, “sem eira nem beira”, carregando o sonho de ser padre, ele encontrou um cenário favorável para vivenciar seu catolicismo verde-amarelo.

[...] eu disse: “Bispo, podemos fazer um movimento?” “Podem, podem fazer o que vocês quiserem”. [...] “Olha, nós estamos marcando uma celebração com o senhor para fazer na Sexta-feira da Paixão”. [...] “Nós vamos fazer uma procissão, nós vamos fazer e eu quero que o senhor esteja presente”. E ele foi, quando chegou viu aquela multidão, tinha mais ou menos umas quinhentas pessoas. Ele ficou doidim, está entendendo? Disse: “não pode uma coisa dessa, nem padre faz isto”. Eu fiz aquele movimento grande, de cada casa onde ia passar a procissão, botei o roteiro direitinho onde ia passar a procissão. Cada casa fez um altar na porta. Eu já tinha aquilo, já trabalhava em igreja como coroinha e tudo, já via como os padres faziam. Então está entendendo? A minha vocação era essa.

Dom Waldemir expôs, orgulhoso, as suas primeiras ações como clérigo. A sua vocação foi, vez por outra, reforçada em seu relato, como se quisesse dizer que sua história de vida se passa por intermédio do chamado de Deus. O encontro por acaso com a Icab na capital federal foi um episódio que mudou sua sorte.

Certeau (1994) diz que a vida cotidiana das pessoas comuns é munida de ajustes e possibilidades de aproveitar chances que lhe são apresentadas; essas pessoas estão constantemente jogando com os acontecimentos para transformá-los em oportunidades. Assim aconteceu com o padre retirante, pois ele viu sua predestinação para o sacerdócio tornar-se realizável. A possibilidade de materializar o sonho acalentado desde os tempos de coroinha no interior da Bahia se apresentou de forma atravessada pela Igreja dissidente que lhe proporcionou a entrada para a vida sacerdotal. “Quando terminou aquela procissão bonita e tudo: Verônica cantando na rua, ele disse assim: “Não, não pode não, esse rapaz vai ser padre”. Ele me convidou: “Meu filho, você não quer entrar no seminário... ser padre?” Eu respondi: ‘Eu quero, eu quero ser padre’”.

Certeau (1994) dá ênfase ao evento, à prática, aos sujeitos das ações, ao querer fazer e ao fazer-se. O sujeito, por meio de jogos operacionais, ocupa e atua no espaço que lhe é proporcionado; ele faz acontecer. E assim fez Waldemir, lendo e vendo as oportunidades que lhe foram mostradas como “homem ordinário”, “homem comum”, “em face das estratégias do forte, dono do teatro de operações” (CERTEAU, 1994, p. 19).

Dom Waldemir relatou sua chegada ao seminário da Icab:

Não era mesmo um seminário, era uma casa, uma casa de formação. Nessa casa morava o bispo também. Tinha os professores que davam aulas; o bispo dava, assim, por cima, aula de teologia, mas não é com aquela frequência assim, está entendendo? É que a Igreja precisava de padre, então era uma formação, assim, mais religiosa, para poder depois de ordenado o padre saber como... fazer, mas já sabia, né?

A narrativa permite inferir que não se tratava de um seminário católico tradicional. De acordo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1995), a formação ortodoxa dos seminaristas é oferecida, projetada em áreas distintas que se complementam entre a vida comunitária, a dimensão humano-afetiva, a formação espiritual, a dimensão intelectual, a formação pastoral e a dimensão vocacional. E a “casa de formação” da Icab era bem diferente.

O rigor e a regularidade no preparo exemplar dos seminaristas ao ministério sagrado, com a práxis instrutiva tradicional nos campos da filosofia e teologia, distinguiam-se das práticas pedagógicas encontradas por Waldemir: “[...] o bispo dava, assim, por cima, aula de

teologia, mas não é com aquela frequência assim, está entendendo?” Na “casa de formação” da Icab, a orientação do ingressante era preferivelmente direcionada à preparação espiritual: “É que a Igreja precisava de padre, então era uma formação, assim, mais religiosa, para poder, depois de ordenado, o padre saber como... fazer, mas já sabia, né?”

Na falta de padres, a vocação sacerdotal e o atendimento ao chamado de Deus eram fundamentais para o ingresso na vida religiosa. A ordenação, de acordo com o relato, deu-se na informalidade; os aspectos formais do reconhecimento sacerdotal aconteceram sem-cerimônia. Foi nesse enredo que a ocasião foi aproveitada: “esse rapaz vai ser padre”.

Em sua narrativa, Dom Waldemir exaltou sua capacidade de liderança, de fazer acontecer e mover as estruturas estabelecidas. Sua intenção no sentido de direcionar uma dada força, de abraçar a ocasião que lhe apareceu, esteve presente desde sua entrada no seminário: “eu cheguei e olhei: eu vou mudar umas coisas aqui dentro”. Ele lembrou suas articulações estratégicas para conseguir os deslocamentos nas relações de poder já nos primeiros passos de seminário:

Aí logo que eu entrei no seminário, na casa de formação, eu fiz amizade. Então eu vi... pensei: “um bocado de homem aqui dentro, não fazem nada, só para comer; tem que fazer um trabalho”. Fiz um monte de amizades com os chacareiros, os japoneses que fazem aquelas hortas grandes, fiz amizade com os açougueiros. E lá dentro passavam necessidade, tinha gente que passava necessidade lá dentro. Assim não pode! Então eu ganhava muita coisa, enchia as carroças com comida, carroça mesmo, eu pedia: “claro padre, nós vamos levar”, eu estava de batina, né! Eu andava de batina: “nós vamos levar para o senhor e não vamos cobrar nada, não”. Me chamavam de padre, mas eu não era padre. Eu era seminarista, né? E assim enchi a casa de mantimentos, os rapazes começaram a trabalhar, porque eu coloquei eles para trabalhar. [...] E fizemos nossa própria horta. Comida não faltava. [...] tudo eu ganhava. Então a casa ficou farta. [...] nessa época eu tinha uns 23 a 25 anos. E coloquei a casa em ordem; o bispo me entregou.

Dom Waldemir foi construindo seu próprio mundo a partir dos fragmentos, brechas e circunstâncias que a vida lhe ofereceu. As dificuldades de chegar ao seminário católico foram sendo dribladas e suas ações, sobrepostas aos impedimentos precedentes. Em Certeau (1994), o homem ordinário produz suas próprias ações, que insinuam rumos convenientes ao seu estar no mundo. As estruturas são modificadas ao seu querer com uso de estratégias nas relações cotidianas: “Fiz um monte de amizades”. A sagacidade do homem vulgar transforma composições cerimoniais em arranjos que lhes são favoráveis: “Eu andava de batina. [...] me chamavam de padre, mas eu não era padre. Eu era seminarista, né?” O uso da batina, nesse caso, pode ser interpretado como um recurso tático para estabelecer-se entre a comunidade e,

além do mais, ganhar espaços que aos poucos vão se institucionalizando para garantir a concretização do poder pastoral.

O bispo relembra, com tom orgulhoso, sua entrada oficial para o apostolado da Icab. Mesmo com a pouca experiência e o curto período na casa de formação, presume-se que suas práticas e as calculadas técnicas (mecanismos) de liderança lhe valeram aptidão sacerdotal.

E assim... quando foi em 1960, foi a inauguração de Brasília, se não me engano. Aí eu fui convidado, o bispo disse assim: “Waldemir, você se prepara para entrar em retiro espiritual e você vai ser ordenado diácono”. Eu disse: “Já posso ser ordenado diácono assim, já pode?” Ele disse: “Já, você já tem a preparação”. Aí ele me ordenou diácono. Então, no dia 22 de abril de 62 me ordenei padre. Aí ele falou: “Agora você vai para a cidade de Planaltina porque o padre lá, ele não está aguentando a pressão da Igreja Romana. O padre tem medo, ele está com medo e eu sei que você não tem medo”. Eu disse: “eu não tenho medo mesmo, não!”

Desde sua ordenação como padre, a história de vida do bispo foi marcada por resistência ao catolicismo tradicional. Membro de uma Igreja dissidente da milenar Igreja Católica Apostólica Romana — uma instituição religiosa reprodutora de governabilidade e de poder espiritual —, ele se envolveu em embates por espaço no campo religioso. Esse enfrentamento foi um traço característico em suas práticas religiosas e na edificação de sua identidade. Indagado sobre a “pressão da Igreja Romana”, ele respondeu:

Pressão religiosa né! Eu acho que... por que essa pressão? Porque, assim, o medo da verdade, né? Então eles não queriam; porque as outras religiões eles aceitavam, mas a nossa Igreja, não. Porque era a mesma coisa, o sacramento, o mesmo, né? Não sei se porque não tinha, não obedecia às ordens do papa, ao invés de respeitar a Deus, amar a Deus, amava mais era o papa, então por isso eles perseguiam.

Quando o pároco diz adotar uma postura de oposição à dominação do mercado religioso católico, percebe-se que essa perspectiva vai além de uma posição religiosa, quer dizer, trata-se de uma resistência também político-social. Dom Waldemir se colocou no lugar de sujeito do “discurso-outro”, um lugar que fica na periferia do poder espiritual. Como diz Bhabha (1998), esse enunciado outro não aparece no campo de ação temporal-espacial da história, mas surge conjuntamente ao discurso principal ou preponderante do dominador.

O “discurso-outro” se refere à inscrição da palavra dos outros em seu próprio discurso, remetendo “a um contexto, ou a vários, nos quais o sujeito viveu sua existência socialmente subjugada” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 35) e “às circunstâncias histórico-sociais que o moldam” (FERREIRA, 2005, p. 71). Por esse viés, “constitutivamente, no sujeito e no seu

discurso está o Outro” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29). E o “outro”, na fala de Dom Waldemir, é a Igreja Romana, cujo discurso ele inscreveu em seu próprio enunciado na tentativa de explicar a perseguição sofrida.

Assim é que, numa posição religiosa-social menos elevada, Dom Waldemir adotou uma retórica ecumênica: “Porque era a mesma coisa, o sacramento, o mesmo, né?” Não se trata de uma resistência no sentido violento ou de combate, mas de uma oposição-concorrência que se deu de forma mimética e criou outras possibilidades de catolicismo.

Essa construção, em forma de linguagem dissidente e de subjetivação católica, fez-se presente nas disputas por espaço: “Eu acho que... por que essa pressão? Porque, assim, o medo da verdade, né?” Dom Waldemir colocou em evidência a separação semântica discordante quando disse “nossa Igreja” em desacordo com “eles” (os católicos romanos). A resistência da recente Igreja se manifestou por meio da queixa contra o cânon papal: “[...] ao invés de respeitar a Deus, amar a Deus, amava mais era o papa, então por isso eles perseguiam”.

Nosso colaborador, com suas memórias consubstanciadas em relatos, foi tecendo suas reminiscências, a partir das quais descreveu os primeiros embates no encontro com a Icar. De alguma maneira, há ações em seus relatos. A exposição de sua história foi delineada por sentidos e representações do vivido, de algo que precisa ser contado, exposto e pormenorizado em sua versão. Alberti (2004) diz que o entrevistado acaba convertendo acontecimentos passados experienciais em linguagem, numa fala selecionada em que o sujeito estrutura os eventos em consonância com significados próprios.

E foi por meio de fatos e enunciados selecionados que Dom Waldemir expressou sua subjetivação de padre recém-empossado, revelando práticas sob o ângulo de narrador que se orgulha de sua própria história: “[...] já tomei posse como vigário da paróquia, isso foi em Planaltina na Vila Vicentina”. Ele contou que começou os trabalhos espirituais e os serviços sociais com autonomia e comando junto àquela comunidade.

Então, de imediato, a primeira coisa que eu fiz como padre, foi fazer um levantamento na Vila Vicentina com os comerciantes, assim: “vamos colocar luz na cidade, colocar luz na nossa vila”. Porque só tinha luz lá... na cidade velha; então cá na Vila Vicentina não tinha energia. Disseram: “mas como vamos colocar luz aqui, padre? Eu disse assim: “com a boa vontade de vocês aqui. Com a nossa boa vontade, vamos comprar um motor e tudo, vamos fazer uma associação com vocês, comerciantes, com famílias que podem, com fazendeiros e tudo, e vamos comprar um motor. Eu vou a Brasília, porque eu já tenho o conhecimento”. Porque eu já tinha o conhecimento, já sim, eu me entrosava.

De fato, a cidade de Brasília foi erguida para um centro planejado, o chamado Plano Piloto, e, em contradição, seu entorno era “uma periferia desordenada”, onde, além da falta de luz, o que prevalecia nas cidades-satélites eram “barracões e construções irregulares que foram marcantes nos primeiros tempos da capital” (DERNTL, 2010, p. 370).

Alberti (2004) assevera que os relatos de acontecimentos de história oral são fontes e, em sua concretude, não são materialidade dos fatos, mas “pistas” ou “versões” de um passado que existiu. Nesse aspecto, como será corroborado mais adiante com testemunhos de moradores de Novo Planalto, o bispo Dom Waldemir tinha uma forte inclinação para os trabalhos comunitários. Já em seu início como servo de Deus, o então padre começou sua luta por melhorias nos serviços públicos destinados à comunidade. Valendo-se de seu engajamento político e com os políticos, com a “boa vontade” dos munícipes — “comerciantes”, “famílias”, “fazendeiros e tudo” —, ele conseguiu trazer a energia elétrica para aquele povo:

[...] eu consegui os postes. Foi então que eles mostraram boa vontade, me deram os postes, para a vila todinha, fizeram um levantamento na Vila Vicentina. A vila era grande. [...] aí eu fui no Correio, falei com o chefão que, por sinal, se prontificou na hora, e falou: “não, tem que fazer o levantamento, os postes já vão, o DTUI [Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos] vai mandar já, para já”. “Então o senhor vai botar energia mesmo?” “Vou botar energia, a motor”.

Para Meihy (2005), usando a memória, o sujeito acessa o processo de rememoração que possibilita a reconstrução do sentido, o que prioriza na seleção de memórias, ou destaca no relato a particularidade (faceta) do indivíduo em relação ao coletivo da comunidade a que pertence. Sendo assim, a memória é como um evento, como substância significativa para reverberar a utilidade da narrativa da linguagem e a subjetividade; daí a importância que ocupa a imaginação que dá sentido ao relato de sucesso que o sujeito viveu, presenciou e testemunhou.

Na prosa, Dom Waldemir rememorou suas histórias de sucesso e enfrentamento: “E aí coloquei luz na cidade, mas a Igreja Romana me perseguiu mesmo assim, mas eu não tinha medo, eles me respeitavam um pouco”. Mais uma vez questionado sobre essa perseguição, respondeu assim:

Perseguiam de forma religiosa mesmo. Religiosa! Dizendo que eu mentia, que eu era padre falso. Que eu não obedecia ao Papa. E uns falavam assim: “ele não obedece ao papa e não obedece a Deus”. “Ele obedece a Deus, é o que nós queremos. É Deus, nós não queremos papa” o povo ia dizendo, porque eu explicava para o povo nas missas, minhas missas eram... está entendendo?

Em sua experiência de vida, o narrador (de sua própria história) deu sentido às suas vivências, práticas e disputas por espaço, e tais combates vieram à tona quando ele foi questionado. Ele preferiu narrar sua ocupação de espaços como sujeito que faz, que arranja e agrega. Dom Waldemir retornou ao tema de seu engajamento na vida, nos trabalhos comunitários:

Com sete meses que eu estava em Planaltina, coloquei energia, nas casas, em tudo, na cidade, os cabos, as luzes também, dessas de braço, o DTUI também levou, em cada poste tinha uma luz, e com sete meses que eu estou em Planaltina eu fiz amizade com a Rádio Nacional de Brasília. Na Nacional de Brasília eu disse: “eu preciso construir uma Matriz, de São Benedito, eu estou com dificuldade e tudo “Fui na rádio falar com o diretor, ele falou assim: “olha padre, eu estou achando o senhor assim... muito interessado nas coisas; muito esforçado, nós vamos ajudar o senhor a fazer uma festa. Não podemos fazer a Igreja, mas podemos ajudar, a rádio vai fazer uma festa para você”. A Rádio Nacional fez uma festa depois que eu coloquei energia. Essa família onde eu ficava, a família toda me ajudava demais. A Nacional e eu fizemos uma festa. O dinheiro dessa festa deu para construir a Igreja. Foi nove dias de festa. Nove dias!

Esses fatos podem ser lidos como experiências de vida que, além da mera vivência individual, constituem um eixo articulador das formas de subjetivação, na medida em que, como diz Foucault (1995), as mesmas experiências se tornam resistência, que podem ser compreendidas a partir de diferentes valores, por exemplo, nesse caso, experiências religiosas, experiências de resistência, experiências de cultura, e também práticas e táticas de reconhecimento e aceitação — não somente de aceitação individual, mas aceitação como direito de existir de outra catolicidade, outra forma de prática do cristianismo católico.

Assim como a Icab, o jovem padre também estava em busca de sua identidade. No decorrer de sua narrativa, foi construindo sua trajetória, suas façanhas e conquistas pessoais.

Fiz amizade em Brasília com um dono de mercado grande e me ajudava demais. Todo fim de semana eles me levavam mercadoria, frutas, verduras, tudo o que precisava numa casa. A coisa sobrava tanto que eu dava para as pessoas carentes. Abri a escolinha, fui na prefeitura, o prefeito me ajudou. [...] comecei a catequizar as crianças. E logo de imediato eu mobiliei também a Igreja com bancos, comprei um sino. [...] tudo assim... o pessoal me ajudando, e minhas missas eram muito animadas. Bem animadas, com órgão e tudo! E, assim, comprei um Jipe para mim, para ir a Brasília, voltar e tudo.

A partir de suas experiências (resistências), o sujeito cria um vínculo entre espaço e memória ao longo de sua vida. Ao mesmo tempo, constrói sua identidade, reconhecendo sua trajetória pessoal (espacial) que compõe significado. Nessa narração de vivência-resistência,

de práticas assistenciais comunitárias que o padre ressaltou, emergiram também relatos de reprovação. Nesse espaço comunitário se desenvolveu seu combate principal, um trajeto recordado pela relutância na participação religiosa (dissidente) que o distinguiu na legitimação de suas ações. Em determinado ponto do diálogo, o bispo da Igreja Brasileira relembrou um fragmento inusitado de suas experiências:

Tinha uma família, assim, de frente à Igreja, que eu não sei por que, essa família não gostava de mim, e o marido da mulher tinha uma raiva de mim que eu não sei o porquê. Negócio de religião mesmo, né? Ele era da Romana. E aí ele implicava, quando eu ia abrindo a Igreja, ele colocava uma radiola que ele tinha com rádio, bem alto, para me atrapalhar. Eu falei: “seu Manuel, é o seguinte” — eu aguentei muito tempo esse homem, esse homem está me enchendo demais o saco — seu Manuel, o que que eu vou fazer? Eu vou matar ele, olha eu vou dar um tiro nele. Eu comprei um revólver [risos] e vou dar um tiro no rádio daquele homem, seu Manuel. “Se esse homem colocar o rádio na hora da minha missa, eu vou dar um tiro”. “Não, pode não, o senhor não pode fazer isso”. O delegado da cidade era assim [gestos de intimidade] comigo, ele via meu trabalho meu esforço e tudo, e o delegado era muito meu amigo, inclusive casei até uma filha dele. Assim, o delegado é muito meu amigo, mas eu vou atirar nesse homem [risos]. Quando eu fui chegando, que abri a Igreja e comecei a tocar o sino, a radiolona lá bem alto! Eu falei assim: “É agora!”. Eu estava com o revólver na cintura. O Seu Manuel me falou assim: “não vai levar revólver”, eu falei: “vou levar, Seu Manuel, vou atirar” e lasquei-lhe o tiro no rádio do homem, e o tiro vai e pega na perna do homem. Moço do céu! Quando pensa que não, aquele fuê de gente e tudo, aquela coisa toda que eu atirei e tudo. Mas o pessoal não saiu do meu lado, não. Eu estava com a razão! O delegado manda me chamar, mandou a polícia, mandou o carro da polícia. “Fala para o delegado que eu tenho carro que eu não vou não, que esse carro aí que veio me buscar leva ele, vai lá pega ele e leva que eu tenho carro, eu vou no meu carro”. Mandeí o recado para a polícia desse jeito. Quando eu chego lá, a delegacia já estava assim de gente, a meu favor né! O homem estava machucado só na perna. “Sim, padre, o senhor mandou um recado desaforado pra mim?” Eu disse: “mandei!” Ele falou: “eu mandei o carro para buscar o senhor, o senhor tinha que vir”. “Eu não, eu tenho meu carro, ué! Para quê que eu viria no seu? Vou não, eu tenho o meu”. Aí me fizeram umas perguntinhas, eu falei o que ele fazia e tudo, ele me deu razão, o delegado. Não fez nada comigo: “então o senhor volta para casa, vai cuidar do seu serviço” e falou: “dei uns conselhos para o homem lá”.

O relato de experiência individual revelou ações de um indivíduo como ator e participante da vida social. O importante é saber interpretar a experiência de uma pessoa, já que seu testemunho permite conhecer e compreender as vivências (resistências) íntimas dessa pessoa. Na entrevista de história oral, o importante não é obter dados, mas entender uma trajetória particular e, por meio dessa história individual, compreender alguns elementos do tecido social. Nesse aspecto, nota-se que o jovem padre, nos seus primeiros meses como pároco de uma Igreja dissidente, vivenciou as tensões derivadas da contestação do monopólio

eclesiástico. Mostrou-se obstinado na defesa de sua incipiente cota de poder religioso que taticamente conquistou, considerando a ocasião e utilizando — literalmente — as armas que estavam ao seu alcance: “[...] e lasquei-lhe o tiro”.

A partir de tal episódio agressivo praticado pelo padre Waldemir, pode-se fazer ao menos duas inferências: que a tensão vivida por uma pessoa que se coloca contra a Igreja Católica pode gerar ímpetos violentos e que a violência é uma constante na história da sociedade brasileira. A reação do sacerdote demonstrou que somos uma sociedade tradicionalmente violenta e expôs a maneira como essa violência foi naturalizada no Brasil e passou a fazer parte constitutiva de nossa sociedade. O ato hostil do sacerdote mostrou até onde pode chegar a rivalidade entre vertentes religiosas no Brasil.

Não mais como laico, mas como padre da Igreja Católica Apostólica Brasileira, Dom Waldemir continuou a falar sobre as relações conflituosas entre a normalidade da hierarquia Igreja Católica Apostólica Romana e a recente Igreja Católica dissidente:

Tinha mais pessoas que implicava comigo. Tinha a Igreja deles também lá na vila, depois que eu cheguei eles começaram. Eles fizeram a Igreja de São Vicente de Paula, a minha era São Benedito. De São Vicente eles iam lá de mês em mês. Logo que eu comecei eles começaram a frequentar mais, dar mais assistência, mas a minha era mais. Depois que eu comecei eles já começaram a ir mais frequente, está entendendo? Por causa da Igreja [Brasileira], que é assim que eles fazem. Que aqui você vê como é que é, se eu não morasse aqui não tinha padre. Foi aí que eles inventaram de fazer uma procissão, dia de Sexta-feira da Paixão. Eu falei assim: “olha, vocês podem fazer a procissão de vocês, mas só que vocês não vão passar aqui de frente a Igreja, não”! Está entendendo? Eu falei para eles: “vocês podem fazer a procissão de vocês, mas vocês não vão passar aqui de frente a minha Igreja”. Falei para eles: “se vocês passarem eu derrubo o santo, eu quebro tudo, porque vocês vêm fazer procissão para implicar, vocês vêm para implicar, e eu vou acabar com isso”. E os altares da procissão da minha Igreja já estavam todos prontos na avenida principal da vila, todos prontos nas casas. Falei: “Por que não precisava vocês virem aqui fazer procissão aqui, a cidade lá é grande, para quê vir aqui para a vila? Só para implicar?”

O bispo destacou as tensões entre as duas Igrejas católicas no começo dos anos 1960. Na cidade de Planaltina, verificava-se a busca por espaço entre as duas entidades. Uma disputa pelo mercado religioso, pela legitimidade e, principalmente, a fidelidade daquela população que estava carente tanto de serviços públicos básicos como de assistência espiritual católica: “[...] depois que eu cheguei eles começaram”. Bourdieu (2001) diz que a pluralidade religiosa é própria do catolicismo e que essa tensão entre os cultos locais e a normalidade universal é própria do catolicismo como produto das tramas entre especialistas da religião e laicos.

Com inflexão na voz ao narrar o enredo de enfrentamento, o padre disse em tom enfático: “Eu não tinha medo, eles viam que eu não tinha medo, eu era... terrível, até hoje não tenho medo nenhum”. Quando o bispo de Novo Planalto afirmou que “até hoje não tenho medo nenhum”, percebeu-se em sua fala uma memória histórica dos processos, das tensões vividas pelo seu engajamento na nova Igreja Católica fundada por Dom Carlos. E continuou: “Aí fizeram a procissão deles, louvaram, passaram na avenida principal, meus altares estavam prontos, eles não estavam doidos de derrubar, né? Cada pessoa estava na porta para... né? Olhando e vigiando, né?”

Ficou evidente a busca por espaço. A recém-criada Igreja atuava nas lacunas deixadas pela Icar. Dom Waldemir formou seu rebanho que ficava “olhando e vigiando” seu protagonismo na comunidade cristã. Sua influência junto à comunidade religiosa se traduziu em perda de parte do domínio do catolicismo romano.

Progressivamente crescia sua autonomia e influência sobre os laicos, que reconheciam a legitimidade desse domínio. Ampliava-se também a divisão católica entre “nós” e “eles”. Dentro de um processo de centralização das atividades da catolicidade, com valores e comportamentos, havia a rejeição desse novo catolicismo e o conflito pela conservação do catolicismo romano.

Quando eu ia lá em baixo [setor central da vila], atrás de alguma coisa e tudo, às vezes saíam na janela. As pessoas iam passando, porque eu só andava de batina. Teve uma vez que passou uma senhora, eu ia passando ela fez assim [som de escarro e cuspe] cuspiu, desse jeito; eu pensei assim: “essa mulher está com desafio” e falei assim: “minha senhora, faz favor, vem cá! Por que a senhora escarrou quando eu passei?” Ela disse: “não, é que...”, eu disse: “foi sim! Eu ia fazer você lamber esse cuspe aqui agora, mas eu vou deixar! Da próxima vez você vai lamber o cuspe!” Desse jeito! Era assim, saíam na janela, ficavam olhando da janela, insultando e tudo; eu falava: “vocês tenham cuidado comigo, que eu não tenho medo de entrar e arrebentar tudo, eu não tenho medo, não!” E de vez em quando eu saía na cidade, até que eles acostumaram comigo. Só no começo, quando vi que não tinha jeito mesmo comigo, eu não era o outro que estava lá, então deixaram. E aí continuou tudo bem, na Vila Vicentina, que é em Brasília.

Nesse enredo, Dom Waldemir relatou os embaraços e impasses em seu início de trajetória como sacerdote da Icar. Empregou táticas de caridade, angariando carisma e ocupando espaços deixados pela Igreja Romana, e também adotou procedimentos de defesa de suas ações, de seu quinhão de domínio: “[...] vocês tenham cuidado comigo, que eu não tenho medo de entrar e arrebentar tudo, eu não tenho medo, não!”

Meihy (2005) salienta que as memórias demonstram como diferentes pessoas consideraram, enxergaram seu mundo e como conceberam seu entendimento da realidade. Por meio de um testemunho oral podemos compreender as expectativas das pessoas, suas emoções, sentimentos, desejos, e que a vida de uma pessoa é uma porta que se abre para a compreensão da sociedade em que vive.

2.2 “Nosso padre agora é ele”: Dom Waldemir ocupa lugar católico em Novo Planalto

Podemos dividir a trajetória de vida religiosa do bispo em duas fases: o começo, como retirante baiano e sua entrada na casa de formação em Brasília, e sua chegada em Novo Planalto e suas realizações como pároco naquela cidade.

Dom Waldemir narrou sua história junto à comunidade local, lembrando de sua chegada, da recepção, da influência e do capital religioso adquirido junto aos moradores. Sua vivência foi permeada por situações de conquistas e de incorporação da comunidade nas práticas da catolicidade habitual, ou seja, integração da população na rotina dos ritos e serviços religiosos. Segundo seu depoimento — mais adiante corroborado pelos testemunhos de alguns moradores —, suas práticas na comunidade se deram nos espaços não atendidos pela Icar, o que gerou uma disputa pelo domínio religioso católico naquela localidade.

Pouco mais de três anos após sua ordenação como padre, Dom Waldemir estava fatigado com os trabalhos na vila do Distrito Federal. A possibilidade de ascensão num espaço exclusivo, em outro cenário religioso, surgiu com a chegada de outro padre. Ambos decidiram trabalhar com evangelização dos indígenas na Ilha do Bananal. Coincidência ou não, na ocasião da primeira missa no Distrito Federal, uma comitiva indígena da Ilha do Bananal veio para o evento. “Em 1957, na realização da primeira missa no local onde se ergueria a nova capital do país, Juscelino fez questão de convidar e transportar em aviões da FAB uma delegação de índios Karajás vindos diretamente de Bananal” (TREVISAN et al., 2014).

Inaugurada a nova capital no cerrado brasileiro e finalizado o traçado da rodovia Belém-Brasília para a integração do país com ocupação do Norte, o então presidente Juscelino Kubitschek anunciou novos planos que causaram agitações: o povoamento da Ilha do Bananal. “A ideia da arrancada rumo a Bananal foi pensada na primeira semana de maio de 1960, e já no dia 12 do mesmo mês foi anunciada à imprensa. Segundo JK, de fato, o que se pretendia em relação à Ilha era prover um posto avançado de civilização em plena bacia do Araguaia” (TREVISAN et al., 2014).

Tal projeto fez parte da política de assimilação e integração dos indígenas ao Estado-nação. É possível que as notícias sobre os planos de prosperidade na Ilha do Bananal tenham chamado a atenção do então pároco da Icab, que tinha o intuito de conquistar seu espaço religioso. Meses depois, “Juscelino inaugurou o hotel que levava seu nome, o Hotel JK. De classe internacional, seria a maior atração da Ilha do Bananal” (TREVISAN et al., 2014), mas outras “edificações prometidas ficaram apenas no papel, dentre as quais o clube, o mercado, os almoxarifados, a igreja, a colônia de pesca, o bosque etc.” (TREVISAN et al., 2014).

É provável também que o padre teve conhecimento das notícias sobre a construção de igrejas católicas entre aquela comunidade indígena.

Daí aparece um padre lá por nome Padre Amilton. Eu já estava cansado daquilo lá, ele falou assim: “Padre eu estou com uma vontade de sair daqui, de ir embora, de ir para um lugar onde tenha índio; para cuidar dos índios”. Eu falei: “se você quiser eu vou com você, mas aonde é que nós vamos?” “Aí deu aquela luz, aquela coisa, que era na Ilha do Bananal. Tinha a Ilha do Bananal, que era só índio, e estava uma época de chuva, era chuva e não tinha estrada ainda não. No tempo, essa Belém-Brasília era de chão, não tinha ainda asfalto. Era 1965 quando eu vim, começando 1966. Vim rumo ao interior. Deixei tudo. [...] falei: “vou levar remédio para os índios”. Aí tive a ideia de vir para Goiás, então eu vim com o padre Amilton. Peguei meu Jipe e me mandei. [...] saímos escondidos e o bispo não sabia o roteiro, onde estávamos, nem eu nem o padre Amilton.

Com tendência à improvisação, é possível reconhecer nessa trajetória uma “arte de fazer” ou até mesmo um estilo de catolicismo praticado de uma maneira peculiar. Não se percebe insubordinação às autoridades, na medida em que não se deduz uma rígida hierarquia consolidada num direito canônico, pois se trata de uma Igreja Católica Apostólica e Brasileira, não seguindo, assim, as estritas leis romanas, isto é, nota-se ausência de um conjunto de normas regulamentares sobre a transferência de padres. Nesse sentido, cada indivíduo, e também cada grupo, tem formas específicas de produzir o espaço do cotidiano em que opera e, ao mesmo tempo, condiciona essa mesma produção. Na falta de uma hierarquia com normas protocolares, de regras eclesiais, entre o “institucional” e o “pessoal”, os padres se projetaram na construção de um espaço próprio.

Inspirados com as notícias de ocupação da Ilha do Bananal e da abertura de estradas no norte de Goiás, os padres trocaram o conhecido pelo desconhecido. O narrador rememorou seu itinerário e acontecimentos fortuitos vividos na viagem e na chegada ao norte goiano.

Foi uns dois dias ou mais de Brasília a Porangatu. Em Porangatu passamos em umas casas, fomos visitando, e nas cidades que nós íamos passando, íamos fazendo campanha, pedindo né? Ajuda e tudo, porque nós íamos para a Ilha do Bananal, catequizar os índios. [...] fomos na Igreja Romana, falaram: “visitem os padres” e eu: “não, mas são da Igreja Romana”. Falaram: “Não tem nada, não, eles recebem. “Inclusive eram todos estrangeiros, não sabiam nem falar, eram da outra Igreja, mas não sabiam falar direito, não. O seminarista nos recebeu, almoçamos, dormimos lá, mas eles não sabiam de qual Igreja eu era; eu falava, mas não entendiam, aí almoçamos, dormimos, no outro dia viajamos. Acho que era Frei Celso [...].

Para Certeau (1994), o sujeito que age de forma tática transforma a situação em uma forma benéfica a ele. Na busca por seu lugar de missão, os padres da Igreja Brasileira perceberam condições favoráveis ao acolhimento no seminário católico romano: “[...] eles não sabiam de qual Igreja eu era; eu falava, mas não entendiam”. Em suas performances operacionais, celebraram a aparência entre a catolicidade “romana” e “brasileira” e a inexistência de relações conflitantes entre as duas Igrejas: “‘Não tem nada, não, eles recebem’. Inclusive eram todos estrangeiros”.

Em continuidade, Dom Waldemir falou sobre sua chegada, os primeiros contatos e sua construção de territorialidade.

Chegamos aqui em Novo Planalto. Tinha pouquinha gente, tinha uma pensãozinha, que era da dona Virgínia. Ali na pensão nos deram comida. Dona Virgínia e seu Osvaldo não cobrou. Tinha um barracão grande que ficava em frente à casa de palha, onde chegava carro, ficava ali na sombra, enquanto almoçavam, jantavam. Ficamos ali ainda por dois dias. O pessoal pediu para celebrar a missa. Falei assim: “não, nós não estamos celebrando missa”. Eles: “mas não tem nada de missa?” E eu: “tem, mas nós estamos indo para celebrar a missa para os índios”, me falaram assim: “eu acho que não precisa vocês irem para lá não, porque está chovendo muito, não tem estrada, vocês vão levar dois dias daqui a São Miguel ou mais”. Não tinha estrada lá, não tinha carro, não tinha nada, seguimos viagem. Aí celebrei aqui uma missa em Novo Planalto. Inclusive tinha um senhor por nome de Nelson, que era o dono de um botequinho. Celebramos a missa e fomos embora, seguimos viagem. Chegando em São Miguel, fomos direto para a Igreja Romana, falei assim: “aqui deve ser tudo estrangeiro, não sabem falar, vamos para lá”. O padre Amilton disse: “não vamos não, pois aquela lá é a Igreja Romana”, eu disse: “não tem nada não”. Então fomos e os padres nos receberam. Lá era um barracão, não era igreja não; era um barracão, não tinha igreja ainda, os padres não sabiam falar também. Ficamos ali uns dois dias, e seguimos viagem para Luiz Alves.

À procura de uma comunidade escolhida — a Ilha do Bananal — e não uma congregação confiada por uma hierarquia disciplinar eclesiástica, os padres idealistas praticaram sua mobilidade de um movimento impreciso na busca de um lugar-próprio, um lugar de prestígio social de atuação religiosa. Mais uma vez mostraram habilidade e

inventividade nos modos de aproveitar a ocasião. Assim, na falta de um panorama de divergência cismática, beneficiaram-se da hospitalidade da “outra” Igreja: “[...] aqui deve ser tudo estrangeiro, não sabem falar, vamos para lá”.

Outro fator relevante percebido pelo padre viajante no povoado de Novo Planalto foi a falta de assistência do catolicismo: “O pessoal pediu para celebrar a missa. Falei assim: ‘não, nós não estamos celebrando missa’. Eles: “mas não tem nada de missa?””. Seguiram viagem em direção ao norte no intuito de catequizar os indígenas, rumo ao desconhecido, operando táticas não muito organizadas de práticas religiosas.

Chegamos em Luiz Alves. Não tinha casa, tinha apenas umas casinhas longe, a água estava naquele mundo, aí me chega um senhor e falou assim: “você vão para onde?” Nós estávamos de batina. Falei: “nós vamos para a Barreira do Pequi” e ele falou: “primeiro, vocês não tinham que vir para cá, vocês tinham que ir por outra estrada” Pensei: “Pronto!” Ele: “a água lá naquele mundo, e aqui nós não estamos nem subindo nem descendo o barco por causa da água que está demais”. E naquele tempo chovia, a água naquele mundo, tudo cheio de água, nós ficamos ali, pensei: “meu Deus, agora vamos ter que voltar”. Uns dois dias, três dias, chegamos de novo em Novo Planalto.

De fato, essa região com estrada entre Porangatu e Luiz Alves, passando por São Miguel do Araguaia, naquela época se constituía em grande vazio demográfico e picadas abertas na mata: “Vale destacar que, nesta fase, a região quase não possuía vias de acesso” (BARREIRA, 1997, p. 36).

No percurso pelo sertão goiano, na busca de mercado religioso (BERGER, 1985), nos ermos de uma extensão geográfica ainda pouco habitada, o padre caminhante encontrou um lugarejo no qual as novas formas de catolicismo teriam êxito, devido à carência da liturgia católica cotidiana. No percurso traçado para catequização dos povos indígenas, Dom Waldemir encontrou uma comunidade carente e desejosa de um atendimento católico regular: “Quando chegamos em Novo Planalto, o pessoal não deixou mais irmos embora”.

Era 1966 e o povoado estava ainda incipiente, pois o norte goiano começava a sair de seu isolamento. Segundo Dias e Brito (2012, p. 81), “desde a abertura da Rodovia Belém-Brasília, a organização territorial [vinha] sendo construída/destruída a partir das dinâmicas socioeconômicas estruturadas por influências advindas da logística produzida por ela, fazendo surgir e estruturar novas cidades às suas margens”.

A chegada do novo padre na pensão de Dona Virgínia foi um marco para as relações entre o religioso e seus fiéis e também para o crescimento do povoado. A presença de um padre que fixaria residência na vila se tornou referência na construção de uma territorialidade.

O que era, para ele, um espaço de passagem, transformou-se, a partir de então, em espaço próprio. Foi a partir desse encontro na pequena hospedaria que o padre construiu sua biografia e a forte relação que tem com a cidade.

E prosseguiu a descrição de sua chegada e da paisagem que encontrou:

Quando chegamos, tinha uns Pimentelzinhos lá em cima na saída, o seu Manuel Pimentel, tinha um que chama José Lustosa, porque tinha uns Lustosas lá também, lá em cima na saída. Não tinha esse negócio de cercado, não tinha nada daquilo ali, não tinha igreja, não tinha nada, só tinha um barraquinho, onde ali hoje é a Igreja Romana. Tinha um barraquinho pequeno, e aqui tinha essa praça, essa praça era... não tinha praça, era cheio daquelas árvores grandes, era uma mata. Era mata, ao lado aqui da praça não tinha casa nenhuma. Fiquei na Pensão. Dona Virgínia nos recebeu. Mas, o outro padre falou assim: “Padre Waldemir, eu vou embora, o bispo deve tá preocupado sem saber onde é que nós estamos”. Porque nós saímos, não avisamos, saímos escondidos. Escondidos de Brasília para Novo Planalto. Ficamos ali na pensão, celebrando [missas].

A chegada de Dom Waldemir na comunidade rural fez surgir a oportunidade de materialização da vocação religiosa catequizadora do padre itinerante e, ao mesmo tempo, revelou a demanda coletiva pela presença diária de um vigário na região. A disputa pelo controle da fé naquela localidade e, concomitantemente, as tensões ente o catolicismo dissidente e o catolicismo tradicional iniciaram com a posse de um barracão que já estava construído e sendo utilizado.

Esse barracão era bem aqui ó, de frente onde é a Igreja [Brasileira] aqui. O Dalton também tinha, fazia parte desse barracão, está entendendo? Até que no começo ele estava até bem comigo, e depois ele começou a implicar. [...] porque eu tomei conta do barracão e, assim, brigando com o seu Sebastião, que ele disse: “o barracão quem fez foi eu, apesar de o senhor ter ajudado, mas quem manda aqui sou eu”. Aí tomei conta do barracão.

Nesse ambiente de terreno coberto pelo campo cerrado — tudo “era uma mata” — aconteceram mudanças na ordem preestabelecida das práticas religiosas e na vida social da comunidade: “Aí tomei conta do barracão”.

Dessa forma, o que era disperso foi se juntando nas práticas de produção dos bens materiais e simbólicos da catolicidade dissidente que extrapolou o preenchimento dos espaços vazios deixados pelo catolicismo tradicional e também pelo poder público. Em suas ações cotidianas, o bispo particularizou ações e atividades espirituais e sociais, dando início a seus trabalhos escolares, o que o levou a desfrutar de carisma entre os moradores:

A primeira coisa que eu fiz do barracão foi uma escola — tem que ter escola, uma obra social, tem que ter alguma coisa para ajudar o povo. Eu abri a escola para o pouquinho de menino que tinha, porque não tinha escola ainda; tinha só alguns de fazenda e eu comecei a coisa com a escola. Não tinha ninguém, sem energia sem nada. Me arrumaram um lampião, outros me arrumaram vela, tinha umas velas que eram feitas de cera. Colocaram aquelas velas de cera pregadas na parede e ali eu celebrava a missa. No dia seguinte dava aula para os meninos. E foi assim que eu comecei em Novo Planalto, uma escola que celebrava missa. Foi aí que o pessoal começou a se mudar, por causa da escola, e eu levando sozinho. O povo começou a se mudar das fazendas para colocar os filhos na escola, escola de padre, né? Escola de padre é boa! E aí foi crescendo, crescendo, crescendo, crescendo e aí isso foi em 66, cheguei aqui em 66, mas não fiquei parado não, aí eu comecei a coisa.

Além da ocupação do espaço religioso, Dom Waldemir preencheu o vazio educacional na comunidade rural. Numa região onde a maioria da população era composta por analfabetos, a necessidade de educação era premente: “O ensino primário nessa área era bastante deficitário, apresentando baixos índices de escolaridade e reduzido número de aprovações ao fim de cada ano, os quais estavam abaixo dos índices de crescimento da população” (NUNES, 2015, p. 74).

De uma forma simples, com poucos recursos, o espaço escolar se materializou na vila (figura 8).

Figura 8 – Primeira escola de Novo Planalto (Década 1970)



Fonte: Arquivo de Manoel Messias Lopes

A modesta igreja fez par com a escola comunitária: “A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber,

como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida” (BRANDÃO, 2003, p. 10).

Movido pela vontade de autoafirmação como agente pastoral e disposto a atender a demanda por missas dominicais e cultos católicos, o bispo articulou seu lugar próprio nesse minúsculo e discreto espaço da vida cotidiana — “mas não fiquei parado não, aí eu comecei a coisa” — e promoveu uma série de atividades que fortaleceram a integração da Igreja com a comunidade, a exemplo de desfiles em comemoração ao Dia da Independência do Brasil (figuras 9 e 10)

Figura 9 – Desfile escolar em 7 de setembro (Década 1970)



Fonte: Arquivo de Maria Dourinha Sampaio

Figura 10 – Desfile do Dia da Independência (Década 1960)



Fonte: Arquivo de Dom Waldemir de Araújo Ribeiro

Celebrações de primeira comunhão (figuras 11 e 12) igualmente marcaram a presença da Igreja Brasileira no contexto social e religioso de Novo Planalto, contribuindo para o processo de integração comunitária liderado por Dom Waldemir.

Figura 11 – Primeira comunhão na Icab (Década 1960)



Fonte: Arquivo de Maria Dourinha Sampaio

Figura 12 – Primeira comunhão em frente ao templo da Icab (Década 1960)



Fonte: Arquivo de Severina Dias Rodrigues

O movimento religioso e educacional comandado por Dom Waldemir em Novo Planalto recebeu a adesão de um público formado por pessoas das mais diversas faixas etárias, como se observa nas figuras 13 e 14, que mostram a reunião de crianças, adolescentes e adultos em eventos realizados pela Icab.

Figura 13 – Culto religioso no templo da Igreja Brasileira (Década 1960)



Fonte: Arquivo de Dom Waldemir Araújo Ribeiro

Figura 14 – Crianças em frente à Igreja Brasileira (Década 1960)



Fonte: Arquivo de Severina Dias Rodrigues

Mas, segundo o relato de Dom Waldemir, esse processo de integração entre Igreja e comunidade não se deu sem disputas com as forças tradicionais da cristandade que se faziam presentes na espacialidade sertaneja:

Depois, logo que eu cheguei, a Igreja Romana começou. Aí vinha de Anápolis, era freira, era seminarista era padre, traziam carro cheio de gente para a missa daqui. O pessoal não deixava [os padres da Igreja Romana] celebrar [missas]. Mas o povo também não deixava, mesmo em outro local o pessoal não deixa eles celebrarem. Não precisava de eles virem mais aqui, porque já tinha padre aqui. Então, vinha aquele tanto de gente que vinha de Porangatu, vinha de São Miguel com os padres de lá, e quando chegavam aqui o pessoal não deixavam celebrar não, não deixava não. O pessoal voltava sem celebrar, implicando e tudo. Inclusive, veio um padre [da Igreja Romana] por nome de Padre Sílvio, que uma vez aqui veio falar mal da Igreja. Inclusive ele ficou numa casa, na casa de um senhor que tinha uma loja aqui, chamava Antônio Soares. Ele foi vereador representando Novo Planalto, mas os trabalhos de vereança eram em São Miguel do Araguaia, mas ele representava o Novo Planalto. Inclusive, eu ajudava muito o Antônio Soares. Nesse dia o padre [Sílvio] veio discutir comigo, eu estava na casa do Antônio Soares, mas eu não temi não, falei a verdade para ele, ele passou pouco tempo. Mas passou pouco tempo, o padre morreu, era novo esse padre, aí morreu né, e continuei a trabalhar.

Na narrativa se percebe a institucionalização da missão catequizadora. Seu projeto de cristandade dissidente se cristalizou na pequena comunidade carente e, junto ao querer-fazer do padre, veio a rivalidade com a Igreja Romana: “Depois, logo que eu cheguei, a Igreja Romana começou”. Essa concorrência entre a igreja “legítima” e a “ilegítima” marcou o cotidiano da cidade e se traduziu na disputa de dois grupos por liderança religiosa — “Não precisava de eles virem mais aqui, porque já tinha padre aqui” — e pelo desenvolvimento de um conjunto de ações semelhantes que envolveu a mobilização dos leigos — “[...] e quando chegavam aqui o pessoal não deixavam celebrar não, não deixava não”.

Na reconstrução do que viveu, o bispo da Icab de Novo Planalto ressaltou a produção de uma série de elementos significativos: as festas, as atividades de escolarização e o trabalho de catequização nas redondezas, inclusive na Ilha do Bananal, onde a evangelização dos indígenas continuou esporadicamente (figura 15).

Esses componentes ganharam ênfase na narrativa do padre como exemplos do prestígio angariado na transformação de lugar de passagem em “espaço vivido” — conceito aqui entendido como lugar do “acontecer solidário da vida cotidiana”, como diz Milton Santos (2000, p. 114), numa perspectiva de espaço construído e representado pelos atores sociais que nele circulam (FRÉMONT, 1980).

Figura 15 – Trabalho de catequização e oferta de sacramentos aos indígenas na Ilha do Bananal (Década 1960)



Fonte: Arquivo de Dom Waldemir Araújo Ribeiro

Essa relação do padre Waldemir com o território vivido e compartilhado com a comunidade de Novo Planalto envolveu a criação de possibilidades múltiplas de sociabilidade, como as descritas por ele:

Aí logo eu falei: “vamos escolher o padroeiro para construir a igreja”. Fomos escolher o padroeiro da cidade. Então já tinha muita gente lá, as pessoas já tinham mudado, já tinha casa, tinha o barracão. As pessoas trazendo as crianças para a escola. Então o lugar começou a crescer, e logo eu também comecei a fazer festas. Fiz uma eleição para escolher o padroeiro do local, o padroeiro do distrito. Nesta eleição, inclusive, colocamos: São Sebastião, Nossa Senhora da Abadia, Santo Antônio e Bom Jesus como candidatos a padroeiro da cidade [risos]. Fizemos a eleição e Bom Jesus ganhou, porque aqui tinha muito baiano na época. Então achou por bem nomear, eleger Bom Jesus na nossa igreja com o padroeiro do distrito, que era distrito, não era cidade. Em 6 de agosto começamos a fazer os festejos. Eu cheguei aqui em 66, isso aí foi mais de um mês depois que eu cheguei. No ano seguinte, começamos a primeira festa para Bom Jesus, festa do padroeiro com barracas, com tudo. Só que eu não aceitava naquela época, não tinha o costume da Igreja de fazer festa, baile, essas coisas. Tinha leilão, essas coisas, que as pessoas faziam e acharam por bem fazer baile. Mas, eu não aceitei, eu falei: “Não! Não pode não, fazer baile, não com bebida”. Eles falaram: “não, mas tem que ser para arrecadar dinheiro”. Eu disse: “Não! Não quero não”. Inclusive, não tinha energia, era a lâmpada de cera, feita de

cera com algodão, colocava pregado na parede, e aquela cera durava, com o pessoal ali dentro do salão, onde comeram. Fizemos umas mesas de pau de madeira, com aquele negócio assim no meio, [risos], que eu não sei como é que fizeram ela pregada, fincada no chão, aí naquelas mesas o pessoal sentava, inventamos isso tudo na primeira festa, tinha muita gente, as pessoas ajudaram muito, e com esse dinheiro, né?, das festas. Nós começamos a construir a igreja. A igreja era no centro da praça, não era onde hoje ali está a igreja [atual], era bem no centrinho da praça, derrubamos as árvores, deixamos algumas para dar sombra. Não era ali, o salão era lá na ponta, de frente à nossa igreja. Era na ponta, a praça era no centrinho mesmo, no centrinho da praça de frente para avenida, e aí começamos a ter a construção da igreja. Levantou até certo ponto, aí vai e cai, não tinha estrutura, porque não tinha pedreiros, naquela época era difícil os pedreiros virem, então não sabia fazer estrutura, porque a coisa tinha que ser alta, aí quando chegava em um certo ponto caía, até que disseram: “Bom Jesus não quer igreja aqui não, Ele quer igreja lá”. Eu falei: “Ele não quer igreja dele aqui, ele quer ela ali, começou foi ali, então tem que ser é lá”. É ali, é onde tem a outra hoje. Onde é a igreja hoje. E foi ali que nós fizemos a igreja, só que não é aquela né, era outra, mais baixa, bonitinha também. E aí começamos a construção, inauguramos, veio bispo de Brasília para inauguração da Igreja, e aí começou a vir, e passou tempos e tempos. Ainda fiquei quatro ou cinco meses morando na pensão, e aí falei assim: “agora vocês vão, eu vou alugar uma casa para mim”. Tinha uma casinha lá em cima, “tem uma casa fechada”, falei: “vamos ver aí e alugar essa casinha para mim”. Era pequena, ali onde é a máquina de arroz do Joaquim. Ali era uma casinha encostada, não sei mais nem de quem era ela, só sei que compraram a casinha, reformaram, para mim para eu morar, para poder sair da pensão. Morei nela, mobiliaram; compraram, uma cama, mesa, cadeira, fogão, não porque não tinha, naquele tempo era fogão de lenha, não tinha fogão ainda não, compraram um forno, fizeram um forno também, com negócio dentro para mim assar alguma coisinha, mudei para lá, para casa. Continuei o trabalho em Novo Planalto e aí estou até hoje, comecei a dar assistência como eu sempre queria na Ilha do Bananal. Eu ia para lá todo ano, eu ia para lá fazer a missa. O pessoal veio atrás de mim, está entendendo? Um senhor de nome Lourival ficou sabendo que tinha um padre aqui muito legal e tal, e aí vieram. Prometeram o mundo e o fundo lá, e eu fui, todo ano eu ia celebrar a missa no mês de setembro. Sempre iam e vinham me buscar a cavalo, porque não tinha carro, eu ia daqui a cavalo, e passava a semana inteira rodeando Araguaçu e saía em Sandolândia e de lá seguia a cavalo, passava dias na estrada. De cavalo celebrava em fazenda para lá. Pelos anos de 67, 68 e aí eu já estava com muita amizade com o pessoal lá. Uma vez sozinho eu fiz 21 casamentos, eu passei numa fazenda, passei uma semana na região fazendo só batizado, eu fiz muito batizado. Eu dava assistência lá bonitinho; algumas casas, alguns índios e tudo, que gostavam de mim.

Meihy (2005) observa que a memória seleciona, escolhe, discrimina o que lhe interessa. É um elemento essencial para a identidade individual e coletiva. Dito de outra maneira, a partir das percepções pessoais de nosso entrevistado, podemos reconhecer estruturas sociais de fortalecimento comunitário. A identidade cultural e social católica se converteu em eixo articulador da identidade cultural pessoal. O entusiasmo e a dedicação nas

práticas espirituais e sociais do padre se vincularam à comunidade interessada na presença cotidiana dos ritos católicos: “Nós começamos a construir a igreja. A igreja era no centro da praça”.

O padre recém-chegado ocupou seu espaço, preencheu lacunas de uma catolicidade requisitada pelo grupo, edificou a pequena igreja e, como resultado de suas ações, tornou-se popular. Sendo o catolicismo um elemento de tradição e atendendo a carência de sacramentos católicos, o padre Waldemir expandiu a assistência religiosa na região. É coerente supor também uma ocupação espacial do terreno central da vila — local que viria a ser a praça da cidade. Essa ocupação do lugar e esse atendimento representaram ameaça ao monopólio do catolicismo tradicional, pois rivalizaram com a Igreja Católica Apostólica Romana.

Dom Waldemir falou sobre a rivalidade com a Igreja Romana nas adjacências da Ilha do Bananal:

Teve uma vez, chega um teco-teco, estava me preparando para uma missa no dia de domingo, pensei: “quem que está chegando uma hora dessa?” Quando eu fui lá ver, era o bispo da Igreja Romana, o Bispo de Mato Grosso, se chamava Casaldáliga⁵⁴, não era brasileiro, não. Esse bispo apareceu de avião em Barreira do Pequi, aí seu Dorival foi lá: “pois não” e... “tem um padre aí que ele não pode estar aqui”, ele falou assim: “olha, é melhor você pegar o avião de volta, porque aqui o povo está tudo revoltado com você, e não vai não, porque vai ter até a morte”. Olha quanto tempo sem ir lá! Aí agora vai, por causa de mim? Ele falou assim: “não, nosso padre aqui agora é ele, ninguém quer você aqui mais não, pode voltar, se não... o povo está cheio de conversa; já está lá de gente assim, e a missa agora”. Ele pegou o avião e voltou, não celebrou, não. Também nunca mais voltou lá.

Essa região do Mato Grosso goiano era um território em início de povoamento, ainda composto por aldeias indígenas e sem políticas públicas, e “na maioria dos municípios da área

⁵⁴ “Dom Pedro chegou no Araguaia neste momento de expansão e chegada do capital, junto com boa parte das empresas agropecuárias que estavam sendo instaladas a partir dos anos de 1968. Com efeito, ele optou por atuar nesta região pois, fazia parte de um movimento de transição que a Igreja católica sofreu a partir de meados de 1960, no qual ele era adepto, estamos falando da Teologia da Libertação. [...] Casaldáliga foi um dos precursores de tal teologia no país, juntamente com o Leonardo Boff e outros. A questão agrária exacerbou principalmente na década de 1970 e foi neste momento que o d. Pedro declarou a sua posição em favor dos pobres, da população que já ocupava a região do Araguaia e defrontou-se com a política militar e a expansão do capitalismo para o Araguaia. O marco do seu posicionamento se deu principalmente no pós 1971 quando já bispo escreveu a Carta Pastoral “Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” situando a sua postura mediante as injustiças sociais que ocorriam na região. Esta carta denunciava os abusos do latifúndio da Amazônia contra a população local e o processo de expropriação que ocorria a cada dia, no conflito pela terra ou na exploração brutal – utilização de trabalho análogo ao de escravo. [...] Foi por este engajamento da Igreja Católica da região da Prelazia e seus religiosos e agentes pastorais que sofreram juntamente com os posseiros e outras populações da Prelazia vários tipos de violência, por estarem do lado dos desfavorecidos, aqueles que quase não tinham esperança na luta contra o capital, essa população que vivia nos confins do mundo numa extrema miséria e sem condições de levar uma vida dignamente, possibilidade esta que piorou ainda mais em decorrência da chegada do grande latifúndio nessa região (MENEZES, 2015).

havia deficiência ou inexistência do abastecimento de água, de redes de esgoto e assistência médica hospitalar, que levavam aos problemas de saneamento básico” (NUNES, 2015, p. 74).

Essa situação de rivalidade e oferta do catolicismo “popular” e “oficial” sugere uma situação concorrencial, o conflito de interesses e os processos de construção de imagens que muitas vezes aparecem nesse contexto, em termos de relação de poder. De acordo com Berger (1985), a confrontação de universos simbólicos alternativos sempre supõe um problema de poder e de luta social por legitimidade religiosa: “Olha quanto tempo sem ir lá! Aí agora vai, por causa de mim? Ele falou assim: ‘não, nosso padre aqui agora é ele [...]’”.

Dom Waldemir prosseguiu a narrativa de seus feitos, de suas conquistas, a assistência às comunidades mais longínquas e as benesses do carisma adquirido na região da Ilha do Bananal:

E todo ano era festa, era tudo, sempre fazendo a festa lá e tudo com pessoal e eu ia para lá e ficava lá 10 dias. Dez dias de festa. Eu fiquei indo lá um bocado de ano, uns 15 anos. Eu não ia só para lá não, eu ia também no Mato Grosso, Araguaçu, eu dei muita assistência em Araguaçu também. Em Araguaçu eu ia para casa de um senhor de nome Tertuliano, seu Tertu, era como eu chamava ele, que foi prefeito lá, era o grandão da cidade. Eu ia para casa dele fazer a missa, fazer a procissão de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa, que tem a mão assim. Nossa Senhora das Graças, chamada Medalha Milagrosa, procissão com muita gente, eu fazia as missas e tudo. Não ia padre lá, então era tudo eu que dava assistência nesse mundo inteiro. Daqui de Mato Grosso, eu descia em Luiz Alves pegava o barco, pegava os animais lá do outro lado, já estavam me esperando, aí arriava, e aqui montava, e me mandavam para as fazendas de Mato Grosso. Eu ia de fazenda em fazenda, batizando, casando, só não crismando porque eu não era bispo. Passava meses de fazenda em fazenda. Aí quando eu voltava dessas fazendas, tinha fazenda que eu passava uma semana só batizando, semanas mesmo, na casa do seu Sebastião Rocha, passava semanas na casa dele. E gente, gente, e gente batizando o dia inteiro, a noite toda batizando e, no outro, dia batizando, era gente, moço, tudo sem batizar. Lá não ia padre não, ninguém ia enfrentar não, quando eu voltava, eu vinha com dois cavaleiros, porque eu trazia saco assim de dinheiro, saco mesmo, saco assim ó, grande. Eu cobrava dois reais por batizado, dois mil-réis, não sei nem qual que era o dinheiro. Mas era baratinho.

Contrariando os padrões da catolicidade, com práticas espontâneas — entende-se também um catolicismo mais secularizado —, nosso colaborador apontou a emergência de condutas espirituais mais ajustadas com a realidade social e as necessidades individuais daquele povo: “Não ia padre lá, então era tudo eu que dava assistência nesse mundo inteiro”. Nesse sentido, importante se faz reforçar que “a primeira coisa que torna a história oral diferente, [...] é o fato de revelar menos sobre eventos que sobre significados”. Pois, seu valor está justamente na “[...] subjetividade do expositor” (PORTELLI, 1997, p. 31).

O que era lacuna se transformou em espaço de práticas como resposta às demandas religiosas por arranjos prático-utilitários: “Eu ia de fazenda em fazenda, batizando, casando [...]”. Nessas dinâmicas subjetivas, de solicitações recíprocas entre o padre em busca da vocação-legitimação catequizadora e a comunidade ávida pelos cultos católicos, acontecia a comunhão religiosa padre-comunidade: “E gente, gente, e gente batizando o dia inteiro, a noite toda batizando e, no outro, dia batizando, era gente, moço, tudo sem batizar. Lá não ia padre não, ninguém ia enfrentar não [...]”.

Sobre as variedades religiosas, concordamos com Berger (1985) quando ele diz que quando a Igreja — nesse caso a Icar — perde o monopólio religioso, vê-se obrigada a competir com outras visões religiosas do mundo. A partir desse momento, a religião não pode continuar a ser aplicada, tem de ser vendida. O pluralismo se torna, como uma prioridade, em uma situação de mercado: “[...] eu trazia saco assim de dinheiro, saco mesmo, saco assim ó, grande. Eu cobrava dois reais por batizado, dois mil-réis [...]”.

Dom Waldemir descreveu sua vivência como pároco e liderança na comunidade de Novo Planalto:

Continuei a minha vida né, continuei com a escola, ampliei mais o salão, fiz ele mais bonitinho, São Miguel já existia, eu fui lá atrás de um prefeito, e o prefeito me ajudou, o nome dele era Sebastião Freitas — depois dele teve o doutor Dorisvaldo — e aí eles arrumaram a escola, aumentaram mais o número de alunos, não tinha outros só eu, a escola grande já com muito alunos, veio carteiras, veio professores, para ajudar e eu como diretor. Comecei um trabalho bem feito com aqueles desfiles bonitos que eu fazia, vinha o prefeito de São Miguel para assistir aos desfiles que eu fazia, muito bonito, muito organizado. A cidade começou a se organizar, eu comecei a cuidar, como não tinha vereador, mas não tinha vice-prefeito essas coisas, então era eu quem cuidava da limpeza do distrito, ia pedir o pessoal para não jogar lixo, para colocar o lixo num local, pedia para que não queimassem o lixo de quintal para o lugar ficar limpinho, pois passava muita gente que ia para o Araguaia, turistas, mesmo com dificuldade às vezes eles vinham para o Araguaia.

Segundo a descrição, no curso da história da cidade foi emergindo progressivamente um domínio institucional específico, composto na estrutura social do cotidiano da povoação. Desde sua chegada, em 1966, o padre Waldemir arregimentou certo controle sobre as esferas da vida habitual, tanto no plano religioso como na atribuição (intervenção) dos serviços públicos: “[...] a escola grande já com muito alunos, veio carteiras, veio professores, para ajudar e eu como diretor”. Eram, pois, duas cristandades católicas competindo pela preferência das gentes de Novo Planalto, e o padre Waldemir levou vantagem nesse jogo entre os atores sociais pela demarcação dos domínios do sagrado e, ainda, do secular: “A cidade

começou a se organizar, eu comecei a cuidar, como não tinha vereador, mas não tinha vice-prefeito essas coisas, então era eu quem cuidava da limpeza do distrito [...]”.

Por meio da religião, o pároco definiu seu poder na vida social, política e moral, mas essa influência esbarrava na desaprovação de alguns moradores, como ele mesmo contou:

[...] Inclusive eu cheguei até no armazém do Wilson, que era da dona Abigail, eles eram uma coisa comigo, e depois não sei por que, estava até um rapaz varrendo, limpando, jogando cisco no meio, eu falei assim: “olha, quando você terminar aí de varrer você junta, pega e joga no quintal”, ele disse: “o que é que ele está falando aí?” O menino respondeu: “ele disse que é para mim pegar o lixo e jogar lá no...”, o Wilson respondeu: “manda ele voltar e pegar com a língua dele!” Desse jeitinho: “manda ele voltar e pegar o lixo com a língua dele”, disse o Wilson. Aí eu voltei e disse assim: “diz o que foi que você falou, o que foi que você falou, repete o que você falou um dia eu quero ver, aonde que você mandou pegar com a língua, um dia quero ver você cair morto em cima dele”. Desse jeitinho que eu tinha falado: “você vai achar alguém que vai fazer isso”. Moço, não demorou muito tempo, deram um tiro nele e ele caiu com a boca no lixo. Mataram ele. Não sei nem por que que foi. Rixa eu acho.

Observa-se um clima dominado por tensão, não sendo possível distinguir se o episódio mencionado teve como pano de fundo a disputa pelo controle dos serviços religiosos. Contudo, na prática, a religião era a principal instituição que legitimava a comunidade nessa época. Nesse contexto sociocultural, a dualidade na oferta do catolicismo ensejou incomum destaque nas dinâmicas de conflito religioso. Dom Waldemir detalhou episódios dessa disputa pelo comando religioso, revelando suas estratégias e seu protagonismo. Relatou acontecimentos de confronto com a “outra” Igreja Católica, tendo como rivais os frades franciscanos — fraternidade presente nas paróquias de Porangatu e São Miguel do Araguaia.

Eles vinham, falavam nas casas que não era para me receber, que eu não era padre, que eu estava enganando o povo. Eram os franciscanos, e eu ia atrás, eles chegavam numa casa e esses padres falando mal de mim, eu falava para eles: “O senhor vai sair daqui agora, agora! Pode sair daqui agora!”. Era assim, eu botava para correr tudo, inclusive freira, eu botava freira para correr: “E vão sair a pé, vocês vão a pé, vão sair daqui agora!” E os fiéis também não aceitavam não, e defendiam o meu trabalho: “Ele sempre está trabalhando, sempre está nos ajudando, ele está ensinando os nossos filhos”. E aí quando eu pensava que não, tornava a chegar outra caravana [da Igreja Romana]. Para você ver como é que era, eu não ficava quieto não. Ficavam sempre implicando. Estava uma vez eu lecionando, chegou um aluno e disse: “Padre, tem uma freira lá em cima nas casas falando mal de você”, eu falei: “aonde, menino?” Ele respondeu: “lá em cima, naquela rua tal”. E, assim, eu saía de batina [risos] e falava: “o que é que vocês estão fazendo aqui? O que que vocês estão fazendo aqui? Vocês vão sair daqui agora! Se não sair eu vou tirar esse véu da cabeça de vocês, vocês saiam daqui agora! Não entre na casa de seu ninguém!” Deixei a escola lá e sai correndo, as freiras saíram

doidas comigo e falei: “não pisa mais aqui!” E aí saiu uma freira com o seminarista, com tudo isso. Aí iam embora até que deixaram de implicar, acabou e tudo.

Infere-se que o processo de institucionalização da cristandade católica se produziu por meio de uma experiência subjetiva marcada pela demarcação de espaço e reconhecimento. Nesse embate, o padre usou inúmeros recursos na defesa e manutenção de seu domínio, valendo-se de sua autoridade pioneira — “Era assim, eu botava para correr tudo, inclusive freira, eu botava freira para correr: ‘E vão sair a pé, vocês vão a pé, vão sair daqui agora!’” — e da estima dos fiéis — “E os fiéis também não aceitavam não, e defendiam o meu trabalho: ‘Ele sempre está trabalhando, sempre está nos ajudando, ele está ensinando os nossos filhos’”. O uso costumeiro da batina também pode ser considerado como uma estratégia de legitimação da autoridade eclesiástica — “E, assim, eu saía de batina [risos] e falava: [...] “Vocês vão sair daqui agora! Se não sair eu vou tirar esse véu da cabeça de vocês, vocês saiam daqui agora! Não entre na casa de seu ninguém!”

Ainda nos idos da década de 1960, no distrito de Novo Planalto, o cenário apresentava dois extremos: de um lado, o padre anônimo de uma Igreja católica dissidente, animado com a jornada de evangelização dos indígenas na região, percebeu a escassez de sacerdotes católicos e fixou morada no lugar, demonstrando influente capacidade de intervenção do catolicismo na vida cotidiana das pessoas; de outro lado, a tradicional Igreja Católica Apostólica Romana, que eventualmente já atendia aquela população e sentia a ameaça e a quebra da exclusividade provocada pelo crescente domínio do catolicismo alternativo; e no meio desses dois polos estavam os moradores carentes de ajuda, de proteção espiritual, de símbolos e ritos católicos significativos e de vínculos de identidade.

O intenso processo de subjetivação da catolicidade dissidente na região teve como principal episódio a disputa pelo terreno central da cidade. O espaço se tornou objeto de discórdia entre as duas Igrejas.

Mas meu Deus do céu, aí começou outra furupa, pois eles queriam construir a igreja na praça também. Daí veio o juiz de São Miguel do Araguaia. Eu já era bispo, mas não sei o ano, aí vieram os padres, mandou o juiz, mandou os policiais dividir a praça para fazer uma cerca, metade para mim, metade para eles. Eles disseram: “você vai construir aqui, que você já começou e eles vão construir ali.” Vieram cedo com o pessoal de São Miguel, com arame farpado, e dividiram a praça, metade para mim, metade para eles, quando amanheceu o dia, a acerca terminou era de tarde. O juiz que mandou, nem sei que juiz era. Logo depois veio uma juíza, que era a doutora Eva. Quando foi no dia seguinte, assim amanheceu o dia, não tinha um pau na cerca e nem arame, o povo tinha derrubado tudo à noite, e carregaram tudo e não se sabe

onde colocaram, não aceitaram. E a praça tinha que ser a praça do Bom Jesus. Não aceitaram. E aí foram no juiz de São Miguel. Então, o juiz achou por bem deixar, falou com o Sebastião [Lambari], falou com um bocado de gente. Foi muita gente a São Miguel do Araguaia para interditar, para não deixar, para não dar conflito, mas o povo daqui era teimoso, ia ter morte, e o juiz não podia fazer nada, então ele achou por bem deixar. Com o tempo eu comprei um terreno lá em cima, onde hoje é a Igreja Romana. Aquele terreno era tudo meu. Pois eu tinha um ponto, me deram, ou ganhei sei lá, eu tirei para mim, e aí cerquei tudo lá, e falei assim: “vamos fazer o seguinte, eu vou dar isso aqui para eles, para ficarem quietos”. Foi daí que dei o terreno para a Igreja lá e fiquei quieto cá na minha praça. E aí eles acharam por bem, e construíram capela lá, me deixaram quieto. Eu falei: “só não quero que falem mal da Igreja aqui, só não quero que falem mal nem de mim, nem da Igreja; podem construir aí, mas não venha falar mal da Igreja, não”. Aí fizemos um acordo, assinamos um documento. O Paulo e a Francisca junto com a Zeneide acharam por bem fazer isso. Então foram com a Zeneide, fizemos o documento. A Zeneide já tinha passado para lá né, ela achou por bem, eu falei: “fica lá, Zeneide, com eles”. Foi então que assinamos o documento. Passei para eles o meu terreno, e fiquei quieto cá, com o terreno da Igreja. Nós construímos a igreja e, assim, terminou na paz, e eu estou aqui até hoje. Construímos a Matriz que aí está.

Foucault (2014) diz que não há poder que não seja exercido sem uma série de finalidades e objetivos e que sua racionalidade é a das táticas às quais se associam. Da mesma forma, o exercício do poder não se reduz aos momentos conflitivos, mas passa também pelo consenso e pela negociação. Nesse sentido, numa sucessão de práticas cotidianas, o bispo conseguiu o monopólio da escolarização, conquistou o apoio moral das gentes da comunidade graças às suas iniciativas benéficas e, sob a égide do pioneirismo, circunscreveu sua produção do espaço: a praça da cidade. Esse espaço público apropriado se tornou elemento-chave no movimento de enfrentamento entre as Igrejas. A ocupação do território — o que viria a ser a praça da cidade — conotou uma forma de controle da fé católica. A disputa por essa porção de espaço significou, sobretudo, um duelo cujo vencedor teria o protagonismo do papel religioso.

Relações pouco diplomáticas entre as duas catolicidades levaram à judicialização da polêmica sobre o espaço favorito da vila: “[...] aí começou outra furupa, pois eles queriam construir a igreja na praça também”. A essa competição se imbricaram estratégias direcionadas à configuração da paisagem devocional católica. Cada comunidade católica obteve sua porção do espaço reivindicado: “[...] aí vieram os padres, mandou o juiz, mandou os policiais dividir a praça para fazer uma cerca, metade para mim, metade para eles”.

No caso da praça de Novo Planalto, o litígio deve ser entendido como disputa pela afirmação de duas cristandades que concorriam pela hegemonia de uma posição central, de patrimônio material e cultural, uma vez que “a experiência vivida também sintetiza

linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, comportamentos e modos de usar os bens e os espaços físicos” (CANCLINI, 1994, p. 99).

Certeau (1994) acentua que a tática, ao possuir lugar próprio, ocupa o lugar do outro. Os fatos descritos mostram a relevância da praça para o projeto de catolicidade já desenhado pelo bispo e seus fiéis — “Quando foi no dia seguinte, assim amanheceu o dia, não tinha um pau na cerca e nem arame, o povo tinha derrubado tudo à noite, [...] não aceitaram. E a praça tinha que ser a praça do Bom Jesus”.

A praça, que abrigava um modesto barracão onde as pessoas do lugar se reuniam para confraternizações cívicas e religiosas, passou por um processo de reposicionamento. O espaço, antes cedido à Igreja Romana, foi depois considerado “vago” e ocupado por Dom Waldemir. Deslocando-se da prática católica, as interações conflituosas entre moradores beiraram o extremismo: “Foi muita gente a São Miguel do Araguaia para interditar, para não deixar, para não dar conflito, mas o povo daqui era teimoso, ia ter morte, e o juiz não podia fazer nada”.

Valendo-se do carisma e da popularidade conquistada, o pároco ocupou a área privilegiada da cidade depois de negociar a doação de um terreno de sua propriedade como troca — “Foi daí que dei o terreno para a Igreja lá e fiquei quieto cá na minha praça. E aí eles acharam por bem, e construíram capela lá, me deixaram quieto”. O conflito entre as duas Igrejas terminou com a fixação da Igreja dissidente na estrutura espacial e cultural da cidade, indicando novos usos da tradição católica. O espaço em litígio se transformou em lugar de significados e de exclusividade da Igreja Católica Brasileira que, graças à persistência do padre Waldemir, conseguiu cravar as estacas de sua capela no ponto central do distrito: “Foi então que assinamos o documento. Passei para eles o meu terreno, e fiquei quieto cá, com o terreno da Igreja. [...] e eu estou aqui até hoje. Construímos a Matriz que aí está”. De maneira ousada, o catolicismo dissidente desviou o catolicismo romano para uma região periférica da cidade.

Depois de concluir seu relato sobre o caso da praça, o padre falou sobre outro acontecimento importante em sua trajetória de vida missionária”

No dia 29 de julho de 77 foi a minha consagração de bispo, e aí mudei para Porangatu. Aqui é a diocese, a sede é lá [em Porangatu]. Botei lá como sede da diocese, ganhei o terreno que o pai de doutor Juarez, no leito de morte, deu para a Igreja. A Igreja Romana queria [o terreno] para ela, mas ele falou assim: “Não dou para vocês! Não dou para vocês, eu não gosto de vocês, eu vou doar para Igreja Católica Brasileira!” E, assim, deu um terreno grande, deu cinco lotes em Porangatu. Construí com dificuldade, fazendo campanhas, pedindo, não fiz uma festa, porque ainda não tinha ninguém em

Porangatu. Aí depois que eu comecei, mudei para lá. A dona Dorinha já morava em Porangatu, ela me ajudava muito na Igreja, na construção da igreja. E aí foi mudando gente, foi saindo gente da Igreja [Romana] e vendo meu jeito de tratar o povo.

A fala do bispo denota certa autonomia eclesial. Dessa forma, não parece força de expressão quando ele disse: “Botei lá como sede da diocese, ganhei o terreno [...]”. Não se percebe, portanto, observância a um corpo hierárquico doutrinário que determine a propagação do bispado ou templo cristão. Assim como em Novo Planalto, o bispo disputou o mercado católico com a Igreja Romana, contando com a simpatia e a aceitação de parte dos fiéis em Porangatu: “A Igreja Romana queria [o terreno] para ela, mas ele falou assim: ‘Não dou para vocês! Não dou para vocês, eu não gosto de vocês, eu vou doar para Igreja Católica Brasileira!’”

Empregando um “estilo de ação” (CERTEAU, 1994) personalista de preenchimento dos espaços vazios deixados pela tradição católica, o bispo se animou com as atividades missionárias na cidade vizinha: “E aí foi mudando gente, foi saindo gente da Igreja [Romana] e vendo meu jeito de tratar o povo”. Em sua narrativa, novamente os feitos e as conquistas de território:

Em Porangatu comecei a fazer uma festinha. [...] já estava entrando dinheiro. O pessoal que vinha, trazia [dinheiro], e aí eu comprei um carro, um opala e comecei a fazer campanha até Gurupi. Deixava os pedreiros trabalhando e vinha no sábado para pagar os pedreiros, comprar material, saía de novo fazendo campanha, todo sábado eu estava na cidade, eu e o outro padre o padre Franco, porque naquele tempo já tinha padre o Franco. Eu não sabia dirigir, era ele quem dirigia. Nós saíamos fazendo campanha, todo sábado a gente chegava, e com o dinheiro pagava os pedreiros. Até que levantei a Igreja, bem estruturada, com o alicerce bem feito construí a Igreja. Depois da construção da Igreja [em Porangatu], imediatamente construí minha casa – porque eu estava morando de aluguel — construí a igreja, construí minha casa, minha casa paroquial, casa episcopal. [...] quando eu estava construindo a Igreja, fiz uma procissão aqui, que era gente, era gente, era muita gente, e os padres [da Igreja Romana] tratavam muito mal as pessoas. Os padres, eram todos estrangeiros, tratavam mal o povo, e o povo... Você sabe como é que é né, brasileiro não entende a língua né, não celebrava missa com a língua da gente, não entende a missa.

Como os párocos franciscanos da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, em Porangatu, eram, na maioria, estrangeiros, o bispo da Igreja Brasileira podia tirar proveito de sua facilidade de comunicação com a comunidade. “É, a missa deles era em latim, a nossa em português, e aí o povo entende a minha missa, com eles não entendia”. Continuando seus relatos, ele deu destaque à atuação nas brechas deixadas pelo catolicismo romano:

E aí foi gente, gente e gente, eu fiz uma procissão em Porangatu, saíram de cada lado de perto da pecuária, passei em frente à Igreja Romana com mais ou menos umas 500 pessoas na procissão. Tinha um ex-seminarista da Igreja Romana, chamava Donizete, ele era seminarista da congregação Redentorista, então ele sabia como pregar. Tomei o carro, ele colocou um som em cima do meu carro — um opala novo que eu comprei — e ele mesmo saía na frente da procissão, ele falando e a procissão seguindo, e cantava e o pessoal também, tudo, motoqueiro — naquele tempo já tinha muita moto — e motos atrás da procissão, passei de frente à Igreja Romana, o padre metendo o pau, mesmo ele sendo de nacionalidade estrangeira, mas ele sabia mais ou menos o português, e aí o pessoal vendo aquilo dentro da Igreja, o padre xingando a procissão, o padre estava xingando a minha procissão, aí saía gente da Igreja Romana e entrava na minha procissão. E eu olhando, de olho, eu e o padre Franco. Meu seminarista Donizete, que ele já conhecia — o Donizete trabalhava na rádio. E a procissão muito bonita chegando na Igreja, barracas prontas para leilão, comidas, muita coisa, muita gente. Quando terminei a igreja, com dinheiro de festa, cobri tudo, até hoje eu nunca... nunca coloquei nem cerâmica, não sei por quê.

Como sujeito que tentou acomodar seu catolicismo dissidente, o bispo assumiu uma postura tática de caça aos espaços vagos por ele avistados. Com imagem romanizada, o pároco da Igreja Brasileira acentuava as rixas religiosas, incorporando o rebanho da Igreja rival: “[...] passei de frente à Igreja Romana, o padre metendo o pau [...], o padre estava xingando a minha procissão, aí saía gente da Igreja Romana e entrava na minha procissão”.

Em ocasiões como essa, características semelhantes entre as duas Igrejas (vestimentas, ritos, liturgias, cerimônias, celebrações, procissões) facilitaram uma apropriação religiosa por parte da Igreja Brasileira. Prosseguindo com seus relatos, Dom Waldemir falou sobre outras experiências interessantes:

Abri um orfanato com 40 crianças, para criar esses meninos, menino órfãos, sem pai e sem mãe. Uns tinha pai, mas não tinha mãe, outros tinha mãe, mas não tinha pai, e aí criei esses meninos com padre Franco, com a promessa também que ele fez a São Judas Tadeu, ele alcançou a graça, e ele abriu esse orfanato para cuidar durante 10 anos, com a graça que ele alcançou, e eu ajudei o padre, e todo mundo me ajudava com o orfanato. E, com isso, a Igreja foi crescendo cada vez mais, o orfanato, a maçonaria era quem mais nos ajudava. As esposas dos maçons que iam, me ajudavam muito, mandavam coisas, roupas, e camas, de tudo; eu perguntava quem havia mandado, elas falavam: “não, não precisa saber”, mas eu já sabia que era a maçonaria, eles não gostam que ficassem sabendo quem ajudava. Foi dessa maneira que a Igreja cresceu em Porangatu. E aí crescendo, crescendo, crescendo o padre Franco começou a dar umas bênçãos, bênção de cura e cada vez mais crescendo; gente vindo de fora, e vinha gente, gente, que já não aguentei mais aquilo de tanta gente. Amanhecia logo às cinco horas da manhã na porta da igreja estava lotada de gente para receber bênção. Bênção de cura que ele fazia. O padre Franco tinha aquele dom de Deus e do Espírito Santo que iluminava ele, e vinha gente e gente, eu falei assim: “vou-

me embora para Novo Planalto”, porque aqui em Novo Planalto eu estava vindo de mês em mês – e falei: “vou para Novo Planalto, você fica só, com os meninos, com tudo”. Deixei ele com tudo. Eu já estava com tanta coisa na minha cabeça, de começar do começo, até já estava doido, eu ia ficar doido, e aí ele lá ficou sozinho, ele continua o trabalho dele como padre, e dona Dorinha ajudava ele. Mas hoje não, ela saiu da Igreja né, mas não esqueci o que ela fez. Eu não posso esquecer. Então vim embora para Novo Planalto.

Bourdieu (1992) afirma que a religião não deve ser entendida como conjunto dado e estruturado de práticas e discursos referidos ao sobrenatural. Antes de um sistema cristalizado e completamente celebrado, a religião é um processo de produção social. Entende-se que o trabalho religioso requer experiência coletiva de uma personalidade carismática: pessoa ou grupo que, com seus discursos e práticas, oferece os elementos necessários para iniciar o processo social que sugere o trabalho de produção religiosa. Nesse sentido, com as obras sociais e uma relação íntima e direta com os fiéis da região onde atuou, o bispo produziu e reproduziu seu espaço próprio (religioso) e social.

Observador dos usos, costumes e carências da comunidade, Dom Waldemir ampliou seu espaço religioso em Novo Planalto com o atendimento a várias demandas:

Um Dia de Finados quando eu cheguei, não tinha cemitério aqui, o cemitério era do outro lado do córrego ali na chácara do nego, então era do outro lado de lá, e quando eu cheguei aqui pensei: “Meu Deus, aqui não tem um cemitério, vou fazer uma campanha para botar esse cemitério aqui”. Foi então que eu comecei a fazer uma campanha, de madeira, de arame e tirei aquele lá em cima, eu não sabia nem se pertence a Araguaçu.

A Igreja Católica dissidente não somente conquistou o espaço privilegiado (a praça) da cidade, como também deliberou sobre serviços públicos, como o cemitério. Essas ações de pioneirismo estabeleceram a ordem e o controle sobre o espaço por meio do discurso e das obras sociais. Retiraram, por consequência, o protagonismo regular da tradicional Igreja Católica Apostólica Romana.

Então, eu trouxe para ali com arame farpado, aí eu pessoal começaram a enterrar os seus mortos no cemitério que eu tirei de lá. E quando ia enterrar uma pessoa em tempo de enchente, de chuva, tinha que ficar esperando a enchente baixar para poder passar para enterrar os seus mortos. No dia 2 de novembro ninguém passava para lá, ninguém ia assistir porque chovia muito, o córrego era lotado, cheio de água mesmo. Foi então que eu passei o cemitério para cá.

Dom Waldemir falou de sua associação com o poder político (ver figura 16) como determinante para a expansão e influência na cidade.

Mas a Igreja Romana sempre ia celebrar, mas o cemitério como fui eu quem trouxe para cá, eu ia celebrar com numa parte lá na ponta e eles em outra ponta. Só depois de muito tempo, depois que o primeiro prefeito foi eleito, o prefeito que eu ajudei, ele se chamava Clóvis, de São Miguel, era marido da Dona Yolanda, que era dona do Cartório de Registro Civil de São Miguel de Araguaia, e o marido dela era o prefeito, e é muito meu amigo, sempre vem aqui me visitar, ligava lá em casa, disse: “Padre, se me ajudar e se eu ganhar, eu vou fazer o cemitério para você”. Eu disse: “para mim não, para mim não” [risos]. E aí ele ganhou para prefeito, e um ano depois ele disse: “vim pagar a promessa”. Não sei que ano foi isso. Ele fez o cemitério e eu coloquei o nome do cemitério de Bom Jesus, Cemitério Municipal Bom Jesus. E aí quando morria alguém, as pessoas vinham me procurar: “Dom, morreu uma pessoa lá, precisamos enterrar, como faz pra enterrar?” Eu dizia: “eu vou lá para marcar”, para não ser em qualquer lugar, para começar direitinho, com ordem, para colocar nome em rua, quadra, pois depois eu fiz isso e fiz as avenidas direitinho, quadra 1, quadra 2 e quadra 3. Isso eu olhava de ano em ano, agora nem olho mais isso. Aí comecei a organizar direitinho, todo ano celebrava missa lá.

Figura 16 – Dom Waldemir com lideranças políticas em frente à Icab de Novo Planalto (Década 1960)



Fonte: Arquivo de Dom Waldemir de Araújo Ribeiro

Questionado sobre polêmicas entre as duas fés católicas no uso do cemitério em períodos religiosos como o Dia de Finados, ele respondeu de forma vaga, diferentemente dos depoimentos de alguns moradores da cidade:

O padre aqui [da Igreja Romana] não celebra, depois que descobriu que o cemitério aqui é da Igreja [Brasileira], não celebra mais não, ele nunca celebrou missa lá porque ele diz que o cemitério é da Igreja [Brasileira]. Por ignorância, eu acho que é ignorância, porque o cemitério não é meu, está em nome da Paróquia [da Icab], eu que trouxe.

De fato, em Novo Planalto não havia uma cristandade católica única e dominante. Posicionando-se como figura central na trama de poder e na busca pelo espaço católico, o bispo Dom Waldemir, com suas ações, provocou polarização entre as Igrejas católicas. Os testemunhos que serão apresentados no próximo capítulo oferecem outros ângulos dos desentendimentos entre as duas catolicidades. Porém, questionado sobre as rixas que haviam em épocas de procissões, Dom Waldemir mais uma vez foi ponderado em rememorar as desavenças ocorridas durante esses eventos: “Sobre as procissões [figura 17], sempre se respeitaram. Sempre foram duas, mas nunca houve briga, porque às vezes vinha a deles, e aí eu mandava todo mundo parar enquanto passava a outra procissão, e aí eles passavam, e eu continuava a nossa”.

Figura 17 – Procissão da Icab em Novo Planalto (Década 1970)



Fonte: Arquivo de Dom Waldemir Araújo Ribeiro

Os relatos acerca das procissões foram talvez os momentos de maior contradição. A maioria absoluta dos moradores entrevistados narrou episódios de mal-estar e tensão nas

procissões — ocasiões em que pôde ser percebido um potencial conflitivo entre as duas instituições por compartilharem o mesmo espaço religioso. Já o bispo divagou sobre o assunto, adotando um ponto de vista discreto.

A trajetória de vida narrada pelo bispo Dom Waldemir forneceu elementos para entendermos sua autossatisfação com a consolidação de sua vocação religiosa, associada ao poder religioso que conquistou e ao exercício de um sacerdócio legitimado pelas comunidades por ele atendidas.

Dom Waldemir, no âmbito das disputas com representantes e seguidores da Igreja Romana — ele fez questão de externar sua disposição para o enfrentamento, às vezes violento —, valeu-se de relações/negociações com políticos locais para alcançar seus objetivos, empregou táticas e aproveitou possibilidades à sua disposição, como a informalidade e independência permitidas por sua Igreja, e preencheu brechas deixadas pelo catolicismo romano nessa espacialidade. De forma ousada e resistindo à pressão da tradicional força do catolicismo romano, empreendeu seu projeto particular de recolocação católica, criando novas perspectivas de prática religiosa.

É possível perceber que, quanto mais tende a se expandir a construção de seu catolicismo no espaço social e geográfico, mais se acentua o campo de forças que se constituem a partir dessa demanda que opera como elemento fundamental para a compreensão da dinâmica de coexistência de dois catolicismos. Tal binômio católico será comentado também pelos moradores que vivenciaram esse enredo, com novos detalhes sobre o conjunto das subjetividades religiosas em Novo Planalto.

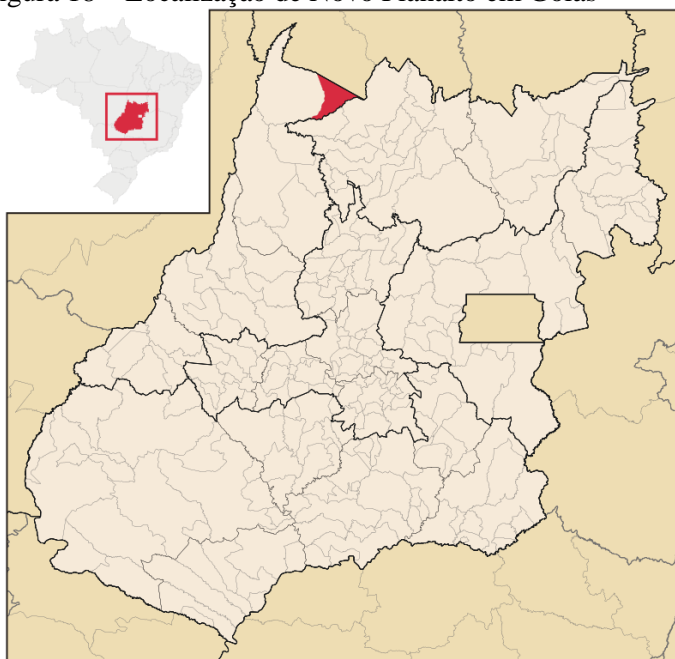
CAPÍTULO III: OS CATOLICISMOS DE NOVO PLANALTO: TRAMAS E TENSÕES

3.1 O cenário

A cidade de Novo Planalto se localiza no extremo norte de Goiás (figura 18), fazendo divisa com Tocantins. Sua emancipação política se deu em 1989, mas o antigo povoado começou a aglutinar os primeiros moradores em meados da década de 1950. Ela está situada num lugar estratégico, devido à mudança da capital do país para o Planalto Central, fato que impulsionou o povoamento e a procura de terras pelo interior do estado. “Foi em meados dos anos 50 que se deu a rápida valorização dessas terras, devido à construção da rodovia Belém-Brasília e da nova capital federal. Essa região tornou-se atrativa economicamente e a frente pioneira não tardou em se dirigir para lá” (SAMPAIO, 2003, p. 22).

A região, que era conhecida por “entroncamento”, recebeu essa alcunha pelo fato de estar situada entre as cidades de Porangatu, São Miguel do Araguaia e Araguaçu (mais ao norte do estado e hoje pertencente a Tocantins). O vilarejo, que até sua emancipação foi distrito de São Miguel do Araguaia, era passagem para o estado de Mato Grosso. O então povoado teve seu início com uma pensão.

Figura 18 – Localização de Novo Planalto em Goiás



Fonte: Wikipédia (2018)

A constituição do município de Novo Planalto, antes da atual área urbana, deu-se primeiramente às margens da rodovia GO-448, que liga a BR-153 (entroncamento de São Miguel do Araguaia) a 3,4 km do atual perímetro urbano. Precisamente por causa da abertura da estrada e da disponibilidade de terras, no começo da década de 1950, os primeiros moradores se instalaram na fazenda de propriedade do senhor Zé Pereira. Dona Virgínia Populin Elizeu e senhor Osvaldo Ferreira Sena são considerados pioneiros de Novo Planalto, por ser a pensão de dona Virgínia a primeira construção no centro da cidade. Dona Rita Pereira da Costa, uma das pioneiras, fala sobre o itinerário do casal e o começo do povoamento anterior:

Aqui nem vila era. Tudo era cerrado, aqui era criatório de gado do meu pai. Eu morava nos poções e me lembro da chegada do seu Osvaldo. Primeiro eles [Osvaldo e Virgínia] moraram no Apuri, perto da fazenda do meu pai, moraram no Lajeado, depois que saíram do Lajeado, a comadre Virgínia morou ali onde é o Zé Pereira, que era do Roxim, meu irmão, que fez uma roça, uma pensão e Virgínia tocou muito tempo essa pensão lá no Roxim. Depois disso, a primeira pessoa a construir aqui onde é a cidade foi ela, a dona Virgínia e o seu Osvaldo. Antes, lá nos poções, o Roxim tocava o comércio, tocava loja, vendia panos, e a fazenda era dele, só depois que se abriu a estrada, a estrada não era essa, era outra estrada que passava na porta do Roxim, meu irmão.

Dona Maria Barros traz outros detalhes sobre o desbravamento da estrada que resultou no povoamento da região:

A estrada que vinha do entroncamento para Novo Planalto foi aberta em 1954. Foi mais ou menos em 53 ou 54. Nesse tempo aí foi que o velho Alexandrino abriu essa estrada. Ele era o pai do Expedito, do Zé Cândido, desse povo antigo. Quem abriu essa estrada foi o velho Alexandrino, no braço. Ele, com uma turma de homens, abriu essa estrada, daqui até à Água Bonita. Ele veio de Porangatu e abriu. Toda a vida a estrada até para Porangatu era de cavalo, só o trieiro mesmo.

O senhor João Gonçalves dos Reis, ex-prefeito de Porangatu, em seu livro memorialista “Descoberto da Piedade” (2017), no qual narra histórias dessa cidade, fala sobre dona Virgínia, em sua mocidade, como vendedora numa mercearia, na cidade vizinha, antes de ela estabelecer-se em Novo Planalto, e apresenta alguns costumes do consumo da época:

Virgínia Pereira morava na esquina da Praça da Matriz, com a Rua de Baixo, atual Dr. Pedro Ludovico, nos anos 1940. Era proprietária de uma venda. Ali, pelas mercadorias vendidas, ela recebia uma comissão. O sistema de vendas era variado: em peças, vendia bolo, pé-de-moleque, rapadura; no peso, toucinho, carne-seca, linguiça, açúcar de forma (mascavo); em dúzias, banana, laranja, lima; no prato, uma medida quadrada de madeira,

correspondente a dois litros, farinha, polvilho, milho de bulhão, arroz limpo no pilão, feijão, etc. (REIS, 2017, p. 115).

Registro interessante dessa época e que mostra parte da construção que abrigava a pensão de dona Virgínia é uma fotografia (figura 19) guardada por um dos moradores de Novo Planalto, o senhor Manoel Messias Lopes.

Figura 19 – Caminhão carregado com sacas de arroz em frente à pensão de dona Virgínia (Década 1960)



Fonte: Arquivo de Manoel Messias Lopes

O senhor Sebastião José de Carvalho, considerado o primeiro morador a habitar as imediações onde se situa a cidade, aborda o pioneirismo e a escolha do nome do município:

A primeira pessoa que morou aqui foi dona Virgínia. Ela foi a pioneira em Novo Planalto. Depois dela, veio o velho João Guariroba. A dona Virgínia, como a primeira moradora de Novo Planalto, foi progredindo. Antigamente o nome era Entroncamento, depois passou a se chamar Novo Planalto. Este nome foi botado pelo Geraldo Japonês. Ele foi a primeira pessoa que desceu aqui trabalhando com caminhão. Ele passava para ir para o São Miguel, porque ele tinha um armazém em São Miguel; passava aqui, comprava arroz. Ele era um comprador de arroz. O Geraldo Japonês colocou o nome de Novo Planalto por causa de Planaltina, em Brasília. Então, por causa de Planaltina, ele foi quem botou o nome aqui, Novo Planalto. Antes disso, aqui o nome era Entroncamento da Virgínia.

Pouco tempo depois, o povoado foi ganhando ares de cidade, por causa do fluxo contínuo de veículos e por ser região propensa à atividade agropecuária. De fato, as políticas desenvolvimentistas de abertura da BR-153 — antiga Belém-Brasília — resultaram em oportunidade para muitos camponeses de possuir um pedaço de terra. A ocupação do território onde é a cidade de Novo Planalto ocorreu de forma lenta, pois as condições de vida eram limitadas por ainda ser território de planícies não cultivadas.

Antes da implantação da Rodovia Belém-Brasília, as terras de mata da região norte estavam praticamente vazias e tinham pouco valor comercial. Apenas algumas famílias de posseiros, provenientes, sobretudo, do norte do país, exploravam áreas de terras devolutas, dedicando-se às lavouras de quase subsistência como atividade básica (BORGES, 2000, p. 87).

Por meio de outorgas de terras devolutas, o governo goiano da época homologou terras aos pequenos agricultores como política de povoamento da região. Senhor Sebastião, um dos beneficiários, explica:

Pioneiro mesmo aqui fui eu, pois fui o primeiro a comprar terra, isso aqui tudo. No tempo do Mauro Borges, eu comprei esse direito aqui de um homem, um tal de Cazuzá. Aí eu fui em Goiânia, naquela era a pior dificuldade. O Iris Rezende naquele tempo era prefeito em Goiânia e o Mauro Borges era o governador. Aí nós fomos indicados aqui, um rapaz conhecia a dona Gercina, mãe do Mauro Borges para levar nós lá no Mauro Borges para conversar. Aí fomos e eu requeri 105 alqueires de chão. Manoel Pimentel requereu 105. Mas minha terra pegava toda a extensão da cidade hoje, das casas populares até ao cemitério, que ficava na divisa. Tudo era meu direito. Mas o Pedro Teixeira era o prefeito de Porangatu e o Zeca Mendonça era o prefeito de São Miguel do Araguaia. Pedro Teixeira fez o colégio onde é a prefeitura hoje. Aí, o Zeca Mendonça, depois que aqui passou a ser município de São Miguel, doou 50 alqueires de chão aqui [onde é hoje o município de Novo Planalto] dentro do meu requerimento para fazer o patrimônio [a extensão urbana do município de Novo Planalto].

Nas décadas de 1950 e 1960, a região era composta por um reduzido número de fazendeiros dedicados à produção agropecuária e alguns lavradores que chegaram em busca de glebas, praticando uma atividade extrativista ou de subsistência. O território apresentava um grande vazio demográfico, acesso e condições minguadas de comunicação, como descreve senhor Sebastião:

Naquele tempo aqui era um geralzão de nada e todo mundo andava armado, com um trinta e oitão na cintura, com bala, tudo campeando por aí. Quando eu vim para Novo Planalto, aqui não tinha nada. Fui muitas vezes a pé daqui para Porangatu, para comprar remédio. Fui muitas vezes, nem estrada tinha. Quando eu mudei para cá, eu passei um mês todo com dez animais, mudando; carregando milho, arroz, feijão... nessa época, aqui não tinha nada.

Antes eu morava em Porangatu. Me casei lá em Porangatu. Só depois que o Machadinho abriu uma estrada aí. Quando nós mudamos para cá, não se achava nada, nada para comprar. Tinha que comprar tudo em Porangatu. Aqui não tinha açougue, nada, nada, e o povo era muito pouco. Algumas pessoas sabem que eu fui o primeiro morador de Novo Planalto. Aqui neste ponto [na cidade de Novo Planalto] fui eu, o primeiro morador. Este terreno que eu requeri na época se chamava Capim Puba. Então, aqui [em Novo Planalto], o primeiro morador, de tudo, fui eu. Os outros não moravam aqui, moravam mais afastado. Quando começou Novo Planalto, o velho João Guariroba pôs um açougue aqui. Isso foi de 62 para 63.

Nessa época, a pouca gente que fez morada no lugar tinha uma característica de população rural. A pouca infraestrutura coexistia com a tradicional atividade agrícola. O processo de povoamento da região foi de lentidão e de adversidades no trajeto para se chegar às novas terras. Nessa região, “havia muitas terras devolutas. Era só chegar, cercar e começar a trabalhar” (SAMPAIO, 2003, p. 46).

O casal Erasmo e Maria Dulce Rodrigues Pereira (conhecida como Mariquinha) aciona a memória e desenha a paisagem que viu quando chegou à localidade. Diz o senhor Erasmo sobre o cenário bucólico que encontrou ao chegar nesses ermos:

Nós viemos de Anicuns para cá, eu devia ter uns seis anos de idade. Mas desde quando eu vim para cá em 1955, eu tenho uma lembrança de tudo daquela época, uma memória boa, me lembro como se fosse agora, no lugar que foi descida a nossa mudança em burro de carga, no meio do mato, numa restinga, entrando para o córrego da Caninana, esse era o nome do córrego, já entrando a mata dele no cerrado; eu me lembro como se fosse hoje, tinha dois pés, um pé-de-murici, outro pé-de-puçá, nossa mudança, então, foi descida entre esses dois paus; não tinha nem um barraco por aqui. Me lembro de tudo. Nós chegamos era umas cinco horas da tarde e dormimos foi no sereno mesmo. A nossa mudança era 13 burros de carga com as mudanças da minha família toda, meus pais e meus tios. As mudanças daquele tempo não tinham guarda-roupa, não tinha fogão a gás, não tinha móveis e essas coisas. Só no outro dia que foi providenciado uma barraquinha de palha para nós começarmos; foi aí que derrubamos a mata, queimou e fez roça e os barracos dentro da roça. Isso eu me lembro como se fosse hoje. Em 1955 não existia rota que passava por Novo Planalto, nós chegamos por outra estrada, numa fazenda para o lado de São Miguel. Não tinha nada aqui. Havia a pensão do Osvaldo na fazenda do Roxim, onde é hoje do Zé Pereira. Só depois a Virgínia veio e fez a pensão aqui em Novo Planalto. A dona Virgínia fez a pensão aqui porque em 1960 saiu a rodovia do entroncamento a São Miguel do Araguaia. Os primeiros comerciantes de Novo Planalto foi o senhor Osvaldo e dona Virgínia com a pensão e, logo, o Dalton com um armazém. O Dalton foi o primeiro comerciante de Novo Planalto. Eu comprei muito do Dalton. Só depois veio o Wilson, marido da dona Abigail, que foi o primeiro maior mercado que teve aqui na época. E depois vieram os outros como o senhor Joaquim Quixabeira.

O senhor Manoel Messias Lopes também relata o dia-a-dia do lugar. Com poucos recursos e dinâmicas particulares, a vida na pequena vila era de contratempos, especialmente nos períodos chuvosos:

Eu vim para Novo Planalto em dezembro de 1964. Eu tinha um caminhão Chevrolet que trabalhava dia e noite buscando palha de coco, buscando madeira, nós todos. Era rezando para não chover aqui nessa rua: “Vai chover que dia, que dia vai chover?” Era uma dificuldade danada. Era! Aqui não tinha nada, algumas casas, alguns ranchinhos, uma máquina de arroz, bem simplesinha.

Em continuidade aos fragmentos de relatos sobre as circunstâncias em que se deu o início do povoamento, dona Naíde Putêncio de Oliveira chama atenção para o pioneirismo de dona Virgínia. Ela dá informações que não estão em outros tipos de fontes historiográficas. Sua fala materializa sua relação com o meio e com sua realidade:

Eu sou de 1950. Quando nós chegamos para cá, para essa região, eu estava com três anos de idade, quer dizer que eu cheguei nessa região de Novo Planalto em 1952. Quando nós chegamos de Serra de Campos, fomos morar no Morro do Estrondo. Logo depois, passamos a morar pertinho aqui, na beira do [Rio] Lajeado, bem pertinho daqui, há uns seis quilômetros. Então eu acabei de me criar aqui. Morei aqui toda vida. Porque quando começou o Novo Planalto, foi em 60, eu me lembro muito bem, porque eu estava com dez anos de idade. Eu me lembro que foi a finada dona Virgínia que fez a pensão, ela foi a primeira moradora, ela foi a fundadora de Novo Planalto. Aí depois dela veio o Sebastião Lambari, que mudou aqui para dentro do povoado; depois veio o velho Otaciano, o pastor Moisés Martins. O Otaciano tocava um botequim vendendo café, bolo, essas coisas assim para os caminhoneiros quando paravam aqui e tomavam aquele café e a mulher dele, a finada Rita, era lavadeira de roupa da velha Virgínia, que era da pensão.

Ao dar forma às relações multifacetadas como maneira subjetiva de reviver o passado, a partir de exercícios de rememoração, dona Odezira da Silva Soares, que é chamada carinhosamente de “mãezinha” por familiares e amigos, apresenta uma versão própria sobre a escolha do nome da cidade. Como religiosa evangélica, ela coloca, no centro dos eventos, protagonistas protestantes.

Nós mudamos para cá, para essa região, em 1961. Nós viemos de Morro Agudo, Goiás. Nós sofremos muito na viagem para cá, não havia estrada. O pessoal que morava perto da gente na fazenda, eles iam para Porangatu na corcunda dos jegues e dos burros para comprar coisas em Porangatu. Onde nós morávamos antes era mais desenvolvido, tinha cidades perto como Rubiataba, a vinda para cá foi muito sofrida por causa das condições. Depois que meu sogro comprou as terras nessa região viemos toda a família, eu achei muito difícil. Quando viemos, ainda não tinha essa estrada que passa dentro da cidade de Novo Planalto, era outra estrada, e só picada. Ainda

tivemos que dar uma volta maior, pois não podíamos passar pela estrada que dava para a região; no tempo que nós viemos tinha uma trincheira no rio Margoso, tinha uma árvore furada de bala. Matavam-se muita gente naquele lugar, tinha muita mulher viúva. Nem sei quem eram esse pessoal que matavam pessoas, eles achavam que estavam grilando terras por aqui. Quando nós chegamos em Porangatu, lá se chamava Descoberto, mas nós ficamos com medo e demos uma volta, passamos por outra estrada. Quando mudamos para cá, não tinha estrada. A dona Virgínia tinha uma pensãozinha que era tampada por folhas, só um pedacinho era coberto por aquelas telhas bem comuns e tinha uma cozinha grande onde o povo parava para aí porque não tinha jeito de ir, porque os caminhões sempre atolavam por aí e ficavam atolados. Qualquer chuvinha que dava os caminhões ficava dias aí atolados, pois não tinha estrada, eram só piquetes. Mas tinha essa pensão que ajudava. Ela fazia muita comida com panelas grandes de ferro. Ela tinha dois fogões com duas bocas cada um. O Osvaldo veio depois da dona Virgínia, ela veio primeiro que ele. Acho que o tempo que abriram a estrada [ver figura 20] foi em 1959, este foi o tempo que dona Virgínia abriu a pensão aqui. Lá na pensão era ponto de ônibus. A pensão era um ponto, todo mundo que passava por aqui parava na pensão da dona Virgínia. Quem deu o nome de Novo Planalto foi o pastor Moisés e meu esposo, o pastor Zé Caetano. Eles dois tiveram a ideia: “vamos botar o nome aqui de Novo Planalto”. Então, puseram o nome e ficou este nome. Só sei que eles dois conversaram e ficou este nome mesmo.

Figura 20 – Abertura de estrada com acesso a Novo Planalto (Década 1960)



Fonte: Arquivo de Célia Amélia Ferreira

“Mãezinha” narra as dificuldades de acesso e a violência decorrente dos conflitos pela posse da terra — hostilidades também lembradas por dona Rosa Amélia Salão, esposa do senhor Dalton (já falecido), pioneiros em Novo Planalto:

É, Dalton foi o primeiro delegado. Aqui era muito bravo Novo Planalto, morreu tanta gente! Morreu gente matada aqui umas duas ou três vezes. O povo só andava armado; de primeiro esses fazendeiros chegavam com a arma na cintura, outros dava tiro, era aquela briga, só você vendo mesmo; então, aqui já foi muito bravo. O povo bebia pinga demais, era aquele trem desenfreado, era assim.

Dona Odezira descreve uma realidade comum no norte de Goiás nessa época, que era a prática ilícita de escritura de terras, a chamada grilagem:

Aqui não tinha um fio de arame. Cada um chegava e pegava seu pedacinho, aí os grileiros entraram e tomaram terra do povo aqui. Foi um barulho feio, viu. Os grileiros chegavam e tomavam de conta. Nós perdemos nossa terra, né. Tivemos que sair, porque nós não tínhamos documento. Não tinha escritura. Não era fácil não, meu filho.

Destarte, a ocupação de terras no norte de Goiás, estimulada pela implantação da BR-153, “deu-se de forma anárquica, obedecendo a ‘lei do mais forte’” (BORGES, 1998, p. 167). De fato, ao menos em seu início, em Novo Planalto ainda não havia grandes proprietários de terras. A economia da região era baseada, na maior parte, na agricultura de subsistência, na produção de alguns poucos médios pecuaristas e na lavoura de arroz, segundo o senhor José Maria da Silva (Zé Maria), que aponta aspectos da exploração do trabalho dos camponeses agregados:

Eu antes achava aqui ruim demais, porque aqui era fraco demais. Era um lugar triste. A dificuldade aqui era demais, porque não tinha nada, aqui não tinha nada, nada, nada. Aqui era só mesmo aqueles que tinha sua terra e o seu gadinho. O recurso daqui era o bezerro e o arroz. Outra coisa não tinha. Aquele que tinha o gadinho, a fazenda, tava bão. Aqui ele vivia bem. Mas para gente que precisava trabalhar para se manter, era difícil demais. Aquele que não tinha isso não valia de nada. Cansei de trabalhar aqui, nas terras, rastava enxada o dia inteiro para comprar um litro de manteiga. Não tinha dinheiro aqui na região, não. O dinheiro era naquela fase: do bezerro e gado. O fazendeiro vendia e aí recursava ele, né. Ele tinha o recurso, mas pro assalariado, Deus me livre! Era ruim demais. No começo foi difícil, mas depois eu casei e hoje meu lugar é aqui.

Roberto Rodrigues dos Santos (Robertão), primeiro prefeito de Novo Planalto, explica o processo que levou Novo Planalto à categoria de distrito e, posteriormente, de cidade. Como homem público, suas lembranças se enviesam para os acontecimentos institucionais tidos, em sua visão, como oficiais.

Novo Planalto foi elevado a distrito em 1968. Quando foi criado o distrito, o governador era o Otávio Lage. Até 1966 era pertencente a Porangatu. Em 1966 Porangatu perde Novo Planalto para o município de São Miguel do Araguaia. Até 1966 Novo Planalto ainda não era considerado distrito. Quando começou a ventilar que poderia vir uma redivisão de município e ia perder, o pessoal de Porangatu correram e fizeram uma obra ali, que seria a escola, isso no ano de 1965, eu já estava aqui. Mas, não teve como, veio a redivisão e foi para São Miguel mesmo, não teve chororô. Essa obra é onde é hoje o prédio da prefeitura. Onde o Dom fez a escola no decorrer do tempo, houve melhoramento.

Robertão também lembra alguns costumes e situações que permaneceram em sua memória. É o caso dos partos feitos por sua mãe, que em Novo Planalto era conhecida por todas como dona Preta.

Minha mãe era parteira, ela fez cerca de 1.200 partos. Ela tinha um caderno com tudo anotado, todos os partos. Ela tinha informações neste caderno com o dia, a hora, o nome dos pais e o nome da criança. Dona Hernani Figueiredo Pinto. Teve seguimento de famílias que ela fez parto de três gerações. Sem cobrar nada. Alguns vinham da fazenda, traziam sacos de arroz, frango, então era a maneira de retribuição pelo parto, de agradarem a ela. Afilhado, afirmo que ela tinha mais de 300. Pois tinha casa que ela tinha dois ou três afilhados.

Dessa recomposição de fragmentos narrativos que alguns antigos moradores fazem da comunidade no começo do povoamento é possível inferir que se trata de reminiscências, na medida em que cumpre a função de descrever como era a vida naquela localidade no final dos anos de 1950 e começo da década de 1960. De fato, esses habitantes delineiam uma população rústica, de hábitos e culturas rurais, de pessoas simples, de indivíduos que vivem tranquilamente, indiferentes às exigências do progresso e que aos poucos vão superando as barreiras, como a insuficiência de meios de transporte e comunicação com os centros urbanos.

Ao fim dos anos de 1960, Novo Planalto era uma comunidade familiar e simples com relação aos costumes. Dona Catarina Amélia Ferreira de Oliveira (chamada de Catinha), faz um retrato mental de sua infância e fala sobre o modo tradicional como os moradores realizavam os cortejos fúnebres — episódios que ficaram marcados em sua memória:

Antigamente tinha todo um respeito pela morte. E hoje isso ficou banal. É porque quando morria alguém, principalmente criança, aí falava anjinho. Então, era obrigado as professoras soltarem os alunos e enterrar esse anjinho e leva no cemitério, cada um pegava numa alça do caixão. E eu morria de medo. Eu tinha medo demais da conta! E uma vez morreu um menino, e a gente foi, e daqui pro cemitério, tinha muita grotta, do lado de cá e do lado de lá, e ali, mais ou menos de frente à casa do Loló — os meninos carregando o caixão —, o menininho caiu e saiu rolando no meio da grotta. Eu nunca

esqueci disso [risos]. O menininho morto saiu rolando. E eu ainda procuro alguém da minha idade, sabe, mas quase ninguém lembra disso, mas muita gente lembra. Então, sabe, isso me marcou tanto! Tanto que eu nunca me esqueço. Eu quase morro assombrada. Então, quando morria uma criança, meu Deus do céu! Era aquele pavor pra mim, mas era obrigado. Soltava todo mundo, sabe. E aí nós íamos acompanhando. Era qualquer pessoa que, quando morria, a família ia lá, falava na escola, a diretora soltava os alunos, e mandava nós para ir carregando o caixão. E aí os mais fortinhos ou os maiores carregavam o caixão do anjinho. Gente, eu não me esqueço disso nunca! Era um respeito tão grande por quem morria. Era aquela consideração! Aquela coisa, chegava lá, rezava, né. Todo mundo tinha que rezar. Era bonito! Fazia medo na gente, mas era bonito.

As lembranças sobre a vida e a morte, as práticas cotidianas, a violência, a familiaridade e as dificuldades da chegada são como fotogramas que, reunidos, articulam-se em testemunhos e retratam o espaço vivido. Reconhece-se, neles, configurações emotivas, vínculos, experiências e valores pessoais. A essas lembranças apresentadas sobre a cidade está conectado um episódio inalterado: o pioneirismo de dona Virgínia.

Dona Benedita Ferreira da Paixão Santos (Ditinha) relembra o protagonismo da pioneira: “Há muitos anos atrás me lembro que meu irmão falava num discurso sobre a dona Virgínia: ‘Jamais poderei esquecer da Dona Virgínia, a pioneira que plantou a árvore, e da árvore nasceu o fruto, e esse fruto é Novo Planalto’. Aí o povo tudo batia palmas”.

3.2 A disputa pelo espaço

A maioria das cidades brasileiras tem uma praça central e, normalmente, no centro da praça é comum avistar, imponente, uma igreja. Quase sempre o templo cristão é da Igreja Católica Apostólica Romana. Quase sempre, pois, em Novo Planalto, esse ponto se diferencia de outras cidades, já que o edifício religioso erguido na praça central pertence à Igreja Católica Apostólica Brasileira. O domínio desse espaço era condição essencial para o controle do catolicismo.

(Afinal, quantas foram as cidades brasileiras que não se formaram no entorno de uma igreja?) O toque do sino parece, portanto, trazer a lembrança dessa identidade entre as pessoas que fazem parte de uma comunidade, parece reforçar o sentimento de pertença a um dado espaço — mais que físico, espaço humano (DIAS, 2006, p. 68).

Conflitantes eventos se sucederam até que Igreja Católica Brasileira ocupasse o espaço central da cidade (a praça). A figura 21 mostra uma imagem recente da sede da Icab e sua localização privilegiada no núcleo urbano de Novo Planalto.

Figura 21 – Vista aérea de Novo Planalto com a sede da Igreja Brasileira na praça (2001)



Fonte: Arquivo de Dom Waldemir Araújo Ribeiro

Para compreender essa trama, parte da história já foi contada por Dom Waldemir, no trecho do relato em que ele narra a sua chegada, a estadia e a apropriação do espaço que por muito tempo foi objeto de disputa entre as duas cristandades católicas. Agora iremos materializar a fala e transcrever as versões dos moradores sobre os eventos que marcaram as tensões desta dupla catolicidade em Novo Planalto.

O modesto barracão se tornou objeto de disputa entre as duas Igrejas. Seu uso dependia da aprovação dos construtores do galpão. Pelo que se percebe, suas condições arquitetônicas não constituíam o ponto central da discórdia pela sua posse, mas, sim, sua localização espacial. Outras visões particulares dão sentidos plurais aos eventos que envolveram esse conflito de interesses. Interpretações divergentes marcam a trajetória da disputa pelo espaço, como nos diálogos entre dona Isaltina Ferreira Silva e seu esposo, senhor José Francisco da Silva, conhecido por todos como Zé Lambari:

— Isaltina: Quando chegamos, o Dom Waldemir ainda não estava aqui, ele chegou depois de nós.

— Zé Lambari: O Dom Waldemir chegou aqui foi em 1967. Eu cheguei aqui em Novo Planalto em 1963, no dia 4 de setembro, 4 horas da tarde, eu desocupeí do carro.

— Isaltina: Quando eu mudei para cá, tinha o Osvaldo e dona Virgínia de um lado, e do outro lado a casa do velho Guariroba. Aqui tinha só duas casas.

— Zé Lambari: Antes do Dom, os padres franciscanos vinham aqui dirigir missa numa barraquinha que tinha aqui, bem ali onde era o pé de gameleira, uma barraquinha de palha. Então, eles vinham, dirigiam a missa e iam embora.

— Isaltina: Não! Não eram os padres franciscanos, não. Era ele.

— Zé Lambari: Era, sim, os padres franciscanos! Não era o padre Waldemir, não!

— Isaltina: Era o padre Waldemir, que tinha uma barraquinha bem naquele lugar. O Dom Waldemir foi o que celebrou missa aqui primeiro.

— Zé Lambari: Não, mas, quando ele chegou aqui, os padres de São Miguel já vinham, só depois é que o padre Waldemir chegou. O Dom Waldemir, eu deixei ele lá em Abadiânia, ele era para ter ficado lá. Eu vim par cá. Eles lá em Abadiânia não quiseram ele, agora eu não sei o porquê. Eu conheci ele em Abadiânia. Ele veio de Brasília para Abadiânia. Ele ficou lá em Abadiânia por poucos dias, e só aí ele veio para cá. Eu vim na frente. Tudo começou com essa barraquinha. Ele foi dirigir missa lá, mas os franciscanos já dirigiam. Eles tiveram até em briga, o padre Waldemir com os padres franciscanos. A briga deles foi porque os padres franciscanos queriam que o Dom Waldemir fosse embora para eles tomarem de conta aqui dentro. Então o padre Waldemir embirrou. Então, foi até que nós juntamos a turma, lá do Dom Waldemir, foi então que os franciscanos se afastaram. Nessa época, eram poucos que eram do lado dos franciscanos. No lado de cima [da cidade] sempre teve um povo do lado dos franciscanos, mas cá para baixo, era tudo do lado do Dom. Tanto é verdade, que o movimento na igreja do Dom, de primeiro, era grande. Não era um movimento pequeno não.

A disputa pelo território privilegiado marcou as relações tensas entre as duas Igrejas. O casal Jovino Pereira Freire e Maria Rodrigues Freire reforça o debate sobre esses fatos:

— Jovino: Nós somos nascidos e criados aqui em Novo Planalto. Eu tenho 66 anos.

— Maria: Eu conheci isso aqui, quando isso tinha só uns ranchinhos de palha. Tinha apenas a pensão da dona Virgínia, a farmácia do velho João Maricota farmacêutico. Quando o Dom Waldemir chegou, nós já estávamos aqui há muito tempo. Quando o Dom Waldemir chegou para cá, os padres que existiam aqui eram os padres franciscanos, que vinham uma vez por mês, celebravam a missa nos poções, celebravam missa na divisão onde eram as térreas do velho Elizeu, era assim. O povo daqui ia para lá nas missas, não tinha bem um lugar certo.

— Jovino: O povo ia para as missas a cavalo.

— Maria: Eles rezavam missas nas fazendas, mas tinha um lugar que era dos padres franciscanos, uma igreja na praça, perto do pé de gameleira. — —

— Jovino: Mas aquela igreja era do Dom Waldemir.

— Maria: Não senhor, quando Dom Waldemir chegou, eles já estavam lá, aí teve uma demanda com eles. Foi aí que eles foram lá para cima [lugar atual da Paróquia São Pedro]. Foi assim. Já existia um lugar onde é a praça hoje com uma igreja dos padres franciscanos, porque eles largaram de celebrar nas fazendas, aí vinham celebrar as missas nessa igreja. Justamente na

praça, a igreja era juntinho ao pé de gameleira, era bem no centro da praça. Não sabemos quem construiu a igreja. Nós ouvimos falar que teve essa demanda quando o padre Waldemir veio para cá, teve essa demanda com os padres de lá e foi aí que os padres de lá largou isso aí e foram lá para cima. Foi aí que gerou aquele pedaço lá, então eles falaram: “isso aqui agora é nosso”. Então eles ficaram onde estão hoje, mas o local lá da praça era deles, não era do padre Waldemir. Era da Igreja Romana.

Dona Naíde diz que sempre pertenceu à “Igreja do Dom”. Ela esclarece: “Quem ajudou dar faxina nesse barracão fui eu. Eu e outras pessoas, nós éramos uma caravana de uns dez”. Sobre as contendas pelo uso do barracão e disputa pelo poder religioso, explica: “Era dos padres franciscanos. Mas os padres franciscanos vinham uma vez por ano. Então eles largaram, encostaram o barracão de mão e largaram de vim. Aí foi na época que Dom Waldemir chegou [...]”.

Senhor Osmar Batista Barbosa relata a viagem do Dom Waldemir com o objetivo de catequizar os índios. Assim como o próprio pároco, ele expõe detalhes sobre seu itinerário e também sobre as disputas pela praça central:

Sobre as brigas das duas Igrejas pela praça não me lembro muita coisa não. Só que na época os franciscanos não queriam deixar. Sei que foi uma briga doida, os padres de São Miguel não queriam que o Dom fizesse uma igreja aqui, onde é a praça. Para isso foi construída essa Igreja Brasileira lá em Brasília, largou essa Igreja lá, ele veio para pregar o evangelho lá na aldeia dos índios. Eu sei que na época ele veio para pregar para os índios, foi por São Miguel, mas estava muito cheio o Rio Araguaia, ele não chegou a ir na ilha [do Bananal], então ele voltou para Novo Planalto. Chegando aqui, viu que naquele tempo não existia igreja, os padres de São Miguel [da Igreja Romana] vinham por acaso, na verdade eles quase não vinham. Foi assim que ele se situou aqui. Logo pôs uma escolinha para dar aulas para os meninos. Foi daí que começou o problema, aí já se sabe o resto. A história do Dom em Novo Planalto foi assim. Daí, por causa dele ver começando um lugarzinho, pode-se dizer, sem igreja, ele logo construiu uma capelinha, construiu o colegozinho debaixo do pé de gameleira da praça. Então, ele construiu uma igreja ali. Deu trabalho para ele ficar nessa praça. Sei muito pouco sobre isso, só sei que os padres de São Miguel não queriam ele aqui.

Dona Elzi Gomes dos Santos Barbosa, esposa de seu Osmar, confirma a situação de disputa: “Os padres de São Miguel queriam expulsar ele daqui, tentaram muitas vezes”. Senhor Osmar concorda com a esposa: “Queriam expulsar ele, mas não conseguiram porque a lei não deixou. Me lembro que eles não queriam que ele montasse uma igreja ali na praça, na época, porque era a Igreja Brasileira”.

O casal Amador Nunes Moura (pastor Amador) e Conceição Nunes Moura professa fé na Igreja Evangélica Assembleia de Deus — Ministério Madureira —, mas entre 1966 e

1975, época da disputa mais acirrada pelo território, fazia parte da congregação religiosa Católica Brasileira. Ambos rememoram os eventos marcados por atritos religiosos:

— Conceição: Quem construiu aquele rancho foram os franciscanos. Os franciscanos da Igreja São Pedro. Quando o Dom veio para cá, já estava o rancho lá. Depois que tiraram as palhas do rancho e pôs telhas.

— Amador: foram os franciscanos? Então foram eles mesmo. É verdade, quando o Dom chegou aqui, já existia este rancho, é verdade.

— Conceição: Quando ele chegou aqui, os outros já tinham feito o rancho lá, era de palha, cercado de palha, aí eles, da Igreja São Pedro, tiraram as palhas e colocaram telhas. Era um barracão. Aí eles dirigiam as missas deles lá. Aí, o Dom Waldemir chegou, a primeira missa que ele dirigiu, foi de frente o Wilson Cardoso, ali na rua. Foi então que ele passou a dirigir as missas dentro desse barracão. Então, vieram os outros, contendaram e dividiram. Mas o Dom, foi crescendo o nome dele aqui, foi crescendo a festa dele no mês de agosto, era maior festa da região, então foi assim. Aquela terra lá [praça central], o meu pai era dono daquilo tudo, então ele doou a terra para fazer a igreja, e dentro desse barracão era escola também. Começou foi assim, foi construído assim. Então, na época eram os franciscanos que comandavam essa região, eles vinham e dirigiam as missas todos os domingos; tinha meses que vinham todos os domingos, mas tinham meses que vinham três ou dois domingos no mês, mas era lá no barracão, que também tinha escola. As contendas foram por causa de negócio de terra, de local. Porque teve alguns que não queriam aceitar construir o barracão lá, foi aí que o papai falou para eles: “a terra é minha, estou doando ela”, e doou as palhas e as madeiras também. Doava para a Igreja. Não era o Dom, era a outra Igreja, era os franciscanos, nessa época. Então, quando o Dom chegou já tinha o barracão lá, feito.

— Amador: Então, quando o Dom chegou ele passou a usufruir o barracão.

— Conceição: Aí ele dirigiu a primeira missa, na rua. Depois ele foi dirigindo missas e logo se situou lá dentro do barracão. Então, houve a contenda, mas eu já não estava mais morando aqui nessa época da contenda, eu estava morando na Infusão. Foi então que dividiram, então ficaram franciscanos de cá, e eles de lá. Porque a maioria da população apoiou o Dom Waldemir.

— Amador: É verdade, a maioria do povo de Novo Planalto, na época, apoiou o Dom Waldemir.

— Conceição: Sabe por quê? Porque ele teve uma construção, ele construiu o colégio, era o colégio do Dom. Me lembro ainda até a cor do uniforme do colégio dele; era marronzinha a saia e a blusa era roxa.

— Amador: Olha, por que a maioria apoiou o Dom Waldemir? Vou te falar o porquê que a maioria apoiou ele.

— Conceição: Foi porque o Dom era assim.... Mais popular, né. Ele vivia no meio do povo. Então os outros vinham muito pouco, duas ou três vezes no mês, foi por isso.

— Amador: E os franciscanos vinham de mês em mês ou de dois em dois meses, e o Dom veio de forma permanente.

— Conceição: É verdade, ele veio de forma permanente, foi aí que houve essas contendas.

— Amador: O que importa é a presença do seu dirigente, que você esteja com ele todos os dias. Agora, vem se [o dirigente] vem tal mês, não tem uma segurança. Agora, aquele que chegou e foi apoiado ali, então agora o povo

sabe que todo o momento que se chegar nele, ele estará ali. Então foi por isso que o povo, a maioria apoiou o Dom Waldemir.

— Conceição: O povo abrangeu ele.

— Amador: O Dom tinha um carisma com o povo.

— Conceição: É verdade, o Dom tinha um carisma com o povo. Ele ainda teve uma creche aqui, onde o povo colocava as crianças, eu mesma conheci muitas crianças que ficava lá junto com ele e dona Neguinha e a irmã dele. Nessa época nós éramos da Igreja do Dom.

— Amador: Era, nós participávamos da Igreja do Dom.

Senhor Pedro Sílvio afirma pertencer à Icar, porém, em seu depoimento, além de falar dos atritos pela área, louva a disposição e popularidade de Dom Waldemir. Ele menciona ainda a carência de padres na vida diária dos moradores da região:

[...] vim para essa região, morando na fazenda aqui perto foi em 62. Assim que nós chegamos para cá, lá em baixo [na praça] tinha um barracão de adobo, eram os padres franciscanos que celebravam lá, o Dom Waldemir não estava aqui ainda. Então, eram os franciscanos que vinham, não sei se era de São Miguel ou de Porangatu. Eles chegam aqui e faziam batizados, acho que era uma vez por mês e depois iam embora. Depois, me parece que em 66 por aí, o Dom chegou aqui em Novo Planalto, celebrou uma missa aqui e passou direto, mas depois ele voltou e ficou por aqui. Então, ele ficou lá nessa igreja, porque a igreja estava lá, estava abandonada e ele ficou lá. [...] Só sei que esse barracão foi construído, agora não sei se foi por intermédio de Igreja, sei que o finado Dalton que estava à frente dessa construção, desse barracão. Acho que foi construído para quando os padres virem, ter onde celebrar as missas, fazer um batizado, essas coisas. Porque os padres vinham era de fora, não eram daqui, eram os padres franciscanos. Eles eram muito brutos com o povo, brutos e estúpidos. Aí o Dom Waldemir veio, né. Foi então que o povo acolheu ele, em peso, tudo mundo, totalmente, tudo, tudo, tudo. Então ele fazia umas festas muito grandes, aquela coisa muito animada, então ele ficou lá [na igreja da praça]. Depois, os padres franciscanos cismaram, disseram que o terreno pertencia a eles, daí queriam tomar este terreno do Dom Waldemir.

O ex-prefeito Robertão é mais enfático ao falar dos acontecimentos. Ele deixa claro que é desinteressado nas questões religiosas: “Nunca fui praticante assim não. Eu participava mais para poder ajudar, mas nunca fui, assim, uma pessoa praticante não”. Não sendo seguidor de religião alguma, o político relata, efusivo e com bom humor, fatos que ficaram famosos na história local, pelo menos entre os moradores mais antigos:

Igreja Brasileira naquele tempo foi um susto. Foi um susto para os moradores, não foi assim chegar e tomar de conta. Mas, como os padres de São Miguel passavam de mês em mês, até 90 dias sem vir aqui, com a presença dele, ele conseguiu logo aglutinar pessoas em torno dele e ele conseguiu... a Igreja dele conseguiu crescer espantosamente. Até porque teve em 67, 68 até pelo começo dos anos 80, o domínio dele era grande. [...] até porque, veja bem, como ele passou um tempo praticamente só, por causa

disso teve o crescimento da Igreja dele, porque quando ele chegou aqui, se já tivesse padre da Igreja Romana morando aqui, talvez, naquela época, ele não tivesse tido a influência que ele teve (naqueles tempos) o crescimento da Igreja Brasileira. Realmente ele tinha o apoio maciço da maioria. Tanto é verdade que a Igreja Romana teve trabalho para poder penetrar aqui.

Questionado sobre as tensões entre as duas religiões, ele instantaneamente responde com veemência, entre sorrisos:

Não! Teve foi briga mesmo. Houve uma briga, foi até preciso passar uma cerca de arame na área ali onde é a praça. De um lado era do Dom e do outro era da Igreja Romana. Então teve uma época de dois ou três anos realmente assim (parecia que iria ter briga de chegar aos socos mesmo) [risos]. Entre os fiéis e os próprios padres também, porque o Dom Waldemir era desaforado [risos]. Ataque verbal entre um padre e outro. Pois ele se sentia ameaçado porque, na realidade, a Igreja Romana, pelo que consta, é uma Igreja antiga. Então, pelo que eu entendia na época e hoje eu penso dessa maneira, os padres da Igreja Romana não aceitavam a Igreja Brasileira. Então teve discussão. Nada nada, cinco, seis vezes ou até mais vezes. Veja bem, o Dom Waldemir já sabia antecipado o dia que eles vinham, daí ele fazia movimentos na Igreja dele [muitos risos]. Acho que até procissão ele inventava, até isso ele inventava para poder aniquilar o pessoal da outra Igreja, era a maneira que ele tinha, porque ele era astucioso... para este tipo de coisa. Então, ele fazia missa paralela para poder aniquilar a outra Igreja, tinha lá 200 pessoas e na outra Igreja tinha 20 [risos]. Então o Dom Waldemir, já vindo de cidade grande, ele focou naquela área ali que seria uma área central [risos]. Só que o pessoal da Igreja Romana, no começo, eles não se preocupavam com o Dom Waldemir, eu vejo dessa maneira, eu olho para trás, por exemplo, e vejo dessa maneira. Eu acredito que eles deviam pensar assim: Ah, isso é passageiro, logo ele vai embora, é um aventureiro. Foi aí, quando eles viram que perderam terreno, aí eles tiveram uns atritos assim mais perto um do outro. E, depois, me parece que eles passaram até muito tempo sem vir por aqui. Provavelmente ficaram contrariados porque o apoio do povo era muito pouco. Eles só começaram a reativar mesmo quando houve a troca do chão. Sobre a divisão da praça entre as duas igrejas, a única coisa que sei é que, como a área era do domínio do Dom Waldemir, teve intervenção de alguém e foi quando negociaram, e daí de lá para cá veio se acalmando aos poucos.

A impressão que temos é a de que o informante se regozija ao revisitar sua memória e, sob o espírito do tempo presente, poder narrar acontecimentos pitorescos, incomuns entre religiões.

Senhor Dalton Romão Ferreira (já falecido) é considerado por muitos como ilustre pioneiro. Sua esposa, Rosa Amélia, recorda detalhes da construção do barraco, palco da disputa entre as catolicidades:

Isso foi uma briga danada! Dalton é quem tomava de conta, era ele quem marcava dia de padre vir, e padre comia era em nossa casa e arrumava lugar

para dirigir missa, era assim, era aquela luta. Era assim: vinha o padre João de São Miguel, outra hora vinha padre de Porangatu. Ele vinha com uma moça que ajudava ele. Muitas vezes vinha o Padre João, outras vezes vinha outros, vinha também o frei Celso de Porangatu; muitas vezes dirigiam missas nas casas, no colégio, na escola. Quem mandou fazer aquela capelinha foi Dalton, foi Dalton quem mandou fazer. Porque Dalton foi o primeiro delegado daqui de Novo Planalto — depois, quando Dalton saiu, entrou no lugar um rapaz que era compadre dele —, aí quando o padre Waldemir chegou, aí o compadre Nelson, que morava junto onde era a pensão da dona Virgínia, aí ele colocou esse padre lá, sendo que era direito dos franciscanos. Então, isso foi uma briga, isso foi um xinga-xinga, eu queria que você visse nessa época. Então, já existia a capelinha, mas foi aí que o compadre Nelson deu o direito para o padre entrar, foi aí que deu muita briga, isso foi para a justiça e depois os franciscanos terminaram ganhando, mas depois, para acabar com essa briga, eles resolveram colocar a Igreja Católica deles lá em cima, a outra Igreja. Essa contenda da praça o mais grave que eu vejo é porque o direito era dos franciscanos, com certeza. Já tinha aquele pezinho de gameleira lá, já tinha e o pé de gameleira estava novinho, então quer dizer que aquilo ficou um sinal.

Mas, isso aconteceu assim: ele [Dom Waldemir] ficou com esse terreno porque, para se livrar e acabar a contenda, o povo [da Igreja Romana] largou ele aí e arrumou um lote lá em cima e fez aquela igreja lá. Foi por isso, para acabar com a briga, com a contenda entre eles. Mas a verdade é que essa Igreja Católica Apostólica Romana saiu da praça para não dar mais briga. Deixou a outra Igreja aí [na praça] para não dar mais contenda. Acho que foi melhor assim. Mas essa contenda ainda ficou assim um pouco no ar.

Entre os colaboradores, Senhor Sebastião afirma que foi um dos moradores a participar da construção do famigerado barracão. Ele explica:

O primeiro padre que veio para Novo Planalto foi o Frei Henrique. Nós fizemos a Igrejinha de palha para ele lá. Isso deve ter sido em 1962 ou 1963 que foi feito esse patrimônio lá onde é a praça. Lá foi feita a Igreja. A igrejinha de palha foi nós que fizemos, eu tinha uma carroça aí eu puxei as palhas, tirei as palhas do rio, fizemos a casinha com madeira roliça, uma construção aberta e o padre [Frei Henrique] celebrava missa nessa igrejinha. O padre vinha de Porangatu uma vez por mês. Foi daí que o padre Waldemir chegou, era 1965. Aí ele celebrou uma missa na porta da casa do Wilson. Foi daí que o Wilson arrumou isso aí [a igrejinha] para o padre Waldemir. Foi aí que o Dom Waldemir criou a greve... greve de padre. Porque o Wilson quem deu a igrejinha, não era dele, pois não foi ele que tinha feito a construção lá. Pois, quem fez a igrejinha foi nós, para o padre de Porangatu, da Igreja Romana. Mas, então, o Wilson deu a igrejinha para o Dom Waldemir e virou uma confusão. O padre Waldemir tinha comprado o lote onde é hoje a Igreja São Pedro, e aí ele trocou com os padres da Igreja Romana. Mas antes disso, foi uma greve danada. Os padres ainda vieram aqui em casa, para saber de mim para quem eu tinha feito a igreja. Eu disse: “não, eu fiz igreja para o nosso lugar”. Mas, os padres de Porangatu celebravam missa aí; mas, eles só vinham uma vez por mês. Isso quer dizer que o Dom Waldemir aqui era mais vantagem para nós de Novo Planalto. Essa greve se deu porque o padre Waldemir se arranjou na igreja que era dos romanos. Essa igreja que nós tínhamos feito para eles. Por isso que ficou essa greve.

Senhor Sebastião ainda dá detalhes da mudança de religião, justificando sua preferência pela nova Igreja em razão da oportunidade de ter a presença constante de um padre na cidade:

Antes eu participava das missas da Igreja Romana, depois que o Dom chegou eu passei para a Igreja dele. Passei porque ele apossou, quer dizer, ele ficava a vida inteira aqui com nós. Quando o Dom Waldemir chegou, teve alguém que não achou bom. Eu, por exemplo, não falei nada, porque eu achei mais vantagem no padre Waldemir. Apesar, porque eu nem sou da Igreja do Dom Waldemir, mas naquele tempo, nós não tínhamos outra Igreja aqui. Sabe como é, não tendo outra, era essa que nós íamos.

A competição entre Icar e Icab pelo monopólio do espaço preferido da comunidade chegou a proporções ameaçadoras. A peleja passou a ser o assunto principal na vila. Nessa pequena localidade, onde a religião é a manifestação cultural corriqueira, os moradores aos poucos foram tomando partido entre uma e outra cristandade. Dona Benedita, que chegou para morar na cidade no mesmo ano que o bispo Dom Waldemir (1966), afirma não pertencer hoje mais à religião da Igreja dissidente, porém, aponta sua anterior aderência à “Igreja do Dom”. Ela detalha fatos agitados daquela época:

Aí foi indo... teve a contenda da Igreja São Pedro com a Igreja do Bom Jesus. Aí foi atrapalhando tudo, foi ficando mais difícil, difícil mesmo aquelas épocas... foi assim.... Teve uma vez que entraram em audiência mesmo, teve até polícia no meio. Teve caso de polícia no meio! Até Elias, meu marido, foi lá depor. Eu sei que teve mais gente depondo, mas não me lembro quem eram as pessoas. E Elias era a favor do Dom Waldemir. O depoimento foi aqui mesmo, tinha uma delegaciazinha. Tinha uma delegacia lá para o rumo do córrego, e o delegado era Nelson Alexandrino de Melo, esse Nelson era o delegado. A cadeia, o forro era de tábula de buriti, colocava os preses à noite, no outro dia amanhecia todo mundo sumido, escapulia tudo, pois a cadeia não prestava para nada. Essa foi a época das contendas mais fortes. Toma ou não toma aquele local da praça. Mas até esta troca, teve muita contenda, muita briga, muita confusão, porrada [risos]. Mas na época das festas, festas boas, não tinha briga, não tinha nada.

Fato curioso a se notar é que, no decorrer dos acontecimentos, houve alguém que registrou de forma escrita a competição religiosa que acontecia em Novo Planalto. Trata-se do filho de dona Benedita, Pedro (falecido). Lamentavelmente, essa que seria nossa exclusiva (e original) referência transcrita como fonte histórica se perdeu. Resistem, apesar disso, as detalhadas lembranças da moradora:

Olha, meu filho Pedro, que já é falecido, na época, escreveu num caderno, toda essa história dessa confusão, essa contenda, com as datas certinhas e nomes de pessoas. Tudo estava guardado num baú, mas não temos mais, foi

jogado fora. Hoje em dia Deus já levou todos. Mas esses documentos foram jogados fora depois da morte de minha mãe, já tem uns oito anos, muito tempo. Eu me lembro das disputas que teve entre as duas Igrejas. Foi realmente por causa do local onde é a praça. Aquela praça era dos franciscanos e aí o Dom Waldemir chegou lá.

Maria Silvânia dos Santos Ferreira, filha de dona Ditinha, é uma das mais jovens pessoas entrevistadas (ela tem 53 anos), mas também testemunhou as contendas e corrobora alguns fatos acerca do litígio:

É assim: quando começou Novo Planalto, o primeiro padre que chegou aqui foi o Dom Waldemir. O Dom Waldemir foi quem fundou a Igreja Católica Apostólica Brasileira. Então, ele chegou e fez mesmo acontecer. Na época, era muita festa, uma época que muita coisa acontecia. Só depois que surgiu os católicos apostólicos romanos, então eles vieram depois e eles perseguiam o Dom. Nessa perseguição, surgia até caso de polícia, vinha polícia atrás do Dom e vinha tudo, aquela coisa..., mas aí, juntava o pessoal que era da Igreja do Dom, pegava ele e o escondia. Então, o Dom saiu muitas vezes daqui de Novo Planalto escondido. Escondido porque os policiais vinham atrás deles e era uma perseguição mesmo, por causa da Igreja, porque eles queriam tomar aquele terreno da praça, e o Dom não cedeu o terreno, porque o terreno pertencia a ele, porque que chegou aqui primeiro foi ele. Só depois que os católicos romanos chegaram, mas daí já não tinham mais o terreno do centro da cidade [disponível], porque o Dom já tinha pegado. Foi daí que eles foram lá para cima [onde é atualmente a Icar]. Nessa época das contendas, eu era criança, eu tinha cerca de sete anos de idade, mas me lembro dessas coisas todas, nem sei o porquê, sei que ia sempre nas missas com dona Neguinha do padre e dona Cristina. Eu era muito presente na Igreja.

Silvânia busca, em suas lembranças de infância, eventos tensos que ficaram gravados em sua memória. Questionada sobre esses acontecimentos que se tornaram caso de política, ela responde:

A denúncia que surgiu nessa época foi por causa do terreno, pois eles queriam porque queriam tirar o Dom daquele local, para eles ficarem naquele lugar, que é o centro da cidade, ali onde é a praça, onde tem a igreja do Dom hoje. Então, foi nessa época que surgiu a polícia, por causa do terreno. Porque eles queriam prender o Dom no sentido de fazer ameaças a ele. Em São Miguel já tinha delegado, polícia, tinha tudo, porque me lembro que na época eu tinha... [idade, não disse]. Na verdade, aqui já tinha o delegado Nelson. Mas, a briga que tinha entre as Igrejas era por causa do terreno, daí os que era da Igreja do Dom Waldemir iam depor pelo Dom Waldemir, para defender ele e os que eram da outra Igreja iam depor para defender o patrimônio deles também, eram as duas Igrejas assim. Eu me lembro daquela igreja velha, era simples, no topo tinha uma cruzinha. Era uma igreja com janelas grandes de madeira, era um vão, bem grande, bem aberto, aquele quarteirão enorme... lá no fundo tinha o altar e era tudo no piso de chão, não tinha cimento, não tinha nada, era tudo no chão a Igreja, era tudo assim.

A conquista da “praça”, pelo teor dos fatos narrados, era condição fundamental para a construção do espaço religioso, pois, ao tomar esse espaço, levava-se também vantagem na hegemonia religiosa:

Costuma-se dizer que, no Brasil, muitas das cidades nasceram ‘à sombra de uma capela e de um santo protetor’. Geralmente os centros das velhas cidades brasileiras coincidem com o local do principal templo católico. Foi em torno de capelas que as cidades se desenvolveram (LEMOS FILHO, 2000, p. 45).

A hegemonia católica passava pela aquisição da área como oportunidade de fixação das diretrizes religiosas locais. Dona Mariquinha afirma que o lugar central já tinha feição de praça pública: “Desde quando eu cheguei em Novo Planalto, o boato que sempre ouvia falar era que o lugar onde está a Igreja Brasileira seria uma praça. Todo mundo falava que lá seria uma praça. Pelo espaço, pelo local, pelo tamanho, tudo assim já indicava que ali era a praça da cidade”.

José Rodrigues Quixabeira, o Zuza, faz referência ao tempo de duração da disputa por espacialidade: “Quando nós chegamos aqui em 69, já tinha essa pendência. O Dom já estava aí com essa Igreja, porque antes essa Igreja era dos romanos. Essa pendência durou décadas”. Ele continua sua narrativa, enfatizando as táticas usadas por Dom Waldemir na época das desavenças: “[...] o Dom tomou a praça, ele tinha a igreja lá já, porque ele invadiu, aí ele construiu tipo um negócio dizendo que era para a escola, no outro canto da praça, no outro canto outra coisa e de cá aquela Igreja que é hoje a dele. Ele tomou a praça”.

O morador ainda dá alguns detalhes do caminho percorrido por Dom Waldemir e da simpatia conquistada na época das disputas religiosas:

Essa briga pela praça durou mais de dez anos. Os padres de São Miguel, eles vieram uma vez para tirar o Dom daí. Aí o Dom foi lá no meu padrinho Antônio Soares, ele era vereador, então o Dom foi lá no padrinho Antônio Soares — dizendo meu padrinho que ele chegou até de madrugada e quando atendeu o Dom estava até de cuecas — para ele não deixar os padres de São Miguel tirar ele. Os padres de São Miguel tinham até juntado com o Dalton e vieram para desocupar a igreja. Então, meu padrinho Antônio Soares ajuntou um pessoal, porque a maioria do pessoal não aceitava mais tirar o Dom. É porque a maioria do povo daqui ficou tudo do lado do Dom, pois os padres [da Icar] não vinham aqui. O povo conhecia como padre era o Dom.

Senhor Zé Maria, com voz sossegada, comenta acerca da animosidade que dividia os fiéis, que chegava ao clímax da excitação na defesa de suas posições:

Eu sou um homem que eu falo a minha verdade. Sobre essas brigas de Igreja, o terreno na praça, para mim o chefe de lá toda vida foi o Dom Waldemir. Ele que rezava missa por lá. Eu já até ouvi de uma pessoa [da Igreja Brasileira] que me disse uma vez assim: “Zé Maria, nós tínhamos era que fazer assim, nós temos que juntar de pedras nesse povo na hora que eles vierem aperrear o Dom Waldemir, juntar pedras e cassetes e dar umas pauladas neles, nós temos que juntar, pois toda vida aquilo ali é do Dom Waldemir”. [...] ouvi essa conversa, dessa maneira que foi falado para mim. Eu nunca esqueci disso. Aí vi que a briga era forte. Você pode perguntar para ele, você nem precisa abrir a boca dele porque ele vai te falar disso. Toda vida teve essa polêmica deles quererem pegar a praça ali. A Igreja lá de São Pedro toda vida teve essa polêmica. Mas eu não posso falar os detalhes, não posso dizer o problema... assim... qual das duas tem razão, porque desde que eu vim para cá, eu conheci o Dom Waldemir foi ali, naquele lugarzinho, na igreja. O que eu posso dizer realmente é isso, pois quando eu cheguei o Dom Waldemir já estava aqui, já estava ali naquele lugarzinho, na igreja, do tamanho da minha casinha.

Os sujeitos narraram as confusões entre as duas Igrejas na disputa pelo monopólio católico em Novo Planalto. A vantagem da posse e, conseqüentemente, do poder religioso naquela localidade, passava pela conquista da praça central. Tal conflito teve seu auge com a colocação de uma cerca dividindo o espaço entre as duas Igrejas. A fixação da cerca dividiu a praça entre as duas catolicidades, de um lado a Icar e do outro, a Icab, como relata Robertão:

Teve foi briga mesmo. Houve uma briga, foi até preciso passar uma cerca de arame na área ali onde é a praça. De um lado era do Dom e do outro era da Igreja Romana. Então teve uma época de dois ou três anos realmente assim. Parecia que iria ter briga de chegar aos socos mesmo [risos].

Mas, depois de cerca de dez anos de contenda, por meio de um acordo entre as duas partes, regularizou-se a questão, fixando-se a espacialidade de cada uma das Igrejas. O senhor Paulo Marques da Silva e sua esposa, dona Francisca Dias Mota da Silva dão detalhes das rixas e posteriormente narram os procedimentos que se seguiram para o fechamento desses episódios. Paulo Marques, representante da Icar, fez parte do acordo que pôs fim aos litígios pela praça entre as duas Igrejas.

A questão dessa Igreja aqui é séria. Deu uma polêmica desgramada. Porque, quando ele chegou aqui, a metade daquela praça era dos romanos, pois eles vinham aqui de mês em mês, de ano em ano. [...] aí foi uma encrenca da Igreja Romana com a Igreja Brasileira, porque todos queriam [o território central]; o Dom Waldemir não abria mão da metade dele e os romanos também não abriam. Era aquela confusão e encrencas, pois todo mundo gostava muito do Dom Waldemir. Por que o povo acolheu o Dom Waldemir? Porque o Dom Waldemir era educado, chegou, era um cara novo e educado; foi aí que começou uma encrenca forte por causa disso. Porque o povo não queria mais assistir missa deles [romanos], daí virou aquela briga deles. Não

tinha disputa, não: era briga mesmo. Essa disputa, quem arrumou isso foi eu e a Zeneide. Pode procurar a Zeneide que ela te fala.

Senhor Paulo Marques esmiúça a questão das rixas em Novo Planalto:

Era uma discussão entre romano e brasileiro. Vou falar assim porque não era nem entre os padres. Os fiéis todos discutindo. Inclusive teve uma época em que falaram que viriam aqui tomar de qualquer maneira, eles reuniram para pegar os padres brasileiros e bater. Reuniram gente aqui para pegar os padres e bater.

Dona Francisca também dá sua versão sobre as contendas:

Não era só o Dom, não. Vieram outros padres também. Os romanos disseram que viriam para invadir e tomar o terreno. Aí eles reuniram para pegar a turma aí para pegar o terreno. O Américo dentista era um dos que faziam fofocas dessas brigas com os romanos e queria brigar. Mas quando ele viu a turma meio forte do lado do Dom Waldemir — do lado do Dom Waldemir tinha muita gente, o povo era quase tudo do lado dele. [...] então resolvi entrar na história, porque eu era do lado do Dom Waldemir, mas eu não brigava, porque eu sei que isso não é coisa que serve para homem sério. Eu sempre falava para o Dom: “Dom, para com isso, faz a igreja lá em cima, larga e deixa o pessoal aí”. Ele dizia: “não, aqui é meu, eu vou ficar é aqui. Vou ficar e pronto”.

Depois de acrescer seu ponto de vista sobre a disputa pela praça, senhor Paulo esclarece o encerramento desse episódio. Diz que tal demanda se tornou um litígio só resolvido depois de um processo judicial⁵⁵ que terminou com um acordo entre as duas instituições — pacto que teve esse morador como testemunha representante da Icab.

Eu estava vendo a hora de ter morte, pois tinha a turma da Romana e a turma da Brasileira e todos revoltados; Dom Waldemir também estava revoltado e com raiva. Daí Dom Waldemir tinha aquele terreno onde é hoje a Igreja Romana (a finada comadre Neginha morava lá). Eu cheguei no Dom e falei: “Dom, eu posso ajeitar essa briga de vocês?” Ele respondeu: “como você vai fazer isso?” Eu disse: “porque a Zeneide, Dom, ela é da Igreja Romana, então eu vou fazer o seguinte: eu vou dar aquele terreno que o senhor tem lá em cima a troco dessa metade que os romanos têm aqui, para acabar essa briga. Então, eu posso fazer esse negócio?” Ele disse: “pode”. Eu falei: “então eu vou fazer documentado”. Daí eu chamei a Zeneide e expliquei a ela, mas ela também sabia das brigas, das encrencas, falei: “Zeneide, eu vim aqui para fazer uma proposta para você. Vamos acabar com essa encrenca de padre romano com padre brasileiro? Eu dou esse terreno (que é bem maior do que o que a Romana tinha aqui, porque metade da

⁵⁵ Procuramos este processo judicial, mas não o encontramos no cartório e no fórum da comarca de São Miguel do Araguaia. Também não existe cópia do acordo na Paróquia São Miguel Arcanjo, em São Miguel do Araguaia e na Paróquia São Pedro, em Novo Planalto.

praça era da Igreja Romana) e o padre Waldemir fica com a outra metade da praça. Porém, eu quero preto no branco, que não fique só na conversa. Você vai lá e consulta seus padres lá. E se eles aceitarem, eu quero o negócio documentado”. E assim ela fez e eles aceitaram. Foi aí que, graças a Deus, acabou a encrenca, acabou a briga, acabou tudo. Este documento foi feito em São Miguel do Araguaia. A Zeneide te informa melhor sobre este documento, porque eu assinei neste documento, o Dom Waldemir assinou. Este documento a Zeneide deve saber onde foi que ela fez. Porque aí acabou a encrenca, acabou a briga; aí pronto, não teve mais problema. Porque aqui, nós víamos coisas feias por causa do terreno da praça.

Sobre a resolução pacífica da disputa pelo local, dona Francisca diz: “A Zeneide foi uma pessoa importante nisso aí, pois foi ela quem me ajudou nessa disputa. E ela deve saber onde está este documento. Se ela tem alguma cópia. Eu sei que tem um documento, porque o documento foi feito”.

Procurada para a entrevista sobre as contendas entre as Igrejas, Dona Zeneide, na época representante da Icar no processo que culminou em acordo, não quis falar sobre o assunto.

3.3 As procissões

Além da briga pelo espaço da praça, segundo os relatos de alguns moradores, houve também competição entre as cristandades em decorrência de eventos religiosos pela cidade. É o caso das procissões, realizadas pelas duas Igrejas católicas. Acerca desse evento, Dom Waldemir se limitou a falar sobre os atritos referentes às procissões apenas em Porangatu na época em que instalou a Icab naquela cidade.

Ao falar da competição por território nas procissões em Novo Planalto, o bispo da Icab hesitou em revelar as discórdias que marcaram os eventos religiosos, principalmente entre os fiéis das duas Igrejas.

Diferentemente do bispo, outros colaboradores, como o senhor Antônio Gomes de Oliveira (conhecido como Toin Tomaz), um antigo morador da cidade (ele tem 84 anos), e sua filha Maria Oneides Gomes Rodrigues, deram versões mais contundentes sobre os rituais em questão. Diz Maria Oneides sobre as procissões:

Não podiam se encontrar, se encontrasse dava briga [risos], mas não era o Dom Waldemir quem brigava, quem brigava era o povo. Me lembro que nós mesmos, como eu, a minha irmã mais velha, nós já brigamos também, nós implicávamos, o povo da Igreja do Dom Waldemir implicava o povo da outra religião. Mas essa implicância era por parte do povo mesmo, principalmente os jovens que participavam da Igreja. Toda procissão que

tinha, tinha que ir uma procissão para um lado e outra procissão para o outro, porque não podiam se encontrar. Por causa da rixa que havia, porque brigavam. Até hoje não entendo por que que brigavam. Mas realmente tinha isso, essas briguinhas tinham em procissão.

Antônio, seu pai, complementa: “É por que a Igreja do Dom Waldemir é brasileira, e a outra não era e aí implicavam, queriam mandar na vila, mas o Dom Waldemir era o primeiro e queria mandar também e justamente era ele quem mandava”.

Os depoimentos dos moradores não evidenciam as diferenças existentes entre as duas catolicidades, ao menos quanto à aparência e aos cultos. Mas, na Icab, para fazer valer o título de Igreja Brasileira, um elemento se destacava como símbolo de diferenciação entre as duas instituições católicas: a bandeira do Brasil. Dona Benedita menciona, além das controvérsias nos cortejos, esse simbolismo que também era tido como motivo de acinte:

Nas procissões sempre tinha o medo de encontrar as duas procissões: da Romana com a procissão do Dom Waldemir. Nossa, mas a gente tinha muito medo! Tinha sempre o medo de brigar. A gente tinha esse medo sim, era a maior dificuldade. Tinha implicância demais da conta. Tinha implicância sim! Me lembrei de uma coisa: uma vez, o Wilson Cardoso, que era marido da dona Abigail, ele morreu até matado, os dois já são falecido. Uma vez esse Wilson Cardoso xingou tanto o Dom Waldemir lá na rua da casa dele, porque ele ia com a procissão, e o Dom Waldemir levava a bandeira brasileira, porque de primeiro a bandeira brasileira era muito respeitada, então, o Wilson Cardoso disse assim para o Dom Waldemir: “seu trouxa, colocando a bandeira brasileira em santo, a bandeira brasileira tem que ser respeitada, ela não pode ser disponível assim não, seu trouxa!” E aí, ele brigar dessa forma com o Dom Waldemir, para nós foi um dilúvio, nós tínhamos uma reverência muito grande pelo Dom Waldemir. O Dom Waldemir era muito respeitado. Ele cobria o santo, o santo morto [imagem do Bom Jesus] com a bandeira do Brasil. Então, o Wilson brigou com ele por causa da bandeira brasileira, porque a bandeira brasileira não podia.

Senhor Zuza, ao fazer seu relato sobre as procissões, fala em disputa e afirma que as “pirraças” eram mútuas.

Existia, sim, esse clima. E era o seguinte, um dia eu até comentei com o Dom, nós saímos da procissão, aqui da nossa igreja — isso tem pouco tempo — aí, o Dom fazia questão de passar onde a outra ia passar, entendeu? Então, um dia a procissão da Igreja São Pedro ia subindo na Rua Araguaçu, nós íamos subindo por outra rua, e tem aquele momento de parada para Verônica cantar, e ele parou em cima da rua que o pessoal vinha subindo, porque ele viu que o pessoal vinha subindo a rua, ele parou para cantar. Eu inclusive estava perto de um amigo e falei: “Olha isso aí, isso não pode existir, não. Eu não compactuo com um negócio desse, não”. Eu já continuei a contrariado, me deu até vontade de sair da procissão na hora, mas aí eu pensei: “Já estou aqui mesmo, vou continuar”. Então, continuei na procissão. Mas, depois eu

comentei com o Dom, eu falei para ele: “Dom, a próxima vez que você fizer aquilo, você não conte comigo mais em procissão, porque eu não vou mais, não. Eu não compactuo com esse tipo de coisa, isso não é coisa que Deus mandou fazer, está fazendo errado”. Ele pirraçava. A lá de cima [Icar] antigamente também pirraçava; tanto um pirraçava como o outro também pirraçava. Então, existia tipo uma competição para ver quem tinha a melhor procissão, quem cantava mais alto, cada um queria rezar mais alto que o outro e tal, tinha isso, era uma competição. Teve uma época, na Igreja Romana, tinha uma mulher, ela tomava conta do microfone, ela gostava de implicar o povo da outra Igreja.

Dona Izabel Rodrigues Galvão, mãe de senhor Zuza, confirma a competição, dizendo: “O povo lá daquela igreja [Icar] era enjoado demais, a implicância era dos dois lados. Todos os dois lados”.

Dona Maria Rodrigues Freire atualmente frequenta a Icar, mas no passado, no “encontro das procissões”, diz que praticava o catolicismo na Igreja Católica Brasileira. Ela não relata episódios truculentos, mas insinua certo clima de animosidade entre as duas religiões:

Tinha, assim, às vezes, a gente saía na procissão dele, eu mesmo estava na procissão dele, e a outra saía também e, às vezes, se encontravam. O padre de lá [da Igreja Romana] esperava para ver se nós passávamos, e pedia o pessoal: “não implicam ninguém”. Já a nossa, que era daqui, — eu digo nossa porque eu estava no meio dela — falava: “vamos cantar, vamos cantar, que é para aquele padre com aquela turma dele vê que nós sabemos cantar”. Implicando, sabe. E aí nós cantávamos alto mesmo para mostrar para eles, e outros [da procissão da Romana] ficavam caladinhos e esperavam nós passarmos para só assim eles poderem passar com a procissão.

Dona Lindalva Clara de Araújo, mais conhecida como Ninha, refere-se ao “clima” de tensão entre os fiéis: “Uma vez teve duas procissões e toparam uma com a outra [risos], passava uma depois a outra, tinha esses climas; só que eu tinha medo, assim, eu tinha medo das coisas, às vezes eu estava naquele meio, assim, eu passava eu via como era esse clima, essa coisa”.

O pastor Amador e sua esposa Conceição usam a palavra “contenda” para explicar as tensões em dias de procissão:

— Conceição: Era sempre num clima de contrito entre as duas igrejas. Porque tinha muita gente do lado do Dom. E também era a maior festa. Do outro lado tinha menos pessoas.

— Amador: Sim, é verdade, existia um contrito entre as duas procissões. Era muita gente do lado do Dom e pouca gente do outro lado.

- Conceição: E aí, se contendavam, mas essa contenda era por parte do povo mesmo. Aí dividiu, né, então, o povo que era de um lado não queria que o povo do outro lado fosse mais, foi então que houve essas contendas. Inclusive, as duas procissões não podiam se encontrar.
- Amador: Não mesmo! As procissões não podiam se encontrar!
- Adriano: se se encontrasse dava algum tipo de problema?
- Conceição: Acho que daria problema, porque eles brigavam. Tinha que passar por outra rua. Tinha um roteiro certo.

A cada fala dos entrevistados, novos comentários sobre os desentendimentos. Dona Patrocínia Nunes de Souza, conhecida como dona Patu — a mais idosa entre os moradores entrevistados (89 anos) — relata um episódio em dias de procissão:

As procissões eram boas. Os franciscanos passavam por uma rua e o Dom Waldemir passava por outra rua. Quando era para encontrar, eles desviavam, iam embora e pronto, não tinha discussão. Teve uma vez que jogaram uns ovos no Dom Waldemir, foi um peteco. Mas ninguém sabe quem jogou. Isso aconteceu na procissão. Este foi o único acontecimento que eu me lembro. Se teve outros acontecimentos eu não me lembro.

O casal Paulo Marques e Francisca é assíduo na “Igreja do Dom”. Ambos são categóricos ao exporem o clima de rivalidade entre as duas Igrejas:

- Francisca: Na procissão do Dom Waldemir, do encontro de Maria com seu filho. Os romanos atacavam. Jogavam até pedra na nossa Igreja, na Igreja do Dom, nas pessoas. Eles xingavam.
- Paulo Marques: Porque a gente fazia aqui, era muita gente, fazia procissão, os meninos menores iam na frente, um atrás do outro. As procissões eram todas organizadas. Dom Waldemir organizava muito bem as procissões. E teve uma época que eles quiseram atacar a procissão do Dom Waldemir. Eles atacavam jogando pedra, brigando, xingando. Essas brigas vinham por parte dos fiéis, os fiéis eram bravos, mas não foi mais que isso.
- Francisca: A gente não podia passar [com a procissão] onde eles estivessem.
- [...] Paulo Marques: E aí era encrenca. Havia muita fofoca, difamação e tudo o mais que devia ter: de Igreja, de procissão, veado, essas coisas... ofendiam mesmo. Diziam: “olha lá, a procissão desse veado”, a coisa era feia. Chegou a este ponto. [...] naquele tempo era briga mesmo; ninguém era amigo, não. Brigavam mesmo. [...] rompiam amizade. Muitos que participavam dessas rixas nem estão vivos mais, outros estão e outros se mudaram. Mas tinha isso, sim. Era encrenca mesmo.

O senhor Pedro Sílvio corrobora o clima de “rixa” que existia nos cortejos religiosos pelas ruas de Novo Planalto:

Depois que começou as procissões, tinha um rixa-rixa, né; mas nunca chegou a engrossar não; mas rixazinha tinha [risos]. Então, começou aquelas rixas, aquelas coisas... tipo coisa de política [risos]. A questão dessas rixas

era mais ou menos o seguinte: o pessoal da Igreja do Dom ficava com raiva, porque na época que começou, a Igreja do Dom era maior, né, era mais gente e não queriam aceitar; e os de cá [Icar] eram poucos, mas teimosos também, eram resistentes, né. E então ficavam difamando uns aos outros, aquelas coisas e tal. Então teve essas coisas. Existia um clima pesado entre uma e outra [Igreja], né. O clima era pesado!

Apesar das rivalidades e do clima que extrapolavam as questões de fé, há pessoas que enxergaram o lado positivo em ter duas Igrejas católicas e também duas procissões, como é o caso do senhor José Maria, que via beleza na duplicidade da marcha religiosa: “Vou te falar a verdade. Naquela época, eu achava era bonito o encontro das duas procissões. Era tranquilo”.

3.4 Romanos *versus* brasileiros

Em 1966, data da chegada de Dom Waldemir na vila, a população católica dessa localidade se sentia carente de assistência religiosa diária. Os padres da Icar que atendiam o município eram das cidades de Porangatu e São Miguel do Araguaia e apareciam em Novo Planalto de tempos em tempos, como diz dona Izabel: “É que aqui não tinha padre, a Igreja Romana não mandava padre para cá”.

Dona Francisca fala do abandono religioso: “Eles chegavam aqui, celebravam a missinha e iam embora”.

Numa época em que as necessidades eram muitas, somava-se a carência de legitimação de matrimônios e a celebração de missas como manifestação de fé. Dona Naíde dá indicações da importância de um vigário presente no distrito:

Porque aqui estava abandonado, quem fundou igreja foi ele. Uai, a gente precisava ter missa! Quando ele chegou o povo apoiou, pois se não tinha padre para celebrar missa aqui, para a gente assistir, para batizar um filho, um casamento, era a maior dificuldade. [...] ou que ele esteja certo ou esteja errado, mas foi o que chegou aqui no tempo, foi o que acolheu o povo. Estava todo mundo aí, aqui não tinha uma missa, não tinha mais nada, se a gente queria ir em missa tinha que ir lá em Porangatu, andando a cavalo, outra hora a pé, mas rapaz! Foi ele quem acolheu o povo daqui, porque aqui estava abandonado. Eu acho, no meu pensar, isso faz muita diferença.

Senhor Sebastião enfatiza o valor dado à presença de um padre no lugar e a vantagem que Dom Waldemir levou sobre a Igreja concorrente ao se instalar em Novo Planalto: “Antes eu participava das missas da Igreja Romana, depois que o Dom chegou eu passei para a Igreja dele. Passei porque ele apossou, quer dizer, ele ficava a vida inteira aqui com nós”.

Essa lacuna espiritual se tornou mais um elemento de disputas. Senhor Severino Rodrigues Galvão confirma que os moradores não eram indiferentes à competição religiosa: “Nesse tempo, quando nós chegamos aqui, era aquele fuá medonho, né. Para você ver, quase todo mundo aqui da região invocou com isso”.

Esse vazio e a apropriação religiosa resultou em disputa e, conseqüentemente, sucederam-se confusões. Maria Oneides Gomes Rodrigues e seu pai, Antônio Gomes (o Toin Tomaz), rememoram as rixas:

— Maria Oneides: Olha, isso é uma coisa que eu não tiro da memória, porque eu era pequena e estudava na escola — porque tinha a escolinha ali, na praça onde estão os *pit dogs* hoje, ali ao lado era uma escolinha — e eu me lembro que a gente juntou e, me parece, que tinha um pessoal que tinha vindo para tirar o Dom Waldemir daqui, foi aí que juntou uma multidão de gente e foi se encontrar até lá em baixo para defender o Dom Waldemir, só isso que eu me lembro. Este foi um acontecimento que nunca tirei da minha cabeça. Mas sei que isso existiu. Mas não sei por que tinham que tirar ele, porque o pessoal não queria que ele celebrasse missa aqui em Novo Planalto. Eu só não me lembro quem eram essas pessoas que vieram tirar ele, só sei que era um povo de Porangatu e não sei mais de onde. Eu só me lembro disso, eu era pequena, mas me lembro. Eu deveria ter uns oito ou nove anos.

— Toin Tomaz: Eu não me lembro mais dessas coisas, a única coisa que me lembro bem é que eles queriam tirar o Dom Waldemir daqui.

As desavenças eram constantes, não somente na cidade, mas também na zona rural e no povoado. As discórdias religiosas entre os catolicismos de Novo Planalto fizeram parte de uma trama caricaturesca religiosa. Senhor Erasmo traz outros detalhes não menos cômicos:

Inclusive, em meados de 1975 eles já tinham uma intriga, o padre Waldemir, da diocese brasileira e os padres franciscanos de São Miguel. Inclusive, eu passei um dia e tinha uma missa na porta do Almequior e eu saí da minha Igreja — eu já era evangélico — e vi o padre celebrando de cá e o padre Waldemir de lá (eu sou muito amigo do padre Waldemir, gosto muito dele), mas esse dia eu achei que ele foi errado porque ele foi lá atacar o outro padre e daí eles discutiram, ele e o outro padre. [...] Depois destes confrontos, o padre da Igreja Romana que atendia em Novo Planalto, parou mais de ir. Ele se dedicou mais à Infusão [povoado pertencente a Novo Planalto]. Daí logo o padre Waldemir também tentou fazer um trabalho lá na Infusão. Mas ele teve uma briga forte lá na Infusão, foi daí que ele desistiu. [...] O padre Waldemir não queria que o padre franciscano dirigisse [missa] lá. Os padres de São Miguel até recuaram em Novo Planalto. Mas hoje em dia não tem mais atrito não. Agora acabou, resolveu o problema. O padre Waldemir ficou mais civilizado também nesse sentido. Vai ficando mais maduro, mas ele era bravo, ele era terrível.

Houve também uma tímida tentativa de resolver a questão por via democrática, com a realização de eleição para decidir acerca da exclusividade católica na cidade. Porém, o sufrágio foi apenas um plano não concretizado, como explica dona Izabel:

Pois é, nessa época, eles falaram até que ia fazer uma eleição de votação para saber qual era a igreja que ia ganhar. Eu dizia: “Pois eu estou pronta para dar um voto no Dom”, porque a igreja, a doutrina que nós tivemos aqui foi dele. E eu não tenho o que dizer da doutrina dele, não. O ruim dele é ele que não interessa pela Igreja. Então era para fazer uma votação para saber de padre para padre, para saber se o Dom ia ganhar a votação do povo ou se era eles lá de São Miguel. Então eu só via gente falar que estava pronta para votar no Dom. Essa votação era para mode parar com a briga que eles tinham, parar com a perseguição. Não, mas eles não acharam jeito de tirar o Dom daqui, não.

Em seu depoimento, Dom Waldemir se mostra ponderado ao falar das dificuldades de estabelecimento na cidade, limitando-se a narrar controvérsias no começo de sua vocação sacerdotal em Brasília e alguns fatos na cidade de Porangatu, onde tentou estabelecer domínio religioso. Possivelmente por ter no presente uma visão mais diplomática acerca das rixas, ele optou por ignorar episódios desagradáveis. Porém, em contato com outros moradores, é possível deduzir que as duas catolicidades se rivalizavam, sendo os líderes religiosos o foco da maledicência dos seguidores de ambas as Igrejas. O senhor Zé Lambari e dona Isaltina explicam tais querelas:

- Zé Lambari: O povo de lá [da Igreja Romana] abusava demais dele.
- Isaltina: O povo queria tirar ele, não aceitava ele aqui.
- Zé Lambari: Porque ele era brasileiro, os de lá, romano; então, eles [fiéis] ficam assim: um bocado para lá, outro bocado para cá. [...] esses padres eram todos doidos para tirar ele daqui, mas eu não sei o porquê.

A ocupação do território onde é a cidade de Novo Planalto ficou marcada pela disputa de poder religioso. De um lado, Dom Waldemir, que simbolizava a nova Igreja Católica com características de brasilidade, e, de outro lado, a tradicional Igreja Católica Romana, que reivindicava, em nome da tradição, seu domínio. Dom Waldemir sustentava sua conquista de espaço na popularidade e os padres “romanos”, por sua vez, salientavam sua vantagem pelo direito reconhecido tradicionalmente.

Sobre a oposição entre catolicismo de acolhimento e catolicismo habitual, dona Elzi diz que “os padres de São Miguel queriam expulsar ele daqui, tentaram muitas vezes”. Tal dualismo católico se desenrolou dentro de uma incipiente comunidade. Os moradores recém-

chegados eram levados a escolher entre uma e outra catolicidade. Dona Lindalva relata que eram frequentes missas simultâneas e as confusões advindas da competição religiosa:

Dom Waldemir celebrava missa lá em baixo, eu iria na missa do Dom Waldemir, mas nesse dia, eu estava na missa dos franciscanos, eu tinha sido convidada para ir na missa deles, na rua, eu não tinha costume de ir ainda, porque foi a primeira missa que eu fui, pois tinha chegado em Novo Planalto naquele dia, eu me lembro disso como hoje, pois eu ainda não tinha frequentado igreja. No dia dessa missa, eu me lembro que teve uma briga, me parece que numa Quinta-feira Santa, bem por aqui na rua, na esquina. Eles, o povo de São Miguel, estava celebrando uma missa, eram os franciscanos e, inclusive, eu estava nessa missa na hora, eu sei que trovejou uma briga. [...] eu não sabia que tinha a Igreja de Dom, eu não sabia que tinha outra Igreja Católica, então eu estava nessa missa de Quinta-feira Santa, nessa missa da outra Igreja [Icar], mas eu nem sabia que Dom celebrava missa também e não sabia que eram rivais. Então, quando eu estou na missa, trovejou uma briga, as mulheres desceram para dar uns cassetes, uns paus, disseram que iam pegar e bater no povo da outra Igreja, iam bater nos padres da Igreja Romana. Porque Dom estava lá em baixo celebrando a missa dele e tinha essa outra missa aqui, eu sei que esse dia eu me lembro, me lembro dessa briga, pois eu ainda saí correndo, passando por baixo de algumas cercas com arames e vim embora. Então, desse dia em diante que começou essa briga, teve essa separação, mas sempre eles [padres da Icar] vinham, mas era numa garagem de ninim, onde batizavam menino e tudo, mas demoravam para vir. [...] eu nunca tinha visto brigar, aí eu vi essa briga e já fiquei com medo, fiquei com medo de ficar nas missas da rua, pois eu tinha chegado há pouco tempo e não entendia. [...] então, eu tinha chegado há pouco tempo, mas já tinha essa separação. Aí, quando eu vi essa briga, eu assustei [risos]; tinha uma rixa entre as Igrejas e eu não sabia, eu acho que a rixa já era antiga, mas até esse momento eu não sabia como era.

O catolicismo em Novo Planalto se apresentou diferente do usual em outras localidades, pois nessa cidade houve, de fato, empenho atípico pela conquista da supremacia entre as duas instituições — concorrência acirrada que resultou em “guerra de Igreja”, como diz Silvânia:

Então naquela época, ficava aquela guerra de Igreja, vinha até polícia atrás do Dom, então, São Miguel do Araguaia, que era a cidade mais próxima sob o catolicismo da Igreja Romana, então o povo da Igreja Brasileira, que era muita gente naquela época — hoje que não tem ninguém na Igreja, hoje o Dom não representa quase nada —, pegava ele e saía.

Os entreveros eram muitos e marcaram o começo da cidade. A memória dos colaboradores traz uma abundância de detalhes acerca das peripécias pelo controle da fé. Contudo, importa ressaltar que as lembranças são falhas, pois, como é comum, situações são esquecidas. São cenários idos, não mais influentes, como comenta o senhor Zé Lambari: “Olha, tem muita história, mas tem muita coisa que a gente esquece. Coisas que já passaram,

então a gente vai esquecendo. Mas, o começo dessas brigas de Igreja foi isso aí, foi uma confusão danada com o pessoal da Igreja de Porangatu”.

“Mãezinha” também lamenta a falta de detalhes devido ao esquecimento ao longo do tempo, mas reafirma a natureza inflamada entre as catolicidades: “Entre as duas Igrejas católicas, eles brigavam muito, era uma contenda isso. Mas não tenho muita recordação dessas brigas. Fugiu da minha cabeça. Só sei que eles brigavam muito. [...] A única coisa que sei é que houve brigas entre as Igrejas, foi até perigoso”.

De acordo com Meihy (2005), a memória, como explicação dos acontecimentos do passado, está mesclada com silêncios, erros e contradições. Isso não quer dizer uma não fiabilidade da memória como uma fonte histórica, mas sugere a complexidade e magnitude da experiência humana.

A memória como registro histórico tem uma natureza específica, é retrospectiva e tem uma característica espontânea. Não fornece dados precisos em um momento no passado, que se mantém de maneira estável. Não há nenhuma memória pura. Assim, o esquecimento é um componente da memória.

Dona Ninha diz: “Sobre essas histórias das Igrejas, tem muita coisa, muitas encrencas, mas a gente vai esquecendo”.

3.5 Duas Igrejas: outras polêmicas

Em Novo Planalto, assim como em outras cidades do norte goiano, a dimensão religiosa se faz presente nas relações e atividades rotineiras das pessoas. Os gestos, o espaço banal, enfim, todas as expressões desse micromundo social estão ligadas à vida cotidiana religiosa e suscitam debates, confrontos e rivalidades. Temas simples, ordinários, acabam virando objetos de competição. Num palco de rivalidade entre atores sociais e representantes de Igrejas, instalaram-se concorrência pelo do cemitério em Dia de Finados, desentendimentos quanto à legitimidade da Icab, desavenças relativas à realização de cerimônias como batizados e casamentos, mal-entendidos quanto à diferenciação de doutrina e conflitos decorrentes da transferência de fiéis para outra Igreja Católica.

Sobre a utilização do cemitério em Dia de Finados, havia uma disputa pelo horário de maior frequência, gerando concorrência também por esse espaço sagrado. Maria Silvânia traz seu ponto de vista sobre essa competição:

Teve as questões do cemitério, que sempre surgia alguma coisa, sempre na data do Dia de Finados, porque um queria celebrar a missa, o outro queria celebrar a missa também. Mas tinha que ter um acordo entre os dois, para um celebrar a missa em um horário e o outro em outro horário, mas ninguém queria ceder, todo mundo queria naquele horário da manhã, que eram as oito horas da manhã. Então, sempre acontecia essas relias. Mas isso era devido ao horário, ninguém queria ceder: “eu vou ser primeiro”, o outro “eu vou ser primeiro”, ninguém queria ficar no segundo lugar, segundo horário, sempre queria ser o primeiro. No caso deste cemitério, também foi o Dom Waldemir quem começou, foi o Dom Waldemir quem fez da maneira dele, até onde ele pôde fazer. Depois que chegou a prefeitura que ajudou. Mas foi ele quem fez o cemitério, que antes era tudo cercadinho de arame farpado.

O clima de cisão chegou ao ponto de haver a tentativa de impedir que a Igreja rival realizasse a missa em ocasião do Dia de Finados, como relata dona Patu:

[...] nesse Dia de Finados, os romanos celebravam missa de um lado e o Dom celebrava missa de outro lado, pois o Dom não queria que os romanos celebrassem a missa deles lá dentro, só ele. Daí trancaram o portão do cemitério, um padre arrebentou e o povo entrou. Sei que quem arrebentou foi um padre, mas não me lembro o nome desse padre. Mas isso foi há muitos anos.

Dona Maria Rodrigues Freire completa, dizendo que essa controvérsia levou os padres da Icar a abandonar as missas do Dia de Finados no cemitério municipal:

No cemitério também, era assim... era aquela implicação, até o padre da Igreja Romana, na hora que ia a turma da Igreja Romana, a turma da Igreja Romana ficava num canto e a turma da Igreja Brasileira ficava em outro canto. Isso porque iam tudo num horário só. Então, cada um queria cantar mais alto para empatar a outra. Era assim que acontecia. Então a Igreja Brasileira — até hoje — fica embaixo de um pé de árvore, assim, para cá, e a Romana de cá. Aí, foi indo, o padre da Igreja Romana falou: “vamos celebrar missa para os finados aqui mesmo, dentro de nossa Igreja. Não tem que ir lá não, para estar implicando os outros”. Porque toda vida os de cá [da Igreja Romana] sempre tiveram mais consciência. Então, os padres deixaram de ir rezar missa no cemitério no Dia de Finados por causa disso, por causa dessas questões, até hoje. Até hoje eles não vão mais celebrar missa no cemitério. Até hoje, os padres romanos, eles celebram na igreja, para deixar o cemitério para o padre Waldemir, porque ele pega o povo dele é cedo e vai, quando é seis horas da tarde ele torna a ir de novo. Era assim. Inclusive, teve uma vez que o padre da Igreja Romana teve que arrebentar o cadeado do portão do cemitério, porque tinham trancado o portão para ele não entrar.

O casal Paulo Marques e Francisca também fala sobre a concorrência pelo espaço do cemitério:

— Paulo Marques: Briga, não. Mas tinha muitas críticas por parte dos romanos. Se o Dom Waldemir fosse celebrar missa no cemitério [no Dia de Finados], os romanos não assistiam de jeito nenhum.

— Francisca: E eles eram os que mais enfiavam o pé e não queriam, não aceitavam o Dom no cemitério. Eles não gostavam. E até hoje acho que não gostam.

— Paulo Marques: E eles não vinham celebrar.

Assim como dona Maria Rodrigues Freire, dona Carlita Ferreira de Souza Galvão também relata a desistência da Icar de fazer missa no cemitério em Dia de Finados devido ao clima nada amistoso entre as Igrejas. Perguntada se já houve brigas nos eventos religiosos no cemitério, ela responde:

Teve sim, nas missas que eram rezadas no cemitério. Por que? Porque o Dom sempre rezou a missa do Dia de Finados lá, e aí o padre da outra Igreja também ia lá rezar. Depois, o padre [da Igreja Romana] falou assim: “não, para não ter contenda, está tendo um conflito muito ruim, vou rezar aqui na Igreja mesmo e deixa e deixa ele rezar lá”, porque quando começou os daqui começou a rezar as missas de finados, ele, o Dom, já rezava lá. Foi aí que o daqui falou: “não vamos entrar em contenda por causa disso, não, vamos rezar aqui na Igreja mesmo, ou onde puder”.

Sobre a legitimidade da Icab, senhor Ademar Rodrigues dos Santos, que diz ser participante “até hoje da Igreja do Dom”, explica que havia uma tentativa de demérito da Icar por não estar ligada à Roma e, conseqüentemente, ao papa. Ele resume o impasse: “então, sempre teve atrito porque a Igreja do Dom não tinha papa, não tinha o papa, né; e nisso começou aquele enguiço: ‘eh, a Igreja do Dom não vale”.

Dona Maria Dourinha Sampaio, moradora da cidade de Porangatu, relata ter sido participante e ajudante de Dom Waldemir desde sua chegada. Hoje, porém, ela se diz católica apostólica romana fervorosa. A informante reclama da não observância da Igreja Brasileira à autoridade papal: “[...] e eles não respeitava o papa, ele não tinha nada a ver com o papa. Então já é um erro, né. Porque toda Igreja depende, tem que ter o pastor, o papa. E eles não tinham. A Igreja Católica tem que ter o papa. Cada uma chama do seu jeito, mas tem”.

Dona Naíde, por sua vez, queixa-se da investida contra a autoridade eclesiástica de Dom Waldemir: “Então, aí começou a implicância. Eles já falavam porque era brasileiro, que não podia fazer isso, não fazer aquilo e daí foram afastando”. Dona Patrocínia confirma tal ofensiva: “Mas implicavam muito ele, diziam que ele não era padre”.

As discussões acerca da validade da “Igreja do Dom” permearam os atritos entre padres e fiéis durante, pelo menos, os anos de maior rivalidade entre as Igrejas, como indica o senhor

Pedro Sílvio: “Igreja Católica, na verdade, são duas, mas a verdadeira mesmo é só uma; essa outra é Brasileira. Agora, a que vem do papa mesmo é essa, a Apostólica Romana”.

Eram também comuns discordâncias acerca da legitimidade das cerimônias de batizado e casamento realizadas pela Igreja dissidente. Havia preocupação entre os moradores quanto ao não batismo das crianças, um temor de que seus filhos continuassem “pagãos”. Como dito anteriormente, a cidade sentia necessidade da presença católica e, consecutivamente, dos ritos sagrados de batismo. Assim, a chegada de Dom Waldemir supriu essa carência, disponibilizando batismos. Senhor Ademar fala sobre a ânsia que havia pelo sacramento do batismo: “[...] tinha mais de 100 batizados de uma vez nessa época. Vinha muita gente batizar, eu mesmo batizei muito filho de amigos aqui. Eles diziam que o batizado não valia né, que não tinha o papa, isso e aquilo, o que acontecia era isso”.

A cidade de Novo Planalto e a zona rural apresentavam, deveras, privação desses tipos de cerimônia. Com a chegada do padre, aglomeravam-se pessoas do povoado e das regiões circunvizinhas para batizarem seus filhos e, inclusive, pessoas com mais idade que ainda não tinham recebido esse sacramento. Dona Naíde explica:

Então ele chegou e abraçou todo mundo, foi fazer batizados, batizou até rapazes, moças que nunca tinham sido batizados. Vinha gente de todo lugar para batizar. Todo lugar vinha gente! Vinha gente de longe para batizar com ele aqui em Novo Planalto. Quando era dia 6 de agosto [dia do padroeiro da Icab de Novo Planalto], era o dia todinho de batizados. Era gente que vinha de fora, era com três, quatro meninos cada família que vinha de longe para batizar, outros vinha marcar o casamento, vinham casar aqui na igreja dele. Então isso tudo eu me lembro e sei, porque eu vi.

Dona Carlita contesta o aspecto emancipado das cerimônias de batizado feitas pelo bispo da Icab e também a desobediência protocolar para a consecução do sacramento:

[...] lá [na Icab] a gente começava, fazia o curso hoje para batizar amanhã — que era nas festas de 6 de agosto, como é até hoje, ainda tem — então, hoje tinha um punhado de gente, mas amanhã já tinha o dobro lá na igreja batizando menino. É uma coisa, assim, sem organização, sabe. Uma minoria fazia o curso para o batizado, quando era no dia da festa estava o triplo lá batizando.

Senhor Zuza confirma a amplitude dessas cerimônias no povoado: “Batismo dele, dia da festa dele já ajudei demais, era batismo demais, era fila de gente”. O informante, que é frequentador da Icab, discorda, no entanto, da “discriminação” que sofria o bispo de sua Igreja como autoridade religiosa:

Eles tinham, assim... eles discriminavam, sabe. Os padres romanos, quando eles voltaram a celebrar missa aqui, aí tinha aquela discriminação; primeiro, quem era batizado na Igreja do Dom tinha que batizar de novo na Igreja deles, se não, eles não aceitavam. Já o Dom não faz isso, não mexe com isso. O cara é batizado, então é batizado, pode ser em qualquer religião, porque o batismo é um só, é cristão.

Na mesma entrevista, dona Izabel, mãe de senhor Zuza, coloca seu ponto de vista sobre a consagração do batismo. Justifica que não somente Dom Waldemir tem competência para realizar ritos de batismo, mas qualquer outra pessoa pode fazê-lo:

Olha, eu vou te explicar uma coisa: Até onde eu pude procurar a Bíblia Sagrada, o batistério você pode batizar até em casa, a criança que você batiza em casa, você pode levar lá no padre e se o padre procurar e você disser que a criança foi batizada em casa, ela só recebe o santo óleo. Então, o padre mesmo dizia assim: “Pode batizar a criancinha que nasceu doente, pode batizar em casa, pois qualquer um sabe batizar”. Pegou a aguinha benta, porque a água benta é aquela que você pegou, fez qualquer oraçãozinha, já pode despejar ela na cabeça da criança, a reza você sabe qual que é, reza e batiza em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Então já está batizado, bota aguinha na cabeça, não é? Porque os crentes batizam mergulhando, e na Bíblia Sagrada, aonde Jesus foi batizado só cobria os pés dele, porque João Batista pegou a água dos pés dele.

Senhor Osmar também se refere à descomplicação da cerimônia de batismo e se mostra indignado com o desdém à celebração do sacramento feita por Dom Waldemir:

Tem que ser batizado com água, tem que por água na cabeça, deve ser batizado no Espírito Santo com água. Então, qualquer Igreja que tiver um batizado neste sentido, usar aquelas mesmas palavras que estão na Bíblia, para mim, tudo tem validade. [...] E se você for batizar na Igreja São Pedro, você é batizado da mesma forma. Não tem diferença. Vale o que está escrito na Bíblia. [...] eu não sei por que eles não aceitam o batismo da Igreja Brasileira.

De fato, a autenticidade desse sacramento cristão foi mais uma questão de desavença — assunto de contestação e polêmica entre os católicos novoplanaltenses, como observa o senhor Zé Lambari:

[...] isso aí é uma coisa que... sabe... não tem nem jeito da gente falar uma coisa dessa, porque se batizou aí [na Igreja Brasileira], então o culpado é o pai e a mãe, se pegar daí e levar para batizar de novo. Será que eles acreditaram que eles não ficaram batizados aí [na Igreja Brasileira]? Sendo que ele foi batizado, ele recebeu a hóstia, a água benta e tudo mais... levar numa outra Igreja para batizar! Será que a de lá é que vai salvar eles? Não é. Eu acho que não. [...] Pois eu mesmo tenho filhos batizados na Igreja Brasileira, eu nunca fui batizar em outra Igreja, porque eles já estão batizados, ele é padre formado, não tem como dizer que ele não é formado,

pois ele é formado. Ele pode sim fazer um batismo. Agora, os que batizam porque passou para ser crente, eu não digo nada, mas tirar de uma Igreja e for para outra [para batizar], isso é errado. Está rebaixando.

Esse era o tom que se seguiu quanto aos efeitos dos batismos realizados pelo representante da Icab: concordância e contestação. Como salienta dona Maria Rodrigues Freire, em sua opinião, “na Igreja Romana, se a criança for batizada na Assembleia [de Deus], não precisa batizar de novo. Fala lá que já é batizado, já da Igreja dele tem que batizar de novo, porque a Igreja dele não tem validade”.

Dona Maria Dourinha diz que, na época em que era católica brasileira, achava incoerente o rebatizado, mas que ela mesma mudou de opinião ao redirecionar seu catolicismo. Mesmo assim, reforça seu carinho pelo pároco da Icab: “Antes, eu achava um absurdo o povo batizava de novo, aí aquela coisa. Depois, eu mesma descobri, eu mesma batizei meus filhos de novo. Só que eu gosto muito do Dom Waldemir”.

Senhor Paulo Marques e dona Francisca destacam as situações adversas acerca da licitude do batismo na Icab e asseguram que essas questões ainda persistem:

- Francisca: Eles batizam as pessoas que o Dom batiza. Eles tornam a batizar de novo.
- Paulo Marques: Porque, batismo, se você batizar um filho seu em casa ele estará batizado. Você batiza em nome de Deus, meu amigo. Para que batizar de novo? Você é batizado, meu filho! Essa briga de batizado até hoje tem.
- Francisca: Realmente, essa briga sobre o batismo tem até hoje.
- Paulo Marques: Tem, essas picuinhas de batizado continuam até hoje.

Além do batismo, outros sacramentos também foram objetos de discórdia, tanto entre membro das Igrejas como entre párocos. A facilidade de casar foi um dos motivos das discordâncias, embora alguns não vejam problema nisso, como o senhor José Joaquim Lopes de Araújo (Loló): “Na Igreja do Dom era mais fácil para casar, chamou: ‘vamos casar, vamos embora casa’ e casava”. Afinal, o enlace matrimonial celebrado na Igreja também era uma carência nessa região, como ressalta o senhor Manoel Messias:

Vinha muita gente de fora para casar com o Dom Waldemir, porque com ele era mais fácil casar, com os outros, os franciscanos não casavam, não. As pessoas se casavam duas vezes, e eu ficava observando, olhando de lado, o povo [de outras cidades], na hora que chegavam [para o seu segundo casamento], ficava um com vergonha do outro.

Outro assunto motivador de cizânia era a oportunidade de casar mais de uma vez na Icab — o que era vetado pela Icar —, como relata senhor Severino: “Eu tenho um irmão que

casou duas vezes na Igreja Brasileira. Duas vezes na mesma Igreja, no mesmo ano. Ele casou com uma mulher, viveu com ela uns seis meses, largou e casou com a outra. No mesmo ano ele casou com duas mulheres e na mesma Igreja, lá na Igreja do Dom”.

Censurado por uns e admitido por outros, o ato de simplificar e dar nova chance ao enlace matrimonial é elogiada por algumas pessoas, ao menos entre os fiéis da Icab, como comenta dona Naíde:

Aí pegaram uma implicância com ele porque dizia que ele era brasileiro e não podia fazer casamento porque diziam que quem era casado e tivesse largado ele fazia o casamento de novo. Uai, mas aí quem já tinha sido casado e largou, acho que não tinha nada a ver com isso mais não! Se fosse lá para casar, ele fazia o casamento.

A diferenciação de doutrina foi outro motivo de desentendimentos. Ao longo das entrevistas, os adeptos da Icab afirmam que Dom Waldemir sempre deixou bem claro que sua cristandade representava um catolicismo distinto, separado das convenções da catolicidade romana, como afirma o casal Zé Lambari e Isaltina:

- Isaltina: toda vida sabíamos que a Igreja do Dom era a Brasileira, Brasileira Romana. Eles falavam brasileira romana.
- Zé Lambari: Mas esse padre, o Dom, ele nunca foi romano. Ele nunca falou que era romano. Sei de toda vida que ele é da Brasileira.

Dona Rosa, apesar de hoje ser adepta de religião evangélica, afirma: “Eu sei, a gente sabia que ele não é ligado a Roma, ele é do Brasil”. O casal Osmar e Elzi reforça:

- Osmar: Desde o começo que nós participamos toda vida o Dom falava que a Igreja dele era a Igreja Brasileira.
- Elzi: Ele sempre falava que essa era a Igreja Católica Apostólica Brasileira”.

Senhor Osmar afirma não ver objeção na dissidência e expõe seu entendimento bíblico para defender a catolicidade nacional:

Ela é brasileira, mas nós todos somos brasileiros. Assim como nós apoiamos o nosso país, nós deveríamos era acostumar com as coisas nossas mesmo, com o nosso próprio país, com o Brasil mesmo. Nós não temos nada a ver com Roma não, Roma é outra história. Não é porque eu sou da Igreja Brasileira que eu não seja católico, eu sou católico e apostólico. Porque na Bíblia não fala nem de romana nem de brasileira e nem ortodoxa, pois cada país está exercendo um tipo de Igreja, a católica é uma só... a católica e a apostólica, agora cada país é que muda.

Ao contrário, ex-integrantes da Icab atestam o desconhecimento sobre as diferenças doutrinárias entre os catolicismos. Dona Ditinha, por exemplo, afirma que, por determinado tempo, pensou que se tratava da mesma religião:

[...] a gente é besta demais. Eles falavam que é porque os romanos são de Roma, e nós somos brasileiros, então eu pensava que era por isso, mas o problema é bem diferente. Quem dizia essas coisas era o próprio Dom Waldemir e outras pessoas que eram próximas ao Dom Waldemir, pois nós tínhamos chegado a pouco tempo. Mas para a gente não tinha diferença não entre Igreja Romana e Brasileira, para nós estava tudo normal. A gente pensava que eram só os padres que não se combinava. Nós, católicos da Igreja Brasileira, combinávamos muito bem com o papa. Nós não sabíamos de nada dessas coisas não. A gente só pensava que estava seguindo tudo certo, que estava ligada com o papa, estava tudo normal.

Quanto ao bispo explicar as diferenças entre as Igrejas, ela informa: “Ele não explicava essas coisas para nós não, criatura. Pois não podia, senão, saía todo mundo [risos]”.

Dona Antônia Navarro da Cruz salienta que o pioneirismo de Dom Waldemir e sua popularidade a levaram a frequentar a Icab nos primeiros momentos, assim que chegou à cidade. Ela expõe a ausência de clareza entre Igreja Brasileira e Romana:

Eu vim para cá em julho de 1966, antes eu morava em Santa Tereza. Quando cheguei aqui, morava na fazenda, não era de frequentar igreja. Mas assim que cheguei, logo ouvi falar do Dom Waldemir. Me falavam que ele era o padre do lugar. Eu mesma pensava que era um padre católico. Naquela época eu não tinha coisa com Romana ou Brasileira. Só depois fiquei sabendo que era a Igreja Católica Apostólica Brasileira, e a nossa é a Católica Apostólica Romana. Eu só fiquei sabendo bem depois que ele era católico apostólico brasileiro. Eu ainda participei, fui em missa lá. Mas quando eu fui em missa da Igreja Brasileira, eu sabia que não era a Igreja Romana, mas falavam que era a mesma coisa. Depois, quando a gente vai vendo assim o ritmo dele, o jeito, a gente vê a maneira, a diferença. Sei lá, como se diz, a Igreja dele não tem convênio com Roma. Eu achei.... não é a Romana, a Romana foi aquela que a gente nasceu. A Igreja do papa que a gente acredita, que a gente segue direitinho.

Dona Maria Rodrigues Freire, que se diz católica romana, acentua que ela e os fiéis, de forma geral, não tinham ciência da diferenciação de credo católico: “Nós pensávamos que todo mundo era igual a nós, assim... estava enganado. Tinha muito mais pessoas enganadas sobre as diferenças”. A informante fala da despreensão entre a população religiosa, da nulidade da Icab e da importância do cânon papal:

Não sabíamos que aquela Igreja não era a Romana. Sabe, a gente era criado assim... “vamos para a Igreja, vamos!” A gente ia achando que era do mesmo jeito da Igreja Romana. Só depois que eu descobri que ela não tinha

documento, que ela não tinha validade, eu larguei ela e passei para a outra Igreja. Até hoje ele fala que a Igreja dele é reconhecida. E tem mais uma: a Igreja dele não tem papa. A nossa Igreja tem papa e a dele não tem. Eu não sabia nada disso, aí depois que eu descobri e fui fazer a pergunta para ele. Ele respondeu: “papa é homem que nem eu, que nem seu marido, que nem outro qualquer, não existe isso não. O povo que tem essa bobeira”. Aí eu já fui ficando cismada.

Maria Silvânia conta sua experiência na Igreja Brasileira como um equívoco:

Na época, para a gente estava certo, estava indo para a Igreja certa, mas não sabíamos não. Depois que eu cresci, depois que eu fui conhecer das coisas, das religiões todas, até que foi aí que vi que não era a Igreja certa, não era a Igreja correta com a doutrina católica apostólica romana, porque lá é brasileira, que é uma Igreja descartada, pois só existe em alguns lugares.

Dona Luíza Mangureira da Silva, chamada de Lorinha, que outrora era integrante da Icab, relata que, com o passar do tempo, foi percebendo diferenças de cultos e sacramentos, o que a fez optar por outra catolicidade:

Eu não sabia essa diferença de Igreja Romana e Igreja Brasileira. Eu antes pensava que era tudo igual. Aí depois que eu fui percebendo que não era igual, era diferente. Pois a nossa Igreja não cobra batizado, não cobra casamento, foi assim que eu fui percebendo. E o casamento da nossa Igreja, só se casa uma vez. Porque, no casamento civil, na minha compreensão, você se casa, separa, desquita e volta a casar de novo, e a nossa não, a nossa católica casou não tem desquite porque é a Igreja que Deus deixou. Eu descobri a diferença entre as duas igrejas sozinha. Daí quando descobri, pensei assim: “não, minha Igreja é essa”. A outra Igreja não é ligada ao papa, só que ele [o papa] é um ser humano como qualquer outro. Mas, graças a Deus, eu sou feliz na minha religião.

Dona Carlita, do mesmo modo, relata seu “tanto faz” inicial com relação às doutrinas e sua desatenção no que diz respeito à romanização da Igreja Brasileira:

Quando nós casamos, nós mudamos para cá, nós não sabíamos que já tinha a Igreja Romana aqui. Por que não sabíamos? Porque os padres vinham de fora celebrar missa aqui, eles vinham de Porangatu ou de São Miguel. Então, foi por isso que a gente ficou frequentando a Igreja do Dom, mas não tanto assim. Pois viemos lá da fazenda e casamos na Igreja do Dom, sabe. Viemos aqui e demos o nome para o casamento, pois para mim era a mesma Igreja, uma Igreja só, mas não era, tem diferença. Nós achávamos que a Igreja do Dom era a mesma Igreja Romana. Eu realmente achava isso. Era assim. E a gente achava que era uma Igreja só. Inclusive a comadre Maria, quando fui me casar nessa Igreja, me disse assim: “não, comadre, não casa nessa Igreja, não, porque essa não é a Igreja Católica não”. Eu disse: “ah, comadre, tanto faz”. [...] foi por isso, porque a gente achava que era uma Igreja só, sabe. Na verdade, o Dom Waldemir nunca nos disse que a Igreja dele não era romana. É assim, na Igreja dele ele não aceitava que a gente tivesse um bispo ou o

papa, ele não aceitava. Na Igreja dele ele não admite que o papa tem uma força maior que o bispo. Era isso, ele não acredita e nem aceitava o papa. A Igreja dele era igual uma igreja protestante. O que ele falava era isso. Foi aí que a gente veio cair na real.

A informante, ao expor o diálogo com sua comadre — “não comadre, não casa nessa igreja, não, porque essa não é a Igreja Católica não” —, refere-se a uma pessoa que vivia em Porangatu. Indica que havia uma concorrência em forma de debate acerca da legitimidade da Icab e que o contato com católicos de outra cidade — nesse caso, Porangatu — igualmente era ensejo para refutação da Igreja dissidente.

Havia também mal-entendidos em relação ao fato de a Icar em Novo Planalto ser atendida por religiosos estrangeiros. Na realidade, os freis e padres que vinham da diocese de Porangatu eram, em sua maioria, estrangeiros. Essa situação gerou certa confusão na distinção religiosa, conforme relata dona Maria Dourinha:

Quando eu cheguei em Novo Planalto, eu já tinha informação da Igreja Brasileira, então eu pensava assim: “A Igreja é brasileira porque os padres são brasileiros”. Porque os padres quem vinham em Novo Planalto [da Icar] eram todos americanos, eram todos de outros países. [...] então, eu não sabia, eu não sabia o significado, eu não sabia por que que era Igreja Brasileira. Eu achava que era porque os padres eram brasileiros, eu achava isso.

Dona Maria Dourinha apresenta argumentos de membros da Icar que colocam em questionamento a Igreja Brasileira:

Mas, então, eu não sabia qual era a história, porque se eu soubesse, eu tinha ido devagar, porque ela era uma Igreja diferente [da Icar]. Só que depois, veio o Arnaldo, ele me explicou o porquê, como começou a Igreja Protestante, porque tinha um bispo que estava na Igreja Católica, aí descobriu coisas erradas — que todas têm — aí ele fundou a Igreja para ele. Aí, o Arnaldo — ele foi uma pessoa que se ordenou e eu fui madrinha dele — e ele gostava muito de mim. Quando passou uns tempos, ele saiu da Igreja, aí ele mandou umas papeladas para mim contando tudinho como era a Igreja Brasileira. Aí eu fui abrindo os olhos. Depois, a gente mesmo, na Bíblia a gente sabe que Jesus falou para Pedro — porque Pedro está como o primeiro papa —, Jesus falou: “Pedro, tudo que ligares na terra, será ligado no céu; tudo que você desligares na terra, será desligado no céu”. Basta isso para a gente saber.

Ela diz ainda que, mesmo morando em Porangatu, tentou prosseguir na Icab por considerar o padre pioneiro em Novo Planalto:

Depois que eu vim para Porangatu mesmo, foi onde caiu a ficha, né. Quando cheguei aqui, eu deixava de ir nas missas católicas dos padres daqui e ia para

lá, para a Igreja do Dom Waldemir, ele tinha uma igreja aqui em Porangatu. Eu achava muito bom, eu gostava demais. Eu participava de corpo, alma e coração, com muita boa vontade, só que eu não tenho a consciência pesada, porque eu não sabia que a Igreja era desligada. Portanto, eu não sabia.

O fato de as pessoas saberem ou não que se tratava de Igrejas diferentes teve certa relevância e se tornou mais significativo com a migração de fiéis da Icab para a Icar — mais um motivo de discordâncias na comunidade. A controvérsia, se deu, inclusive, pelo fato de muitos crentes permanecerem membros da Icab, mesmo com a discussão que levou ao esclarecimento sobre a distinção entre as catolicidades.

Dona Isaltina lamenta a dispersão dos fiéis: “Gente velho que morava aqui há muitos, largou a Igreja aqui [Brasileira] e passou para a de lá [Romana]”. E senhor Jovino, que trocou de Igreja, enfatiza: “O que é de gente que passou para a Igreja Romana é incrível, passou gente demais!” Quando indagada sobre os motivos que levaram boa parte dos fiéis a sair da “Igreja do Dom” para a Católica Romana, dona Maria Rodrigues Freire confirma seu esposo:

[...] é porque conheceu a verdade, conheceram que a Romana era a Igreja certa. Para dizer a verdade, ela é tão certa que nós não chegamos a nos batizar nessa outra, nós fomos batizados na Romana. Então, primeiro só existia a Romana. Foi aí quando a gente arregalou os olhos e conhecemos a verdade e passou para lá.

A conversão de fiéis para a Igreja Católica Romana gerou mágoa entre os moradores, como expõe dona Maria Rodrigues Freire:

O Dom Waldemir, por exemplo, até hoje ele não fala comigo, ele responde quando eu falo com ele. Isso não tem nada a ver, eu não passei foi para a Igreja crente, foi para uma católica do mesmo jeito. E teve, sim, mais gente que ficou chateada comigo, custou caminhar até mim para me cumprimentar e eu fazia de conta que não sabia. Quando eu via eles, eu sempre cumprimentava. Mas, hoje, estão se chegando. As próprias pessoas que ficaram chateadas comigo falam para mim que ainda vai acabar indo para a outra Igreja. A realidade é isso aí que eu estou te falando. Eu falo porque é a realidade, eu conheço essa história.

Senhor Severino descreve os motivos que o levaram a optar pela mudança, dizendo que o catolicismo brasileiro é ocasional. Ele afirma que a Icab em Novo Planalto subsiste devido ao carisma de seu líder:

[...] depois que começou aquela briga com os padres de São Miguel, porque ele queria proibir os padres aqui, aí nós fomos abrindo mão dele. Eu falava assim: “esse homem não é certo não”. Eu não sei muito sobre essas questões, não entendo bem, a gente estuda muito bem a Bíblia, mas... a gente vai entendendo é aos poucos. Essa questão de Igreja é complicada. E outra que

acabou a religião dele, só existe ele que eu conheço, se olhar para todos os lados não acha mais [essa religião]. Tinha uma lá em Brasília que acabou, tinha uma lá em Porangatu, acabou — que era ele mesmo —, tinha uma lá em Bonópolis que também acabou, só ficou essa em Novo Planalto e o povo está tudo largando e vindo para cá [Igreja Romana]. Então, quando ele morrer acaba... essa religião, pois não existe outra. É só ele que segura a Igreja. [...] nós ficamos lá por pouco tempo, pois quando começou essas brigas, eu disse: “não, esse trem não está certo, não. Eu nunca vi nada disso, de ser só do Brasil”.

Entre as razões apontadas pelos moradores que permaneceram na Igreja Brasileira está o pioneirismo do bispo. Devotado à “Igreja do Dom”. Senhor Ademar ressalta a importância da trajetória de Dom Waldemir: “[...] meus cinco meninos são batizados aqui, no Dom; e também eu me casei na Igreja dele. [...] nessa época ele chegou aqui e então eu casei na Igreja dele. Até hoje eu sou da Igreja do Dom. Eu só assisto às missas do Dom”.

Dona Ninha diz que, mesmo com as brigas e confusões, com pessoas saindo, optou por continuar na Igreja Brasileira por se identificar com seu líder e seu padroeiro. Assim como Ademar, para ela, o costume e o acolhimento na Icab foram fundamentais para manter-se leal à “Igreja do Dom”:

E as mulheres das duas Igrejas ficaram brigando umas com as outras, eu estava rente a elas e vim embora para casa. Ainda falei: “Nossa, eu estou com medo dessas brigas”. Mas depois, essas que discutiram, passaram tudo para lá [Icar], então acabaram indo para lá. E quando eu presenciei essas brigas, eu pensei assim comigo: “Puxa, eu nunca... a primeira vez... eu estou com medo de largar a Igreja do Dom, lá na Bahia não tem essa Igreja, mas como eu vou largar, ficar sem Igreja, porque os outros dizem que vem, mas é de mês em mês, e quando vem é lá na garagem do ninim, então eu vou ficar aqui mesmo. Tem também o padroeiro que é Bom Jesus”. Então eu fiquei, e fiquei até hoje. E foi saindo gente. Inclusive eu e a comadre Hermínia nunca saímos. Eu nunca saí da Igreja do Dom porque acho que foi a primeira que eu achei quando cheguei em Novo Planalto, então a gente continuou nela, muita gente saiu [da Icab], mas nós ficamos.

Dona Naíde diz não compreender os motivos dessa divisão católica. Ela diz, orgulhosa, que pertence à Igreja Católica Apostólica Brasileira e lamenta a debandada de muitos fiéis para a Igreja Católica concorrente:

Aí depois esse povo abriu fora dele, mas eu não sei o porquê, não posso falar porque eu não sei. Eu não sei como foi essa desavença, só sei que separou e eles largaram ele. Então ele ficou com nós e a outra turma foram apoiar os franciscanos. [...] Só que eu nunca larguei, eu toda vida frequento a Igreja do Dom. Meus meninos são tudo batizados com ele. A outra igreja [Icar] era um pouco mais devagar, agora hoje a Igreja dele está lá em baixo e essa outra cresceu. Porque muita gente que era de lá [Icab], depois com o tempo passa para essa de cá [Icar]. Igual, família grande passou tudo para lá.

Dona Elzi relata que a quantidade de pessoas adeptas à Icab foi diminuindo com o passar dos anos: “No início muita gente seguia ele, depois foi diminuindo, caiu um pouco. Ficaram divididos. Mas nós sempre fomos da Igreja do Dom Waldemir”.

Enfim, o catolicismo em Novo Planalto é peculiar, marcado por essa separação entre os que saíram e os que permaneceram na Icab. Pelas narrativas, constata-se que, nos primeiros decênios, por causa de fatores como o pioneirismo e a posição espacial, a Igreja Brasileira foi dominante na cidade, mas esse domínio foi declinando com o passar do tempo. Mesmo assim, a religião dissidente manteve seu rebanho, composto por fiéis como dona Izabel, que diz ter orgulho em participar da Igreja Católica Brasileira: “A minha Igreja Brasileira, Bom Jesus, ela é brasileira porque está no Brasil, não tem como deixar ela, não”.

CONCLUSÃO

Para compreender os “catolicismos em Novo Planalto”, de início buscamos fazer um recorte histórico, apresentando o advento e a difusão dos ideais de uma Igreja nacional. Tal introdução permitiu situar melhor a questão central da pesquisa que se concentrou na multiplicidade de convicções dentro do catolicismo no Brasil, em controvérsias doutrinárias que tiveram como anunciador principal o padre e regente imperial Antônio Diogo Feijó. Aliás, além das propostas de renovação católica, percebemos traços característicos que unem esse primeiro personagem aos criadores da Igreja Brasileira: suas convicções político-ideológicas. Tanto o Padre Feijó como o cónego Amorim e Dom Carlos foram sujeitos ativos nas demandas políticas próprias de suas épocas.

A princípio, sentimos as dificuldades em realizar pesquisas sobre o catolicismo, justamente pelos aspectos divergentes, isto é, o catolicismo não é uno como regularmente difundido por seus mais fervorosos representantes. Ele é formado por um coletivo complexo de pessoas que têm pontos de vista diversificados e perfis desiguais. No Brasil, a “pedra” em que foi edificada a Igreja possui fissuras provocadas pela multiplicidade de pensamentos, de costumes e fatores locais.

Por ser o Brasil um país tropical, a obrigatoriedade do uso das vestes talares, por exemplo, é uma regra bastante discutida até hoje entre os sacerdotes. Do mesmo modo, a proibição do casamento para os clérigos historicamente provoca debates. No caso do padre Feijó, segundo seus biógrafos, o fato de ser filho bastardo de sacerdote provavelmente influenciou sua posição contra o celibato clerical.

A questão do celibato sacerdotal teria sido também um dos pontos fundamentais que levou às discordâncias entre o cónego Amorim Correia e as autoridades católicas da prelazia da qual sua paróquia fazia parte. Além disso, no caso de Itapira, da primeira fundação de uma

Igreja católica nacional, o catolicismo mostra uma de suas características interioranas, traduzida na acomodação de elementos de devoções populares. Essa latinidade brasileira, pluricultural, de paisagem na qual a diversidade é dinâmica, com uma capacidade abrangente de intervenção do divino na vida cotidiana em combinação com costumes locais, produz uma catolicidade fluida. Entretanto, a mistura de diferentes usos do catolicismo brasileiro provoca tensões e divisões, causando rupturas entre sujeitos católicos (sacerdotes e leigos) e o catolicismo oficial.

As tentativas de Feijó, no começo do século XIX, de adaptar o catolicismo às condições brasileiras, tiveram efeito, de fato, no século XX, em 1945, com a refundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira. Em meio à Segunda Guerra Mundial, período de complexidades diplomáticas, de polarização do confronto entre doutrinas liberais modernas de caráter secular e teorias socialistas notadamente anticlericais, o Vaticano teve que lidar, de um lado, com os extremismos raciais que culminaram no holocausto e, de outro lado, com o comunismo ateu. A atuação da Santa Sé, nesse período de guerra, de totalitarismos (de direita e de esquerda), provocou uma abundância de desavenças, acusações e críticas que prejudicaram sua imagem no mundo.

Contudo, um possível envolvimento de membros da Igreja — principalmente no período da ascensão de Hitler como líder do governo alemão — não foi matéria central desta pesquisa. Interessou-nos os problemas advindos do conflito militar global em justaposição aos estímulos de diversidade do catolicismo brasileiro. Nesse ambiente delicado, Dom Carlos apostatou e refundou juridicamente a atual Icab.

Um ponto que vale ser destacado é que, após a refundação da Igreja Brasileira, Dom Carlos trabalhou para a expansão da nova religião, o que o levou ao estabelecimento da Icab em Brasília. No contexto de Marcha para o Oeste e deslocamento de indivíduos, o aspirante a padre Waldemir deparou com uma variante católica. Dom, como é chamado carinhosamente pelos féis, assim como Feijó, teve dificuldades em realizar seu sonho de tornar-se padre. Os estigmas das desigualdades sociais (preto e pobre), a juventude, o pouco conhecimento, as novidades que teve que encarar o retirante do interior baiano, a nova vida na nova capital federal, as incertezas, anuviaram sua oportunidade de entrar para o seminário. A partir do testemunho oral de sua trajetória de vida, percebemos que o então recém-padre se fixou à margem não apenas da moderna metrópole, a nova sede da administração pública brasileira, mas também nos arredores de um novo catolicismo.

Exatos vinte e um anos após a refundação da Icab, em 1966, o padre católico brasileiro Dom Waldemir de Araújo Ribeiro chegou à pequena comunidade de Novo Planalto. Pois bem,

este pesquisador é natural de Novo Planalto e passou quase a totalidade de sua vida habitando nesse lugar. Consequentemente, o estímulo à pesquisa sobre o catolicismo diferente da cidade começou antes mesmo do início de uma vida acadêmica.

Podemos listar algumas dificuldades que descobrimos ser próprias de quando o pesquisador opta pela metodologia da história oral: os esforços de deslocamento do pesquisador, que mora em outra cidade; a disponibilidade de data e horário dos entrevistados em conformidade com a agenda do pesquisador; por vezes, a dificuldade em estabelecer um diálogo particular com o entrevistado; a seleção das entrevistas e, principalmente, a cautela do pesquisador ao abordar um assunto tão delicado como o das contendas religiosas. Com referência a esse último ponto, procuramos evitar possíveis chateações ou arrependimentos dos entrevistados.

Contudo, os obstáculos foram secundários se comparados aos prazeres que, acreditamos, somente a pesquisa em história oral pode proporcionar, principalmente pelo contato direto com as pessoas e pelo (re)convívio que nos instigam a repensar o ofício de historiador: aprender a ouvir, escutar a história do outro, exercitar nossa alteridade que, por vezes, pode ser esquecida no percurso da pesquisa historiográfica.

Reestabelecer laços com antepassados, sentir a história outra, atentar às particularidades da vida alheia, rir, tomar café (com história e amizade) com essas pessoas têm um valor incalculável. Como dizia Warburg (apud GINZBURG, 2003, p. 143): “Deus está no particular”. Enfim, é inestimável transcrever as histórias de velhos e novos colaboradores.

Além disso, Novo Planalto não possui sua história publicada — realidade da maioria dos municípios dessa região de Goiás. É comum, por essas bandas, a falta de uma historiografia sobre a população local e a identidade dessa gente. Geralmente, o que se vê são versões “oficiais” relatadas pela classe política local, quase sempre após a emancipação política, ou seja, versões dos homens públicos.

Nossa proposta de pesquisa foi justamente fazer um caminho alternativo da história local, no qual as versões são postas pelos “heróis do cotidiano”, pessoas que trazem na memória o panorama de uma época singular da formação da cidade. Esperamos que esta dissertação possa contribuir para a construção de uma bibliografia do lugar e estimular outras literaturas locais que privilegiem a produção de conhecimentos históricos locais com abordagem das narrativas dos “de baixo”, isto é, das pessoas comuns.

Por isso a opção de historicizar as recordações dos sujeitos que viveram o passado de Novo Planalto, não com o intuito de apenas trazer à tona os episódios vividos, mas também de desvendar traços do aspecto sociocultural do lugar em seu início. Os relatos que

apresentam lembranças sobre a vida são movimentos meticolosos de rememoração de experiências pretéritas alicerçadas no tempo presente e repletas de subjetividade. Por vezes, nos caminhos sinuosos do lembrar e do esquecer, interpretações e impressões sobre o visto e o vivido podem ser adicionadas ao pensamento que os recorda e os procura traduzir no presente. Por isso não garantem a precisão dos fatos tal como aconteceram. Contudo, recorrer à memória é escavar um dos mais ricos arquivos de história popular, precisamente por ser uma ótima forma de conservar a cultura e transmiti-la.

Esta pesquisa, portanto, não é uma história laudatória sobre a vida religiosa de Dom Waldemir. É, por pressuposição, a história de Novo Planalto a partir do ângulo de suas catolicidades, que, a nosso ver, constitui o elemento diferenciado dos vínculos sociais desse lugar.

É, à vista disso, por meio das microrrelações cotidianas que envolvem o sagrado, é uma tentativa de contribuição para os estudos sobre a religiosidade, pois, entendemos que esse microuniverso sertanista de convivência se apresenta como um espaço favorável para perceber as variadas formas de ser católico.

Em Novo Planalto, diferentemente da maioria absoluta das cidades brasileiras, acomodam-se duas Igrejas Católicas que, décadas passadas, rivalizavam-se. Ajeitando-se ao vácuo religioso deixado pela Igreja Romana, Dom Waldemir adaptou seu catolicismo brasileiro e se colocou à disposição daquelas pessoas. Esses dois espaços se acomodaram dentro do mesmo mundo. Dom Waldemir não tem parentes na cidade, mas é, sem dúvidas, uma personificação do lugar, um patriarca. Conversando sobre isso com um morador, ouvimos que “Novo Planalto é a família do Dom”, o padre que se fixou num espaço deixado vago pela Igreja Romana, oferecendo um catolicismo com característica popular, em contato diário com as pessoas.

Em síntese, Novo Planalto se constituiu a partir dessas duas catolicidades sustentadas em práticas individuais e coletivas que influenciaram costumes e modos de viver a religião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves. **Revolta Comunista de 1935**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-comunista-de-1935>>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). **Paulo Menotti del Picchia** (2016). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/menotti-del-picchia/biografia>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=4>>. Acesso em: 05 fev. 2017.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidades enunciativas. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, n.19, p. 25-42, 1990.
- AZEVEDO, Vitor de. **Feijó**: vida, paixão e morte de um chimango. São Paulo: Anchieta, 1942.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Memórias do velho político de Vila Mariana**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=583138&pagfis=460>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

BORGES, Barsanulfo Gomides. A rodovia Belém-Brasília e a integração do norte goiano. **Revista de História da Unesp**, Franca, v. 5, n. 2, p. 149-171, 1998

BORGES, Barsanulfo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional**: 1930 – 1960. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-19.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 27-78.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**: um estudo sobre a religião popular. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história**: para ler a história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CALDEIRA, Jorge (org.). **Diogo Antônio Feijó**. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção Formadores do Brasil).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia Carlos Lacerda**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1950-59/biografia-carlos-lacerda>>. Acesso em: 10 abr. 2018b.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Dom Romualdo Antônio de Seixas**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/romualdo_seixas1.html>. Acesso em: 23 maio 2018a.

CAMARGO, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira. Os Padres do Patrocínio: conferências realizadas nas ações regimentais de 5 de março e 22 de abril de 1919. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, n. 26, p. 182-183, 1928.

CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 95-115, 1994.

CARITA, Rui. **Cabido** (2016). Disponível em: <<http://aprenderamadeira.net/cabido/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

CARLETTI, Anna. **O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial: a diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias**. Brasília: Funag, 2012.

CARLOS, MÁRCIO. **Manifesto Pastoral da fundação da Igreja Católica Apostólica Brasileira** (2010). Disponível em: <<http://marciocarlosblog.blogspot.com.br/2010/12/>>. Acesso em: 23 maio 2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 327-340.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A cultura do plural**. Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção Travessia do Século).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CINTRA, Sebastião Leme de Oliveira. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/sebastiao_leme>. Acesso em: 21 dez. 2017.

COLEGIO PIO LATINO AMERICANO. Disponível em: <<http://piolatino.org/el-collegio/descripcion/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

CONHECENDO AZAMBUJA. **Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara: Reitor de Azambuja** (31 jan. 2013). Disponível em: <<http://conhecendoazambuja.blogspot.com.br/2013/01/cardeal-dom-jaime-de-barros-camara.html>>. Acesso em: 03 fev.

COSTA, Dom Carlos Duarte. **Luta!** Rio de Janeiro, ano VII, n. 18, abr. 1953.

COSTA, Dom Carlos Duarte. **Manifesto à Nação** (1945). Disponível em: <<http://icabce.wixsite.com/fortaleza.>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

COSTA, Dom Carlos Duarte. Prefácio. In: JOHNSON, Hewllet. **O poder soviético**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1943.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1987.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** São Paulo: Rocco, 1984.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo identidades.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DERNTL, Maria Fernanda. **Além do plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia.** XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, UnB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: 2010. Disponível em: <<http://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/37.pdf>> Acesso em: 27 set. 2017.

DIAS, Márcio Roberto Soares. **Da cidade ao mundo: notas sobre o lirismo urbano de Carlos Drummond de Andrade.** Vitória da Conquista, BA: Edições Uesb, 2006.

DIAS, Reges Sodré da Luz Silva; BRITO, Eliseu Pereira de. Uma análise territorial a partir da rodovia Belém-Brasília em Araguaína – TO. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), v. 01, n. 01, p. 80-92, 2012.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Eclesiologia.** Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/eclesiologia/>>. Acesso em 21 dez. 2017.

DIOCESE DE LAGES. **Dom Carlos Duarte Costa (2008).** Disponível em: <<http://diocesedelagesicab.blogspot.com.br/2008/05/2-sntese-historica-da-igreja-catlica.html>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

DIOCESE DE PIRACICABA. **Nunciata Apostólica.** Disponível em: <<http://www.diocesedepiracicaba.org.br/capa.asp?p=443>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

EGAS, Eugênio. **Diogo Antônio Feijó.** São Paulo: Typographia Levi, 1912.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Feijó e a primeira metade do século XIX.** São Paulo: Nacional, 1940. (Coleção Brasileira, v. 189).

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p.133-168.

FEIJÓ, Diogo Antônio. **Antônio Diogo Feijó.** Organização, apresentação e notas de Jorge Caldeira. São Paulo: Editora 34, 1999.

FEIJÓ, Diogo Antônio. In: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro** Tomo V (1827). Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. de Villeneuve & C., 1876b. p. 120.

FEIJÓ, Diogo Antônio. In: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Tomo I (1828). Rio de Janeiro: Typographia Parlamentar, 1876a. p. 195-196.

FEIJÓ, Diogo Antônio. In: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Tomo III (1828). Rio de Janeiro: Typographia Parlamentar, 1877. p. 74-75.

FEIJÓ, Diogo Antônio. In: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Tomo I (1830). Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto e Cia, 1878. p. 121.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **O Radical**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radical-o>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Linguagem, ideologia e psicanálise. **Estudos da Língua(gem)**, v. 1, n. 1, p. 69-75, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FRANÇA, Antônio Ferreira. In: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro** Tomo V (1827). Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. de Villeneuve & C., 1876b. p. 11.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **A Era Vargas**: Quinta Coluna. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta_coluna>. Acesso em: 28 dez. 2017b.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)**: O Brasil na guerra. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/OBrasilNaGuerra>>. Acesso em: 28 dez. 2017c.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>> Acesso em: 03 fev. 2017e.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Estado Novo e fascismo**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-5/PoliticaAdministracao/EstadoNovoFascismo>> Acesso em: 03 fev. 2017d.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Lei de Segurança Nacional (LSN)**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>>. Acesso em: 03 fev. 2017f.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. **Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956 – 1960)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HISTÓRIA DO BRASIL.NET. **Confederação do Equador**: resumo, causas, história, o que foi (2017). Disponível em: <https://www.historiadobrasil.net/resumos/confederacao_do_equador.htm>. Acesso em: 18 dez. 2017.

HOORNAERT, Eduardo. A missa dos Quilombos chegou tarde demais? **Tempo e Presença**, n. 173, p. 12-13, 1982.

ISAIA, Artur Cesar. Brasil: três projetos de identidade religiosa. In: RODRIGUES, Cristina Carneiro; LUCA Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria (org.). **Identidades brasileiras: composições e recomposições**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 175-202.

ITAPIRA. Câmara de Vereadores. **Círculo Italiano e familiares de Jácomo Mandato são homenageados na Câmara** (22 out. 2015). Disponível em: <<http://www.camaraitapira.sp.gov.br/noticias/circulo-italiano-e-familiares-de-jacomo-mandato-sao-homenageados-na-camara/3190>>. Acesso em: 23 maio 2018.

JUS BRASIL. **Câmara Eclesiástica**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26390208/camara-eclesiastica>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

KORNIS, Mônica. **Liga Eleitoral Católica (LEC)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-eleitoral-catolica-lec>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

LEMOS FILHO, Arnaldo. **Os catolicismos brasileiros**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2000.

LUTA. Diretor-proprietário Dom Carlos Duarte Costa. Revista mensal ilustrada. n. 10, ano IV, , Rio de Janeiro, jan. 1950.

MANDATO, Jácomo. O papa verde-amarelo. Itapira, SP: Do Autor, 1999.

MATEUS. In: **BÍBLIA SAGRADA: Antigo e Novo Testamento**. Tradução das línguas originais por João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Alfalit Brasil, 1996.

MAZZAROLLO, Juvêncio. Entrevista: Padre Zeferino P. Ranzolin. **Nosso Tempo**. Foz do Iguaçu, RJ, 4 dez. 1987, p. 10-11, ed. 289.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MENEZES, Fernanda Queiroz de. **Uma reflexão sobre a atuação de Dom Pedro Casaldáliga no período da ditadura civil-militar no Brasil**. Florianópolis, SC: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434399833_ARQUIVO_artigodaAnpuh2015.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MORAES, Kleiton de. **Idelfonso Albano**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALBANO,%20Idelfonso.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

MOREIRA, Regina da Luz. **Revolução Constitucionalista de 1932**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

MOVIMENTO DOS FOCOLARES. **Igino Giordani**. Disponível em: <<http://www.focolare.org/pt/chiara-lubich/chi-e-chiara/igino-giordani/page/2/>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

NAVES, Nelsimar José. **História e memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbáiba-GO (1956 a 1974)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás), Catalão, 2013.

NOVELLI JUNIOR. **Feijó: um paulista velho**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

NUNES, Mariza Ramalho. **O antigo norte goiano no trajeto da BR: o papel da rodovia Belém-Brasília para o (des)envolvimento agrícola no Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.

O PODER NAVAL. **Perdas navais brasileiras na Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2018/05/20/perdas-navais-brasileiras-na-segunda-guerra-mundial/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB) SÃO PAULO. **Matéria do Correio de S. Paulo de 1932**. <Disponível em: http://www.oabsp85anos.com.br/subsecao/258162/botucatu-OAB_SP_85_anos>. Acesso em: 14 abr. 2018.

OS DICIONÁRIOS. **Vitando**. Disponível em: <<http://www.osdicionarios.com/c/significado/vitando>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

PAPA PIO XI. **Carta Encíclica Divinis Redemptoris** (1937). Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html>. Acesso em: 22 dez. 2017.

PARÓQUIA N. SRA. DE FÁTIMA. **Objetos litúrgicos** (11 abr. 2015). Disponível em: <http://www.santuarioeucaristico.com.br/liturgia.php?id=11>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

PATTARELLO, Padre Valdástico. Um silêncio que não é mistério. **Vozes – Revista Católica de Cultura**, v. 58, n. 06, 1964.

- PECHMAN, Robert. José Eduardo de Macedo Soares. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-eduardo-de-macedo>>. Acesso em: 28 dez. 2017
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto história**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.
- PRIBERAM DICIONÁRIO. Talar. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/talares>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- REIS, João Gonçalves dos. **Descoberto da Piedade**. Goiânia: Cânone Editorial, 2017.
- RICCI, Magda Maria de Oliveira. **Assombrações de um padre regente**: Diogo Antônio Feijó (1784 – 1843). Campinas, SP: Editora Unicamp, Cecult-IFCH, 2001.
- SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. **A história da resistência dos posseiros de Porangatu – GO (1940 – 1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.
- SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à ‘cultura católico-brasileira’. In: Antoniazzi, Alberto et al. **Nem anjos nem demônios**: interpretações sociológicas do pentecostalismo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 34-63.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SEIXAS, Dom Romualdo, In: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro** Tomo V (1827). Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. de Villeneuve & C., 1876b. p. 120.
- SENSAGENT. **Igreja Católica Apostólica Brasileira**. Disponível em: <<http://dicionario.sensagent.com/Igreja%20Cat%C3%B3lica%20Apost%C3%B3lica%20Brasileira/pt-pt/>>. Acesso em: 07 fev. 2018.
- SILVA, Edlene Oliveira. Sacerdotes e maridos: a crise do celibato e a formação do Movimento de Padres Casados no Brasil Contemporâneo. **Múltipla**, Brasília, v. 22, n. 28, p. 55-77, 2010.
- SILVA, Luiz Martins da; PAULINO, Fernando Oliveira. Jornalismo de centavos, sensacionalismo e cidadania. **Observatório da Imprensa**, 29 abr. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed796_jornalismo_de_centavos_sensacionalismo_e_cidadania/>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó (1784 – 1843)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Mandado de Segurança n. 1114**. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico&pagina=STFPaginaPrincipal3>> Acesso em: 13 mar. 2018.

TEMPESTA, Orani João. **A visita "ad limina Apostolorum**. Disponível em: <http://aves.org.br/wp-content/uploads/2014/08/000266_20140805113513.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Padroado**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm>. Acesso em: 23 maio 2018.

TREVISAN, Ricardo et al. Operação Bananal: do domínio territorial ao balneário esquecido de Brasília. In: XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2014, Brasília. **Anais...** Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/operacao-bananal-do-dominio-territorial-ao-balneario-esquecido-brasilia>>. Acesso em: 27 set. 2017.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM (USHMM). **Enciclopédia do Holocausto: a Aliança do Eixo na Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: <<https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007963>>. Acesso em: 29 dez. 2017a.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM (USHMM). **Enciclopédia do Holocausto: o Terceiro Reich**. Disponível em: <<https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007878>>. Acesso em: 29 dez. 2017b.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina Vergolino. **A Rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira. In: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro** Tomo V (1827). Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. de Villeneuve & C., 1876b. p. 120.

WIKIPÉDIA. **Localização de Novo Planalto em Goiás**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_Planalto>. Acesso em: 3 jan. 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 7-72.

JORNAIS

“A IGREJA Romana tenta contra a minha vida” [entrevista]. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 8 mar. 1947, p. 12. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/583138/2527>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

A CAMINHO de um Brasil melhor. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1944. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=163880&pagfis=5683>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

A PALAVRA dos chefes da Igreja. **A.B.C.**, Rio de Janeiro, 07 fev. 1925, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=830267&pagfis=8542>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

A RESPEITO do telegrama do sr. Bispo de Maura. **A Cruz**, 27 set. 1942. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=829706&pagfis=5421>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

AINDA a excomunhão do bispo de Maura. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/110523_04/28261>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BISPO brasileiro e bispo “estrangeiro”. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 09 jun. 1946. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/829706/6948>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CIRCULAR do Arcebispo do Rio de Janeiro excomungando o Bispo de Maura. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 07 jul. 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/110523_04/28166>. Acesso em: 11 jan. 2018.

DE BISPO a agente internacional. **A Cruz**. Rio de Janeiro, 16 jan. 1949. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/829706/7826>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

DECLARAÇÃO de autoridade do Vaticano sobre a razão determinante. **A Noite**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pagfis=34806>. Acesso em: 11 jan. 2018.

DECRETO da Iacb. **Luta!**, Rio de Janeiro, 1950, p. 23.

DECRETO de mobilização: um telegrama do Bispo de Maura ao Sr. Presidente da Republica. **Correio Paulistano**, São Paulo, 22 set. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_09/12439>. Acesso em: 28 dez. 2017.

DOM CARLOS Duarte Costa: o seu embarque. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 1 jan. 1925, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=829706&pagfis=870>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

É A PRÓPRIA voz da Igreja contra os “religiosos” que servem a Hitler. **O Radical**, Rio de Janeiro, 22 set. 1942. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=830399&PagFis=24507&Pesq=>>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

ENTÊRRO patético do bispo de Maura. **Ultima Hora**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/386030/68508>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

IGREJA nacional? **O Lar Catholico**, 15 jul. 1945. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/843822/7117>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

INCORREU nas censuras canônicas e foi excomungado: uma circular do arcebispo d. Jaime Camara sobre as atitudes do ex-bispo de Maura. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 07 jul. 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pagfis=26713>. Acesso em: 10 jan. 2018.,

LIBERDADE de religião no Brasil (charge). **Luta!**, Rio de Janeiro, 1949, p. 18.

MÁU SERVIÇO e mau exemplo. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 18 jul. 1944. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116408&pagfis=23687>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

MEMÓRIAS do velho político da Vila Mariana. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 14 jun. 1946, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=583138&pagfis=460>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MISSA em português pela ortografia simplificada. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1945. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720984&pagfis=2609>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

MITIFICAÇÕES. **Jornal de Notícias**, São Paulo, 25 set. 1948. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/583138/7793>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

NA SEARA alheia. **A noite**, Rio de Janeiro, 15 ago. 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/35494>. Acesso em: 05 mar. 2018.

NÃO CRÊEM no exito de Don Duarte. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 maio 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/25960>. Acesso em: 11 jan. 2018.

NÃO VIOLOU a constituição. **A Noite**, Rio de Janeiro, 23 dez. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/56137>. Acesso em: 13/03/2018.

NOTÍCIAS. **A Cigarra**, Rio de Janeiro, ago. 1945. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/003085/38240>>. Acesso: 07 mar. 2018.

O BISPO de Botucatu organiza um batalhão diocesano. **Correio de S. Paulo**, São Paulo, 18 ago. 1932, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720216&pagfis=303>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

O EX-BISPO de Maura e sua administração. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 02 jun. 1946. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/829706/6941>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ÓDIO furibundo do ex-bispo. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 21 abr. 1946. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/829706/6899>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

OS FRADES alemães eram agentes da Gestapo! **O Radical**, Rio de Janeiro, 27 jun. 1943. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=830399&pagfis=26370>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

“PECADO GRAVE” assistir missa do ex-bispo de Maura. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1945, p. 11. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/221961_02/28988>. Acesso em: 05 mar. 2018.

PROTESTO da Câmara Eclesiástica contra o livro O PODER SOVIÉTICO. **O Radical**, Rio de Janeiro, 18 abr. 1943, ed. 3.876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=830399&PagFis=25888&Pesq=>>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

RELIGIÃO progressista. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pagfis=26026>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RÉPLICA do Bispo de Maura á Camara Eclesiastica! **O Radical**, Rio de Janeiro, 20 abr. 1943. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=830399&pagfis=25899>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

RESPONDENDO à Câmara Eclesiástica: Dom Carlos diz que não se trata de questão religiosa. **A Noite**, Rio de Janeiro, 16 abr. 1943, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pagfis=20226>. Acesso em: 02 jan, 2018.

SÃO EXPLORAÇÕES da criatura humana a semente das guerras e revoluções. **O Radical**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1943. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=830399&pagfis=26388>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SENTIRE cum ecclesia. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 9 maio 1943. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=829706&pagfis=5656>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

TROCOU o título de Maura pelo de Rio de Janeiro. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 07 jul. 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/23396>. Acesso em: 12 jan. 2018.

UM GESTO infeliz da cabala partidária do bispo de Botucatu. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 4 out. 1934, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_03&PagFis=20846&Pesq=>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

UM LUTERO-MIRIM Brasileiro. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1945. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=829706&PagFis=6525&Pesq=>>>. Acesso em: 10 jan. 2018.